



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS MULTIDISCIPLINARES – CEAM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

JÉSSICA LOUZA PEREIRA

**ALÉM DOS MUROS: DEMOCRATIZAÇÃO DO CONHECIMENTO E
UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS**

Brasília – DF

2025

JÉSSICA LOUZA PEREIRA

**ALÉM DOS MUROS: DEMOCRATIZAÇÃO DO CONHECIMENTO E
UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da Universidade de Brasília, como requisito para obtenção do grau de Doutora em Direitos Humanos e Cidadania.

Orientadora: Profa. Dra. Elen Cristina Gerales.

Brasília – DF

2025



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS MULTIDISCIPLINARES – CEAM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

ALÉM DOS MUROS: DEMOCRATIZAÇÃO DO CONHECIMENTO E
UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Elen Cristina Geraldês
(Orientadora/Presidente)

Dra. Gisele Pimenta de Oliveira
(Membro titular externo à UnB – Casa Civil Presidência da República)

Profa. Dra. Rafaela Caetano de Moraes
(Membro titular externo à UnB – Instituto Federal de Brasília)

Profa. Dra. Kênia Augusta Figueiredo
(Membro titular interno à UnB – Universidade de Brasília)

Prof. Dr. José Marcelo Freitas de Luna
(Membro suplente interno ao PPGDH – Universidade de Brasília)

AGRADECIMENTOS

Antes de eu iniciar a jornada do doutorado, eu acreditava que a defesa da tese era o ponto de chegada como pesquisadora. Hoje, eu percebo que é somente o ponto de partida.

Agradeço primeiramente a Deus por ter me dado a oportunidade de cursar o doutorado na Universidade de Brasília, bem como saúde e resiliência para concluí-lo.

Expresso minha mais profunda gratidão aos meus pais, Aparecida e Aldimiro, por todos os incentivos e os esforços em me proporcionar a melhor educação possível, assim como agradeço ao meu irmão, Igor, e ao meu noivo, Bruno. Todos eles me deram todo o suporte durante essa jornada e compreenderam minhas ausências.

Expresso também minha gratidão à minha orientadora, professora Dra. Elen Cristina Geraldes, por ter acreditado na proposta desta pesquisa, pela oportunidade dada e pela partilha de tanto conhecimento. Sua orientação acolhedora, consistente e efetiva foi essencial para que pudéssemos caminhar de mãos dadas para a construção desta tese.

Agradeço aos examinadores, efetivos e suplentes, da banca de qualificação, bem como da banca de defesa: Dra. Gisele Pimenta de Oliveira, Profa. Dra. Rafaela Caetano de Moraes, Profa. Dra. Kênia Augusta Figueiredo, Prof. Dr. José Marcelo Freitas de Luna e a Dra. Natália Oliveira Teles da Silva pelas leituras atentas e todas as valiosas contribuições dadas a esta pesquisa.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos do CEAM UnB, a todos os seus docentes, aos seus técnicos administrativos e aos seus discentes.

Sou grata à então secretária de comunicação da UnB, professora Mônica Nogueira, pelo incentivo à realização desta pesquisa e a todos os colegas da Secretaria de Comunicação da Universidade de Brasília (Secom/UnB). Agradeço, especialmente, Doraci Pereira, Guilherme Marinho, Hugo Costa, Lanuzia Nogueira, Mayara Passos, Salvador Gonçalves Júnior, Thiago Flores, Vanessa Tavares e Vanessa Vieira. Agradeço também a rede de apoio formada por Angélica Peixoto, Helen Lopes e Karoline Marques, que estiveram comigo compartilhando também essa jornada de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos do CEAM UnB.

Expresso meus agradecimentos aos meus amigos pelo apoio e pelo incentivo ao longo deste percurso, bem como aos colegas do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos do CEAM UnB pelas trocas de conhecimento durante as disciplinas cursadas, as orientações coletivas e as participações em eventos científicos.

Agradeço a todos os respondentes das universidades federais pesquisadas, bem como aos respondentes da prova inicial do roteiro da entrevista e do questionário deste estudo, pela generosidade, pela disponibilização de tempo e pelo comprometimento em contribuir com esta pesquisa.

Agradeço a todos docentes, técnicos administrativos, pesquisadores e discentes que, mesmo diante de desafios cotidianos, se esforçam para contribuir com a democratização do conhecimento em nosso país.

Por fim, agradeço à Universidade de Brasília, por mais essa oportunidade de adquirir conhecimento, bem como pela licença de um ano concedida para que eu pudesse me dedicar integralmente ao doutorado no período.

“A Comunicação é uma das grandes forças dentro das instituições científicas”
(José Reis)

“Ouso dizer que sem comunicação não há ciência”
(José Reis)

PEREIRA, Jéssica Louza. **Além dos muros: democratização do conhecimento e universidades federais brasileiras**. 2025. 248 f. Tese (Doutorado em Direitos Humanos e Cidadania) – Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Universidade de Brasília, Distrito Federal/Brasília, 2025.

RESUMO

As universidades públicas brasileiras constituem importantes centros de produção de conhecimento. No entanto, ainda parecem existir obstáculos para que esse conhecimento chegue à sociedade. Nesse sentido, a partir da pergunta-síntese – quais os limites e as possibilidades das iniciativas de democratização do conhecimento realizadas por universidades federais brasileiras? –, esta pesquisa objetiva descrever e analisar como cinco universidades federais brasileiras mais recentes, uma de cada região do país, com planos de desenvolvimento institucionais (PDIs) vigentes em 2023, têm realizado a democratização do conhecimento a fim de apontar limites e possibilidades acerca dessas iniciativas. Desenvolvemos, à luz do aporte teórico metodológico dialético histórico-estrutural (Demo, 1995), esta pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza exploratória, descritiva e explicativa. Trata-se também de um estudo de casos múltiplos (Yin, 2001). Para levantamento dos dados, realizamos uma triangulação (Flick, 2009) em que as técnicas utilizadas foram pesquisa bibliográfica, revisão de literatura inspirada nos princípios da revisão sistemática de literatura, pesquisa documental, realização de entrevistas semiestruturadas, bem como o envio de questionários por meio do Fala.BR para membros das áreas de comunicação institucional e das pró-reitorias de extensão de cinco universidades federais (UFABC, UFAP, UFCAT, UFOPA e UNILA). Os dados foram analisados à luz da análise temática reflexiva (Braun; Clarke, 2006; 2019). Os resultados revelam uma convergência: a democratização do conhecimento, na perspectiva da divulgação, da popularização e da comunicação pública da ciência, bem como sob a ótica do direito humano ao conhecimento, é reconhecida como importante por todos os respondentes e consta nos PDIs das universidades pesquisadas. Entretanto, identificamos que as iniciativas a seu respeito são ainda incipientes, sobretudo na extensão universitária, área de grande potencial para sua expansão. As ações em curso estão ainda predominantemente centradas na divulgação científica, portanto distantes do ideal da comunicação pública da ciência. Essas instituições enfrentam diversos limites estruturais à consolidação e à expansão dessas iniciativas, com destaque para a falta de recursos financeiros e a de pessoal, esta agravada pelo Decreto nº 10.185 (Brasil, 2019). Apesar disso, identificamos que as universidades públicas brasileiras ainda dispõem de possibilidades para a ampliação de suas iniciativas de democratização do conhecimento. Para tanto, sua atuação precisa acontecer em rede, de forma colaborativa, dialógica, participativa e institucionalizada, bem como ancorada em política pública federal que valorize e incentive essas iniciativas.

Palavras-chave: Direito Humano ao Conhecimento; Democratização do Conhecimento; Universidades Públicas; Comunicação Pública da Ciência; Divulgação Científica.

ABSTRACT

Brazilian public universities are important centers of knowledge production. However, there still seem to exist obstacles preventing this knowledge from reaching society. In this sense, based on the main question – what are the limits and possibilities of the initiatives of knowledge democratization carried out by Brazilian federal universities? – this research aims to describe and analyze how five of the most recent Brazilian federal universities, one from each region of the country, with institutional development plans (PDIs) in effect in 2023, have carried out the democratization of knowledge in order to point out the limits and possibilities of these initiatives. We developed this qualitative, exploratory, descriptive, and explanatory research in light of the theoretical and methodological framework of historical-structural dialectical studies (Demo, 1995). It is also a multiple case study (Yin, 2001). To collect the data, we performed a triangulation (Flick, 2009) in which the techniques used were bibliographic research, literature review inspired by the principles of systematic literature review, documentary research, semi-structured interviews, as well as the sending of questionnaires through Fala.BR to members of the departments of institutional communication and university extension of five federal universities (UFABC, UFAPE, UFCAT, UFOPA, and UNILA). The data was analyzed using reflective thematic analysis (Braun; Clarke, 2006; 2019). The results reveal a convergence: the democratization of knowledge, from the perspective of dissemination, popularization, and public communication of Science, as well from the perspective of the human right to knowledge, is recognized as important by all respondents and is included in the PDIs of the surveyed universities. However, we identified that initiatives in this regard are still incipient, especially in the field of university extension, an area with great potential for expansion. Ongoing actions are still predominantly focused on scientific dissemination, thus far from the ideal of public communication of science. These institutions face several structural limitations to the consolidation and expansion of these initiatives, notably the lack of financial and human resources, the latter aggravated by the Decree n. 10.185 (Brazil, 2019). Despite this, we have identified that Brazilian public universities still have opportunities to expand their initiatives for the democratization of knowledge. To this end, their actions need to take place in a networked, collaborative, dialogical, participatory, and institutionalized manner, as well as being anchored in a federal public policy that values and encourages these initiatives.

Keywords: *Human Right to Knowledge; Democratization of Knowledge; Public Universities; Public Communication of Science; Scientific Divulcation.*

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Princípios da comunicação pública	40
Quadro 2 – Principais nomenclaturas relacionadas à comunicação da ciência.....	45
Quadro 3 – Programas/cursos de ensino de divulgação científica no Brasil.....	49
Quadro 4 – Informações sobre as universidades selecionadas para o estudo.....	72
Quadro 5 – Roteiro da entrevista semiestruturada direcionada ao primeiro grupo (comunicação institucional).....	75
Quadro 6 – Questionário direcionado ao segundo grupo (pró-reitoria de extensão)	77
Quadro 7 – Critérios de busca da revisão de literatura inspirada na RSL	84
Quadro 8 – Teses localizadas por meio da revisão de literatura inspirada na RSL.....	85
Quadro 9 – Dissertações localizadas por meio da revisão de literatura inspirada na RSL.....	87
Quadro 10 – Artigos científicos encontrados por meio da revisão de literatura inspirada na RSL.....	92
Quadro 11 – Níveis de alfabetismo da população brasileira entre 15 e 64 anos de idade.....	102
Quadro 12 – Ações de democratização do conhecimento recomendadas no <i>Livro Azul</i>	116
Quadro 13 – Alguns marcos históricos acerca da democratização do conhecimento científico no Brasil.....	127
Quadro 14 – Universidades que possuem Rádios e TVs.....	140
Quadro 15 – Números da comunidade acadêmica e cursos ofertados em 2023 na UFABC .	153
Quadro 16 – Números da comunidade acadêmica e cursos ofertados em 2023 na UFAPE ..	155
Quadro 17 – Números da comunidade acadêmica e cursos ofertados em 2023 na UFCAT..	155
Quadro 18 – Números da comunidade acadêmica e cursos ofertados em 2023 na UFOPA..	156
Quadro 19 – Números da comunidade acadêmica e cursos ofertados em 2023 na UNILA ..	157
Quadro 20 – Iniciativas de democratização do conhecimento realizadas pela área de comunicação institucional	159
Quadro 21 – Iniciativas de democratização do conhecimento indicadas pelas pró-reitorias de extensão	160
Quadro 22 – Ações em nível federal que podem estimular a democratização do conhecimento na visão dos respondentes das universidades federais	162
Quadro 23 – Relação entre o objetivo específico desdobrado e as categorias de análise pré- definidas	164
Quadro 24 – As seis fases da ATR	165

Quadro 25 – Fases das análises dos dados por meio da ATR	165
Quadro 26 – Identificação dos respondentes da área de comunicação institucional.....	166
Quadro 27 – Identificação dos respondentes da área de extensão.....	167

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Número de programas de ensino de divulgação científica por país.....	49
Figura 2 – Número de programas de ensino de divulgação científica por nível de estudo	51
Figura 3 – Elementos bases da pesquisa.....	79
Figura 4 – Principais etapas da pesquisa de acordo com cada objetivo específico	80
Figura 5 – Principais atores do SNCTI.....	119
Figura 6 – Papel da comunicação institucional na universidade	170
Figura 7 – Informações estruturais da comunicação institucional – Parte I.....	171
Figura 8 – Informações estruturais da comunicação institucional – Parte II.....	171
Figura 9 – Iniciativas de democratização do conhecimento da comunicação institucional ...	172
Figura 10 – Percepções acerca da democratização do conhecimento pela comunicação institucional	172
Figura 11 – Importância da democratização do conhecimento	173
Figura 12 – Democratização do conhecimento e pandemia da Covid-19	173
Figura 13 – Maturidade acerca da democratização do conhecimento.....	174
Figura 14 – Pontos fortes da universidade para a democratização do conhecimento	174
Figura 15 – Dificuldades para a expansão das iniciativas de democratização do conhecimento – Parte I.....	175
Figura 16 – Dificuldades para a expansão das iniciativas de democratização do conhecimento – Parte II	175
Figura 17 – Percepções sobre a democratização do conhecimento no enfrentamento à desinformação.....	176
Figura 18 – Lutas sociais para a democratização do conhecimento.....	176
Figura 19 – Possíveis iniciativas federais para o impulsionamento da democratização do conhecimento.....	177
Figura 20 – Mapa temático inicial.....	177
Figura 21 – Mapa temático revisado e refinado	178
Figura 22 – Mapa temático final da comunicação institucional.....	179
Figura 23 – O papel da extensão na universidade	190
Figura 24 – Informações estruturais da extensão	191
Figura 25 – Ações de extensão vigentes em 2023.....	191
Figura 26 – Percepções da extensão sobre a democratização do conhecimento	192

Figura 27 – Importância da democratização do conhecimento	192
Figura 28 – Democratização do conhecimento e pandemia da Covid-19	193
Figura 29 – Maturidade da democratização do conhecimento na universidade.....	193
Figura 30 – Pontos fortes da universidade para a democratização do conhecimento	194
Figura 31 – Dificuldades para a expansão da democratização do conhecimento	194
Figura 32 – Lutas e possíveis iniciativas federais para a democratização do conhecimento .	195
Figura 33 – Mapa temático inicial.....	195
Figura 34 – Mapa temático revisado e refinado	196
Figura 35 – Mapa temático final da extensão universitária.....	197

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC	Academia Brasileira de Ciências
ABCPública	Associação Brasileira de Comunicação Pública
ABJC	Associação Brasileira de Jornalismo Científico
ABRADIC	Associação Brasileira de Divulgação Científica
Abrapcorp	Associação Brasileira de Pesquisadores de Comunicação Organizacional e de Relações Públicas
Andifes	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
ASCOM	Assessoria de Comunicação
AT	Análise Temática
ATR	Análise Temática Reflexiva
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
C&T	Ciência e Tecnologia
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCT	Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia
CDs	Cargos de Direção
CEAM	Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares
CF	Constituição Federal
CGEE	Centro de Gestão e Estudos Estratégicos
CIDH	Comissão Interamericana de Direitos Humanos
CGI.br	Comitê Gestor da Internet no Brasil
CGU	Controladoria-Geral da União
CNCTI	Conferências Nacionais de Ciência, Tecnologia e Inovação
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Cogecom	Colégio de Gestores de Comunicação das Universidades Federais
Comitê Pop	Comitê de Popularização da Ciência e Tecnologia
Covid-19	<i>Coronavirus Disease 2019</i>
CP	Comunicação Pública
CPC	Comunicação Pública da Ciência
CPC	Conceitos Preliminares de Cursos
C&T	Ciência e Tecnologia

CT&I	Ciência, Tecnologia e Inovação
DHE	Dialética Histórico-Estrutural
DRS	Dia de Responsabilidade Social
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
EAD	Ensino a Distância
EBC	Empresa Brasil de Comunicação
EDICC	Encontro de Divulgação de Ciência e Cultura
Embraer	Empresa Brasileira de Aeronáutica
Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Enem	Exame Nacional do Ensino Médio
Fala.BR	Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação
Fapesp	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
Fascom	Fórum Nacional de Assessores de Comunicação Social das Ifes
FGs	Funções Gratificadas
FIES	Financiamento Estudantil
Finep	Financiadora de Estudos e Projetos
Fiocruz	Fundação Oswaldo Cruz
FNDCT	Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FORPROEX	Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras
FURG	Universidade Federal do Rio Grande
IA	Inteligência Artificial
Ibict	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBOPE	Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística
Icict	Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde
IES	Instituição de Ensino Superior
Ifes	Instituições Federais de Ensino Superior
IFPR	Instituto Federal do Paraná
IFRJ	Instituto Federal do Rio de Janeiro
IGC	Índice Geral de Cursos
Inaf	Indicador de Alfabetismo Funcional

INCT	Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia
Inep	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
Inmetro	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
Intercom	Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
IOC	Instituto Oswaldo Cruz
ITA	Instituto Tecnológico de Aeronáutica
JCOM	<i>Journal of Science Communication</i>
Labjor	Laboratório de Jornalismo Científico
LAI	Lei de Acesso à Informação
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LNCC	Laboratório Nacional de Computação Científica
LPAE	Laboratório de Poluição Atmosférica Experimental
MCT	Ministério da Ciência e Tecnologia
MCTI	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
ME	Movimento Estudantil
MEC	Ministério da Educação
MGI	Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos
NIC.br	Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PGD	Programa de Gestão e Desempenho
PIB	Produto Interno Bruto
PISA	Programa Internacional de Avaliação de Alunos
Pnad	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNCT&I	Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação
PNE	Plano Nacional de Educação
Pop Ciência	Programa Nacional de Popularização da Ciência
PPGDH	Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania
PPI	Projeto Pedagógico Institucional
PROEXT-PG	Programa de Extensão da Educação Superior na Pós-Graduação
Reuni	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades

Federais

RNCP	Rede Nacional de Comunicação Pública
RSL	Revisão Sistemática de Literatura
SBC	Sociedade Brasileira de Ciências
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SECIS	Secretaria de Ciência e Tecnologia para a Inclusão Social
SECOM	Secretaria de Comunicação
SEPED	Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento
Sinaes	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SNCT	Semana Nacional de Ciência e Tecnologia
SNCTI	Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação
SUS	Sistema Único de Saúde
TAE	Técnico Administrativo em Educação
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UAG	Unidade Acadêmica de Garanhuns
UEG	Universidade Estadual de Goiás
UEMS	Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
UFABC	Universidade Federal do ABC
UFAC	Universidade Federal do Acre
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UFAPE	Universidade Federal do Agreste de Pernambuco
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFCAT	Universidade Federal de Catalão
UFCG	Universidade Federal de Campina Grande
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFLA	Universidade Federal de Lavras
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFMT	Universidade Federal de Mato Grosso
UFNT	Universidade Federal do Norte do Tocantins
UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto

UFOPA	Universidade Federal do Oeste do Pará
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFPel	Universidade Federal de Pelotas
UFPI	Universidade Federal do Piauí
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRA	Universidade Federal Rural da Amazônia
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco
UFRR	Universidade Federal de Roraima
UFS	Universidade Federal de Sergipe
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
UFSJ	Universidade Federal São João del-Rei
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UFT	Universidade Federal do Tocantins
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UnB	Universidade de Brasília
Unemat	Universidade do Estado de Mato Grosso
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
Unicamp	Universidade Estadual de Campinas
Unifesp	Universidade Federal de São Paulo
Unifesspa	Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNILA	Universidade Federal da Integração Latino-Americana
Univasf	Universidade Federal do Vale do São Francisco
UPs	Unidades de Pesquisa
URJ	Universidade do Rio de Janeiro
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	19
1 CONCEITOS, PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA.....	29
1.1 Democratização do conhecimento.....	29
1.1.1 Divulgação, popularização e comunicação pública da ciência.....	36
1.2 Extensão.....	52
1.3 Gestão participativa e democrática.....	59
1.4 Procedimentos metodológicos.....	66
1.4.1 Abordagem da pesquisa e aporte teórico-metodológico.....	67
1.4.2 Universo da pesquisa e técnicas.....	69
1.4.3 Aspectos éticos, limites das técnicas escolhidas e da pesquisa.....	80
1.5 Revisão de literatura.....	83
2 CONTEXTUALIZAÇÃO: DIREITOS HUMANOS, MARCOS HISTÓRICOS E LUTAS.....	96
2.1 Democratização do conhecimento: um direito humano.....	96
2.2 Democratização do conhecimento no Brasil: uma breve viagem no tempo.....	108
2.3 Por uma universidade de portas abertas: histórias e lutas atuais da área de comunicação institucional.....	129
3 POR MAIS PONTES: UNIVERSIDADES FEDERAIS E A DEMOCRATIZAÇÃO DO CONHECIMENTO.....	152
3.1 Breve perfil das universidades federais selecionadas para a pesquisa.....	152
3.1.1 A Universidade Federal do ABC (UFABC)	153
3.1.2 A Universidade Federal do Agreste de Pernambuco (UFAPE).....	154
3.1.3 A Universidade Federal de Catalão (UFCAT).....	155
3.1.4 A Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA).....	156
3.1.5 A Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA).....	157

3.2 Iniciativas de democratização do conhecimento realizadas pelas estruturas de comunicação institucional e de pró-reitorias de extensão.....	159
3.3 Análise temática da parte empírica da pesquisa.....	163
3.3.1 Fases da ATR da área de comunicação institucional.....	168
3.3.2 Fases da ATR da pró-reitoria de extensão.....	189
3.4 Para além de percepções individuais: um olhar para o horizonte dos PDIs.....	204
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	209
REFERÊNCIAS.....	225

INTRODUÇÃO

Tanto a ciência como a educação no Brasil são caracterizadas por profundas desigualdades e contrastes. A sociedade brasileira ainda enfrenta problemas estruturais que impactam o acesso ao ensino superior. O Censo Escolar de Educação Superior de 2023, realizado pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), aponta que dos concluintes do ensino médio em 2022, apenas 27% ingressaram na educação superior em 2023. Quando o recorte são os concluintes do ensino médio de escolas federais, essa proporção sobe para 58% (comportamento similar aos concluintes das escolas privadas, com 59%). Partimos do entendimento de que isso se deve, provavelmente, pelo conhecimento maior dos estudantes de nível médio de escolas federais e das escolas privadas sobre as formas de acesso e as possibilidades para a permanência ofertadas pelas universidades federais.

Além desse quantitativo de ingressantes no ensino superior, o Censo de 2023 ainda traz dados acerca da alta taxa de desistência acumulada nesse nível de ensino ao revelar que 51% dos alunos cotistas da rede federal concluíram o curso de graduação, enquanto o índice entre os não cotistas foi ainda menor, isto é, de somente 41%. Isto significa que os estudantes que ingressaram na educação superior federal por meio das políticas de cotas em 2014 apresentaram, ao longo de quase uma década (2014-2023), uma taxa de conclusão 10% superior à dos não cotistas. Isso demonstra a relevância dessas políticas para a permanência e a conclusão dos cursos.

Esses dados sugerem que o ensino superior no Brasil ainda é restrito a uma parcela limitada da população, refletindo desigualdades sociais e econômicas. Apesar disso, é possível observar avanços, ainda que distantes do ideal, como a implementação de políticas públicas voltadas para a democratização do ensino superior público. A Lei de Cotas (Brasil, 2012), por exemplo, reservou 50% das vagas das instituições federais de ensino superior (Ifes) para cotas sociais, étnico-raciais e pessoas com deficiência. Além disso, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), instituído pelo Decreto nº 6.096 (Brasil, 2007), promoveu uma expansão no número de universidades públicas e de suas vagas, com destaque para o processo de interiorização dessas universidades.

No que tange ao ensino médio no Brasil, os números também são preocupantes. Apenas 57% dos adultos entre 25 e 64 anos concluíram este nível de ensino, enquanto a média da

Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE)¹ é de 79%.

Apesar dessas dificuldades de acesso e de permanência no ensino médio, assim como no ensino superior brasileiro, um relatório produzido por meio de parceria entre a Agência Bori e a editora científica Elsevier revela que o impacto de citações da pesquisa brasileira apresentou incremento de 21% em relação à média mundial de 1996 a 2022. Nesse período, o número de artigos publicados cresceu 798%² (Agência Bori; Elsevier, 2023).

Outro estudo desenvolvido pela *Clarivate Analytics*, a pedido da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), demonstra a relevância das universidades públicas. Elas são responsáveis por mais de 95% da produção científica no Brasil. O país, no período de 2011 a 2016, publicou mais de 250.000 artigos na base de dados *Web of Science* em todas as áreas do conhecimento, o que corresponde à 13ª posição na produção científica global, em que mais de 190 países foram avaliados.

No Brasil, a universidade pública, a ciência e as tentativas de democratização do conhecimento científico às camadas da população que são historicamente excluídas parecem ser marcadas por lutas, sobretudo de atores sociais ligados às universidades públicas.

O próprio conceito de universidade no país foi motivo de acalorados debates. Em 1920, foi criada a primeira instituição do Governo Federal com o nome universidade, a Universidade do Rio de Janeiro (URJ). Ainda assim foi objeto de muitas discussões, uma vez que foi criada por meio de conglomerado de faculdades já existentes. Dessa forma, alguns autores não a consideram a primeira universidade no país e apontam a Universidade de Brasília (UnB), criada em 1961, como pioneira (Cunha, 1986; Fávero, 2006).

Assim como a ciência e as universidades federais, os direitos humanos no Brasil também apresentam contrastes e desigualdades. De acordo com a pesquisa “Percepção Social sobre Direitos Humanos e sobre Mulheres Defensoras de Direitos Humanos”, de janeiro de 2023, realizada pelo Ipsos Brasil a pedido da ONU Mulheres, o quantitativo de 92% das pessoas respondentes afirma que “todas as pessoas, sem distinção, devem ter seus Direitos Humanos garantidos”. O quantitativo de 87% dos respondentes afirma ser favorável aos direitos humanos. Contudo, 8% se declararam contra. Os dados ainda revelam que houve crescimento na favorabilidade entre população com 25 a 39 anos e com maior escolaridade e uma queda na

¹ Dados obtidos em: <https://www.oecdbetterlifeindex.org/pt/quesitos/education-pt/>. Acesso em: 8 mar. 2023.

² Em relação a esse dado, cabe questionar se ele não decorre, também, do pagamento para publicações em periódicos científicos. Tal cenário pode estar associado a uma corrida desenfreada por publicações, no contexto da lógica neoliberal, que também está no âmbito das universidades públicas, em que a quantidade passa a se sobrepor, muitas vezes, à qualidade.

favorabilidade entre a população acima de 60 anos, assim como de classes sociais menos favorecidas.

Nesse contexto, os dados do estudo sugerem que há relação direta entre o nível de conhecimento e o posicionamento favorável aos direitos humanos. A falta de informação e conhecimento sobre o tema gera preconceitos e visões distorcidas sobre ele. Isso pode ser visto no dado de que 49% dos respondentes afirmam que têm receio de falar sobre direitos humanos e serem consideradas pessoas que “defendem bandidos”.

Nesse contexto, no que se refere à emergência sanitária da Covid-19, decretada como pandemia em 11 de março de 2020 pela Organização Mundial da Saúde (OMS), parece ter ficado mais evidente o quanto a democratização do conhecimento, por meio da divulgação, da popularização e da comunicação pública da ciência,³ é importante e pode contribuir para os seguintes direitos humanos basilares: o de acesso ao conhecimento, à informação e à comunicação. São basilares, pois partimos do entendimento de que constituem condição necessária para o acesso a outros direitos humanos. Partimos do pressuposto de que com essa compreensão torna-se viável organizarmos mobilizações sociais para assegurar esses direitos e para enfrentar possíveis violações a eles.

Durante a pandemia da Covid-19, período marcado também pela ascensão do anticientificismo, isto é, pelo negacionismo em torno da ciência bem como pelo impulsionamento da desinformação, precisamos destacar que os cientistas brasileiros e a imprensa tiveram papel essencial para levar à sociedade a informação de qualidade a fim de minimizar os riscos das infecções até a chegada das vacinas contra a Covid-19 ao país. Por meio da democratização do conhecimento em relação aos cuidados para se evitar infecções foi possível salvar inúmeras vidas, mesmo diante dos obstáculos decorrentes do impulsionamento da desinformação.

Nesse cenário, diante de desarticulações políticas, principalmente na esfera federal, foi preciso criar consórcio de veículos de imprensa (Portal G1, O Globo, Extra, Estadão, Folha e UOL) para dar transparência aos dados sobre os impactos da Covid-19 no Brasil, que somente em 28 de janeiro de 2023 – após 965 dias ininterruptos de trabalho – pôde ser descontinuado.⁴

³ Neste estudo, optamos por utilizar predominantemente a caixa baixa em expressões relacionadas a: comunicação institucional, pró-reitoria de extensão, comunicação pública da ciência e direitos humanos. O objetivo é padronizar o texto, em consonância com a linguagem simples, de modo a favorecer a sua legibilidade, bem como a sua fluidez.

⁴ Mais informações sobre a matéria, “Criado para divulgar dados sobre Covid, consórcio de veículos de imprensa chega ao fim”, estão disponíveis em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2023/01/28/criado-para-divulgar-dados-sobre-covid-consorcio-de-veiculos-de-imprensa-chega-ao-fim.ghtml>. Acesso em: 27 abr. 2023.

Nessa perspectiva, embora reconheçamos que a ciência faz parte do nosso cotidiano, nos impacta diretamente e que a preocupação com a democratização do conhecimento científico não é recente, ainda nos deparamos com dados que nos despertam inquietação. De acordo com a quinta edição da pesquisa “Percepção Pública da Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil” referente ao ano de 2023, publicada em 2024 pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), em comparação com edições anteriores do estudo, as análises dos dados revelaram a continuidade do interesse dos brasileiros por temas científicos, assim como a persistente confiança na ciência e nos cientistas. No entanto, os respondentes também destacaram o limitado acesso à informação científica, a baixa apropriação do conhecimento e as desigualdades tanto no acesso à informação quanto na participação em atividades de difusão cultural (CGEE, 2024).

Nessa edição da pesquisa, referente a 2023, houve o registro de um aumento considerável no conhecimento sobre instituições de pesquisa, com 17,9% dos brasileiros mencionando alguma instituição científica, em comparação a 9% em 2019, retomando níveis semelhantes aos de 2010 (17,6%). Esse resultado talvez possa ser associado ao contexto da pandemia iniciada em 2020, quando instituições de pesquisa envolvidas no desenvolvimento de vacinas receberam ampla cobertura midiática. Ainda assim, o percentual de pessoas que consegue citar o nome de alguma instituição de pesquisa científica ou de algum cientista brasileiro permanece baixo. Nesse contexto, mesmo as universidades públicas, que são as principais responsáveis pela produção de conhecimento científico no país, foram pouco lembradas (CGEE, 2024).

A pesquisa referente ao ano de 2023 ainda aponta para uma visão menos favorável da sociedade brasileira em relação à C&T. Nesse ano, 66,2% dos entrevistados consideram que a ciência e a tecnologia trazem apenas benefícios ou mais benefícios do que malefícios para a humanidade, representando uma queda em comparação aos 72,1% registrados em 2019. Apesar dessa redução, aparentemente contrastante, a visão otimista continua predominando na sociedade brasileira ao longo das cinco edições da pesquisa (CGEE, 2024).

Em todas as edições do estudo, a maioria dos brasileiros sugere a ampliação ou a manutenção dos investimentos em pesquisa científica, mesmo em períodos de crise. Em 2023, esse apoio mostrou-se ainda mais consistente: apenas 2,6% dos entrevistados consideram que esses investimentos deveriam ser reduzidos. Além disso, o aumento na escolaridade está diretamente associado a uma maior proporção de pessoas que acreditam na necessidade de ampliar os recursos destinados à pesquisa (CGEE, 2024).

Os dados da pesquisa ainda revelam que os entrevistados têm como fonte de informações mais confiáveis os médicos (45,4%), seguidos dos jornalistas (34,1%) e cientistas de universidades/institutos públicos de pesquisa e/ou de empresas (33,2%). Nesse contexto, percebemos que jornalistas e cientistas juntos possuem índice de confiança considerável. Dessa forma, podem colaborar significativamente com a democratização do conhecimento científico (CGEE, 2024).

Ao analisar a confiança do público nas fontes de informação, observa-se uma tendência a buscar validação por meio de múltiplas fontes. Os brasileiros tendem a considerar as informações verdadeiras quando provêm de pessoas ou de instituições que admiram (42,3%), do Governo Federal (29,2%) ou de jornalistas da imprensa ou televisão (28,7%). Por outro lado, há maior desconfiança em relação às informações originadas de pessoas ou instituições das quais discordam, uma vez que 45,6% dos entrevistados suspeitam que sejam falsas (CGEE, 2024).

Ainda de acordo com a pesquisa, redes sociais, aplicativos de mensagens e plataformas digitais se consolidaram como os principais meios pelos quais os brasileiros obtêm informações sobre ciência e tecnologia com frequência (39,8%), seguidos de programas de televisão (22,7%), matérias de jornais ou revistas (22,4%), rádios e *podcasts* (19%), livros impressos e digitais (16,4%), e enciclopédias *on-line* (12,9%). Lembramos que até 2015 a televisão era o principal meio de obtenção de informações sobre C&T. Todavia, esse comportamento mudou pela primeira vez na pesquisa de 2019 (CGEE, 2024).

Essa pesquisa ainda revela que 5 a cada 10 brasileiros relatam se deparar frequentemente com notícias que parecem falsas (50,8%). Além disso, 29,2% do público da pesquisa relatam ocasionalmente se deparar com esse tipo de conteúdo, enquanto apenas 5,1% afirmam nunca encontrarem notícias falsas. Isso aponta um cenário preocupante quanto à disseminação de desinformação no país (CGEE, 2024).

Por fim, é importante destacar que essa pesquisa desvela cenário marcado pela desigualdade no acesso ao conhecimento e na participação pública. Essa desigualdade é evidenciada tanto pelas atitudes positivas e pelo interesse demonstrado pelo público quanto pela demanda por maior acesso à informação, bem como engajamento em temas de C&T. Nesse sentido, os resultados reforçam a necessidade urgente de investir na divulgação, na popularização e na comunicação pública da ciência, assim como na educação (CGEE, 2024).

Nesse contexto, salientamos também pesquisa que vem sendo desenvolvida pela 3M – *Science Applied to Life* desde 2018 e mostra um crescimento do ceticismo relacionado à ciência

no Brasil e no mundo. A última edição da pesquisa, realizada em 2022, revela que 90% dos respondentes confiam na ciência e 86% deles confiam nos cientistas. Além disso, 75% dos entrevistados defendem a ciência quando questionados e 83% concordam que há consequências negativas para a sociedade se as pessoas não valorizarem a ciência. No Brasil, especificamente, 68% dos entrevistados esperam valorizar mais a ciência nos próximos cinco anos. A pesquisa aponta melhores práticas de comunicação como mecanismo importante para tornar a ciência mais compreensível à sociedade.

A edição de 2019 do Índice Anual do Estado da Ciência (*State of Science Index - SOSI*), pesquisa global da empresa 3M que busca entender a percepção das pessoas em relação à ciência, também revela que 84% das pessoas concordam que os cientistas deveriam tornar a ciência mais compreensível para a sua vida cotidiana e 88% delas acreditam que é preciso falar sobre ciência de uma maneira mais fácil de se compreender. Além disso, 80% das pessoas são mais propensas a acreditar em informações provenientes de alguém que trabalha num campo científico, em vez de serem céticas em relação a elas. Entretanto, 58% das pessoas acreditam que os cientistas são elitistas.⁵

Os dados das pesquisas mencionadas sugerem que, com a pandemia da Covid-19, os cientistas se aproximaram mais da sociedade, principalmente por meio da imprensa, e isso parece ter repercutido positivamente na percepção social sobre seus trabalhos. Nesse contexto, observamos que, embora a produção científica brasileira seja expressiva há bastante tempo, ainda persistem obstáculos que dificultam sua efetiva circulação e conhecimento pela sociedade.

Além disso, essas pesquisas corroboram este estudo no que se refere à importância da democratização do conhecimento, ao indicarem que níveis mais elevados de escolaridade estão associados a uma maior favorabilidade em relação aos direitos humanos e a um maior apoio à ampliação de recursos destinados à pesquisa no Brasil. Nesse sentido, a democratização do conhecimento parece ser essencial inclusive para a sobrevivência das universidades públicas e da própria democracia brasileira.

Todavia, as áreas da ciência e da educação, sobretudo as universidades federais, têm sofrido com muitos questionamentos sobre seus papéis, além dos sucessivos cortes e contingenciamentos orçamentários. Diante desse contexto, as universidades têm realizado

⁵ Informações podem ser obtidas em: <https://revistagalileu.globo.com/Ciencia/noticia/2019/07/74-dos-brasileiros-acreditam-que-ciencia-do-pais-ficou-para-tras.html#:~:text=Em%20contrapartida%2C%20pesquisa%20indicou%20que,a%20resolu%C3%A7%C3%A3o%20de%20problemas%20mundiais&text=Se%20em%202018%20tr%C3%AAs%20a,na%20realiza%C3%A7%C3%A3o%20de%20avan%C3%A7os%20cient%C3%ADficos>. Acesso em: 5 jun. 2024.

esforços continuados para mostrar à sociedade o que produzem nessas instituições para se aproximar dela? Elas têm buscado se fortalecer como instituições democráticas e se legitimar perante a sociedade?

Nesse panorama de inquietações e de reflexões, elaboramos a seguinte pergunta-síntese norteadora desta pesquisa: quais os limites e as possibilidades das iniciativas de democratização do conhecimento realizadas por universidades federais brasileiras?

A crise sanitária global ocasionada pela pandemia da Covid-19 evidenciou a importância da democratização do conhecimento científico. Cientistas de Instituições de Ensino Superior (IES) públicas, de instituições de pesquisas públicas e profissionais de imprensa foram essenciais para viabilizar a democratização do conhecimento científico. Isso em um contexto marcado pelo anticientificismo, aumento da desinformação – que constituiu em uma barreira para resposta à pandemia –, além dos contínuos cortes e contingenciamentos orçamentários nas áreas de educação, de ciência e de tecnologia.

Nesse sentido, esta pesquisa possui relevância social ao buscar descrever e analisar iniciativas de democratização do conhecimento realizadas por universidades federais brasileiras na perspectiva da divulgação, da popularização e da comunicação pública da ciência, isto é, a comunicação da ciência com o foco na sociedade. A democratização do conhecimento provavelmente pode corroborar para a existência de uma sociedade mais consciente de seus direitos e de seus deveres. Durante a pandemia da Covid-19 tornou-se ainda mais evidente a sua relevância social.

No que tange à justificativa acadêmica, compreendemos a democratização do conhecimento científico como aspecto indispensável aos direitos humanos, pois possibilita que conquistas da humanidade que geram melhor qualidade de vida e maior compreensão crítica do contexto social, político e econômico do país possam alcançar a sociedade. Essa visão parece ainda ser pouco estudada no âmbito acadêmico. Salientamos que, ao longo desta pesquisa, será empregada, predominantemente, a primeira pessoa do plural, uma vez que compreendemos a construção do conhecimento como um processo essencialmente coletivo.

No que se refere à justificativa de ordem subjetiva, o meu interesse pelo conhecimento científico existe desde quando eu era criança. Lembro-me de que, nas manhãs de domingo, adorava assistir ao programa Globo Rural. Fascinava-me o envio de dúvidas por parte dos telespectadores sobre temas relacionados à agropecuária, e a equipe de reportagem do programa ia até pesquisadores especialistas no assunto específico para saná-las.

Após cursar comunicação social – habilitação em relações públicas – na Universidade

Federal de Goiás (UFG), tive a oportunidade de continuar vivenciando o ambiente universitário como servidora técnica-administrativa em educação. O olhar profissional em torno da importância de trabalhar a democratização do conhecimento científico nas universidades públicas brasileiras iniciou-se em 2016, ao tomar posse no cargo de relações-públicas na Universidade Estadual de Goiás (UEG) e, posteriormente, na Universidade de Brasília (UnB).

Na UnB, a lotação foi na área de assessoria de imprensa da Secretaria de Comunicação. Essa vivência de prática laboral em uma universidade bastante demandada por profissionais de imprensa do Brasil e do exterior, os quais buscam fontes especializadas nas mais diversas áreas do conhecimento, evidencia o quanto as universidades federais podem contribuir com a democratização do conhecimento.

Como profissional de comunicação, que estive de 2019 a 2022 na função de coordenadora da assessoria de imprensa da UnB e voltou a ser coordenadora de comunicação institucional em janeiro de 2025 (coordenação que hoje compreende também o núcleo de assessoria de imprensa), tenho a consciência de que se faz urgente criarmos mecanismos e mobilizações em torno de estratégias para o impulsionamento da democratização do conhecimento. Isso pode acontecer por meio de iniciativas de divulgação, de popularização e de comunicação pública da ciência.

Durante o período de trabalho remoto, em decorrência da pandemia da Covid-19, pude perceber isso ainda mais intensamente. Por conta do estado de emergência de saúde pública, os especialistas da UnB foram ainda mais demandados por veículos de comunicação locais, nacionais e internacionais para levar informações acerca da pandemia da Covid-19 à sociedade. Nesse contexto, ficou ainda mais explícito que a democratização do conhecimento científico contribuiu para salvar vidas.

Nesse panorama, para respondermos à pergunta-síntese desta pesquisa, elaboramos o seguinte objetivo geral: descrever e analisar como cinco universidades federais brasileiras mais recentes, uma de cada região do país, com planos de desenvolvimento institucionais (PDIs) vigentes em 2023, têm realizado a democratização do conhecimento a fim de apontar limites e possibilidades acerca dessas iniciativas.

Para alcançar o objetivo geral, elencamos os objetivos específicos a seguir: (1) discorrer sobre os seguintes conceitos: democratização do conhecimento (divulgação, popularização e comunicação pública da ciência), extensão, assim como gestão participativa e democrática; (2) dimensionar historicamente as principais iniciativas pela democratização do conhecimento no Brasil e no âmbito da comunicação institucional das universidades federais, bem como apontar

a democratização do conhecimento como direito humano; (3) discutir as possibilidades, as dificuldades e as percepções sobre as iniciativas de democratização do conhecimento realizadas, em 2023, por cinco universidades federais brasileiras (UFABC, UFAPE, UFCAT, UFOPA e UNILA).

Em síntese, os objetivos específicos foram alcançados da seguinte forma: o primeiro, por meio de pesquisa bibliográfica e de revisão de literatura; o segundo, por pesquisa bibliográfica e documental; e o terceiro, por entrevistas individuais semiestruturadas síncronas, na modalidade *on-line* e envio de questionário pela plataforma integrada de ouvidoria e acesso à informação (Fala.BR) aos membros da comunicação institucional das cinco universidades selecionadas para este estudo. Para alcançarmos o terceiro objetivo específico, também realizamos a leitura integral dos PDIs⁶ e fizemos consultas pontuais aos *websites* das cinco universidades investigadas.

Na primeira seção da pesquisa, apresentamos a fundamentação teórica-metodológica em que discutimos os seguintes conceitos: democratização do conhecimento (divulgação, popularização e comunicação pública da ciência), extensão, assim como gestão participativa e democrática. Nesta seção também houve uma reflexão quanto ao método adotado neste trabalho, o dialético histórico-estrutural (Demo, 1995).

Na segunda seção, resgatamos, por meio de uma abordagem histórica, as principais iniciativas pela democratização do conhecimento tanto no Brasil quanto no âmbito da comunicação institucional das universidades federais, bem como apontamos a democratização do conhecimento como direito humano, até a criação das universidades estudadas, que já são fruto de esforços para ampliar o acesso ao conhecimento no interior do país.

Na terceira seção deste estudo, analisamos e discutimos os dados obtidos na pesquisa de campo que abarcou a área da comunicação institucional e as pró-reitorias de extensão das universidades investigadas. Compõem esse universo os dados por meio das entrevistas individuais semiestruturadas síncronas, na modalidade *on-line*, e os obtidos por meio das perguntas enviadas pelo Fala.BR às cinco universidades selecionadas (UFABC, UFAPE, UFCAT, UFOPA e UNILA). Compõem, também, os dados auferidos por meio da leitura integral dos PDIs e das consultas pontuais aos *websites* dessas universidades com foco na democratização do conhecimento.

⁶ Como as universidades selecionadas para este estudo ainda não haviam consolidado suas políticas de comunicação no período de coleta de dados, esses documentos de gestão não constam no objetivo geral desta pesquisa.

Por fim, as considerações finais e as referências.

1 CONCEITOS, PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA

Esta primeira seção, estruturada em cinco subseções, é dividida em três partes. Na primeira parte, contemplamos os principais conceitos, isto é, o aporte teórico que fundamenta este estudo e contribuiu para responder à pergunta-síntese desta pesquisa: quais os limites e as possibilidades das iniciativas de democratização do conhecimento realizadas por universidades federais brasileiras?

Na segunda parte, compreendemos os procedimentos metodológicos que nortearam este estudo para o alcance do seguinte objetivo geral: descrever e analisar como cinco universidades federais brasileiras mais recentes, uma de cada região do país, com planos de desenvolvimento institucionais (PDIs) vigentes em 2023, têm realizado a democratização do conhecimento a fim de apontar limites e possibilidades acerca dessas iniciativas.

Por fim, na terceira parte, desenvolvemos uma revisão bibliográfica inspirada em uma revisão sistemática de literatura (RSL) em que levantamos os trabalhos que dialogam com esta pesquisa, isto é, a democratização do conhecimento (divulgação, popularização e comunicação pública da ciência) em universidades federais brasileiras.

1.1 Democratização do conhecimento

Destacamos que a democratização do conhecimento, conceito central desta pesquisa, é abordada sob a perspectiva da divulgação, da popularização e da comunicação pública da ciência, uma vez que partimos do entendimento de que para ocorrer a democratização do conhecimento, de fato, não basta publicar trabalhos científicos em uma linguagem pouco acessível. Faz-se necessário compartilhar esses estudos por meio de tradução para uma linguagem simples e acessível à sociedade.

Ressaltamos que vivemos em um período de significativas mudanças e de um processamento rápido delas. Essas mudanças são dinamizadas pelo avanço da capacidade tecnológica e incorporadas como processos de inovação que impactam todas as esferas sociais. A literatura convencionou chamar este período de Sociedade do Conhecimento ou Sociedade da Informação (De Mari, 2012).

Nesse contexto, destacamos que em 2005 a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) publicou Relatório Mundial denominado “Rumo às Sociedades do Conhecimento” com o objetivo de mudar o foco do debate global sobre as

sociedades da informação para o conceito mais amplo e complexo de sociedades do conhecimento. Para a Unesco, as sociedades do conhecimento se fundamentam nos seguintes pilares: liberdade de expressão e liberdade de informação; acesso universal à informação e ao conhecimento; ensino de qualidade para todos; e respeito à diversidade cultural e linguística (Bokova, 2015).

Nessa perspectiva de a sociedade do conhecimento ter como um dos pilares o acesso universal à informação e ao conhecimento, partimos do entendimento de que a democratização do conhecimento, por meio da divulgação, da popularização e da comunicação pública da ciência, constitui mecanismo que pode colaborar com a reinvenção do Brasil, já que, como afirma Freire (1989, p. 21), “o Brasil foi ‘inventado’ de cima para baixo, autoritariamente. Precisamos reinventá-lo em outros termos”.

Essa reinvenção do Brasil pode ser dar com o cidadão mais informado e mais consciente de seus direitos e deveres, na busca de ser protagonista de sua própria história. Isso pode se tornar possível por meio da democratização do conhecimento propalada em dispositivos jurídicos e assegurados na prática por meio das lutas sociais. Partimos da compreensão de que a democratização do conhecimento é um direito que pode contribuir com o acesso a outros direitos humanos, além de poder colaborar também com as mobilizações para essas lutas sociais. Afinal, partimos do entendimento de que o conhecimento, no contexto da sociedade da informação e do conhecimento, é poder.

Nesse ponto, o autor Demo (2000) argumenta que na sociedade do conhecimento o combate à pobreza precisa incluir, em primeiro lugar, o combate à pobreza política, para além do combate à pobreza material, já que o centro da pobreza é o fenômeno da exclusão social. Logo, para o autor, em termos sociais, o problema mais grave parece ser o da ignorância, no sentido da falta de consciência crítica, assim como a capacidade de conceber e articular um projeto histórico próprio.

Nesse cenário, a participação civil é componente indispensável para o processo de construção da cidadania, uma vez que, na sociedade atual, um dos grandes diferenciais competitivos entre as nações é a competência humana de sua população na produção e no uso do conhecimento (Márcia Duarte, 2012). Vimos isso acontecer durante a pandemia da Covid-19, em que o Brasil ficou dependente de outras nações para ter acesso às vacinas. “Ciência e tecnologia cada vez mais é um setor estratégico, uma ferramenta fundamental para um país alcançar desenvolvimento e autonomia, buscando meios próprios para não depender de tecnologias importadas” (Oliveira, 2002, p. 227).

Partimos do entendimento de que a ampliação da democratização da ciência e do conhecimento científico pode oferecer meios para a sociedade atuar de forma mais ativa na condução das políticas pelo poder público. Logo, a democratização do conhecimento pode ser vista como uma forma de prestação de contas. “Afinal, boa parte dos recursos destinados à pesquisa é financiada por meio de impostos” (Oliveira, 2002, p. 227).

Nessa conjuntura, Bueno (2009) comenta a relação entre os principais centros geradores de C&T e a democratização do conhecimento. O autor reconhece que, embora nos últimos anos tenha se avançado um pouco, o caminho a trilhar ainda é imenso uma vez que é

necessário reconhecer que o trabalho de divulgação científica, no Brasil, continua sendo obstaculizado pela ausência de uma “cultura de comunicação” nos nossos principais centros geradores de C&T (universidades, institutos e empresas de pesquisa), que, em sua maioria, ainda não elegeu a **democratização do conhecimento científico** como uma de suas prioridades e que pratica a doutrina do *low profile* no que diz respeito à interação com a sociedade (Bueno, 2009, p. 121, grifo nosso).

Nesse contexto, salientamos que o comportamento social é influenciado pelo saber. A distribuição do saber determina a formação das organizações sociais, a capacidade crítica de os sujeitos em compreender a sociedade em que vive e assim ter condições de reivindicar mudanças. Dessa maneira, a construção coletiva do conhecimento no processo de divulgação científica, por meio de profissionais de comunicação e de pesquisadores de todas as áreas de conhecimento em regime de parceria, pode ser a melhor estratégia para se buscar a democratização do conhecimento, tendo em vista o interesse público (Caldas, 2011).

A parceria entre jornalistas e pesquisadores é fundamental para tornar o conhecimento científico acessível à sociedade. Nesse contexto, a divulgação científica para o público em geral, e não apenas para a comunidade acadêmica, é cada vez mais reconhecida como uma ferramenta de inclusão social. A comunicação, assim, é vista não somente como meio de disseminação de informações, mas, sobretudo, como formadora de uma cultura científica (Lima; Caldas, 2011).

Nesse aspecto, o médico e divulgador científico José Reis, que foi entrevistado no livro da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) “Cientistas do Brasil: depoimentos”, afirma que a “divulgação envolve para mim dois dos maiores prazeres desta vida: aprender e repartir” (Reis, 1998, p. 7). Ele foi um dos principais entusiastas da divulgação científica no país e considera que “a divulgação pela imprensa é muito importante, principalmente em países como o Brasil, onde as dificuldades e as precariedades das escolas fazem com que os estudantes e professores obtenham informações sobre o progresso da ciência através de artigo de jornais” (Reis, 1998, p. 6).

Nessa linha, a pesquisadora Tôzo (2024, p. 275) propõe em sua tese um guia de

jornalismo científico para universidades públicas cujos objetivos são

Produzir conteúdo informativo de qualidade e compartilhar o conhecimento científico produzido nas universidades. É importante mostrar que a universidade não está apartada da sociedade, por isso, colocar as universidades e os seus pesquisadores para explicar, discutir temas, que impactam as pessoas é importante;
Contribuir para o acesso à informação;
Contribuir para a defesa da cidadania e dos direitos humanos.

A pesquisadora (2024) também expõe, nesse guia, a importância das parcerias nesse processo de comunicação da ciência. Ela menciona a construção de relacionamentos contínuos e de confiança com os pesquisadores, a cooperação com outros departamentos, a participação em eventos externos para a ampliação das relações e a visão de fora para as universidades e para os seus produtos, bem como a busca de editais que tragam recursos para projetos, para compra de equipamentos e para a produção de reportagem e/ou produto especial.

Nesse aspecto, ressaltamos que Freire (2013) alerta que a busca do conhecimento em que se rompe a estrutura dialógica do conhecimento está equivocada, por maior que seja a sua tradição. O autor também argumenta que em tipos de relações estruturais, rígidas e verticais, não há lugar para o diálogo. Isso resulta em uma consciência oprimida uma vez que não há experiência dialógica ou de participação. O que se pretende com o diálogo, inclusive em torno do conhecimento científico, “é a problematização do próprio conhecimento em sua indiscutível reação com a realidade concreta na qual se gera e sobre a qual incide, para melhor compreendê-la, explicá-la, transformá-la” (Freire, 2013, p. 41).

Nesse contexto, Monserrat Filho (2002) argumenta que a ciência no Brasil é tratada, especialmente, pela linha vertical. Isso favorece os cientistas que já demonstraram alto mérito e os grupos de excelência comprovada. Assim, pouca ou nenhuma atenção costuma se dar a linha horizontal. “A ciência nunca foi vista como algo destinado à população como um todo” (Monserrat Filho, 2002, p. 221). A alfabetização científica, a popularização da ciência e a educação científica não são apenas metas generosas e opcionais para melhorar a vida do povo carente. São condições indispensáveis para a melhoria de seus padrões de existência, de elevação de seu nível cultural, além de consistente desenvolvimento democrático (Monserrat Filho, 2002).

Nessa linha, Piketty (2022) aborda a questão da justiça educacional. Para ele, a difusão dos conhecimentos sempre foi a ferramenta central para permitir que se atingisse a igualdade real, independente das origens.

Em consonância com as ideias de Freire (2013), de Monserrat Filho (2002) e de Piketty

(2022), Caldas (2010, p. 39) afirma que

é necessário reafirmar que o conhecimento não pode ser dissociado das sociedades democráticas como recurso estratégico. Compartilhar o saber é próprio das sociedades democráticas. Logo, a divulgação do conhecimento científico assume caráter educativo. No espaço público midiático, a circulação da informação científica pode assegurar a formação qualificada da opinião pública. O conhecimento científico é parte integrante da cidadania plena e do processo de inclusão social, uma vez que possibilita ao indivíduo ter acesso às informações mínimas imprescindíveis a uma cidadania ativa e transformadora.

Bueno (2002, p. 229) também se alinha a esse entendimento ao expor que

um país como o Brasil, que se caracteriza por um índice elevado de analfabetismo científico, não pode prescindir da contribuição de cientistas, pesquisadores, professores e comunicadores sociais no processo de democratização do conhecimento. A partilha do saber inclui-se, sem dúvida, entre as funções sociais mais importantes a serem desenvolvidas pelos centros geradores de ciência e tecnologia (universidades, institutos e centros de pesquisa e empresas, dentre outros).

Nesse sentido, Bueno (2002, p. 230) argumenta que “a democratização do conhecimento é uma etapa fundamental do processo de resgate da cidadania do Brasil”. Dessa forma, a “divulgação científica é hoje, ou deveria ser, um tema da política pública e obrigação das universidades que produzem conhecimento novo” (Argüello, 2002, p. 205).

Nesse contexto, a autora Kunsch (1996, n. p.) afirma que “não se justifica mais uma produção científica enclausurada em arquivos e prateleiras, com restrito acesso de uma minoria privilegiada. É preciso democratizar a universidade”.

Na visão de Trigueiro (1999, p. 44-45) “a superação dos bloqueios de comunicação nas universidades é o que considero o principal desafio para enfrentar as mudanças recentes operadas no mundo, colocando em questão o modelo arcaico, corporativo e improdutivo de muitas universidades públicas no País”.

Nesse sentido, partimos do pressuposto de que esse ainda é um problema atual. A superação desses bloqueios de comunicação quanto à democratização do conhecimento por parte das universidades públicas é uma questão de sobrevivência para essas instituições em tempos de impulsionamento da desinformação, inclusive em torno dessas instituições democráticas, bem como acerca da própria democracia. Nesse aspecto, Silva e Tundisi (2018, p. 33) apontam ainda a importância de esse acesso ao conhecimento tornar-se acessível aos tomadores de decisão, já que

[...] um fator que certamente dificulta o aproveitamento do conhecimento científico produzido no país pelas diferentes esferas de governo é que os tomadores de decisão, muitas vezes, não têm acesso a esse conhecimento.

Paralelamente, os responsáveis por decidir em que medida a ciência deve ser financiada frequentemente não conhecem essa ciência. E, mesmo que a conheçam, outros fatores têm peso na tomada de decisão. Nesse contexto, prioridades políticas podem estar acima das prioridades estratégicas para compor o orçamento da ciência e tecnologia.

O conhecimento científico desempenha papel estratégico na sociedade atual, denominada de sociedade da informação ou do conhecimento (Alvim, 2003). Dessa forma, entendemos que democratizá-lo para a consolidação de uma cultura científica no país pode, inclusive, contribuir para o enfrentamento do problema público referente à desinformação, algo que nos parece urgente. Nesse contexto, destacamos que “a Comunicação Pública, ao colocar o cidadão no centro das atenções, evita o desperdício de tempo e de recursos, combatendo a desinformação com comunicação assertiva e clara” (Medeiros; Chirnev, 2021, p. 32).

O pesquisador Wilson da Costa Bueno produziu a primeira tese sobre jornalismo científico no Brasil. Ela foi orientada pelo professor José Marques de Melo (1943-2018) e defendida na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, em 1985 (Tôzo, 2024). Bueno menciona em artigo publicado em 2002 que, em sua experiência como jornalista científico e pesquisador na área, há dificuldades que persistem na relação entre cientistas, pesquisadores e comunicadores da ciência. Embora essas barreiras tenham sido ainda mais acentuadas no passado, elas permanecem desafiadoras, especialmente devido à falta de sensibilidade por parte dos dirigentes dos centros de produção de C&T e dos empresários que controlam a indústria da comunicação (Bueno, 2002).

Nesse contexto, o autor pondera que

a saída é buscar uma aproximação entre todos aqueles que estão (ou deveriam estar) comprometidos com a **democratização do conhecimento**, objetivando o estabelecimento de parcerias, a definição de estratégias de atuação, a capacitação de fontes, o fortalecimento da educação fundamental e o debate amplo sobre o papel da ciência e da tecnologia numa sociedade em desenvolvimento (Bueno, 2002, p. 230, grifo nosso).

Argumentamos que esse comprometimento com a democratização do conhecimento com iniciativas em várias frentes, além do debate amplo com a sociedade sobre o papel da ciência, pode contribuir com o fortalecimento da cultura científica no país. Nesse aspecto, Vogt (2011, p. 13) faz uma comparação entre a cultura científica e a cultura do futebol no Brasil. Ele defende a ideia de que a divulgação de ciência precisa motivar e mobilizar a sociedade, assim como o futebol mobiliza e motiva milhares de brasileiros no país.

O objetivo ideal do divulgador da ciência é que o conhecimento científico, como fenômeno cultural – parte, pois, fundamental da cultura científica

própria do mundo contemporâneo –, possa ser tratado e vivenciado como o futebol. Nesse caso, embora sejam poucos os que efetivamente o jogam, são muitos, na verdade, os que o entendem, conhecem suas regras, sabem como jogar, são críticos de suas realizações, com ele se emocionam e são por ele apaixonados.

As autoras Duque e Cassola (2019) parecem estar em consonância com essa visão de Vogt (2011) ao afirmarem que a divulgação da ciência desempenha papel importante na construção de uma cultura cada vez mais compartilhada entre os cidadãos. Esse processo não apenas amplia o conhecimento da população, mas também estimula reflexões e questionamentos sobre a própria ciência. Nesse sentido, as autoras (2019) ainda alertam que a celeridade com que o conhecimento precisa ser compartilhado e divulgado é um desafio para os cientistas, pois além de estarem focados na aplicação dos resultados e do conhecimento construído, precisam se preocupar também com a disseminação da descoberta. Todavia, segundo as autoras, a popularização da ciência é necessária, atualmente, a qualquer instituição de ensino superior, sobretudo as públicas.

Nos últimos anos observamos que, no Brasil, a universidade pública é vista por parte da sociedade como um espaço de desordem. O país ainda sofre o impacto dessas percepções errôneas após anos de um governo federal que não valorizava suas Ifes. Dados objetivos como o decréscimo nos números de inscritos no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) demonstram isso. Outro ponto é o aumento no número de jovens que optam por ingressar em uma universidade privada ao invés de uma universidade pública (Fonseca, 2024).

Nessa perspectiva, as autoras Oliveira e Bargas (2024, p. 76) afirmam que “no Brasil, a experiência do governo de Jair Bolsonaro (2018-2022) relegou, especialmente, o conhecimento científico e as universidades públicas ao desprezo total”, assim como houve “um caos orquestrado, no qual a invalidação da instituição ciência foi central” (Oliveira; Bargas, 2024, p. 77).

Nesse contexto, “para continuar esse processo de cura social e de retorno civilizacional, que não ocorrerá de um momento para o outro, precisamos da comunicação das universidades, precisamos nos relacionar ainda mais com a sociedade” (Fonseca, 2024, p. 23). É necessário “mostramos os grandes feitos e conquistas das universidades brasileiras. Publicizar os milagres cotidianos que operamos” no âmbito dessas universidades, mesmo em meio a tantos limites, sobretudo orçamentários (Fonseca, 2024, p. 23).

A comunicação da ciência precisa ser reconhecida como uma responsabilidade coletiva de modo a resgatar a imprescindibilidade, a importância e a centralidade das universidades para o desenvolvimento social com máxima urgência. É fundamental derrubar os muros que isolam

essas instituições da sociedade. Além disso, é crucial que as universidades assumam um papel ativo no enfrentamento à desinformação, uma das maiores ameaças do nosso tempo, atuando como pilares na defesa da democracia, da cultura de direitos, das liberdades e das garantias fundamentais (Fonseca, 2024).

1.1.1 Divulgação, popularização e comunicação pública da ciência

A princípio precisamos diferenciar alguns conceitos que podem gerar entendimentos equivocados em torno da democratização do conhecimento na perspectiva da divulgação, da popularização e da comunicação pública da ciência adotada nesta pesquisa. Primeiramente, vamos definir e diferenciar as seguintes expressões: difusão científica, disseminação científica e divulgação científica.

Partimos do entendimento de Bueno (1985), que explica a diferença entre os conceitos: difusão científica, disseminação científica e divulgação científica, uma vez que “cada um desses conceitos assume contornos próprios, ainda que se articulem em um terreno comum” (Bueno, 1985, p. 1420).

A difusão científica refere-se a todo processo utilizado para a comunicação da informação científica e tecnológica tanto entre pares quanto com o público não especializado. A disseminação científica, por sua vez, é caracterizada por ser realizada somente entre pares, por meio, por exemplo, da comunicação científica. Já a divulgação científica refere-se a todo processo de comunicação da informação científica e tecnológica para o público não especializado (Bueno, 1985).

Sob essa perspectiva, este estudo será centrado na divulgação científica, ou seja, na comunicação direcionada ao público não especializado, isto é, na divulgação, na popularização e na comunicação pública da ciência à sociedade. Conceitos que integramos na expressão “democratização do conhecimento”, utilizada neste estudo sob essa ótica.

A divulgação científica pode contribuir com o fortalecimento da ciência e pode, inclusive, ser uma questão de sobrevivência desta em nosso país. Essa divulgação pode ser praticada das mais diversas formas: entrevista do pesquisador a veículos de comunicação; palestras abertas à sociedade; participação em eventos de rua; artigos de opinião à imprensa; atuação em mídias sociais; entre outras possibilidades (Chagas e Massarani, 2020).

Na visão de Bueno (2019), a divulgação científica cumpre a função essencial de democratizar o conhecimento científico e estabelecer condições para a realização da alfabetização científica. Ela busca permitir que pessoas leigas possam compreender, ainda que

minimamente, o mundo em que vivem e assimilar as novas descobertas, o progresso científico, com ênfase no processo de educação científica.

Ressaltamos que são muitos os conceitos que tentam dar conta da comunicação da ciência. Muitos são os termos utilizados a respeito da interlocução entre ciência e sociedade, como os seguintes: divulgação científica; vulgarização científica; vulgarização do saber; popularização da ciência e comunicação pública da ciência. Para a presente pesquisa conceituaremos essas expressões que, embora sejam, por vezes, tratadas como sinônimos, entendemos que há algumas diferenças que precisam ser consideradas.

As expressões “vulgarização do saber” e “vulgarização científica” eram mais utilizadas na década de 1920 e início da década de 1930. Nesse contexto, é importante destacarmos o ensaio “A vulgarização do saber”, publicado em 1931 no livro homônimo de Miguel Ozorio de Almeida. É provavelmente um dos primeiros escritos brasileiros em que foram discutidas as vantagens e as limitações das atividades de divulgação científica (Massarani; Moreira, 2004). Contudo, destacamos que as expressões “vulgarização do saber” e “vulgarização científica” caíram em desuso, pois, embora fossem relacionadas à ideia de tornar o conhecimento acessível, também podem remeter ao sentido pejorativo de “vulgar”, o que compromete sua adequação terminológica.

Sob essa análise, Albagli (1996) já evidenciava que a expressão “divulgação científica” vem sendo mais frequentemente utilizada na literatura brasileira. Fetter (2022) demonstra em seu estudo que o cenário atualmente não se alterou, uma vez que os resultados apontam para a predominância do termo “divulgação científica” tanto na função de palavra-chave quanto ao longo dos artigos, configurando-se como uma maneira de circunscrever os estudos da área.

No Brasil, nas décadas de 60 e 70 do século XX já se mencionava com alguma frequência o termo “popularização da ciência”, entretanto é o conceito de divulgação científica que vai prevalecer com mais predominância até os dias atuais. Nesse aspecto, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) conceitua popularização da ciência⁷ por meio da divulgação da ciência: “popularização da ciência é o ato de difundir e divulgar a ciência para toda sociedade, em meio a tantos desafios sociais, ambientais, econômicos e tecnológicos, entre outros”.

De acordo com Germano (2011), o conceito de divulgação científica, no contexto

⁷ Conceito de popularização da ciência disponível em: <https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/popciencia>. Acesso em: 24 abr. 2023.

brasileiro, é geralmente associado ao conceito de popularização da ciência, especialmente, no que se refere à ideia de divulgar para popularizar. No entanto, o autor alerta que, apesar de algumas iniciativas de divulgação científica estarem envolvidas com os objetivos de popularização da ciência, nem sempre a divulgação científica está orientada para esse fim.

Para o autor, a divulgação científica ainda é caracterizada por pouca ênfase no diálogo com os públicos não especializados e a responsabilidade principal em realizá-la tem recaído especificamente sobre os cientistas e os profissionais de imprensa. Ele conceitua popularização da ciência como

[...] muito mais do que vulgarizar ou divulgar a ciência. É colocá-la no campo da participação popular e sob o crivo do diálogo com os movimentos sociais. É convertê-la ao serviço e às causas das maiorias e minorias oprimidas numa ação cultural que, referenciada na dimensão reflexiva da comunicação e no diálogo entre diferentes, oriente suas ações respeitando a vida cotidiana e o universo simbólico do outro (Germano, 2011, p. 305).

Dessa forma, a popularização da ciência seria colocar a ciência e os conhecimentos científicos para a participação da sociedade e a serviço dela. Embora a expressão “divulgação científica” seja a mais utilizada historicamente e usada por muitos como sinônimo de “popularização da ciência”, precisamos ponderar que sua definição é vista hoje como insuficiente para dar conta da complexidade das relações envolvidas na difusão dos conhecimentos científicos para o público não especializado (Massarani; Moreira, 2004).

Ocorre que, na atualidade, partimos do pressuposto de que a expressão “popularização da ciência” também parece não conseguir compreender sozinha a complexidade da rede de fluxos de comunicação com o público não especializado. A percepção que temos é que ela ainda tem sido voltada, predominantemente, a eventos científicos no país. Isso pode ser observado no *site* do MCTI, em que foram disponibilizadas as seguintes iniciativas de popularização da ciência: Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, Seminário Internacional de Astronomia de Astronáutica, Programa Caça Asteroides, Olimpíadas e Feiras Científicas, além de Centros e Museus de Ciência e Tecnologia.⁸

Nesse contexto, em nossa opinião, tanto a divulgação científica quanto a popularização da ciência precisam ser vistas por meio dos princípios da comunicação pública com vistas a uma comunicação pública da ciência. Por meio desses princípios é possível realizarmos a democratização do conhecimento pautada no interesse público, em uma relação horizontalizada e dialógica, para além de eventos científicos e de ações isoladas de extensão à sociedade.

⁸ Informações sobre iniciativas de popularização da ciência disponíveis em: <https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/popciencia>. Acesso em: 10 jun. 2023.

Segundo Matos (2012), a implantação da radiodifusão no Brasil na década de 1920 consagrou a expressão “comunicação pública”. Na época, era entendida como comunicação estatal, ou seja, utilizada no sentido contrário ao da comunicação realizada pelo setor privado. Brandão (2012) também afirma que a expressão comunicação pública não é nova. Contudo, a autora aponta para a utilização da expressão no Brasil na década de 1970, desde que se começou a discutir direitos e políticas de comunicação. A autora ainda expõe que no início da década de 1980, a Frente Nacional de Luta pela Democratização da Comunicação, movimento civil que congregou entidades, profissionais e intelectuais, pretendia apresentar propostas de políticas de comunicação à Constituição Federal (Brasil, 1988). Nesse contexto, a expressão “comunicação pública” já era utilizada, todavia ainda entendida como comunicação estatal, realizada pelo Estado.

Para Koçouski (2012), a redemocratização do país em 1985 e a Constituição Federal de 1988 foram dois fatores cruciais para o interesse despertado pela comunicação pública nos meios acadêmicos. Ambos abriram espaços à defesa de direitos e à ampliação da participação cidadã na vida pública, bem como à transformação do papel do Estado em sua relação com a sociedade.

Na medida que novos atores sociais começaram a participar ativamente da construção da democracia com a redemocratização do país, houve a ampliação do conceito de comunicação pública. Porém, se o cenário político explica a busca por um termo cujo significado seja mais adequado a um novo tempo, ainda é um conceito em construção e com múltiplos significados, por vezes conflitantes, a depender do país, do autor e do contexto em que é utilizada. A expressão ainda não é um conceito claro, nem mesmo uma área de atuação delimitada (Brandão, 2012).

No final da década de 1990 começava-se a discutir o conceito de comunicação pública (CP) no Brasil no âmbito acadêmico. Apesar de o tema ter provocado muita discussão, o conceito não se distanciou muito da compreensão do autor Pierre Zémor (1995). Segundo ele, a legitimidade da comunicação pública se dá pelo interesse geral, razão pela qual acontece no espaço público, sob o olhar do cidadão. Ainda para o autor, a comunicação pública está associada às instituições públicas (Zémor, 1995).

Nesse contexto, precisamos reconhecer a contribuição de relevância de Zémor para a sistematização da comunicação pública. Entretanto, precisamos sair do círculo concêntrico em torno do governo que o autor a coloca, já que na comunicação pública todos os agentes envolvidos na esfera pública devem desempenhar as atribuições que o autor atribui apenas ao

Estado (Matos, 2012).

Nesse panorama, a comunicação pública deve ser compreendida em um sentido mais amplo do que apenas fornecer informação. É preciso incluir a possibilidade de o cidadão ter conhecimento da informação que lhe diz respeito, inclusive a que não busca, por não saber nem mesmo que existe. Na prática inclui o estímulo para o cidadão ser protagonista de sua própria história, ter conhecimento de seus direitos, ter possibilidade de diálogo para que tenha participação efetiva nas decisões sobre aquilo que é de interesse público (Duarte, 2012).

Em síntese, a comunicação pública é uma estratégia ou ação comunicativa que acontece quando o olhar é direcionado ao interesse público e para a efetiva democratização da comunicação. A sua operacionalização demanda necessariamente uma opção pela cidadania e pelo interesse público. Nesse sentido, o acesso à informação e aos canais de comunicação dialógicos com a sociedade é a base para que esse tipo de comunicação se concretize (Duarte, 2012; Koçouski, 2012).

De acordo com Medeiros e Chirnev (2021, p. 9), “o propósito da Comunicação Pública é estimular a participação para garantir que as pessoas tenham acesso àquilo que têm direito como cidadãos”. À vista disso, Matos (2012, p. 47) destaca que “o entendimento da comunicação pública como espaço da/para sociedade organizada é relativamente recente”.

No “Guia de Comunicação Pública” de autoria de Medeiros e de Chirnev (2021), concebido no âmbito da Associação Brasileira de Comunicação Pública (ABCPública), foram elencados doze princípios da comunicação pública.

Quadro 1 – Princípios da comunicação pública

Princípio	Detalhamento
Garantir o acesso amplo à informação	A comunicação pública pressupõe o uso de meios plurais e de linguagem simples, que garantam pleno acesso e compreensão da informação pelos diferentes estratos da sociedade.
Fomentar o diálogo	A comunicação pública trata informação e diálogo como direitos individuais e patrimônio social, bases para o exercício da cidadania. Cria espaços para interlocução multidirecional e estimula uma cidadania ativa, informada e participativa.
Estimular a participação	A comunicação pública incentiva o debate e a participação ativa do cidadão na formulação e na implantação das políticas públicas.
Promover os direitos e a democracia	A comunicação pública promove os direitos humanos, constitucionais e sociais, a democracia, o diálogo, a justiça, a equidade, a solidariedade, a diversidade, a busca do consenso e o exercício da cidadania.
Combater a desinformação	A comunicação pública deve combater a desinformação, garantindo a transparência, a oferta de dados precisos, a rapidez na checagem de fatos e a

	disseminação de correções e informações verificadas.
Ouvir a sociedade	Comunicadores públicos atuam como ouvidores da sociedade, ajudando as instituições a compreenderem e a atenderem os interesses e anseios de diferentes públicos. Os profissionais de comunicação devem ser permanentemente capacitados para contribuir, de maneira qualificada, com o aprimoramento do atendimento da população.
Focar no cidadão	A comunicação pública adota foco e perspectiva do cidadão. Viabiliza o atendimento às demandas, aos anseios e aos interesses do cidadão, adaptando as informações ao nível de conhecimento, às condições e às possibilidades de cada pessoa envolvida.
Ser inclusiva e plural	A comunicação do serviço público deve produzir conteúdo adaptado e acessível. Deve abrir espaço à diversidade de pensamento, garantir a representatividade e o uso de linguagem inclusiva.
Tratar a comunicação como política de Estado	Comunicação pública é dever e responsabilidade do Estado e colabora ativamente para o cumprimento dos princípios constitucionais da publicidade e da transparência. O Estado tem obrigação de explicar, traduzir, orientar, prestar contas sobre o valor de cada ação pública e garantir a qualidade da interlocução e do acesso do cidadão às informações de seu interesse.
Garantir a impessoalidade	A comunicação pública não se submete a interesses particulares, eleitorais e de promoção pessoal.
Pautar-se pela ética	A comunicação pública tem como pressuposto que verdade e ética são responsabilidades de todos os governos, comunicadores, dirigentes e atores públicos.
Atuar com eficácia	A comunicação pública busca eficácia comunicativa. Deve zelar pela utilidade e pela relevância dos conteúdos veiculados e pela otimização dos recursos empregados. Deve ainda contar com indicadores de eficácia que possibilitem seu aperfeiçoamento e o acompanhamento pela sociedade.

Fonte: elaborado pela autora com informações obtidas no “Guia de Comunicação Pública” (Medeiros; Chirnev, 2021).

Ao buscar dar voz a quem não está sendo ouvido, a comunicação pública tem como objetivo contribuir com a participação social e com o fortalecimento da cidadania (Medeiros; Chirnev, 2021). Nesse mesmo sentido, Medeiros e Mainieri (2022, p. 17-18) sustentam que a “comunicação pública possibilita a gestão de processos midiáticos em consonância com a ética e com a transparência, buscando respeitar os direitos humanos e consolidar o estabelecimento de relações sociais dialógicas e participativas”.

Com efeito, entendemos que a Comunicação Pública da Ciência (CPC) está baseada nos princípios da comunicação pública, sobretudo quanto ao olhar do interesse público, do cidadão na centralidade do processo com o objetivo de levar ao engajamento e ao empoderamento do cidadão brasileiro, especificamente em relação à ciência e ao conhecimento científico. Fernandes (2011, p. 93) conceitua comunicação pública da ciência como “o exercício através do qual os produtores do conhecimento científico – cientistas – dão a conhecer o resultado do

seu trabalho a destinatários não-especialistas – leigos”.

Nesse contexto, Brandão (2012) divide a comunicação pública em cinco possibilidades: comunicação organizacional, comunicação científica, comunicação governamental, comunicação política e comunicação da sociedade civil organizada. Entre elas, o que a autora denomina de comunicação científica parece estar em consonância com o nosso entendimento acerca do conceito da comunicação pública da ciência. Para a autora, pelo menos dois fatores podem ser apontados para a identificação das atividades de comunicação científica como comunicação pública.

O primeiro fator refere-se à expansão da comunicação científica a partir de uma área tradicional da ciência da informação, a divulgação científica, à qual se somaram os conhecimentos e experiências acumulados no campo da difusão da informação. Já o segundo fator refere-se à produção e à difusão do conhecimento científico que incorporaram preocupações sociais, políticas, econômicas e corporativas que ultrapassam os limites da ciência pura e que obrigaram as instituições de pesquisa a realizarem divulgação científica, a ir além do círculo de seus pares (Brandão, 2012). A autora ainda complementa esse entendimento ao declarar que

entre esses novos horizontes, a preocupação com o papel social da ciência na sociedade; o aumento da competitividade entre equipes e instituições de pesquisa em âmbito nacional e internacional; os vultosos investimentos em dinheiro, tempo e capacitação dos pesquisadores; a premissa de que o acesso às informações de ciência e tecnologia é fundamental para o exercício pleno da cidadania; a necessidade de posicionar a ciência no que se refere às decisões políticas e econômicas do país e, por conseguinte, a necessidade de legitimação perante a sociedade, o que significa despertar o interesse da opinião pública, dos políticos, da sociedade organizada e, principalmente, da mídia. Para isso, é crucial que o campo científico e o campo da mídia sejam cada vez mais próximos (Brandão, 2012, p. 4).

Seguindo essa linha de pensamento em torno da CPC, Lewenstein (2003) identificou quatro modelos-chave que têm sido utilizados para descrever as atividades de comunicação pública da ciência: modelo do déficit, modelo contextual, modelo de experiência leiga e o modelo de participação pública (tradução nossa).⁹

O modelo do déficit emerge na metade do século XIX e está diretamente ligado à ideia de alfabetização científica, em que tem por objetivo disseminar informações ao público leigo, partindo do entendimento da ignorância do público em relação a temas científicos (Caldas, 2011). A autora Massarani (2012) pontua que a abordagem hegemônica na América Latina

⁹ Texto original: “*This article identifies four key models that have been used to describe public communication activities: deficit model, contextual model, lay expertise model, and public participation model*”.

ainda é o chamado modelo de déficit. Tal modelo vê a audiência como um grupo de pessoas analfabetas em ciência que deve receber os conteúdos de um conhecimento neutro. Ela (2012, p. 99) enfatiza ainda, em uma perspectiva crítica, que “os conteúdos são compartilhados, muitas vezes, no formato de verdadeiras ‘pílulas’ que encapsulam o conhecimento científico”.

Já o modelo contextual surge na década de 1980 e começa a se preocupar com a valorização de experiências culturais e os saberes prévios do cidadão. Há o reconhecimento do papel da mídia na ampliação dos conceitos científicos, porém não se consideram as respostas do público que recebe informações unidirecionais e em situações específicas. Dessa forma, o modelo contextual consiste apenas em uma visão mais refinada do modelo de déficit (Caldas, 2011).

O modelo de experiência leiga emerge no início da década de 1990 e reconhece o conhecimento, os saberes e os valores das comunidades. Parte da premissa de que cientistas muitas vezes não demonstram razoabilidade e, por vezes, adotam posturas arrogantes em relação ao nível de conhecimento do público. Ainda assim, trata-se de modelo marcado por uma abordagem mais dialógica e democrática se comparado aos modelos anteriores (Caldas, 2011).

Por fim, o modelo mais aceito após a década de 1990 até os dias atuais é o de participação pública. Ele não só reconhece, como valoriza a opinião do público e seu direito de participar das decisões sobre as políticas públicas de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I). É considerado um modelo dialógico por essência, já que pressupõe a existência de fóruns de debate com a participação de cientistas e do público. Todavia, ainda assim, é alvo de algumas críticas por estar mais centrado na discussão das políticas científicas em lugar da compreensão pública da ciência (Caldas, 2011).

Os autores Costa, Sousa e Mazocco (2010) também argumentam que a divulgação científica faz parte de uma esfera mais ampla: a comunicação pública da ciência. Eles destacam duas abordagens quanto aos modelos de CPC: a primeira que prevê uma comunicação de via única, tratando o público como mero receptor – modelo de déficit –, o que na época tendia a prevalecer no Brasil; e a segunda que assume uma comunicação de duas vias, em que o público ocupa uma posição ativa e de integração no processo; em outras palavras, um diálogo entre emissor e receptor – modelo de participação pública.

A primeira abordagem vem sofrendo inúmeras críticas, entre elas, a afirmação do conhecimento científico como algo acabado e indiscutível, além da caracterização de um público carente de conhecimento. Esse modelo assegura a visão de uma ciência autônoma, objetiva e que representa tão somente a “verdade” (Costa; Sousa; Mazocco, 2010). Quanto a

essas críticas, percebemos semelhanças às realizadas em torno da divulgação científica.

Já a segunda abordagem está relacionada a uma sociedade democrática e ativamente participativa nas decisões relacionadas a questões de C&T. Esse modelo assegura a tendência dialógica da comunicação, pois prevê que cientistas e público ocupem o mesmo nível na estrutura, realizem decisão conjunta nas políticas públicas de C&T e, sobretudo, estimulem o diálogo entre a ciência, a tecnologia e a sociedade (Costa; Sousa; Mazocco, 2010).

Nesse contexto, a complexidade da relação entre a ciência, a tecnologia e a sociedade é reconhecida ao superar a clássica relação linear entre elas (Costa; Sousa; Mazocco, 2010). Segundo Vanzini (2015, p. 10), “entre os modelos de comunicação pública da ciência, o modelo democrático apresenta características mais promissoras a incentivar esse tipo de participação e incrementar possibilidade de exercício cidadão”. Dessa maneira, parece ser a abordagem que mais está em consonância com os princípios da comunicação pública.

Nesse sentido, a comunicação pública da ciência, o jornalismo científico e a utilização de modelos que incentivem a participação de maneira igualitária entre especialistas e o público não especializado podem ampliar o número de atores sociais nos processos decisórios, desde que possibilitem ao cidadão as condições e os conhecimentos científicos suficientes para exercer um papel mais ativo (Vanzini, 2015). Dessa maneira, as ações realizadas pelas instituições públicas em prol da divulgação e da comunicação da ciência com o público não especializado são bastante relevantes para estimular o interesse da população pelos assuntos relacionados à ciência e para democratizar o acesso ao conhecimento (Martins; Cabral, 2022).

Em consonância com a visão de Costa, Sousa e Mazocco (2010) em torno da comunicação pública da ciência, mas com alterações quanto à nomenclatura das classificações, Kunsch (2019) também afirma a existência de dois principais modelos presentes nesse tipo de CPC: o unidirecional e o dialógico. O unidirecional privilegia as fontes e os cientistas como os detentores do conhecimento. Atua em uma perspectiva linear, com o objetivo de informar e de divulgar. Já o modelo dialógico promove a participação pública por meio de fóruns, debates, conferências e programas interativos. Nesse modelo, a ciência é vista como parte integrante da sociedade e é incentivado o desenvolvimento de uma cultura científica nos diversos segmentos sociais, o que contribui para a inclusão social e para a valorização dos conhecimentos locais das comunidades, inclusive dos grupos marginalizados (Kunsch, 2019).

Nesse contexto, segue o Quadro 2 que sintetiza as principais nomenclaturas e características referentes à comunicação da ciência.

Quadro 2 – Principais nomenclaturas relacionadas à comunicação da ciência

Designação	Foco	Modelo Comunicacional	Público
Difusão científica	Informacional; transmissão de conhecimentos científicos	Referente a todo processo utilizado para a comunicação da informação científica	Pares e públicos não especializados
Disseminação científica	Conhecimentos científicos	Horizontalizado; cientistas para cientistas	Pares
Divulgação científica	Informacional; transmissão de conhecimentos científicos	Verticalizado; cientistas para população	Público não especializado
Alfabetização científica	Pedagógico; informacional; melhoria do ensino de ciências; fomento de cultura de pesquisa	Verticalizado; cientistas para estudantes e/ou população	Estudantes; população
Vulgarização da ciência	Informacional; tradução de linguagem especializada em linguagem comum	Verticalizado; cientistas para população	Público não especializado
Popularização da ciência	Informacional; pedagógico; tradução de linguagem especializada em linguagem comum	Verticalizado (podendo ter nuances de compartilhamento)	Público não especializado
Jornalismo científico	Informacional; tradução de linguagem especializada em linguagem comum	Verticalizado	Cientistas, especialistas, profissionais de comunicação (mediação) e público não especializado
Letramento científico	Democratização da CTI; pedagógico; político; possibilidade de compreensão crítica da CTI pelo público não especializado	Horizontalizado; definição conjunta da agenda científica	Cidadãos
Engajamento público	Democratização da CTI; participação; político; possibilidade de compreensão crítica da CTI pelo público não especializado	Horizontalizado; definição conjunta da agenda científica	Cidadãos

Comunicação pública da ciência	Democratização da CTI; participação; político; possibilidade de compreensão crítica da CTI pelo público não especializado	Horizontalizado; comunicação de mão dupla, foco no interesse público, no cidadão	Cidadãos
--------------------------------	---	--	----------

Fonte: adaptado pela autora (2023) com base no quadro de Silva; Paro; Ventura, 2021.

Ressaltamos que Bueno (2002) traz uma perspectiva crítica quanto à democratização do conhecimento no Brasil. Para o autor, o nosso país está distante da situação ideal, pois na maioria das instituições responsáveis pela produção de C&T inexistente uma autêntica cultura de comunicação. Segundo ele, nessas instituições não têm sido implementados canais adequados com os públicos não especializados; a estrutura que responde pelo planejamento e pela execução das atividades de comunicação muitas vezes não é profissionalizada; além de uma parte significativa de o esforço de divulgação concentrar-se na promoção de pessoas geralmente situadas no topo da hierarquia organizacional.

Tal contexto, segundo Bueno (2002), não favorece o impulsionamento da democratização do conhecimento no país e traz prejuízos não apenas para a formação e informação dos cidadãos, mas também para o reconhecimento da sociedade quanto à importância da C&T para o desenvolvimento nacional. Esse panorama de reduzida visibilidade de instituições com a opinião pública e mesmo com determinados setores da vida nacional, como a classe política, pode trazer como consequência a ausência da visão de C&T como prioridade nacional e, assim, a falta de implementação dos investimentos adequados para a área.

Os autores Lima Junior e Lourenço (2024) argumentam, em uma perspectiva crítica, que no meio acadêmico ainda impera uma forma de difusão científica que se baseia em um paradigma ultrapassado que precisa ser reelaborado, pois envolve os seguintes elementos: idiossincrasias do universo acadêmico (discurso de autoridade; a ciência como única forma de representação da realidade, divulgação das pesquisas em competição com os pares); entendimento de que a mídia tradicional é o principal espaço para divulgação científica; incompreensão das potencialidades das redes sociais e do uso de novos formatos e de linguagens contemporâneas; a concepção de que a difusão da informação é a única tarefa a ser realizada na divulgação científica, ignorando-se o engajamento da audiência; o *release* como a única forma de realizar divulgação científica; cópia de modelos de divulgação científica elaborados a partir de realidades socioeconômicas e culturais diferentes da realidade brasileira; e, por fim, o entendimento de que o cientista precisa se tornar um agente de comunicação.

Os autores Moreira e Massarani (2002) também corroboram essa perspectiva crítica ao

apontarem que os aspectos culturais, importantes em qualquer processo de divulgação científica, raramente são considerados. Para os autores, as interfaces entre ciência e cultura são frequentemente ignoradas e, com ínfimas exceções, pouco se tem feito para uma divulgação mais consistente e permanente para as camadas populares.

Nesse aspecto, Cavalcanti (2002, p. 217), apesar de reconhecer o aumento da flexibilidade em torno da cobertura de ciência e tecnologia, uma vez que podem estar em outras editorias que não necessariamente na de ciência, faz uma provocação em torno de alguns desafios da divulgação científica no país ao pontuar que

como tudo o que diz respeito à ciência no Brasil, o jornalismo científico – uma das modalidades da divulgação científica – sofre com a falta de investimento e de espaço. Enquanto nas instituições de pesquisa não chega dinheiro para financiar os trabalhos, faltam anunciantes para manter as publicações na mídia. Se, na hora de cortar despesas, o setor de ciência e tecnologia é um dos mais prejudicados, quando é necessário “enxugar” os custos com o papel do jornal ou revista, adivinhe onde o espaço é reduzido?

Para ilustrar esse ponto da falta de investimento e de espaço do jornalismo científico, especificamente nas universidades públicas brasileiras, os autores Diogo de Oliveira e Graciele de Oliveira (2020) fizeram um estudo com levantamento de todas as IES que oferecem o curso presencial de jornalismo. Entre as 524 IES públicas e privadas com cursos de jornalismo oferecidos no Brasil, 64 cursos são ministrados em 51 universidades federais e estaduais – que correspondem a 9,7% do total de IES. Nesse universo de 64 cursos encontrados, apenas 26 deles oferecem disciplinas de jornalismo científico e em 14 deles o jornalismo científico é um dos assuntos presentes na ementa (disciplinas de jornalismo especializado ou divulgação científica). Ainda de acordo com o estudo, quanto às IES públicas que oferecem cursos presenciais de Jornalismo, somente 4,7% delas contam com o jornalismo científico como disciplina obrigatória.

Embora os investimentos em CPC no Brasil sejam ínfimos, um estudo comparativo internacional¹⁰ sobre a comunicação pública da ciência publicado na revista *PLOS ONE*, em 2020, revelou que a intensidade das ações das organizações científicas brasileiras na área de comunicação pública da ciência é superior à dos Estados Unidos, Reino Unido, Itália, Holanda, Alemanha, Portugal e Japão. Na análise, foram considerados os três seguintes formatos de comunicação com públicos não especializados: a realização de eventos públicos, o acesso aos meios de comunicação tradicionais e o uso de novos canais de mídia (Entradas *et al.*, 2020).

¹⁰ O estudo, realizado entre 2017 e 2018, contemplou a amostra estratificada de 2.030 institutos no Brasil, Alemanha, Itália, Japão, Holanda, Portugal, Reino Unido e Estados Unidos da América. Disponível em: <https://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0235191>. Acesso em: 10 mar. 2024.

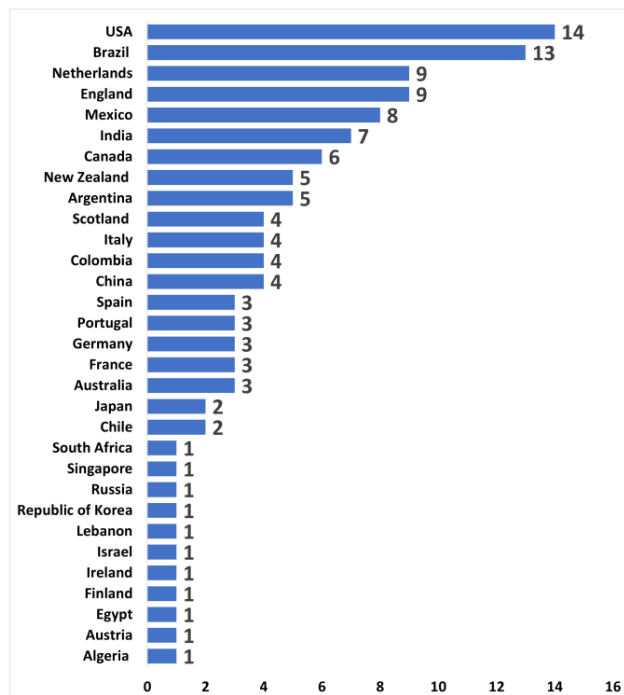
Esse estudo ainda demonstra que, apesar de haver esforços, a comunicação pública ainda está distante de ser totalmente institucionalizada. Quatro em cada dez institutos empregam pessoal de comunicação e metade depende de comunicações centrais ou de gabinetes de relações públicas para divulgar as suas notícias. Além disso, a média é que cada instituto gasta cerca de 3% de seu orçamento anual de pesquisa em comunicações públicas (Entradas *et al.*, 2020). Os entrevistados ainda disseram que a CPC aumentou em 61% dos institutos da amostra e começou num outro terço. Ainda cerca de metade dos institutos espera dedicar mais recursos nos próximos anos e 90% esperam que os pesquisadores se envolvam na CP (Entradas *et al.*, 2020).

Outro estudo, denominado “A distribuição do ensino de divulgação científica ao redor do mundo” (tradução nossa),¹¹ foi publicado no *Journal of Science Communication* (JCOM) e foi assinado por pesquisadores de países distintos. Essa pesquisa exploratória consolidou um mapa de ensino da divulgação científica e algumas análises acerca dele, tendo em vista que a área de divulgação científica, como campo acadêmico, caracteriza-se por ser recente. Isto é, em um cenário internacional de no máximo 40 anos, uma vez que os programas de ensino na área emergiram na década de 1980 (Massarani *et al.*, 2023).

O estudo levantou 122 programas de ensino de divulgação científica em 31 países do mundo, o que demonstra uma crescente profissionalização da área de divulgação científica. Nesse contexto, os pesquisadores apontam a concentração considerável de programas nos EUA (16%) e na Europa (34%). A América Latina apresenta um número relevante, já que possui 26% dos programas de ensino de divulgação científica. A Ásia conta com 14% e a África com apenas 2%. Os pesquisadores ainda pontuam que, apesar de a América Latina ter 52 programas, eles se concentram em poucas cidades, geralmente nas maiores (Massarani *et al.*, 2023).

¹¹ Texto original: “*The distribution of science communication teaching around the globe*”. O estudo pode ser acessado, na íntegra, em: https://jcom.sissa.it/article/pubid/JCOM_2206_2023_A05/. Acesso em 10 abr. 2024. A divulgação científica do estudo foi realizada por uma de suas autoras, Luisa Massarani, em: <https://www.youtube.com/watch?v=e2sT--jOR1A>. Acesso em: 10 abr. 2024.

Figura 1 – Número de programas de ensino de divulgação científica por país



Fonte: Massarani *et al.*, 2023, p. 10.

Como vimos na figura acima, o Brasil se destaca em número de programas de ensino de divulgação científica. Os autores do estudo elencaram todos os 122 cursos no estudo. Destacamos, no quadro abaixo, os 13 programas de divulgação científica ofertados no Brasil. Cabe ressaltar a concentração desses programas na região Sudeste do país.

Quadro 3 – Programas/cursos de ensino de divulgação científica no Brasil

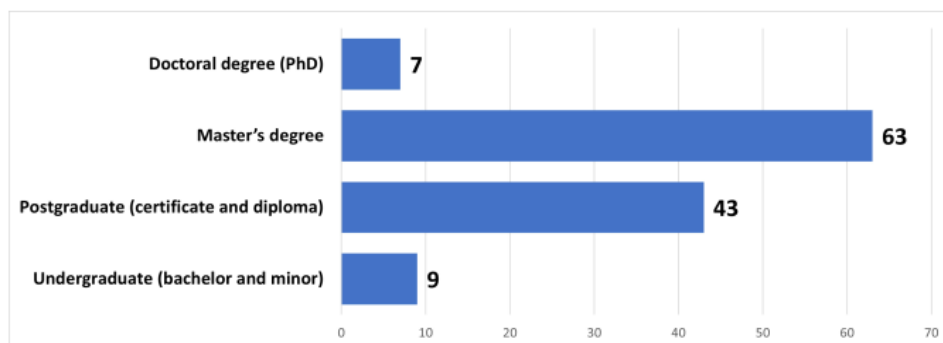
	Nome do programa/curso	Nome da Organização	Tipo de programa/curso
1	Especialização em Educação e Divulgação Científica	Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ)	Certificado de graduação/diploma/área de especialização
2	Divulgação da Ciência, da Tecnologia e da Saúde	Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Museu de Astronomia e Ciências Afins, Fundação CECIERJ, Instituto de Pesquisa Jardim Botânico do Rio de Janeiro, Casa da Ciência (UFRJ)	Certificado de graduação/diploma/área de especialização
3	Curso de Pós-Graduação - Especialização em Jornalismo Científico	Laboratório de Jornalismo Científico (Labjor), Departamento de Política Científica e Tecnológica do Instituto de Geociências; Departamento de Multimeios do Instituto de Arte, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)	Certificado de graduação/diploma/área de especialização

4	Ensino em Biociências e Saúde	Instituto Oswaldo Cruz (IOC), Fundação Oswaldo Cruz	Mestrado
5	Divulgação Científica e Cultural	Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)	Mestrado
6	Mestrado em Divulgação da Ciência, da Tecnologia e da Saúde	Casa de Oswaldo Cruz/ Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz); Instituto de Pesquisa Jardim Botânico do Rio de Janeiro; Museu de Astronomia e Ciências Afins; Fundação CECIERJ; Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Collaboration: Cornell University (U.S.A.); Oregon State University (U.S.A.); Scuola Internazionale Superiore di Studi Avanzati (Italy); Université Paris 8 (France)	Mestrado
7	Programa de Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> em Informação e Comunicação em Saúde (PPGICS)	Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (Icict), Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)	Mestrado
8	Educação, Difusão e Gestão em Biociências	Instituto de Bioquímica Médica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	Mestrado
9	Ensino em Biociências e Saúde	Instituto Oswaldo Cruz (IOC), Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)	Doutorado
10	Doutorado Multi-institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento	Universidade Federal da Bahia; Universidade Estadual de Bahia; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia; Universidade Estadual de Feira de Santana; Federação das Indústrias do Estado de Bahia; Laboratório Nacional de Computação Científica; Instituto de Humanidades, Artes e Ciências de Bahia	Doutorado
11	Programa de Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> em Informação e Comunicação em Saúde (PPGICS)	Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (Icict), Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)	Doutorado
12	Educação, Difusão e Gestão em Biociências	Instituto de Bioquímica Médica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	Doutorado
13	Curso de especialização em comunicação pública da ciência	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	Certificado de graduação/diploma/área de especialização

Fonte: adaptado pela autora (2024) com base no quadro Massarani *et al.* (2023, p. 21-27).

Ainda segundo os pesquisadores, 62 programas são ofertados em inglês, seguidos de 21 em espanhol e 16 em português. Quanto ao nível educacional deles, há a prevalência do mestrado, com 63 (52%) e, ainda, poucos doutorados, apenas 7 (6%). Há 43 programas na linha de especialização (35%) e 9 (7%) relativos a programas em universidades vinculados à graduação (Massarani *et al.*, 2023).

Figura 2 – Número de programas de ensino de divulgação científica por nível de estudo



Fonte: Massarani *et al.*, 2023, p. 16.

Os pesquisadores ainda evidenciam que é preocupante o fato de que não identificaram nenhum programa de ensino de divulgação científica em mais de 80% dos países do mundo. Isso indica a necessidade de maior desenvolvimento e expansão desse campo (Massarani *et al.*, 2023).

Dessa maneira, observamos que a divulgação científica constitui uma atividade em permanente (re)construção, particularmente no Brasil. Consolidá-la, aprimorá-la, tanto quantitativamente quanto qualitativamente, para incorporar parcelas marginalizadas de nossa população, é uma tarefa complexa, que só poderá ser realizada se contar com direcionamentos gerais consistentes. É preciso transformá-la em um processo coletivo amplo, que envolva instituições de pesquisa, universidades, comunicadores, cientistas, educadores, estudantes, enfim, toda a sociedade (Massarani; Moreira; Brito, 2002).

A democratização do conhecimento, por meio da divulgação, da popularização e da comunicação pública da ciência, torna possível proporcionar ao cidadão a participação no processo cultural de C&T, para que se torne parte de seu cotidiano, inclusive para que possam compreender melhor a função da ciência para a vida humana e para o bem-estar social (Porto, 2011).

Entendemos que os conceitos de divulgação científica, de popularização da ciência e de comunicação pública da ciência não podem ser entendidos como opostos, pois eles se

complementam e se fortalecem no contexto da necessidade de aproximar cada vez mais a ciência e a universidade da sociedade. Um conhecimento científico apoiado no interesse público, na participação e no engajamento do cidadão.

Para Mendonça (2024), a comunicação pública das universidades se mostra central na proteção e na defesa da democracia na atualidade, uma vez que as universidades são fundamentais para o desenvolvimento de um contexto mais propício à qualificação de debates públicos. O autor ainda explica que a comunicação pública das universidades pode e deve fortalecer institucionalmente a própria ideia de universidade e seu lugar na produção do conhecimento. Nesse ponto, a comunicação institucional e a comunicação pública podem se sobrepor, já que o interesse público requer o fortalecimento de certas instituições.

Ao colocarmos a comunicação como eixo central, podemos afirmar que abalos nos sistemas comunicacionais também tendem a provocar abalos nas democracias contemporâneas, pois a democracia na vida concreta é permeada por mediações como a do jornalismo ou da comunicação pública (Oliveira; Bargas, 2024). As autoras também expõem que

a crise epistêmica que vivemos atualmente, marcada pelo questionamento da autoridade e confiança nas instituições e na produção do conhecimento, tem implicações profundas para a democracia e a soberania epistêmica. É fundamental que as Instituições de Ensino Superior assumam seu papel em defesa dos valores democráticos e da busca pela sua soberania epistêmica. Ao promover a produção e disseminação do conhecimento baseado em evidências, formar cidadãos críticos e informados, e contribuir para a comunicação responsável e a integridade científica, as IFES podem desempenhar um papel vital na proteção da democracia e na superação da crise sobre o conhecimento que vivemos hoje, desde que a sua comunicação esteja fortalecida (Oliveira; Bargas, 2024, p. 87).

Portanto, após tudo que discutimos neste item, utilizaremos predominantemente ao decorrer desta pesquisa a expressão “democratização do conhecimento”, com o olhar mais atento à CPC. O objetivo de utilizar a expressão é contemplar todas as iniciativas, independente da nomenclatura utilizada, de divulgação, de popularização e de comunicação pública da ciência realizadas por universidades federais brasileiras à sociedade. Nesse contexto, partimos do pressuposto de que a extensão universitária também tem muito a contribuir com a democratização do conhecimento.

1.2 Extensão

É a partir da tríade universitária ensino, pesquisa e extensão que podemos falar em democratização do conhecimento científico. Apesar de a primeira referência legal à extensão universitária ter sido o Decreto nº 19.851 (Brasil, 1931), observamos pensamento embrionário

em torno da relação universidade e sociedade antes mesmo dessa referência. Um exemplo é a Universidade Livre de São Paulo,¹² que segundo Cunha (1986) foi fundada em 19 de novembro de 1911. Nela foi organizada a Universidade Popular, forma pioneira à extensão universitária, em que eram oferecidos cursos populares, direcionados ao público externo. Contudo, destacamos que houve pouco interesse e baixa frequência aos cursos oferecidos à sociedade na época. Tal situação era compreensível, uma vez que percebemos as especificidades dos temas dos cursos, como, por exemplo, “o fogo sagrado da Idade Média” ou a “importância e progresso da otorrinolaringologia”. Esses temas provavelmente não geravam muito interesse no público não especializado (Batista; Kerbauy, 2018).

De acordo com Cunha (1986, p. 204),

a existência da Universidade Popular coloca a Universidade de São Paulo como a primeira instituição de ensino superior do Brasil a desenvolver atividades de extensão. Sem construir uma unidade com corpos docente e discente próprio, ela promovia conferências semanais (provavelmente nas noites de segunda-feira), gratuitas, abertas a quem quisesse. Os cursos eram sobre os mais variados assuntos, mas, em hipótese alguma seria permitida a propaganda política, religiosa, comercial ou polêmica de caráter pessoal.

Nesse contexto, Batista e Kerbauy (2018, p. 924) reafirmam a perspectiva crítica quanto à extensão naquele momento ao pontuarem que “é possível inferir que naquele momento embrionário, a extensão não estava sendo feita para um público que se encontrava verdadeiramente externo à Universidade. Para haver interesse por esses cursos era necessário um conhecimento prévio”.

Cabe evidenciarmos que o primeiro registro oficial à extensão universitária na legislação federal brasileira é realizado em abril de 1931, em três decretos que compuseram a proposta de Reforma do Ensino Superior da República¹³ (Nogueira, 2019). Posteriormente é mencionada também na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1961). Todos esses registros são caracterizados ainda pelo entendimento da extensão como transmissão de conhecimentos, em uma perspectiva de assistência (Corrêa, 2007). No Decreto do Estatuto das Universidades Brasileiras (Brasil, 1931) a extensão não é mencionada como uma função da universidade, pois ela limitava-se à divulgação de pesquisas direcionadas para uma população mais instruída

¹² Denominada também por Universidade de São Paulo por alguns autores, como Cunha (1986), pode levar a equívocos associando à atual USP. Ressaltamos que são instituições diferentes.

¹³ Nogueira (2019) elucida que a proposta foi encaminhada, por meio de detalhada Exposição de Motivos, pelo Ministro da Educação e Saúde Pública, Francisco Campos, a Getúlio Vargas, chefe do Governo Provisório. Decreto nº 19.850 que cria o Conselho Nacional de Educação, Decreto nº 19.851 que estabelece o Estatuto das Universidades Brasileiras, e o Decreto nº 19.852 que dispõe sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro.

(Gadotti, 2017).

A esse respeito, podemos visualizar que a concepção da universidade nesse momento, para além de cumprir papel de instrução e de formação da elite, constituía um núcleo a partir do qual se difundiam ideologias (Batista; Kerbauy, 2018). Nesse contexto, a extensão universitária se configurou como um veículo também para esse propósito de salvaguardar os interesses nacionais, que podemos depreender como sendo interesses das elites políticas e econômicas.

No que se refere à extensão no âmbito da universidade pública, Eidt e Calgaro (2021, p. 94) apontam que “face à prática da transmissão verticalizada de conhecimentos nesse momento, o assistencialismo caracteriza a função social da universidade pública brasileira”.

Freire (2013) também realiza em seu ensaio “Extensão ou Comunicação?”, publicação original de 1969, análises daquele momento, sob uma perspectiva crítica da extensão no Brasil e aponta que

parece-nos, entretanto, que a ação extensionista envolve, qualquer que seja o setor em que se realize, a necessidade que sentem aqueles que a fazem de ir até a “outra parte do mundo”, considerada inferior, para, à sua maneira, “normalizá-la”. Para fazê-la mais ou menos semelhante a seu mundo. Daí que, em seu “campo associativo”, o termo “extensão” se encontre em relação significativa com transmissão, entrega, doação, messianismo, mecanicismo, invasão cultural, manipulação etc. E todos estes termos envolvem ações que, transformando o homem em quase “coisa”, o negam como um ser de transformação do mundo. Além de negar, como veremos, a formação e a constituição do conhecimento autênticos. Além de negar a ação e a reflexão verdadeiras àqueles que são objetos de tais ações (Freire, 2013, p. 13).

Após todas as reflexões trazidas por Freire (2013), ele chega à resposta do questionamento realizado no título de seu ensaio “Extensão ou Comunicação?”, respondendo negativamente à extensão, nos moldes que vinha sendo desenvolvida, e afirmativamente à comunicação.

Nesse aspecto, Henriques (2019) sustenta que as práticas extensionistas em si mesmas como ações comunicativas requerem esforço em termos de gerar produtos de comunicação e de estabelecer relações entre os projetos ou os programas com diversos meios e veículos de comunicação.

Ressaltamos que, nas décadas que se seguiram à legislação de 1931, não se observa mudança significativa nos conceitos, nem nas práticas da extensão universitária no Brasil. Ela continua como uma atividade reduzida à realização de cursos e de conferências, destinados a uma clientela, de alguma forma vinculada à universidade e realizada como atividade isolada dos demais pilares universitários (Nogueira, 2019).

A esse respeito, os movimentos estudantis, principalmente a UNE, exerceram papel importante para que acontecessem iniciativas na direção da institucionalização e da conceitualização da extensão, na definição de suas diretrizes políticas e no ensaio de uma metodologia de trabalho que só vai se estruturar, de fato, a partir de meados da década de 1980 (Batista; Kerbauy, 2018; Nogueira, 2019).

A Reforma Universitária de 1968 tornou a extensão obrigatória em todos os estabelecimentos de ensino superior, com cursos e serviços estendidos à comunidade. A primeira Política Nacional de Extensão data de 1975. Nela foi ampliado o rol de atividades da extensão ao incluir cursos, serviços, difusão cultural, comunicação de resultados de pesquisas, projetos de ação comunitária com participação de professores e de estudantes (Gadotti, 2017).

Nesse cenário, com o fortalecimento da sociedade civil durante a década de 1980 é discutido novo paradigma para a universidade brasileira quanto a sua relação com a sociedade e o papel da extensão. Nesse movimento é criado, em reunião na UnB, o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas (1987). Em 1988 é aprovada na Constituição Federal¹⁴ o princípio da indissociabilidade entre os pilares universitários: ensino, pesquisa e extensão. Isso representou um avanço significativo na institucionalização da extensão nas universidades brasileiras ao valorizar o reconhecimento do saber popular e a troca de saberes na relação universidade e sociedade (Corrêa, 2007).

Posteriormente, a partir de um debate amplo, desenvolvido nos XXVII e XXVIII Encontros Nacionais do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX), realizados em 2009 e 2010, respectivamente, foi apresentado às Universidades Públicas e à sociedade o seguinte conceito de Extensão Universitária.

A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade (FORPROEX, 2012, p. 28).

Esse conceito de extensão universitária e as diretrizes pactuadas no âmbito do FORPROEX, que constam na Política Nacional de Extensão Universitária, cumprem papel essencial na orientação da prática extensionista. As diretrizes elencadas são estas: interação

¹⁴ Na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu Cap. III, Da Educação, da Cultura e do Desporto, o art. 207 consagra o princípio da indissociabilidade entre as atividades universitárias, ao assegurar que: “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (Brasil, 1988). Já o art. 213 estabelece que “as atividades universitárias de pesquisa e extensão poderão receber apoio financeiro do poder público”.

dialógica, interdisciplinariedade e interprofissionalidade, indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, impacto na formação do estudante, além de impacto e transformação social (FORPROEX, 2012).

Lembramos que os princípios norteadores da atividade extensionista foram pactuados no âmbito do FORPROEX, em 1987, e foram lembrados na Política Nacional de Extensão (FORPROEX, 2012). Consideramos importante explicitar três deles que estão em consonância com o nosso entendimento em torno da democratização do conhecimento.

2. A Universidade não pode imaginar-se proprietária de um saber pronto e acabado, que vai ser oferecido à sociedade, mas, ao contrário, exatamente porque participa dessa sociedade, ela deve ser sensível aos seus problemas e apelos, sejam os expressos pelos grupos sociais com os quais interage, sejam aqueles definidos ou apreendidos por meio de suas atividades próprias de Ensino, Pesquisa e Extensão (FORPROEX, 2012, p. 37-38).

4. A ação cidadã das Universidades não pode prescindir da efetiva difusão e democratização dos saberes nelas produzidos, de tal forma que as populações cujos problemas se tornam objeto da pesquisa acadêmica, sejam também consideradas sujeito desse conhecimento, tendo, portanto, pleno direito de acesso às informações resultantes dessas pesquisas (FORPROEX, 2012, p. 38).

5. A prestação de serviços deve ser produto de interesse acadêmico, científico, filosófico, tecnológico e artístico do Ensino, Pesquisa e Extensão, devendo ser encarada como um trabalho social, ou seja, ação deliberada que se constitui a partir da (e sobre a) realidade objetiva, produzindo conhecimentos que visem à transformação social (FORPROEX, 2012, p. 38).

Assim, a extensão vai saindo paulatinamente da concepção marcada pelo assistencialismo, bem como pela contradição entre discurso e prática. Ela passa a ser vista como essencial para a transformação da universidade e da sociedade, para a luta pela justiça social e pela democracia (Eidt e Calgaro, 2021). Em consonância com esse entendimento, Nogueira (2019, p. 48) também destaca que “a extensão tem um papel fundamental com a transformação da universidade pública no sentido de torná-la um instrumento de mudança social em direção à justiça, à solidariedade e à democracia”.

Nesse sentido, ressaltamos que, apesar de a visão em torno da extensão parecer estar se alterando para uma maior aproximação da sociedade, sob a ótica de uma tecnologia social, aparentemente ainda há dificuldades para a sua implementação até mesmo no âmbito da graduação. O Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio 2001-2010 (Brasil, 2001) estabeleceu a responsabilidade das universidades quanto à tríade ensino, pesquisa e extensão, na formação inicial e continuada dos profissionais de educação básica. Na meta 23, instituiu que “no mínimo 10% do total de créditos exigidos para a graduação no ensino superior no País será reservado para a atuação dos estudantes em ações extensionistas”.

O PNE para o decênio 2014-2024, Lei nº 13.005 (Brasil, 2014), em seu texto, também assegura “no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social”. Todavia, a regulamentação dessa norma ocorreu apenas em 2018, por meio da Resolução CNE/CES nº 7 (Brasil, 2018) do Ministério da Educação (MEC) no movimento conhecido como “curricularização da extensão”. De acordo com Fonseca (2024), a exigência de ações extensionistas na graduação começou a acontecer efetivamente nas universidades brasileiras somente em 2023.

Nesse sentido, observamos que se na graduação a obrigatoriedade da extensão é um movimento recente, na pós-graduação o distanciamento da sociedade parece ser ainda mais acentuado tendo em vista que o foco está predominantemente no pilar da pesquisa. No âmbito do tripé universitário — ensino, pesquisa e extensão —, esta última ainda parece receber menor peso, reconhecimento e visibilidade.

Apesar disso, observamos a existência de um avanço significativo entre a visão da extensão universitária do primeiro para o segundo PNE. O plano de 2014 parece demonstrar uma visão mais popular e emancipatória, representada pela prioridade quanto à atuação em áreas de grande pertinência social (Gadotti, 2017).

Sem as práticas extensionistas corre-se o risco da repetição das estruturas conservadoras e elitistas tradicionais, o que abre espaço para a mera mercantilização das atividades acadêmicas, impedindo-se assim o cumprimento da missão da universidade pública (FORPROEX, 2012). Ainda as dificuldades de implementação da extensão nas universidades são expostas na Política Nacional de Extensão Universitária (FORPROEX, 2012, p. 26).

[...] o ranço conservador e elitista, presente na estrutura de algumas Universidades ou departamentos acadêmicos e a falta de recursos financeiros e organizacionais, entre outros problemas, têm colocado limites importantes para a implantação e implementação desses institutos legais no âmbito das Universidades Públicas. Muitas vezes, verifica-se a normatização da creditação curricular em ações de Extensão, com restrições em sua implementação. O mesmo descompasso é verificado quanto à inserção de ações extensionistas nos planos de ascensão funcional e nos critérios de pontuação em concursos e à consideração dessas atividades na alocação de vagas docentes. Nesses aspectos, também em algumas Universidades ou departamentos, o preceito constitucional e a legislação referida à Extensão Universitária não têm tido qualquer efeito sobre a vida acadêmica.

O autor Gadotti (2017) argumenta que, na prática, há duas vertentes de extensão universitária que têm se confrontado. Uma em uma perspectiva mais assistencialista e outra não assistencialista. A primeira compreende a extensão universitária como a transmissão vertical do

conhecimento, um serviço assistencial, desconhecendo a cultura e o saber popular, enquanto a segunda compreende a extensão como comunicação de saberes, uma visão não assistencialista. O autor parece seguir a linha de pensamento de Paulo Freire de substituição do conceito de extensão pelo de comunicação em sua obra “Extensão ou Comunicação?”.

Assim, neste estudo sobre a democratização do conhecimento científico por universidades federais, a área de extensão precisa ser considerada sob a ótica da segunda perspectiva que se refere à comunicação de saberes. Ressaltamos que a comunicação institucional dessas universidades também será considerada, pois a entendemos também como área que tem, ou deveria ter, a sociedade como um dos seus públicos prioritários.

A atuação das universidades brasileiras na atualidade está atravessada por ações, projetos e programas de extensão. Trata-se de uma forma de estabelecer pontes e fortalecer as relações com a sociedade, permitindo que aqueles que estão fora dos muros universitários se conectem, conheçam melhor a universidade e vejam o propósito, bem como o sentido dessas instituições (Fonseca, 2024). Em consonância com esse entendimento, mas com ênfase na comunicação, Mendonça (2024, p. 72) aponta que as universidades “podem reinventar a forma como se comunicam, tornando-se mais porosas e mais capazes de construir pontes efetivas com seus diversos públicos”.

Nesse contexto, os autores Moreira e Massarani (2002) argumentam, todavia, que o quadro das atividades de extensão associada à divulgação científica parece ainda ser incipiente no país e, nesse sentido, são necessárias ações mais organizadas e amplas. Os autores ainda explicam que

nos últimos anos, embora tenha havido um interesse crescente no meio acadêmico relativo às atividades de extensão ligadas à divulgação científica, o quadro geral ainda é frágil. Tais atividades ainda são consideradas marginais e, na maioria das instituições, não influenciam na avaliação de professores e pesquisadores. As iniciativas dos organismos nacionais de fomento à pesquisa, que poderiam colaborar com esse processo, têm sido tímidas, quando não inexistentes, e ainda privilegiam uma visão da divulgação científica escorada numa perspectiva que favorece o marketing científico. Certamente existe um grande potencial de ação nas universidades públicas e nos institutos de pesquisas, acumulado em seus pesquisadores, professores e estudantes, mas pouco se faz de forma organizada para uma difusão científica mais ampla. Parece clara a necessidade de se criar, como tem acontecido em outros países, um programa nacional de divulgação científica (Moreira; Massarani; 2002, p. 64).

Essa visão de Moreira e Massarani (2002) foi um ponto que nos chamou a atenção durante a pesquisa bibliográfica realizada. Ela corroborou para a consolidação do desenho desta pesquisa, sobretudo a parte empírica do estudo, em que buscamos iniciativas de democratização

do conhecimento tanto na área da comunicação institucional como na da extensão das universidades federais investigadas.

Portanto, partimos do entendimento de que só será possível maior aproximação entre a universidade e a sociedade por meio de iniciativas de toda a comunidade acadêmica acerca da democratização do conhecimento, ancoradas em uma gestão participativa e democrática com o envolvimento e o engajamento da sociedade.

1.3 Gestão participativa e democrática

No Brasil, as Ifes são autarquias federais reguladas por normativas públicas de âmbito federal, que delimitam e orientam suas ações administrativas. Por outro lado, a autonomia universitária garante às universidades a capacidade de elaborar e gerir suas próprias normativas internas, permitindo que direcionem suas atividades e organização em consonância com a sua missão institucional e com os seus objetivos. Nesse sentido, as universidades precisam desenvolver planejamentos estratégicos por meio de uma construção participativa, dialógica e democrática para o cumprimento da missão institucional. Além disso, esses planejamentos estratégicos também precisam estar alinhados aos demais documentos institucionais normativos dessas instituições.

Nesse contexto, partimos do entendimento de Fávero (2000, p. 9), de que “a idéia de universidade é mais complexa do que à primeira vista poderia parecer. A universidade é uma concepção histórica” e de que “no Brasil, a universidade é uma instituição recente. Dadas as peculiaridades de nossa colonização, a história do ensino superior é marcada pela coexistência de elementos diversos, o que vai se refletir também nas instituições universitárias” (Fávero, 2000, p. 29). Nessa perspectiva, antes de adentrarmos à gestão participativa e democrática nas universidades federais, faremos uma breve síntese sobre aquelas no Brasil para contextualização.

É importante lembrarmos que, da Proclamação da República, em 1891, até o início da era Vargas, a educação brasileira vivia sob a influência positivista. E foi sob essa influência que surgiram os primeiros estabelecimentos de ensino superior no Brasil com o nome de universidade. A primeira foi a do Rio de Janeiro em 1920, “embora se fale muito em universidade brasileira, o que predominou sob essa designação foi apenas um conglomerado de faculdades, escolas e institutos superiores” (Fávero, 2000, p. 9). Com a instituição do Ministério da Educação e Saúde Pública, em 1930, o ministro Francisco Campos elaborou e implementou reformas no ensino superior. Dessa forma, a universidade teria uma função para além do ensino,

devendo, portanto, envolver preocupações de pura ciência e de cultura desinteressada (Fávero, 2006).

Em 1937, foi fundada a Universidade do Brasil para dar sentido a uma função de caráter nacional e tornar-se padrão. Ela deu continuidade à Universidade do Rio de Janeiro, fundada na década de 1920. Desse modo, o governo pretendia implantar em todo o país um padrão nacional de ensino superior e estabelecer, em algum nível, um sistema de controle de qualidade em relação a esse ensino (Ribeiro, 2017).

No final dos anos 1940 e início dos anos 1950 começavam a se esboçar nas universidades algumas tentativas de luta por uma autonomia universitária (Fávero, 2006). Todavia, a partir de 1964 as universidades passaram a sofrer mudanças profundas, sobretudo por causa do impacto surtido pelo golpe militar, como repressão e privatização (Ribeiro, 2017).

A Reforma Universitária de 1968 gerou efeitos paradoxais no ensino superior brasileiro. De um lado, modernizou uma parte significativa das universidades, de outro deu condições para o surgimento de um ensino privado, voltado à obtenção de lucro (Ribeiro, 2017). Nesse sentido, Fernandes (1979) desenvolve uma reflexão crítica acerca da Reforma Universitária de 1968. Para o autor, ela foi consequência de um emaranhado de contradições que evidencia o quanto a sociedade brasileira é pobre de dinamismos políticos socialmente nucleados em interesses coletivos conflitantes, porém bastante fortes para suplantarem os particularismos e individualismos herdados do período colonial.

Alterações profundas decorrentes da pressão dos ajustes do capitalismo global, da mundialização do capital e da lógica do mercado vêm sendo implementadas no ensino superior desde o governo de Fernando Henrique Cardoso, principalmente pela Reforma do Estado na década de 1990 (Ribeiro, 2017).

Importa frisarmos que a “organização da universidade pública é pautada por uma forma de gestão específica, considerando sua complexidade e suas contradições” (Ribeiro, 2017, p. 162). A autora Fávero (2000, p. 16) corrobora esse entendimento ao afirmar que “é preciso tomar consciência das contradições que estas instituições apresentam em relação a sua própria natureza, como parte de um todo social histórico”. Entretanto, essas complexidades, contradições e especificidades da

[...] instituição universitária não a exime de seu comprometimento social, em termos da adequada utilização dos recursos públicos e do retorno à sociedade dos produtos desenvolvidos nessa instituição. Ao contrário, no momento atual, em que se verifica aumento considerável na demanda por novos conhecimentos e pelo ensino superior no País, a necessidade de uma gestão universitária eficiente é algo inadiável (Trigueiro, 1999, p. 105).

Nessa perspectiva, para que a relação entre a universidade e a sociedade seja dialógica, alguns pontos precisam ser respeitados, como: “a promoção da cultura científica, técnica e humana; proposições de alternativas para os problemas sociais; democracia e luta contra a exclusão social; promoção da ética e da responsabilidade social; concepção emancipatória” (Ribeiro, 2017, p. 160).

É sobretudo às universidades públicas que cabem essas responsabilidades sociais, uma vez que são mantidas pelo Estado e assim têm deveres para com a coletividade, bem como por serem públicas a sociedade pode cobrar mais tarefas delas (Velloso, 1989). No cenário discursivo contemporâneo, as Ifes têm sido constantemente desafiadas a justificar sua relevância social. Esse desafio envolve demonstrar que suas estruturas não representam um gasto, mas sim um investimento do Estado em um projeto de nação, capaz de gerar resultados sociais concretos para a melhoria da qualidade de vida da população brasileira. Por meio de pesquisas, as Ifes promovem avanços em diversas áreas do conhecimento e oferecem soluções para os principais problemas da atualidade (Lima; Salgado; Souza, 2024).

Em um cenário político-econômico marcado por assimetrias, em que as demandas sociais contemporâneas refletem novos problemas, é preciso atualizar os instrumentos disponíveis para o seu enfrentamento, assim como contar com a participação de toda a sociedade. Vale ressaltar que a comunicação é um dos recursos que pode contribuir para essa cooperação da sociedade (Roque, 2007).

Nesse aspecto, as universidades brasileiras, sobretudo as públicas, por meio da tríade ensino, pesquisa e extensão, têm crescentemente desempenhado o papel de atores em favor do bem comum e do bem público. Elas podem contribuir para a inserção e para o fortalecimento de uma nova ordem, mais justa e participativa (Roque, 2007).

O cidadão inserido no contexto de uma comunidade atuante em que deixa a condição de espectador e torna-se sujeito no desenvolvimento do processo histórico que vivenciará (Utsunomiya, 2007) é um dos principais objetivos da gestão participativa e democrática, em nossa percepção. Ainda de acordo com Utsunomiya (2007), as organizações existem como atores sociais e a sua comunicação institucional e a sua atuação efetiva na transformação da realidade social constituem uma interação sempre dialética e dinâmica. Para o autor, uma organização instalada em certa comunidade precisa se relacionar permanentemente com ela com o objetivo de obter aprovação e simpatia. Esses elementos são essenciais para a continuidade dessa organização, no contexto de uma sociedade democrática e progressista.

Nesse panorama, precisamos ressaltar, especificamente, o papel das universidades

públicas na democratização do conhecimento. Fernandes (1979) enfatizava que, por si e em si mesma, a universidade comunicava-se muito pouco com a sociedade. Encerrava-se sobre si própria para perseguir os fins que ditavam a sua existência, isto é, a transmissão dogmática de conhecimentos e a formação de certos tipos de letrados.

Nessa mesma linha de pensamento, Trigueiro (1999, p. 160) também afirmava que nada parecia mais importante do “que o esforço concentrado em torno da problemática da comunicação nas universidades públicas. Este parece ser o grande nó”. Assim, o autor expressa que “o tema da comunicação, no âmbito interno das universidades, é, ainda, um grande problema a enfrentar” (Trigueiro, 1999, p. 134).

Em consonância com esse entendimento de Trigueiro, Kunsch (1997, p. 70) expõe que

a comunicação é imprescindível para qualquer organização social. O sistema organizacional viabiliza-se graças ao sistema de comunicação nela existente, que permitirá sua retroalimentação e sua sobrevivência. Caso contrário, ela entrará em um processo de entropia e morte.

Ainda a comunicação tem por função desenvolver a inquietude social e, dessa forma, contribuir para a efetiva cidadania. Em um contexto “da dialética do discurso, que forja consensos – acordos e sentimentos – por um lado, e, por outro, dissensos – controvérsias, conflitos e rupturas” (Murade, 2007, p. 152).

Dessa forma, o dissenso é um meio para chegar à cidadania, que só poderá ser efetivada quando se formar agentes de mudança dispostos a correr riscos para a construção de um mundo melhor. Assim, o processo de produção do dissenso dialógico pede a participação social (Murade, 2007).

Nesse contexto, observamos que, aparentemente, tanto a comunicação interna como a comunicação externa em relação às universidades federais brasileiras ainda parecem ser um desafio. As mudanças enfrentadas ao longo dos últimos anos tiveram impactos significativos nas formas como a população enxerga a importância e as contribuições das universidades, e isto deve ser preocupação para a gestão universitária. Dessa forma, reconquistar o local de prestígio e, sobretudo, o espaço de voz que estas instituições tinham historicamente perpassa por uma série de ações que vão desde transformar a cultura universitária de uma comunicação endógena para uma que seja voltada para os cidadãos, até a necessidade de rever o papel dessas instituições, que, além de instituições públicas, gratuitas e de qualidade, devem ser socialmente referenciadas (Lima Junior; Lourenço, 2024).

Nesse sentido, Kunsch (1996) argumenta que a universidade, por meio da tríade ensino, pesquisa e extensão, precisa exercer e mostrar a sua importância à sociedade. Como centro de

produção de conhecimento, ela necessita canalizar suas potencialidades para prestar serviço à sociedade. A autora pontua a responsabilidade social que essas instituições devem ter ao apresentar como missão inadiável a democratização do conhecimento, tornando-o acessível à sociedade.

Em consonância com esse entendimento, Fávero (1989) explica que da mesma forma que a universidade deve se voltar e se preocupar com a questão da criação e da produção do conhecimento, ela precisa também pensar em como difundir esses conhecimentos. É preciso assumir que a socialização do conhecimento, por meio de tradução, não é só um dever, mas um determinante ao se pretender uma universidade democrática. Afinal, “a cidadania está diretamente articulada com a capacidade de manejar conhecimento” (Murade, 2007, p. 160). Esse manejar do conhecimento começa pela constituição do sujeito capaz de pensar e de intervir em sua história individual, bem como na história coletiva (Demo, 2000).

Nesse aspecto, Trigueiro (1999) explica que é importante ampliar a comunicação das universidades junto à sociedade e à imprensa. Não se trata apenas de abordar temas ou interesses específicos, mas também de apresentar à opinião pública o que é uma instituição universitária, o que envolve elucidar o papel da pesquisa e sua articulação com o ensino e com a extensão, além de evidenciar as reais limitações e os desafios enfrentados pelas universidades públicas. Para o autor, trata-se de uma tarefa desafiadora, especialmente diante dos inúmeros preconceitos que ainda cercam o ambiente universitário.

Nessa conjuntura, Kunsch (2019) defende que uma das frentes de atuação que deve merecer prioridade e mais investimentos por parte da gestão universitária é a comunicação pública da ciência. Todavia, Lima Junior e Lourenço (2024, p. 160) ponderam que isso não é tarefa fácil, pois “é necessário enfrentar uma cultura de comunicação e difusão científica no Brasil cuja visão está baseada em uma relação hierárquica, em que a universidade deve ditar o que é relevante informar e como informar”. Alterar essa cultura de comunicação é o desafio necessário para que as universidades possam efetivamente dialogar com a sociedade, em seus diferentes segmentos (Lima Junior; Lourenço, 2024).

Especificamente em relação à comunicação, Henriques (2019, p. 97) afirma que “não é possível limitar a Comunicação a um processo instrumental apenas a serviço de sua gestão (pela administração central), desconsiderando outros aspectos que perpassam todas as suas práticas e todas as suas instâncias”. O desejável para o autor (2019) seria a comunicação ser tomada em amplitude como um projeto político sempre em reconstrução.

Para Trigueiro (1999), aprimorar a imagem dessas universidades públicas, bem como

elucidar a sua atuação e o seu papel junto à sociedade, é uma das frentes de ação mais relevantes para essas instituições. Dessa maneira, é imprescindível a demonstração do empenho da instituição em vencer os seus problemas internos, o que passa por amplo trabalho de avaliação e planejamento uma vez que

há muitos bloqueios de comunicação, preconceitos, entraves burocráticos, hierárquicos, culturais, eletrônicos, materiais, simbólicos, políticos e estruturais, de um modo geral. “Limpar” estas vias, facilitar a interlocução, abrir novos fóruns de discussão e reflexão sobre os problemas da universidade pública e de seus rumos futuros, enfim, facilitar a comunicação interna e com a sociedade é a principal contribuição que os dirigentes dessas instituições podem proporcionar às nossas universidades, no presente momento. As soluções, a superação de seus impasses e desafios e a implementação de novas possibilidades de condução da instituição certamente serão encontradas com a mobilização efetiva de uma organização viva, comunicante. As inteligências são muitas; não se precisa de receitas ou de modelos previamente concebidos. Abrindo-se a discussão, superando-se os entraves para fluir a comunicação livre e racionalmente bem conduzida, os resultados mais promissores serão rapidamente encontrados (Trigueiro, 1999, p. 160-161).

Além das questões internas de avaliação e de planejamento das universidades já apontadas por Trigueiro (1999, p. 161), “é fundamental o papel do Estado, seja na garantia das condições de manutenção e de investimentos mínimos, no ensino, na pesquisa e na extensão, seja como indutor de mudanças mais profundas”, para que “a universidade pública se desincumba a contento de suas tarefas é necessário que o Estado lhe aporte os necessários recursos” (Velloso, 1989, p. 87). Afinal, “nenhuma instituição universitária, por mais avançada que seja, contando apenas com seus próprios meios, pode transformar-se com o objetivo de atender às necessidades da sociedade, bem como transformar a realidade da qual é parte” (Fávero, 2000, p. 10).

Portanto, ainda evidenciamos que “nenhum projeto de universidade poderá ser efetivado se não for elaborado em função de uma realidade concreta, orientado por uma política cultural e educacional coerente com o projeto político do país” (Fávero, 2000, p. 8-9). Nesse sentido, as universidades públicas não poderão cumprir suas finalidades se não forem geridas de forma democrática e participativa (Vianna, 2004). Segundo Ribeiro (2017, p. 163),

a democracia da universidade pública se traduz através da operacionalização dos Conselhos. Gestão democrática e autonomia universitária são princípios defendidos na Constituição Federal de 1988, assim como na LDB nº 9.394/96, como possibilidade de promover a participação e o envolvimento dos diversos segmentos da comunidade acadêmica. No entanto, a legislação não especifica as normas reguladoras do paradigma da gestão democrática. Por isso, a universidade tem acreditado na democracia como uma forma de expansão de seus campi ou regionais, como possibilidade de vez e voz dos segmentos da comunidade acadêmica e, ainda, como forma de aprimorar a comunicação e

aproximar as pessoas.

Sob a perspectiva de instituição pública, a universidade tem se empenhado em adotar um modelo de gestão democrática por acreditar que ele favorece seu desenvolvimento ao valorizar a participação ativa dos atores que a compõem e com ela se envolvem. A gestão democrática e participativa implica superar desafios, pois exige exercício autônomo das atividades universitárias, bem como organização e administração colegiada por intermédio dos conselhos. Dessa forma, a universidade precisa assumir uma postura proativa em relação à organização de sua própria gestão e tem o desafio de interpretar as transformações e as demandas da sociedade contemporânea (Ribeiro, 2017).

A democracia da gestão da universidade exige a participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica, com consciência política, ética, responsabilidade e compromisso. Nesse sentido, o avanço da gestão universitária democrática requer o compromisso dos gestores em implementar um modelo de governança que esteja em sintonia com os princípios democráticos e que seja coerente com a missão, os valores, os objetivos e as finalidades institucionais (Ribeiro, 2017).

Nesse contexto, a gestão democrática e participativa, sonhada e desejada por alguns, mas ignorada e rejeitada por muitos, representa grande desafio para todos que, de forma direta ou indireta, possam contribuir para a construção do projeto pedagógico-administrativo-ético universitário, com competência, efetividade, respeito e amor (Vianna, 2004).

Ainda de acordo com Vianna (2004), a gestão democrática e participativa é uma filosofia em que a própria humanidade exercita sua essência na participação, que se fundamenta no diálogo, no compartilhamento, no crescente sentimento de pertencimento e, por meio de ações coletivas, garantem melhor qualidade de vida para todos. Dessa maneira, a gestão democrática e participativa

deve envolver o diagnóstico de suas dificuldades e sucessos, a busca de soluções coletivas e organizadas para aspectos prioritários, ou seja, para o que é essencial e justifica sua existência: o processo de formação de cidadãos responsáveis, comprometidos com a construção de melhor qualidade de vida para todos, de humanização solidária e prazerosa, com o resgate do compromisso e do respeito que devem caracterizar as relações democráticas no seu interior e no seu entorno (Vianna, 2004, p. 3).

Nessa perspectiva, a gestão democrática e participativa envolve ações coletivas e organizadas que precisam ser contínuas, permanentes e com ações e propostas não pontuais. Precisa constituir-se em processo solidário e amoroso que possibilite o crescimento coletivo. Entretanto, ela pode ser sentida como uma realidade impossível, utópica, já que poucas são as

peessoas que trazem dentro de si a amorosidade e o respeito, especialmente pelos excluídos dos direitos básicos de cidadania, do sentimento de pertencer a uma comunidade própria e que ajudem a construir, impedidos de serem (Vianna, 2004).

A gestão democrática e participativa ainda demanda “conciliações, escolhas, concessões em nome do bem maior que é uma vida mais saudável e justa para todos, especialmente os mais desfavorecidos em direitos e condições de vida digna” (Vianna, 2004, p. 4). A responsabilidade social e a cidadania corporativa precisam ser frutos de uma filosofia de gestão. As organizações devem mostrar que assumem de fato uma prática responsável e comprometida com a qualidade de vida das pessoas, bem como com a diminuição das desigualdades sociais (Kunsch, 2007, p. 178).

Por fim, compreendemos que a gestão participativa e democrática pode contribuir para a aproximação entre a universidade e a sociedade. De acordo com Silva, Arouca e Guimarães (2002), diante de um quadro de redefinição do papel do Estado aliado aos custos do empreendimento científico e à crise de credibilidade na ciência, há uma tendência de narrativas em torno da privatização das instituições científicas. Nesse cenário, quanto maior for o nível de cultura científica do cidadão, maior será o entendimento do papel social da ciência e tecnologia, neutralizando essa tendência por meio de sua participação cívica e cotidiana, afirmando o bem comum como finalidade da ciência.

Entendemos, portanto, que para respondermos à pergunta-síntese deste estudo – quais os limites e as possibilidades das iniciativas de democratização do conhecimento realizadas por universidades federais brasileiras? –, as discussões dos conceitos abordados nesta seção são essenciais.

1.4 Procedimentos metodológicos

Nesta subseção apresentamos os procedimentos metodológicos realizados para o alcance do objetivo geral desta pesquisa, que é descrever e analisar como cinco universidades federais brasileiras mais recentes, uma de cada região do país, com planos de desenvolvimento institucionais (PDIs) vigentes em 2023, têm realizado a democratização do conhecimento a fim de apontar limites e possibilidades acerca dessas iniciativas. Do mesmo modo, serão utilizados os procedimentos metodológicos para conseguirmos responder à pergunta-síntese deste estudo: quais os limites e as possibilidades das iniciativas de democratização do conhecimento realizadas por universidades federais brasileiras?

Esta subseção apresenta-se em três partes. Na primeira, discutiremos a abordagem da

pesquisa e o seu aporte teórico-metodológico. Na segunda, apresentaremos o universo da pesquisa e as técnicas utilizadas. Por fim, na terceira, abordaremos as questões éticas em relação ao objeto da pesquisa, os limites das técnicas escolhidas, bem como os limites da pesquisa.

1.4.1 Abordagem da pesquisa e aporte teórico-metodológico

A abordagem da pesquisa é qualitativa, pois é voltada para aspectos qualitativos em torno da democratização do conhecimento científico no Brasil, por meio de iniciativas de divulgação, de popularização e de comunicação pública da ciência, realizadas por universidades federais brasileiras. Demo (2002, p. 364) destaca que “a pesquisa qualitativa é muito mais difícil e complexa, precisamente porque busca reduzir ao mínimo possível o reducionismo implícito na formalização metodológica”.

O uso da abordagem qualitativa nesta investigação justifica-se pela necessidade de compreender a complexa rede de relações que envolve os temas centrais do estudo, como o papel das universidades públicas, sobretudo as federais, os atores sociais envolvidos e os desafios da democratização do conhecimento científico por parte dessas instituições.

Como já alertavam Laville & Dionne (1999), a escolha da abordagem deve estar a serviço do objeto de pesquisa e não o contrário. O objetivo é tirar o melhor possível da pesquisa, dos saberes desejados. Demo (2002, p. 349), enfatiza “a relevância da metodologia científica, tanto no processo de produção, quanto no processo de formação do conhecimento”. Demo (1995, p. 162) também destaca a importância do conhecimento ao afirmar que “o conhecimento é parte da práxis humana”.

Nesta pesquisa esse ponto precisa ser evidenciado, pois o conhecimento está em sua essência tanto como produção da tese – que por si só constitui produção de conhecimento – quanto nos seus conceitos basilares da perspectiva da democratização do conhecimento explicitada na Seção 1 deste estudo, tais como: divulgação, popularização e comunicação pública da ciência.

À vista disso, a ciência deve se voltar à realidade. As técnicas que ela utiliza devem servir a ela, dentro de esquemas teóricos-metodológicos específicos no que se refere a realidades também específicas (Cardoso, 1971).

Dimensionamos historicamente na seção 2 desta pesquisa algumas iniciativas principais para a democratização do conhecimento no Brasil e especificamente no âmbito das áreas de comunicação institucional das universidades federais investigadas, em que visualizamos algumas questões estruturais. Essa abordagem histórico-dialética coloca a pesquisa em diálogo

com o método materialismo histórico-dialético. Nesse aspecto, as autoras Masson e Flach (2018, p. 7) apontam “a práxis, a totalidade, a mediação, a contradição e a historicidade como categorias centrais da concepção marxiana sobre a produção do conhecimento”.

Nesse panorama, a opção teórico-metodológica que se mostrou mais viável para a coerência, sistematização e consistência da pesquisa é uma metodologia alternativa denominada Dialética Histórico-Estrutural (DHE) de Demo (1995). Para ele, as metodologias alternativas são muito relevantes

diante de caminhos surrados da metodologia científica, que estabelecem o primado do método sobre a realidade, as metodologias alternativas procuram andar ao contrário, ou seja, partir da realidade social na sua complexidade, na sua totalidade quantitativa e qualitativa, na sua marcha histórica humana, também dotadas de horizontes subjetivos, e depois construir métodos adequados para captá-la e transformá-la (Demo, 1995, p. 229).

A DHE consiste em uma perspectiva de método de abordagem crítica que admite transformações históricas radicais em seus conteúdos, porém convive com formas estruturais permanentes e apresenta ligação com processos históricos (Demo, 1995). De acordo com Demo (1995, p. 89), “o horizonte da historicidade é o *locus* próprio da dialética. Só é tratável dialeticamente o fenômeno tipicamente histórico”.

Demo (1995) afirma que a abordagem teórico-metodológica da DHE parece a mais compatível com a realidade histórica, pois equilibra o jogo das condições objetivas e das condições subjetivas. Uma característica marcante da dialética, inclusive discutível, é dedicar-se preferencialmente a grandes voos históricos. Isso dificulta algumas posturas metodológicas que exigem testes empíricos. Na DHE, prevalece o sentido de totalidade e as estruturas são destacadas, além das lógicas da realidade social.

Nesse ponto, Demo (1988, p. 124) explica que a “dialética não pode restringir-se a grandes vãos históricos, em que ninguém vive, ama e chora, mas deve acalentar os desejos, teorias e práticas do dia-a-dia mais corriqueiro. Somente assim a revolução se torna cotidiana”.

Nesta pesquisa, partimos do pressuposto que só será possível avançarmos quanto à democratização do conhecimento se jogarmos luz sobre esse assunto com uma perspectiva crítica da realidade social dessa democratização nas universidades federais brasileiras. Afinal, “nada se supera sem antes se institucionalizar” (Demo, 1995, p. 92).

A democratização do conhecimento pode até ser considerada uma utopia para algumas pessoas, contudo estamos em consonância com o entendimento de Demo (1995, p. 58). Ele salienta que “a presença da utopia é a luta diária da razão contra os fatos, em nome da esperança”. O autor (1995, p. 102) ainda aponta que a “história concreta nunca é o que a utopia

sonha, o que a teoria constrói, mas é o possível concretamente, a maneira de acontecer”.

Nesse contexto, uma das marcas da historicidade dialética, de acordo com Demo (1995, p. 102), é “sujar as mãos com a prática”, reconhecendo que toda a prática nos leva a compromissos atacáveis. Nesse sentido, precisamos ir além de somente criticar a realidade social, temos que também fazer proposições. Sabemos que isso só é possível por meio da combinação entre conhecimentos teóricos e os práticos.

Outro ponto da DHE é a relação sujeito e objeto. Para Demo (1995), a realidade social não pode ser tratada como um mero “objeto” imaginando que entre sujeito e objeto somente possa existir uma relação formal. Entre sujeito e objeto nas ciências sociais há uma relação dialógica, em sentido estrito, isto é, de uma relação viva, unidade de contrários, em que um é influenciado pelo outro, pois no fundo sujeito e “objeto” coincidem.

Por fim, na seção 3 desta pesquisa, discutiremos as possibilidades, as percepções e as dificuldades em relação às iniciativas de democratização do conhecimento realizadas, em 2023, por cinco universidades federais brasileiras. Ressaltamos que a discussão mais aprofundada quanto às estruturas das áreas de comunicação institucional e de extensão das universidades selecionadas só foi possível devido ao dimensionamento histórico que realizamos ao decorrer desta pesquisa, sobretudo na segunda seção.

1.4.2 Universo da pesquisa e técnicas

Para alcançarmos o objetivo geral, identificamos esta pesquisa como de natureza aplicada, pois “[...] objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática dirigidos à solução de problemas específicos” (Silva; Menezes, 2005, p. 20).

O recorte adotado nesta pesquisa, no que se refere ao tipo de conhecimento abordado, é o científico. Ressalta-se, contudo, que a ciência constitui apenas uma entre várias formas possíveis de acesso ao conhecimento e à verdade. É fundamental reconhecer o caráter provisório, transitório e histórico desta verdade, em que a ciência constitui apenas um modo possível de enxergar a realidade, não é o único e o final (Cardoso, 1971; Demo, 1995; Marconi; Lakatos, 2003).

Esta pesquisa apresentou também como recorte a comunicação das universidades federais com a sociedade, ou seja, o público não especializado, por meio da democratização do conhecimento (divulgação, popularização e comunicação pública da ciência). Nesse sentido, evidenciamos que a presente pesquisa não busca compreender a comunicação científica realizada entre pares, etapa obrigatória na ciência moderna para a validação de pesquisas

científicas.

O estudo, quanto aos seus objetivos, teve caráter exploratório, descritivo e explicativo. Para Gil (2002, p. 42), “as pesquisas descritivas são, juntamente com as exploratórias, as que habitualmente realizam os pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática”. O autor também explica que as pesquisas exploratórias

[...] têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de idéias ou descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado (Gil, 2002, p. 41).

Nesse sentido, a fim de dar materialidade ao estudo exploratório, realizamos a triangulação de dados, pois além da pesquisa e da revisão bibliográficas foram utilizadas outras fontes de dados e abordagens metodológicas, como pesquisa documental, estudo de casos múltiplos, entrevistas individuais semiestruturadas e questionários enviados por meio do Fala.BR – Módulo Lei de Acesso à Informação (LAI). De acordo com Flick (2009, p. 62), “a triangulação – de diferentes métodos e tipos de dados – deve possibilitar um excedente principal de conhecimento”. Para o autor, o termo “triangulação” refere-se à busca da compreensão de um fenômeno por duas ou mais perspectivas ou abordagens metodológicas. Isso contribui para promover a qualidade da pesquisa.

No que se refere às técnicas de pesquisa bibliográfica e documental, pontuamos que são muito semelhantes. A principal diferença entre elas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza essencialmente das contribuições de vários autores, com base em materiais elaborados, a pesquisa documental consiste em utilizar materiais que ainda não receberam um tratamento analítico (Gil, 2002).

A pesquisa bibliográfica e a revisão de literatura foram realizadas com o objetivo de identificar lacunas existentes, consolidar a pergunta-síntese e definir os objetivos deste estudo. Dessa maneira, buscamos fundamentar teoricamente este estudo, por meio da construção de um arcabouço conceitual sólido, pertinente à democratização do conhecimento – divulgação científica, popularização da ciência, comunicação pública da ciência –, extensão e gestão participativa e democrática. Além da abordagem da democratização do conhecimento como direito humano, alguns marcos históricos da democratização do conhecimento no Brasil, histórias e principais lutas da comunicação institucional serão os pilares teóricos para as fases deste estudo de coleta de dados, análise dos dados e apresentação dos resultados.

Quanto à pesquisa documental, os autores Laville & Dionne (1999, p. 168) já apontavam

o valor da pesquisa documental uma vez que “os documentos não são arquivos ultrapassados, mas veículos vivos de informação”. Nesse sentido, também realizamos a pesquisa documental, uma vez que para este estudo consultamos alguns documentos, como os manifestos dos Encontros do Cogecom, que, na maioria das edições, resultaram em cartas.

Também realizamos o levantamento de informações sobre as iniciativas institucionais de divulgação, de popularização e de comunicação pública da ciência, vigentes em 2023, em cinco universidades federais brasileiras por meio dos Planos de Desenvolvimento Institucionais (PDIs). Nesse sentido, buscamos também mais informações sobre essas iniciativas e outras informações pertinentes disponibilizadas nos *websites* de cada uma delas com o objetivo de melhor aproveitamento e preparação para as entrevistas individuais semiestruturadas, bem como a consolidação dos roteiros das entrevistas semiestruturadas e dos questionários enviados pelo Fala.BR – Módulo LAI.

No que se refere à técnica de estudo de caso, Yin (2001, p. 32) explica que é um tipo de investigação empírica e “investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”. O autor (2001, p. 21) ainda afirma que “como esforço de pesquisa, o estudo de caso contribui, de forma inigualável, para a compreensão que temos dos fenômenos individuais, organizacionais, sociais e políticos”.

Nesse contexto, adotamos a técnica de pesquisa mais adequada para a avaliação da complexidade dos fenômenos analisados: o estudo de casos múltiplos. A princípio, havíamos cogitado o estudo de duas universidades, compreendendo apenas duas regiões do país, sendo as mais bem posicionadas no Índice Geral de Cursos (IGC) de 2021 divulgado pelo Inep/MEC no primeiro trimestre de 2023. Contudo, esse recorte se mostrou insuficiente para esta pesquisa, uma vez que nele apenas as regiões Sudeste e Sul do Brasil seriam contempladas.

Portanto, definimos o novo recorte baseado no critério geográfico, que torna a investigação mais aprofundada a fim de abarcar também as diferenças regionais do país. Dessa forma, selecionamos cinco universidades federais com datas de criação mais recentes,¹⁵ uma de cada região do Brasil e que tenham PDIs vigentes em 2023. A opção pelo recorte nas universidades mais recentes tem como objetivo adotar um olhar diferenciado sobre a democratização do conhecimento, considerando instituições que aparentemente foram criadas

¹⁵ As leis de criação da UNILA, UFCAT, AFABC; UFAPE e UFOPA são respectivamente: Lei nº 12.189 (Brasil, 2010); Lei nº 13.634 (Brasil, 2018); Lei nº 11.145 (Brasil, 2005); Lei nº 13.651 (Brasil, 2018) e Lei nº 12.085 (Brasil, 2009).

com o propósito de ampliar o ensino superior público no interior do país. Nesse contexto, ressaltamos que a universidade brasileira mais recente ao tempo da coleta de dados desta pesquisa era a Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), localizada na região Norte e criada em 2019. Ela, todavia, não é uma das investigadas, pois não possuía PDI vigente em 2023.

Por meio desse recorte das universidades mais recentes por região do país e com PDIs vigentes em 2023, observarmos se essas universidades já foram concebidas com foco na democratização do conhecimento. Nesse cenário, ainda ponderamos que algumas universidades federais da mesma região foram criadas na mesma data. Como critério de desempate, utilizamos a melhor avaliação pelo IGC 2021, divulgado pelo Inep/MEC no primeiro trimestre de 2023. Assim, foram selecionadas as seguintes universidades, por ordem alfabética quanto as suas siglas, de cada região do país.

Quadro 4 – Informações sobre as universidades selecionadas para o estudo

Universidade	Região do país	Ano de criação	IGC (Contínuo)	IGC (Faixa)
Universidade Federal do ABC (UFABC)	Sudeste	2005	4,211	5
Universidade Federal do Agreste de Pernambuco (UFAPE)	Nordeste	2018	3,314	4
Universidade Federal de Catalão (UFCAT)	Centro-Oeste	2018	3,615	4
Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA)	Norte	2009	3,163	4
Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)	Sul	2010	3,573	4

Fonte: elaborado pela autora (2024) com bases nos dados do *ranking* IGC de 2021,¹⁶ divulgado em 2023.

O IGC foi o índice de avaliação escolhido para o desempate na seleção entre as universidades federais com data de criação mais recentes de cada região do país por ser o critério mais objetivo encontrado. O IGC é instrumento que sintetiza em um único indicador a qualidade de todos os cursos de graduação e de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e

¹⁶ Os dados completos do *ranking* IGC/MEC de 2021 estão disponíveis em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/indicadores/resultados/2021/IGC_2021.xlsx. Acesso em: 19 abr. 2023.

doutorado) de cada Universidade, Centro Universitário ou Faculdade do país, públicas e particulares. As notas do IGC vão de 0 a 5, o que representa a escala da pior para a melhor qualidade de uma IES.

Sabemos que todo tipo de *ranking* está sujeito a críticas. Nós as consideramos legítimas, pois compreendemos que há fatores incomensuráveis, sobretudo na área da educação e da ciência. Nesse sentido, entendemos que o mecanismo quantitativo, associado a notas, não dá conta da complexidade quanto à avaliação das universidades. No entanto, foi a forma mais objetiva e imparcial que encontramos como critério de desempate para seleção das cinco universidades investigadas.

Com a proposta de divulgação anual, o cálculo do IGC¹⁷ considera: I – média ponderada dos Conceitos Preliminares de Cursos (CPC), sendo a ponderação determinada pelo número de matrículas em cada um dos cursos de graduação correspondentes; II – média ponderada das notas dos programas de pós-graduação, obtidas a partir da conversão dos conceitos fixados pela Capes, sendo a ponderação baseada no número de matrículas em cada um dos cursos ou programas de pós-graduação *stricto sensu* correspondentes (Brasil, 2008).

É importante destacar que o IGC compõe o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), sendo uma ferramenta importante para se pensar políticas públicas nas mais variadas áreas, como educação, ciência e tecnologia, entre outras.

Retomando as técnicas utilizadas nesta pesquisa, utilizamos também a técnica da entrevista semiestruturada. De acordo com Leitão (2021), a entrevista é um instrumento da metodologia de abordagem qualitativa que se mostra bastante adequada à investigação de processos internos e reflexivos, bem como à produção de significados por meios da ótica dos entrevistados.

Os autores Laville & Dionne (1999, p. 188) explicam que a entrevista semiestruturada caracteriza-se por ser uma “série de perguntas abertas, feitas verbalmente em uma ordem prevista, mas na qual o entrevistador pode acrescentar perguntas de esclarecimento”. Optamos por esse tipo de entrevista, pois foi, em nossa visão, a que melhor corroboraria para alcançarmos o objetivo geral da pesquisa. Nesse contexto, foi preciso ter rigor nas perguntas, pois seria

¹⁷ Portaria normativa de instituição do Índice Geral de Cursos da Instituição de Educação Superior – IGC – que consolida informações relativas aos cursos superiores constantes dos cadastros, censo e avaliações oficiais disponíveis no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira – INEP – e na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes. Disponível em: http://download.inep.gov.br/download/superior/condicoesdeensino/PORTARIA_NORMATIVA_12.pdf. Acesso em: 19 abr. 2023.

preciso compará-las na perspectiva do estudo de casos múltiplos (Yin, 2001) e analisá-las à luz da análise temática reflexiva (ATR) de Braun e Clarke (2006; 2019). Todavia, entendemos que também tem de se ter certa flexibilidade quanto à possibilidade de realização de perguntas para mais elucidações.

Por fim, também utilizamos a técnica do questionário “composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado etc.” (Gil, 2008, p. 121).

Nesta pesquisa, levantamos dados acerca da democratização do conhecimento em dois grupos: na visão da área de comunicação institucional e das pró-reitorias de extensão. Antes de iniciarmos a coleta de dados do primeiro grupo, fizemos prova inicial por meio de entrevista introdutória¹⁸ com a servidora Beatriz Carvalho Barreto,¹⁹ lotada na área de comunicação institucional da Universidade Federal de Goiás (UFG) para a validação do roteiro da entrevista semiestruturada. As quatro entrevistas semiestruturadas e a resposta pela plataforma Fala.BR – Módulo LAI da área de comunicação institucional das cinco universidades investigadas ocorreram no período entre 1º/8/2024 e 3/10/2024. As entrevistas foram realizadas pela plataforma de videoconferência *Google Meet* e tiveram a duração média de uma hora. O áudio das entrevistas foi gravado por um dispositivo móvel especificamente para este fim, após a devida autorização dos entrevistados, e a degravação foi realizada por meio da ferramenta *Pinpoint*, também da empresa *Google*. Optamos pela utilização desse recurso, pois ele permite a edição das entrevistas, por meio de trechos, no âmbito da própria plataforma.

Com o primeiro grupo, a intenção era realizar cinco entrevistas individuais semiestruturadas com os gestores da área de comunicação institucional, ou pessoa indicada por eles, de cada uma das cinco universidades federais selecionadas para o estudo múltiplo de casos, ou seja, UFABC, UFAPE, UFCAT, UFOPA e UNILA. Todavia, a comunicação da UFOPA informou que não seria possível colaborar diretamente, por meio de entrevista, durante os dois meses destinados à coleta dos dados. Diante disso, optamos por encaminhar as perguntas pelo Fala.BR – Módulo LAI, com o objetivo de manter o recorte delimitado para esta pesquisa. As outras quatro entrevistas foram realizadas de forma síncrona e na modalidade *on-line*.

¹⁸ A entrevista introdutória aconteceu no dia 24/7/2024 às 14h, por meio da plataforma de videoconferência *on-line Google Meet*. A gravação do áudio da entrevista foi realizada com a devida autorização da servidora Beatriz Carvalho Barreto.

¹⁹ Expresso profunda gratidão à servidora Beatriz Carvalho Barreto da UFG por sua generosidade e prontidão em contribuir com a validação do roteiro de entrevista desta pesquisa.

Após breve texto de apresentação deste estudo ao respondente, o roteiro da entrevista à área de comunicação institucional das universidades selecionadas foi dividido em quatro blocos, de acordo com o quadro a seguir.

Quadro 5 – Roteiro da entrevista semiestruturada direcionada ao primeiro grupo (comunicação institucional)

Bloco 1 – Informações sobre a área de comunicação institucional da universidade	
1- Qual é o papel da área de comunicação na universidade? 2- Quando foi criada a área de comunicação institucional na universidade? 3- A comunicação ocupa qual lugar no organograma da universidade? 4- Poderia, por favor, falar como se estrutura a comunicação institucional? Quais os fluxos de trabalho da comunicação? 5- Quantos profissionais compõem a equipe de comunicação institucional? Quantos servidores, estagiários e terceirizados? Quais são suas formações? 6- São ofertados cursos de capacitação para a equipe de comunicação? Há incentivos institucionais para isso? 7- Quantos cargos de direção e funções gratificadas há na comunicação?	8- Descreva as condições do espaço de trabalho e equipamentos para o desenvolvimento do trabalho de comunicação. 9- Quais os produtos e os serviços oferecidos pela comunicação institucional? 10- Quais mídias sociais são administradas pela comunicação institucional? 11- Já estão utilizando alguma inteligência artificial na área da comunicação institucional da universidade? 12- A universidade tem política de comunicação consolidada? Tem política de divulgação científica? Se tiver, quando foi implantada? Já se percebem diferenças de impacto desde então?
Bloco 2 – Iniciativas de democratização do conhecimento vinculadas à área de comunicação institucional da universidade	
1- Há algum setor, equipe ou profissional que atue especificamente na área da divulgação, popularização e comunicação pública da ciência? Se sim, como tem atuado? 2- Poderia descrever iniciativas, produtos e programas na universidade, vigentes em 2023, que vão ao encontro da democratização do conhecimento? Desde quando a universidade os realiza?	3- Quais os mecanismos de comunicação da universidade com a sociedade? 4- A comunicação institucional realiza <i>clipping</i> ? 5- Seu departamento é responsável por algum evento científico institucional?
Bloco 3 – Percepções sobre a democratização do conhecimento na universidade	
1- Como o/a senhor/senhora vê a democratização do conhecimento (divulgação, popularização e comunicação pública da ciência) realizada por parte da Universidade? 2- Qual é a importância da democratização do conhecimento (divulgação, popularização e comunicação pública da ciência) para a Universidade e para a sociedade? Quais são as possibilidades? 3- Na sua percepção houve alteração nas	5- Qual é a sua percepção sobre a maturidade da democratização do conhecimento realizada pela universidade? Para o senhor/senhora está mais em consonância com a divulgação científica (verticalizada) ou se já utilizam canais que possam viabilizar o trabalho baseado nos princípios da comunicação pública da ciência (dialógica, horizontalizada)? 6- Na sua percepção quais são os pontos fortes

iniciativas de democratização do conhecimento por parte da universidade a partir da pandemia da Covid-19? 4- Para o/a senhor/senhora quais as lutas que as universidades federais brasileiras precisam enfrentar para impulsionar a democratização do conhecimento?	da universidade para a realização das iniciativas de democratização do conhecimento?
Bloco 4 – Dificuldades para o impulsionamento da democratização do conhecimento na universidade	
1- Quais as dificuldades que vê para o impulsionamento da democratização do conhecimento na universidade? 2- Quais as dificuldades e resistências da democratização do conhecimento por parte dos docentes e dos técnicos administrativos? 3- Quais as ações a nível federal que poderiam ser realizadas para estimular essa prática da democratização do conhecimento pelas universidades? 4- O/A senhor/senhora acredita que a democratização do conhecimento pode contribuir com o enfrentamento à desinformação? Por quê? 5- Há verbas específicas para a realização da democratização do conhecimento (divulgação, popularização e comunicação pública da ciência) na universidade?	6- O Decreto nº 9.262 (Brasil, 2018) e o Decreto nº 10.185 (Brasil, 2019) vedaram/suspenderam a possibilidade de concurso público para vários cargos da área de comunicação. Há impactos disso na comunicação da universidade? Há cargos vagos a serem ocupados por meio de concurso público? Poderia informar quais cargos estão vagos? 7- Há mais algo que queira comentar que possa contribuir com esta pesquisa?

Fonte: elaborado pela autora (2024).

Em relação ao segundo grupo, inicialmente realizamos um pré-teste²⁰ do questionário às pró-reitorias de extensão também com a UFG. As respostas surpreenderam, pois foram bastante objetivas e, em sua maioria, remetiam ao *site* da pró-reitoria de extensão da universidade. Isso contribuiu para o desenvolvimento de ajustes no texto de apresentação da pesquisa que seria enviado pelo Fala.BR. Após esses ajustes, obtivemos na coleta de dados com as pró-reitorias de extensão das universidades investigadas respostas bastante completas.

Para o segundo grupo desta pesquisa, composto pelas pró-reitorias das cinco universidades investigadas, enviamos questionário, também estruturado em quatro blocos, por meio da plataforma Fala.BR – Módulo LAI, no dia 1º/8/2024. Essa Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação do Poder Executivo Federal foi desenvolvida pela Controladoria-Geral da União (CGU) e permite que qualquer pessoa possa fazer pedido de

²⁰ O questionário à Pró-Extensão da UFG foi encaminhado, pela plataforma Fala.BR – Módulo LAI, no dia 22/7/2024 e respondido no dia 12/8/2024. Agradeço à pró-reitoria de extensão da UFG, especialmente ao respondente, por ter contribuído com este estudo.

acesso à informação, denúncias, elogios, reclamações, solicitações ou enviar sugestões.²¹

Quadro 6 – Questionário direcionado ao segundo grupo (pró-reitoria de extensão)

Bloco 1 – Informações sobre a extensão na universidade	
1- Qual é o papel da área de extensão na universidade e quando ela foi criada? 2- Poderia falar como se estrutura a área de extensão institucional? É dividida em setores? Se sim, quais são? 3- Quantos profissionais compõem a equipe? São quantos servidores, estagiários e terceirizados?	4- Os projetos de extensão da sua universidade são realizados por estudantes de graduação e estudantes de pós-graduação, ou somente por estudantes de graduação? 5- Seu departamento é responsável por algum evento científico institucional?
Bloco 2 – Iniciativas de democratização do conhecimento vinculadas à pró-reitoria de extensão da universidade	
1- Na pró-reitoria de extensão há algum setor, equipe ou profissional que atue especificamente na área da divulgação, popularização e comunicação pública da ciência? Se sim, como tem atuado? 2- Havia quantos projetos de extensão vigentes em 2023?	3- Há projetos de extensão específicos sobre divulgação, popularização ou comunicação pública da ciência vigentes em 2023? Se sim, poderia compartilhar mais informações em relação ao objetivo deles e desde quando estão em funcionamento?
Bloco 3 – Percepções sobre a democratização do conhecimento na universidade	
1- Como vê a democratização do conhecimento (divulgação, popularização e comunicação pública da ciência) realizada por parte da universidade? 2- Qual é a importância da democratização do conhecimento (divulgação, popularização e comunicação pública da ciência) para a universidade e para a sociedade? 3- Tem percebido algum impacto na democratização do conhecimento por parte da instituição a partir da pandemia da Covid-19? Qual?	4- Qual é a sua percepção sobre a maturidade da democratização do conhecimento realizada pela universidade? Para o senhor/senhora está mais em consonância com a divulgação científica (unilateral) ou já utilizam canais que possam viabilizar o trabalho baseado nos princípios da comunicação pública da ciência (dialógica)? 5- Na sua percepção quais são os pontos fortes da universidade para a realização das iniciativas de democratização do conhecimento?
Bloco 4 – Dificuldades para o impulsionamento da democratização do conhecimento na universidade	
1- Quais as dificuldades que vê para a maior implementação da democratização do conhecimento na Universidade? 2- Quais as dificuldades e resistências da	4- Quais as ações a nível federal que poderiam ser realizadas para estimular essa prática da democratização do conhecimento (divulgação, popularização e comunicação

²¹ Informações obtidas em: <https://falabr.cgu.gov.br/web/home>. Acesso em: 18 out. 2024.

democratização do conhecimento por parte dos docentes e dos técnicos administrativos? 3- Há verbas específicas para a realização da democratização do conhecimento (divulgação, popularização e comunicação pública da ciência) na Universidade?	pública da ciência) pela Universidade? 5- Para o/a senhor/a quais lutas devem acontecer para estimular iniciativas à democratização do conhecimento pela Universidade? 6- Há mais algo que queira informar que possa contribuir com esta pesquisa?
--	---

Fonte: elaborado pela autora (2024).

Para o tratamento e a sistematização dos dados obtidos por meio das entrevistas semiestruturadas realizadas, bem como dos dados obtidos pelo Fala.BR da área de comunicação institucional e pró-reitorias de extensão das cinco universidades investigadas neste estudo, optamos pela análise temática reflexiva (ATR), proposta por Braun e Clarke (2006; 2019).

A pesquisadora Souza (2019) redigiu o artigo científico intitulado “Pesquisa com análise qualitativa de dados: conhecendo a Análise Temática”, cujo objetivo é apresentar a análise temática como proposta pelas autoras Virginia Braun e Victoria Clarke, em que enfatizou a sua aplicação. A pesquisadora sintetiza que a AT é um método de análise qualitativa de dados para identificar, analisar, interpretar e relatar padrões (temas) a partir de dados qualitativos. Dessa forma, permite organizar e descrever o banco de dados com riqueza de detalhes e, assim, contribui significativamente para a interpretação dos dados (Souza, 2019).

Braun e Clarke (2006) no artigo “*Using thematic analysis in psychology*” denominavam a abordagem somente de análise temática. Após mais de uma década de estudo a seu respeito, as autoras (2019), no artigo “*Reflecting on reflexive thematic analysis*”, apresentaram preferência pela utilização do termo análise temática reflexiva. Segundo elas, o termo capta melhor o que é mais distintivo na sua abordagem na qual o papel do investigador na produção do conhecimento está no centro. Isso porque a ATR considera que as respostas da pesquisa são elaboradas com base na interpretação do pesquisador, no referencial teórico selecionado e no contexto em que os dados são produzidos.

Nesse aspecto, as autoras argumentam que

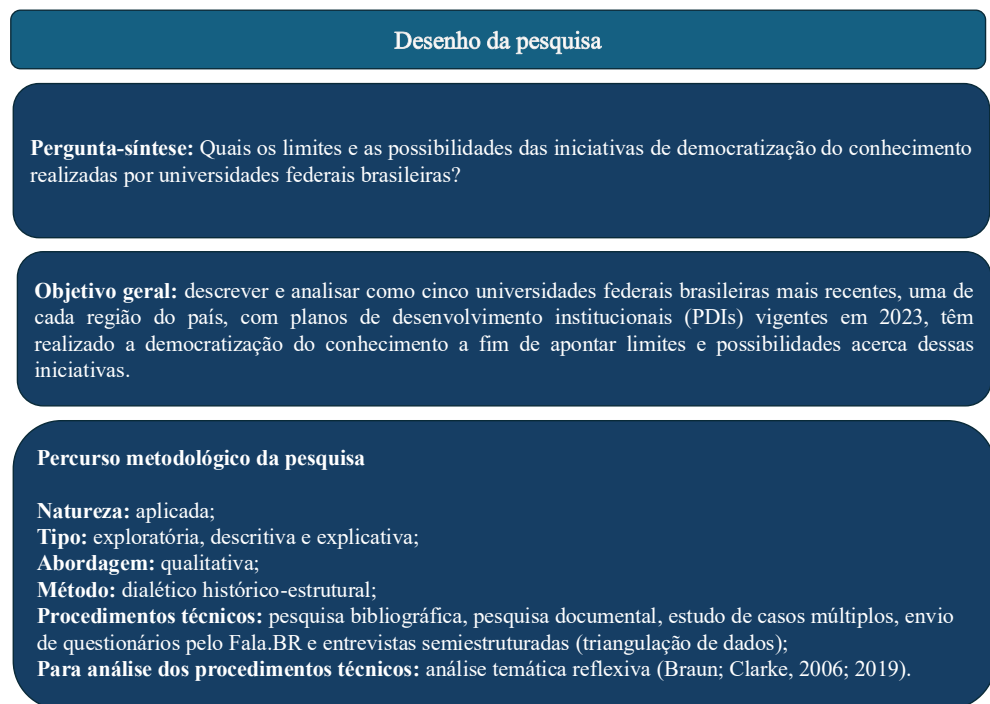
[...] a AT Reflexiva de qualidade não é sobre seguir os procedimentos “corretamente” (ou sobre codificação “precisa” e “confiável”, ou alcançar consenso entre codificadores), mas sobre o engajamento aprofundado e ponderado do(a) pesquisador(a) com seus dados e seu engajamento reflexivo e ponderado com o processo analítico (Braun; Clarke, 2019, p. 594, tradução nossa).²²

²² Texto original: “*Quality reflexive TA is not about following procedures ‘correctly’ (or about ‘accurate’ and ‘reliable’ coding, or achieving consensus between coders), but about the researcher’s reflective and thoughtful engagement with their data and their reflexive and thoughtful engagement with the analytic process*” (Braun; Clarke, 2019, p. 594).

Nesse contexto, Souza (2019, p. 53) explica que “as abordagens de tipo *Reflexive* em AT atestam que a codificação é fluida e flexível. Seu ponto principal não é alcançar acurácia, mas imersão e profundo engajamento com os dados”.

A fim de concluir as discussões acerca do universo e das técnicas, bem como facilitar a visualização e compreensão acerca das bases desta pesquisa, apresentamos a Figura 3 com os seus principais elementos.

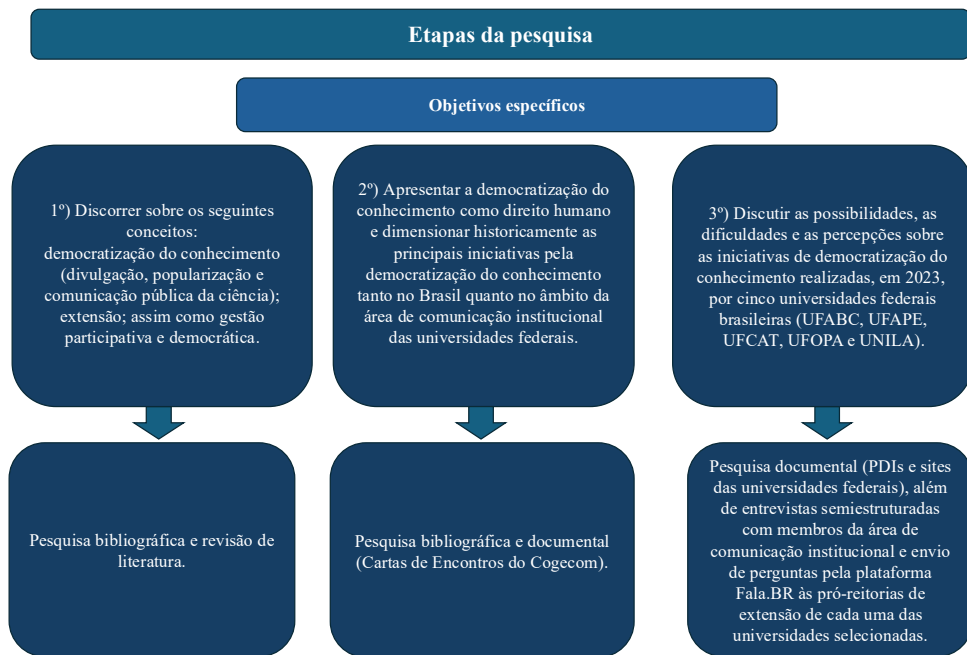
Figura 3 – Elementos bases da pesquisa



Fonte: elaborado pela autora (2024).

Por fim, seguem as etapas que foram desenvolvidas nesta pesquisa para o alcance do objetivo geral de acordo com cada objetivo específico definido.

Figura 4 – Principais etapas da pesquisa de acordo com cada objetivo específico



Fonte: elaborado pela autora (2024).

A intenção de consolidar o desenho desta pesquisa e os seus elementos básicos, além das etapas de pesquisa de acordo com cada objetivo específico delineado em figuras, foi permitir que o leitor possa visualizar de forma sintética e objetiva as bases desta pesquisa e os seus procedimentos metodológicos. Além disso, esses desenhos, elaborados de forma simples e com uma linguagem acessível, estão alinhados com o tema central deste estudo: a democratização do conhecimento.

1.4.3 Aspectos éticos, limites das técnicas escolhidas e da pesquisa

Quanto às questões éticas, a minha prática laboral como assessora de imprensa de uma universidade federal, desde 2016, me proporciona certa aproximação com o objeto da pesquisa. No entanto, apenas como mediadora de algumas das possíveis maneiras de se realizar a democratização do conhecimento, ou seja, por meio da imprensa. Logo, ao mesmo tempo que percebemos uma aproximação, observamos um considerável distanciamento. Além disso, ressalto que a universidade em que trabalho não está entre as universidades selecionadas neste estudo.

Contudo, sabemos que não é possível falar de neutralidade na ciência, principalmente nas áreas de ciências humanas e sociais aplicadas. Demo (1995, p. 37) já alertava que “todo cientista, ao fazer ciência, saberá que não faz a ciência, mas oferece apenas um enfoque, um

ponto de vista, uma interpretação”. O autor (1995, p. 133) ainda pondera que “o dado não é em si evidente, mas feito evidente no quadro de referência em que é colhido”.

Finalmente, em relação às questões éticas no âmbito da realização das entrevistas, houve a gravação do áudio de todas elas após a devida autorização dos entrevistados. Encaminhamos, por *e-mail*, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para todos os entrevistados. No TCLE eles tinham a opção de selecionar o não anonimato ou o anonimato. O objetivo era deixá-los mais confortáveis durante as entrevistas.

No que se refere às técnicas escolhidas, isto é, a pesquisa bibliográfica, a revisão de literatura, a pesquisa documental, o estudo de casos múltiplos, as entrevistas individuais semiestruturadas e os questionários, sabemos que cada uma delas possui os seus limites. Nesse contexto, realizamos a triangulação de dados a fim de minimizar os impactos dos limites inerentes a cada técnica e conseguirmos responder à pergunta desta pesquisa, bem como alcançar o objetivo geral delineado.

A pesquisa bibliográfica é utilizada pela maioria, senão todas as pesquisas acadêmicas, mas as obras utilizadas, se não selecionadas adequadamente, podem comprometer a qualidade da pesquisa. Como as fontes secundárias podem conter dados coletados ou processados de forma equivocada, um estudo baseado nelas tende a reproduzir esses erros. Por isso, neste trabalho, as citações diretas e indiretas foram extraídas predominantemente de fontes primárias. Já a pesquisa documental tem como principais limites a não representatividade e a subjetividade dos documentos analisados (Gil, 2002).

Nesse caso, o estudo de casos múltiplos contribuiu com a escolha dos documentos, pois consideramos viável que documentos semelhantes sejam analisados para existir a possibilidade de compará-los. De acordo com Gil (2002), os limites do estudo de casos múltiplos constituem o equilíbrio entre a quantidade de casos selecionados e o volume de informações a serem analisadas, a dificuldade de generalização e os critérios para a seleção da amostra que precisam estar bem definidos para o rigor metodológico.

Em relação à entrevista semiestruturada, precisamos nos atentar às sutilezas do entrevistado, com a flexibilidade existente e não se perder de vista a necessidade de uniformidade das perguntas entre as entrevistas. O entrevistador precisa estar consciente disso para não perder de vista as informações relevantes que precisam ser comparadas na análise temática das entrevistas. Como alerta Leitão (2021, p. 6), “relatos são versões que, embora potencialmente ricas, têm como limites a sinceridade e o grau de consciência e de conhecimento dos entrevistados”.

As entrevistas foram individuais, síncronas e na modalidade *on-line*.²³ Sabemos das vantagens e das limitações desse tipo de entrevista, mas foi a solução que se apresentou viável para buscar a padronização da coleta de informações em cinco universidades, uma de cada região do país, dada a seguinte conjuntura: limitação de recursos financeiros para a realização de cinco viagens; implementação do Programa de Gestão e Desempenho (PGD) em várias universidades federais que instituiu, entre diversas mudanças administrativas, a possibilidade de trabalho remoto; por fim, a greve das Ifes públicas no período previsto para a coleta de dados. Essa greve apresentou uma série de pautas necessárias para a sobrevivência e a reestruturação dessas Ifes e ocorreu no período de março a junho de 2024.

Já o questionário, enquanto técnica de pesquisa, apresenta limitações tais como: impede o auxílio ao informante quando este não entende corretamente as perguntas; impede o conhecimento das circunstâncias em que foi respondido, o que pode influenciar na qualidade das respostas; não oferece a garantia de que a maioria das pessoas o devolvam devidamente preenchido; envolve número pequeno de perguntas, pois questionário extensos apresentam alta probabilidade de não serem devidamente preenchidos; por fim, pode apresentar maiores problemas relacionados à interpretação e à subjetividade, já que os itens podem ter significados diferentes para cada respondente (Gil, 2008). Nesta pesquisa, o questionário padronizado foi encaminhado por meio do Fala.BR – Módulo LAI para as pró-reitorias de extensão das cinco universidades investigadas.

Finalmente, a análise temática reflexiva, que utilizamos na interpretação dos dados da pesquisa de campo, apresenta como principal limitação a subjetividade do pesquisador, uma vez que esta abordagem envolve um engajamento profundo e direto com o material coletado.

No que se refere à triangulação de dados, observamos que mesmo ao utilizar esse recurso toda pesquisa terá limites, tendo em vista a complexidade da realidade social. Há um recorte quantitativo e temporal, questões de gênero, de raça e de classe na perspectiva interseccional, que essa tese de doutoramento não conseguiu compreender, justamente por conta do recorte proposto na pesquisa. Este estudo aborda conceitos que se entrelaçam com profundos desafios sociais brasileiros, incluindo o acesso à educação, à informação e ao conhecimento, as relações de poder, a interseccionalidade, bem como as dimensões culturais, políticas e econômicas.

²³ Quanto ao formato da entrevista e às universidades selecionadas, tivemos alteração em relação ao apresentado na qualificação. Houve a necessidade de recorte mais amplo, composto por uma universidade de cada região do país. Isso, somado a outros fatores justificados nesta seção, implicou alteração no formato da entrevista de síncrona presencial para síncrona na modalidade *on-line*.

Além disso, outro limite que deparamos foi quanto ao caráter transversal da democratização do conhecimento no âmbito das universidades federais brasileiras. Durante o processo de coleta de dados, identificamos que algumas pró-reitorias de pesquisa também parecem atuar com iniciativas de democratização do conhecimento. Na UFAPE, uma das universidades selecionadas para este estudo, por exemplo, há uma Seção de Divulgação Científica no âmbito da pró-reitoria de pesquisa, pós-graduação e inovação. Este estudo teve como recorte somente duas áreas: a da comunicação Institucional e da pró-reitoria de extensão.

Nesta pesquisa, portanto, pretendemos jogar luz à democratização do conhecimento realizada por universidades federais por meio de iniciativas de divulgação, de popularização e de comunicação pública da ciência. A intenção é corroborar para os debates em torno da democratização do conhecimento, para que novas pesquisas sejam realizadas sobre o tema, com novos recortes e novas perspectivas.

A partir disso, torna-se possível propor iniciativas voltadas à democratização do conhecimento como instrumento de transformação social, bem como à promoção do conhecimento necessário para o acesso a outros direitos humanos. Tal movimento é fundamental para fortalecer uma ciência comprometida com o debate público e com a justiça social. Como destaca Demo (1995, p. 13-14), “só pode ser respeitado como científico aquilo que se mantiver discutível”. Nessa perspectiva, o conhecimento científico deve estar sempre aberto à crítica, à revisão e ao diálogo com diferentes saberes. Essa postura crítica e dialógica é essencial para que a ciência não se isole em debates entre pares, mas se coloque a serviço da sociedade.

1.5 Revisão de literatura

Nesta pesquisa, fizemos uma revisão de literatura inspirada na revisão sistemática de literatura (RSL) a fim de localizar os estudos já realizados sobre a democratização do conhecimento na perspectiva da divulgação, da popularização e da comunicação pública da ciência em universidades públicas. Por meio dessa revisão de literatura, conseguimos identificar lacunas existentes e, assim, consolidamos a seguinte pergunta-síntese deste estudo: quais os limites e as possibilidades das iniciativas de democratização do conhecimento realizadas por universidades federais brasileiras?

Nesse contexto, ao pesquisar os termos “divulgação científica” e universidades; “popularização da ciência” e universidades; “comunicação pública da ciência” e universidades;

nas dez primeiras páginas dos bancos de dados: *Google Acadêmico*,²⁴ da *Biblioteca de Teses e Dissertações da Capes*²⁵ e do *Repositório Institucional da UnB*,²⁶ no intervalo de 25 a 31 de abril de 2023, obtivemos os seguintes resultados, a partir de critérios de busca previamente definidos, descritos no quadro a seguir.

Quadro 7 – Critérios de busca da revisão de literatura inspirada na RSL

Termos de busca	“divulgação científica” e universidades; “popularização da ciência” e universidades; “comunicação pública da ciência” e universidades;
Critérios de inclusão	Trabalhos acadêmicos do <i>Google Acadêmico</i> , da <i>Biblioteca de Teses e Dissertações da Capes</i> e do <i>Repositório Institucional da UnB</i> ; Trabalhos sobre o tema, em consonância com os termos buscados; Ordenação por “relevância” nos bancos de dados possíveis de configuração; Publicações até a página 10; Possibilidade de acesso e visualização do texto completo das publicações selecionadas.
Critérios de exclusão	Publicações após a página 10; Trabalhos que abordavam outras temáticas ou nos quais os descritores de busca não eram plenamente contemplados; Títulos repetidos entre as plataformas analisadas.

Fonte: elaborado pela autora (2023).

Inserimos os termos de busca, com as expressões entre aspas, conforme descrito acima. Realizamos quatro buscas combinadas à palavra “universidades”, separadamente, no *Google Acadêmico*, na *Biblioteca de Teses e Dissertações da Capes* e no *Repositório Institucional da UnB*. Com os resultados, filtramos as buscas mediante seleção “Recentes”/“Decrescentes” e “Organizar por relevância” nos bancos de dados que ofereceram essa possibilidade. Assim, obtivemos acesso a todas as publicações efetuadas sobre o tema em suas diferentes nomenclaturas até a página 10. Esse critério foi utilizado na tentativa de aumentar as chances de encontrar resultados mais específicos e relevantes para esta pesquisa. Após a leitura dos títulos e das publicações, foram selecionados 47 trabalhos a partir dos critérios de inclusão e exclusão, o que culminou na seleção final dos textos apresentados a seguir.

Tendo em vista as naturezas interdisciplinares e multidisciplinares dos estudos em torno da divulgação, da popularização e da comunicação pública da ciência, encontramos estudos sobre esses temas em diversas áreas do conhecimento, como: administração, comunicação

²⁴ Endereço para acesso: <https://scholar.google.com.br/>.

²⁵ Endereço para acesso: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>.

²⁶ Endereço para acesso: <https://repositorio.unb.br/>.

social, ciências biológicas, ciências exatas, ciência da informação, direito, divulgação científica e cultural, educação, letras, entre outras. Nesse contexto, apesar de termos priorizado nesta revisão de literatura, inspirada na RSL, o material advindo das áreas da comunicação e da ciência da informação, também consideramos trabalhos de outras áreas do conhecimento que, em nossa visão, podem contribuir com o objeto desta pesquisa, caracterizado por sua natureza multidisciplinar e interdisciplinar.

No quadro abaixo demonstramos as seis teses localizadas por meio da RSL acerca do tema desta pesquisa em ordem crescente quanto ao ano de sua publicação.

Quadro 8 – Teses localizadas por meio da revisão de literatura inspirada na RSL

Título	Ano	Autor/a	Objetivo geral	Resultados
1- Análise de possibilidades e limites de comunicação pública da ciência realizada através do laboratório de poluição atmosférica experimental da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo	2008	Mônica Lupião Lobarinhas	Analisar as possibilidades e limites de atuação de um Laboratório de produção científica do porte do Laboratório de Poluição Atmosférica Experimental (LPAE) da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo em comunicação pública da ciência.	A pesquisa revelou que a comunicação pública da ciência promovida pelo LPAE ocorre de forma constante por meio de diversos veículos da mídia não acadêmica. No entanto, foram identificados pontos de tensão nas relações entre jornalistas e pesquisadores. Além disso, constatou-se que tanto professores quanto cientistas demonstram interesse em estabelecer um intercâmbio contínuo entre os centros de produção científica e a educação básica. Para viabilizar essa interação, é imprescindível a presença de um profissional responsável por intermediar o processo.
2- Ciência e risco: as controvérsias como procedimento da comunicação pública num contexto democrático	2009	Maria da Graça Miranda de França Monteiro	Investigar a consolidação da controvérsia científica como tema de notícias no contexto democrático, sob o ponto de vista de uma organização pública de pesquisa, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).	Por meio do estudo conclui-se que durante a polêmica sobre os transgênicos a Embrapa adotou predominantemente uma perspectiva técnica, em detrimento da social, na abordagem dos riscos. A imprensa desempenhou um papel crucial como aliada na defesa das posições institucionais da organização. Além disso, verificou-se que as organizações públicas dependem de uma rede diversificada de entidades e grupos de interesse, cujos conflitos e alianças tornam o processo de divulgação de inovações tecnológicas significativamente mais complexo do que sugerem os modelos

				tradicionais de comunicação sobre riscos e comunicação organizacional.
3- Popularização da ciência na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia: análise crítica de um estudo de caso	2012	Fernando Barcellos Razuck	Analisar as exposições realizadas por uma Instituição de Pesquisa durante a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT) – em Brasília, durante as edições de 2009 e 2010 – visando examinar as metas com relação à atividade de Popularização da Ciência.	Por meio do estudo concluiu-se que apesar de todo empenho mostrado pela Embrapa durante a sua participação na SNCT, o foco central do seu trabalho foi a divulgação da imagem institucional, em detrimento da realização da popularização da ciência.
4- Popularização da ciência e as políticas públicas no Brasil (2003-2012)	2014	José Ribamar Ferreira	Avaliar o comportamento do campo da popularização da ciência no Brasil, em face das políticas públicas de caráter nacional, colocadas em prática no período de 2003 a 2012.	A pesquisa revelou que a popularização da ciência já foi incorporada à agenda governamental, embora ainda não tenha alcançado a centralidade política e os investimentos necessários para cumprir sua relevante missão social. A percepção é que a superação desse estágio dependerá da compreensão, tanto pela sociedade quanto pelo Estado, da importância da educação não formal como promotora de cidadania e de um diálogo contínuo entre as pessoas e a ciência ao longo de suas vidas.
5- Comunicação Institucional e Universidade: diretrizes para a divulgação científica no estado de Mato Grosso	2016	Danielle Tavares Teixeira	Identificar as iniciativas de divulgação científica empreendidas pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat), com vistas à atualização e ao aperfeiçoamento da comunicação institucional, maior interação com interlocutores e fortalecimento da imagem do estado como produtor de CT&I.	Por meio do estudo concluiu-se que as diferenças culturais e institucionais entre a UFMT e a Unemat impedem a adoção de uma Política de Comunicação Científica integrada entre as duas instituições. Apesar disso, é viável considerar o desenvolvimento de ações voltadas para a dinamização da divulgação científica dessas universidades no contexto do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I).
6- Por uma divulgação da ciência: as políticas públicas e os discursos	2017	Carolina Pires Araújo	Compreender como a divulgação científica está incorporada nas políticas públicas de Ciência, Tecnologia e	A pesquisa revela que apesar da criação de órgãos específicos de ciência e tecnologia e dos investimentos governamentais em algumas iniciativas, o país ainda

silenciados			Inovação (CT&I) e como os pesquisadores reconhecem seu papel para a dinâmica da produção científica no país.	enfrenta grandes desafios no desenvolvimento de estratégias de divulgação, educação e popularização da ciência. O avanço rumo a uma política nacional de divulgação científica depende de uma articulação eficaz entre os diversos atores envolvidos, levando em conta o contexto plural e muitas vezes contraditório das universidades e institutos de pesquisa.
-------------	--	--	--	---

Fonte: elaborado pela autora (2023).

Já no quadro abaixo apresentamos as 16 dissertações localizadas que dialogam com o tema desta pesquisa também em ordem crescente quanto ao ano de sua publicação.

Quadro 9 – Dissertações localizadas por meio da revisão de literatura inspirada na RSL

Título	Ano	Autor/a	Objetivo geral	Resultados
1- Divulgação Científica em Assessorias de Comunicação: o caso da Fapesp	2011	Leila Cristina Bonfietti Lima	Examinar o trabalho de comunicação integrada da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), cuja atuação tem contribuído na consolidação da imagem da Fundação.	Os resultados da pesquisa indicam que a divulgação científica realizada pelo setor de comunicação da Fapesp está em processo contínuo de aperfeiçoamento e tem sido fundamental para a consolidação da imagem institucional. Por meio de diferentes veículos e abordagens, como a revista Pesquisa Fapesp, a Agência Fapesp e o portal institucional, a Fundação tem se tornado uma referência na área, contribuindo tanto para a ampla divulgação das pesquisas financiadas na mídia em geral quanto para a formação de uma cultura científica.
2- Comunicação pública da ciência no ensino superior: diagnóstico preliminar e proposições sobre a divulgação científica na Universidade Federal de Uberlândia	2015	Mayara Abadia Delfino dos Anjos	Analisar a comunicação pública da ciência no ensino superior, mais especificamente na Universidade Federal de Uberlândia (UFU).	Os resultados da pesquisa revelaram que existiam muitos problemas nos fluxos de informações da UFU e isso deveria ser melhorado para poder se alcançar resultado por meio da comunicação. O processo de CPC na instituição é ainda incipiente e frágil, refletindo a pouca importância e o baixo protagonismo que esse tipo de comunicação ocupa dentro da universidade.
3- A divulgação	2015	Vanessa	Investigar a atuação das	A pesquisa revelou que a

científica nas universidades do grande ABC: inovações ou repetição de formatos?		Aparecida do Carmo	Universidades do Grande ABC (Universidade Metodista de São Paulo, Universidade Municipal de São Caetano do Sul e Universidade Federal do ABC) no cenário da divulgação científica.	divulgação científica está presente nas diretrizes organizacionais de todas as universidades analisadas, e os entrevistados destacaram constantemente a importância dessa atividade e a necessidade de realizá-la de maneira inovadora para alcançar seus públicos. No entanto, as ações práticas ainda não refletem esse discurso, sendo caracterizadas por sua incipiência. Concluiu-se que há fraca cultura de divulgação científica nas universidades do Grande ABC, reforçando o papel fundamental da comunicação organizacional no fortalecimento dessa prática.
4- Panorama das pesquisas sobre divulgação científica/ popularização das ciências no Brasil	2015	Graziele Lopes de Oliveira	Mapear o panorama das pesquisas sobre divulgação científica e popularização da ciência por meio da análise de teses produzidas no Brasil.	Concluiu-se que o estudo ofereceu um panorama geral das pesquisas sobre divulgação científica e das teses na área de Ensino realizadas no triênio de 2010 a 2012. Esse levantamento proporcionou uma visão das principais vertentes que, atualmente, orientam e dinamizam a abordagem desse tema.
5- A popularização da ciência a partir da análise do programa “Ciência na Sociedade Ciência na Escola” desenvolvido pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul	2015	Vanise Baptista	Analisar a trajetória do Programa “Ciência na Sociedade Ciência na Escola” no período de 2009 a 2013.	A pesquisa revela que o programa se consolidou com um crescimento contínuo, embora apresente certo desequilíbrio entre as áreas e enfoques abordados. Observou-se também que os docentes demonstram interesse em levar o conhecimento científico à sociedade, buscando uma interação de qualidade e coerência, apesar de enfrentarem alguma resistência entre seus pares. Entre 2009 e 2013, a Universidade promoveu 212 ações de popularização da ciência, integrando pesquisa, ensino e extensão em uma abordagem que reflete um movimento espiral no campo da divulgação científica.
6- Comunicação pública, cidadania e internet: a popularização da ciência nos portais eletrônicos de governo	2015	Aline Cristina Camargo	Identificar a potencial contribuição da comunicação pública digital sobre ciência e tecnologia à afirmação da cidadania, considerada em sua dimensão de exercício do direito à informação.	A pesquisa revela que o baixo Índice de Qualidade da Informação obtido (9,87%) aponta para a possibilidade e necessidade de aprimoramento na divulgação das políticas públicas de C&T. Além disso, o fato de 12 unidades federativas não disponibilizarem informações sobre essas políticas em seus

				portais <i>web</i> pode acentuar o distanciamento entre o público e a política, o que dificulta o exercício da cidadania e contribui para a alienação política. Isso também compromete a democratização do conhecimento e a popularização da ciência.
7- Comunicação Pública e Popularização da Ciência: O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e suas Unidades de Pesquisa	2015	Ana Paula Soares Veiga	Analisar a estrutura e as diretrizes de comunicação pública do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e de suas 13 Unidades de Pesquisa (UPs), visando avaliar a sua atuação na área de difusão do conhecimento e popularização da ciência.	A pesquisa revela que a comunicação nos portais dessas instituições na internet evidencia a falta de uma estrutura articulada, o que prejudica tanto as próprias instituições quanto os diversos públicos de interesse. A pesquisa destaca, ainda, a necessidade de estabelecer uma política de comunicação digital que valorize e dê visibilidade às Unidades de Pesquisa (UPs), não apenas como gestoras das ações de pesquisa e desenvolvimento do Sistema de CT&I brasileiro, mas, principalmente, como geradoras e difusoras de conhecimento de ponta em benefício da sociedade.
8- É proibido não mexer: divulgação científica e a Seara da Ciência	2015	Giselle Soares Menezes Silva	Avaliar as ações de divulgação científica promovidas pela Seara da Ciência, espaço de divulgação científica e tecnológica da Universidade Federal do Ceará.	Os resultados indicaram que, embora esse não seja seu objetivo principal, a Seara acaba atuando como uma extensão da escola, devido à sua grande preocupação com iniciativas voltadas à melhoria do ensino de ciências no Estado do Ceará.
9- Divulgação Científica e Cultural no Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA)	2017	Camila Delmondes Dias	Verificar como o ITA – instituição de ensino superior vinculada ao Ministério da Defesa – foi divulgado na <i>Folha de S. Paulo</i> , no período 01.01.1950 a 31.12.2015, tendo em vista às competências desse Instituto nos campos do ensino, pesquisa, extensão e inovação tecnológica.	O estudo revela que, embora o ITA seja uma instituição de ensino subordinada à hierarquia militar, isso não impediu a divulgação de suas ações na <i>Folha de S. Paulo</i> nos últimos 65 anos. Não foram identificados obstáculos significativos à divulgação das pesquisas e projetos desenvolvidos na instituição, exceto nos casos em que questões relacionadas à proteção industrial ou à segurança nacional estejam envolvidas.
10- Proposta de portal para melhoria da socialização do conhecimento científico das universidades públicas	2018	Ana Flavia Pereira dos Santos	Identificar, por meio de uma pesquisa qualitativa, bibliográfica e documental, os parâmetros que vêm sendo construídos em outras IES e as	A pesquisa revela que a internet oferece mecanismos que permitem às universidades e aos centros de pesquisa divulgar de forma mais eficaz e ampla o conhecimento científico, alcançando a população em geral.

			necessidades que a Universidade Federal de Goiás (UFG) apresenta no que diz respeito à socialização do conhecimento científico.	Como resultado, a pesquisa culminou na elaboração de uma proposta de Modelo de Portal, com o objetivo de aprimorar a socialização do conhecimento científico produzido pela UFG.
11- O papel das Universidades na Divulgação Científica do Pantanal: o caso UFMS e UEMS	2018	Luana Rodrigues Campos	Analisar se e de que modo a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) divulgam as pesquisas que produzem sobre o Pantanal por meio do trabalho de suas assessorias de comunicação.	A pesquisa revela que ainda é muito pequena a participação da UFMS e da UEMS na construção do saber sobre o bioma Pantanal para a população em geral, apesar do grande número de pesquisas realizadas sobre a região.
12- Políticas públicas de popularização da ciência no Brasil: perfil de atividades realizadas de 2003 a 2015 por meio do CNPq e intersecções entre ciência, educação e desenvolvimento territorial sustentável	2018	Renata Pires Martins	Apresentar o perfil das ações de divulgação científica desenvolvidas no período de 2003 a 2015 realizadas através dos editais e chamadas públicas lançadas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), sua abrangência no território nacional e principais aspectos educacionais.	A pesquisa revela que a ciência, por si só, não é suficiente para gerar desenvolvimento. No entanto, o desenvolvimento científico de forma ética, contextualizada à realidade dos territórios, participativa e voltada para a resolução dos problemas sociais – especialmente na redução das desigualdades –, aliada à educação e com fácil acesso à população, é um aspecto fundamental para o desenvolvimento sustentável de qualquer país que tenha esse como seu principal objetivo.
13- Narrativas audiovisuais e comunicação pública da ciência: a inserção social da TV Nupes/UFJF	2018	Rodrigo Lobão Gotti	Investigar a publicação de vídeos produzidos por um canal de divulgação científica no <i>YouTube</i> , a TV Nupes da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)	A pesquisa revela que as narrativas veiculadas pela TV Nupes não apresentam limitações para a compreensão efetiva dos conteúdos por qualquer dos grupos analisados. Os alunos do ensino médio tendem a considerar o discurso religioso, presente nas emissões, mais fácil de entender do que o discurso científico. Também foi possível inferir que os alunos universitários tendem a ter uma visão favorável sobre uma relação complementar entre ciência e espiritualidade, enquanto os professores universitários são mais críticos em relação a esse tema.
14- Da divulgação científica à comunicação	2019	Daniela Avila Malagoli	Descrever a trajetória da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) no	A pesquisa revela que, desde o início da atual administração superior, a UFU tem adotado

pública da ciência: trajetória da Universidade Federal de Uberlândia e propostas para a instituição			que diz respeito à comunicação pública da ciência (CPC) dando continuidade a um estudo publicado em 2015 e que apresenta um diagnóstico da CPC na UFU.	ações altamente positivas de CPC, o que a coloca em um novo cenário.
15- A comunicação pública da ciência nos portais das universidades federais da Região Nordeste	2019	Marcilio José de Sousa Costa	Analisar portais das universidades federais da região Nordeste, de modo a identificar o uso de recursos das tecnologias digitais proporcionados pela internet para a comunicação pública da ciência.	O estudo revela que as condições de surgimento e manutenção das universidades influenciam sua atuação na pesquisa, mas não necessariamente na comunicação científica. Das 18 universidades federais no Nordeste, apenas 5 realizam ações sistemáticas de CPC. A maioria das demais promove ações isoladas, sem uma articulação estratégica com a comunicação institucional. Também se observou que, na maioria das universidades, as ações de CPC foram descontinuadas ao longo do tempo. Conclui-se, portanto, que fatores institucionais, como políticas internas e a estrutura de pessoal, impactam diretamente nas condições para comunicar (ou não) a ciência.
16-Comunicação e universidades: a comunicação pública da ciência e a divulgação científica em universidades públicas do Sul do Brasil	2022	Laís Campos Moser	Compreender o panorama da comunicação pública da ciência e da divulgação científica realizada pelas universidades públicas (federais e estaduais) situadas no Sul do Brasil, por meio de suas estruturas centrais de comunicação.	Os resultados da pesquisa indicam que ainda há um longo caminho a percorrer na institucionalização e no desenvolvimento de ações na área de divulgação científica. Apenas quatro das universidades analisadas incluem a divulgação científica de forma mais ampla, estratégica e sistematizada em seus PDIs, em comparação com as demais. Além disso, apenas sete universidades possuem uma Política de Comunicação, e cinco desenvolvem projetos específicos e sistematizados de divulgação científica a partir de suas estruturas centrais de comunicação. Outra universidade concentra seu projeto na Pró-Reitoria de Extensão e Cultura. Observa-se, ainda, que não há necessariamente uma correspondência entre a institucionalização, por meio dos documentos (PDIs e Políticas), e o desenvolvimento de ações efetivas. Por fim, as entrevistas apontam para diversos desafios, como a escassez de pessoal e o

				alto volume de demandas.
--	--	--	--	--------------------------

Fonte: elaborado pela autora (2023).

Por fim, no quadro abaixo demonstramos os 25 artigos levantados por meio de revisão de literatura inspirada na RSL que dialogam com o tema desta pesquisa também elencados por ordem crescente do ano de publicação.

Quadro 10 – Artigos científicos encontrados por meio da revisão de literatura inspirada na RSL

Título	Ano	Autor/a	Objetivo Geral
1- Comunicação Pública da Ciência e a FAPESP	2011	Leila Cristina Bonfietti Lima e Graça Caldas	Refletir teoricamente sobre a área de comunicação pública da ciência, discutindo os modelos existentes e a comunicação e a divulgação científica realizada em instituições relacionadas com a pesquisa científica, como a Fapesp, objeto de estudo da dissertação de mestrado da autora.
2- Comunicação Pública Científica da UFU: uma análise de conteúdo do Jornal Correio de Uberlândia	2013	Mayara Abadia Delfino dos Anjos	Apresentar uma análise de conteúdo sobre matérias publicadas no <i>Jornal Correio</i> de Uberlândia no período de novembro/2012 a novembro/2013 que tinham a palavra UFU no título e diziam respeito a comunicação pública da ciência.
3- A Comunicação Pública da Ciência: as pesquisas da UFU e o jornal Correio de Uberlândia	2014	Melina Paixão Franco	Discutir a relação entre a produção científica da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e sua divulgação no Jornal Correio de Uberlândia.
4- Comunicação Pública da Ciência e as pesquisas sobre o pantanal: reflexões preliminares sobre as assessorias de comunicação em universidades públicas	2018	Luana Rodrigues Campos	Realizar reflexões preliminares sobre a responsabilidade e importância das assessorias de comunicação das instituições públicas de ensino e pesquisa do estado de Mato Grosso do Sul – que congrega a maior parte do bioma – no processo de democratização do conhecimento científico que produzem sobre a região.
5- Mapeamento das ações de divulgação e popularização da ciência na Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz	2018	Diego Vaz Bevilacqua <i>et al.</i>	Mapear as ações de divulgação e de popularização da ciência da Fiocruz com o objetivo de conhecer e de delinear sua diversidade interna.
6- Popularização da ciência e os desafios da Comunicação Pública nas universidades federais em Minas Gerais – Brasil	2018	Adriana C. Omena dos Santos, Daniela Avila Magolli e Mirna Tonus	Discutir a popularização da ciência e abordar a inter-relação entre produção acadêmica e sua divulgação.
7- Políticas de comunicação,	2018	Adriana C.	Apresentar resultados preliminares de pesquisa em desenvolvimento na Universidade de Ottawa

comunicação pública da ciência e cultura científica no Brasil e Canadá: similaridades e diferenças na comunicação sobre ciência, tecnologia e inovação nos dois países		Omena Santos	(Ontario/Canadá) acerca das políticas de comunicação no Canadá e no Brasil, em especial sobre os usos da comunicação pública da ciência em instituições de ensino e pesquisa nos dois países.
8- Comunicação Pública da Ciência e as pesquisas sobre o Pantanal: reflexões sobre as assessorias de comunicação em universidades públicas	2018	Luana Rodrigues Campos	Refletir sobre a responsabilidade e a importância das Assessorias de Comunicação das instituições públicas de ensino e pesquisa do estado de Mato Grosso do Sul – que congrega a maior parte do bioma – no processo de democratização do conhecimento científico que produzem sobre a região.
9- A popularização da ciência da informação perante a sociedade e potenciais profissionais da informação	2019	Beatriz Rosa Pinheiro dos Santos e Ieda Pelógia Martins Damian	Abordar a importância da popularização da ciência da informação como meio de contribuir para a evolução do campo científico.
10- A Divulgação da Ciência pelas Assessorias de Comunicação de Instituições de Ensino Superior: um Olhar sobre a Atuação da Universidade Federal do Maranhão	2019	Pablo Monteiro	Colocar em pauta a comunicação pública da ciência e o papel das assessorias de comunicação das Universidades, responsáveis por articular políticas, estratégias e instrumentos de comunicação capazes de permitir e potencializar o processo de divulgação científica. Assim, apresenta-se um diagnóstico analítico-descriptivo das ações de divulgação científica que estão sendo realizadas pela Assessoria de Comunicação (ASCOM) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).
11- A Comunicação Pública da Ciência nos portais das universidades federais da região Nordeste	2020	Marcilio José de Sousa Costa e Sônia Aguiar	Diagnosticar ferramentas potenciais para comunicar a ciência ao público, nos portais das universidades federais da região Nordeste.
12- A popularização da ciência e a disseminação da informação científica	2020	Martha Suzana Cabral Nunes <i>et al.</i>	Debater sobre popularização da ciência no âmbito da sociedade atual e na esfera das instituições de ensino superior, onde se dá o maior volume de pesquisa e produção científica nacional.
13- Proposição de observatório científico para popularização da Ciência	2020	Maria Giovanna Guedes Farias e Francisca Clotilde de Andrade Maia	Discutir os aspectos e conceitos relacionados à popularização científica, a fim de propor a criação de um observatório científico para a Universidade Federal do Ceará.
14- Comunicação Pública e Divulgação Científica: um Estudo de Caso do <i>Website</i> Institucional da UFRJ	2020	Camila Christina Sales Carneiro, Carolina Fernandes	Buscar entender como é feita a divulgação científica da UFRJ a partir de estudo de caso do <i>website</i> institucional da Universidade, a fim de refletir e problematizar, num panorama maior, sobre a realização da comunicação pública da ciência.

		Cunha e Adriana Omena Santos	
15- Breve levantamento acerca da Comunicação Pública na Cultura Científica da UnB	2020	Gabriel Antonio Ferreira de Souza e Adriana Cristina Omena Santos	Apresentar resultados parciais de estudo comparado sobre como se dá a utilização da Comunicação Pública da Ciência e a transferência de tecnologia (inovação) nas universidades e instituições de pesquisa, mais especificamente na UnB, com vistas a observar sua cultura científica.
16- Atividades de popularização da ciência no contexto de mostras científicas itinerantes promovidas no Dia da Responsabilidade Social	2021	Adriana Pugliese e Denise Villas Boas Saleh	Descrever e analisar as atividades de divulgação científicas itinerantes, desenvolvidas no contexto de 10 edições (2009 a 2018) do Dia de Responsabilidade Social (DRS).
17- Comunicação Pública da Ciência: Caminhos Possíveis da Extensão à Interculturalidade	2021	Juliana Marques Borghi e Claudia Irene Quadros	Estudar projetos de extensão do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas do Instituto Federal do Paraná (IFPR), a partir da articulação de três eixos teóricos: comunicação pública da ciência, extensão universitária e processo cultural.
18- A comunicação pública da Ciência diante da pandemia (2021)	2021	Maria José da Oliveira <i>et al.</i>	Analisar o papel da comunicação pública da ciência (CPC), para além da divulgação, da disseminação e da difusão científica.
19- Uma análise das ações de divulgação e de popularização da ciência na Fundação Oswaldo Cruz. História, Ciências, Saúde	2021	Diego Vaz Bevilacqua <i>et al.</i>	Investigar como se organiza um sistema de divulgação e de popularização da ciência em uma instituição científica de grande porte como a Fiocruz e como esse sistema se articula com seu discurso institucional.
20- Comunicação pública da ciência e transferência de tecnologia em pesquisa na área de engenharia civil na Universidade Federal de Uberlândia (UFU)	2021	Adriana C. Omena Santos, Lucas A.R. Souza, Kamila Santos e Mirna Tonus	Apresentar resultados parciais da pesquisa que tem como objeto a comunicação da ciência e a transferência de tecnologia de pesquisas na área da engenharia/construção civil, em especial, sobre comunicação pública da ciência nas Instituições de Ensino Superior, especificamente na Universidade Federal de Uberlândia.
21- Comunicação pública e democratização do acesso à ciência	2022	Diny Gabrielly de Miranda Martins e Eloisa Helena de Souza Cabral	Discutir teoricamente acerca do conceito de comunicação pública, tecendo possíveis relações com a democracia, e fazer uma descrição teórica da relevância da comunicação científica para a democratização da ciência.
22- Divulgação da ciência na universidade pública: análise de conteúdo de informativo produzido por uma assessoria de	2022	Raul Ramalho e Anabela Gradim	Contribuir com as discussões sobre o trabalho da assessoria de imprensa / comunicação na divulgação de pesquisas científicas realizadas em universidades públicas.

comunicação			
23- Variação terminológica nas pesquisas sobre divulgação científica: análise dos termos empregados por professores-pesquisadores das universidades brasileiras	2022	Giselle Liana Fetter	Analisar os termos empregados por professores-pesquisadores das universidades brasileiras para conceber esse elo comunicativo com a sociedade.
24- Participação, Cidadania e Ciência: a Experiência do Pergunte aos Cientistas da Agência Escola Universidade Federal do Paraná	2022	Claudia Irene de Quadros, Regiane Ribeiro, Patricia Goedert Melo e Chirlei Kohls	Discutir a comunicação pública da ciência estabelecida por meio do projeto Pergunte aos Cientistas, no qual a população pôde esclarecer dúvidas sobre a Covid-19 com pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento.
25- Estratégias de uma universidade pública brasileira para comunicar a ciência na pandemia da Covid-19	2023	Pedro Farnese	Mapear as estratégias de comunicação em redes sociais virtuais implementadas pela Universidade de São Paulo (USP), que, de acordo com indicadores, figura como a maior produtora de pesquisa no Brasil e a segunda da América Latina.

Fonte: elaborado pela autora (2023).

Por meio dessa revisão de literatura, inspirada nos princípios da Revisão Sistemática da Literatura (RSL), na qual buscamos assegurar rigor e transparência na seleção e na análise dos estudos, identificamos trabalhos que abordam a relação divulgação científica, popularização da ciência e/ou comunicação pública da ciência e as universidades públicas. Em sua maioria, contudo, são estudos de caso único, portanto limitado a um projeto específico dentro de uma universidade ou vinculado a produtos e a estruturas de comunicação de universidades específicas. Ou, ainda, constituem estudos de caso múltiplos com o recorte de análise limitado a portais das universidades, ou a uma região do país ou, ainda, limitado a suas estruturas de comunicação institucionais.

Portanto, a realização da revisão de literatura inspirada na RSL foi essencial para termos contato com os estudos já realizados acerca dos conceitos que embasam esta pesquisa e, dessa forma, identificar lacunas existentes, além de delinear os melhores procedimentos metodológicos. A partir desse levantamento foi possível consolidar a pergunta-síntese deste estudo, bem como elaborar o seu objetivo geral e os seus objetivos específicos.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO: DIREITOS HUMANOS, MARCOS HISTÓRICOS E LUTAS

Esta segunda seção foi dividida em três subseções. Na primeira subseção, apresentamos a democratização do conhecimento como um direito humano. Na segunda, realizamos uma breve viagem no tempo em que apontamos alguns marcos históricos importantes à democratização do conhecimento no Brasil. Por fim, na terceira subseção, mergulhamos em algumas histórias e nas principais lutas atuais da área de comunicação institucional às iniciativas de democratização do conhecimento pelas universidades federais brasileiras.

Destacamos que esta seção também se fundamenta no aporte teórico-metodológico dialético histórico-estrutural (Demo, 1995). Como vimos, esse método se caracteriza por possibilitar voos históricos e tratar das estruturas sob esse ponto de vista histórico. Nesta pesquisa, essas estruturas estão relacionadas à democratização do conhecimento científico no Brasil, bem como ao possível protagonismo das universidades públicas, sobretudo as federais nesse processo.

Essa é a lente que nos permite, em uma perspectiva crítica, respondermos à pergunta-síntese desta pesquisa, isto é, quais os limites e as possibilidades das iniciativas de democratização do conhecimento realizadas por universidades federais brasileiras.

Com esta seção, pretendemos alcançar o segundo objetivo específico desta pesquisa que é apresentar a democratização do conhecimento como direito humano e dimensionar historicamente as principais iniciativas pela democratização do conhecimento tanto no Brasil quanto no âmbito da área de comunicação institucional das universidades federais, com vistas a responder à pergunta-síntese deste estudo e alcançar o objetivo geral delimitado.

Antes de adentrarmos nessa viagem do tempo acerca das iniciativas pela democratização do conhecimento no Brasil e discutirmos especificamente sobre a área da comunicação institucional das universidades federais brasileiras nesse processo de democratização, discorreremos, brevemente, acerca da democratização do conhecimento como um direito humano.

2.1 Democratização do conhecimento: um direito humano

Após os atos de barbárie cometidos na Segunda Guerra Mundial e as atrocidades cometidas durante o Nazismo, “as consciências se abriram, enfim, para o fato de que a sobrevivência da humanidade exigia a colaboração de todos os povos, na reorganização das

relações internacionais com base no respeito incondicional à dignidade humana” (Comparato, 2019, p. 219). Nesse contexto de frequentes violações aos direitos humanos, Piovesan (2023) destaca que, em meados do século XX, ocorre a verdadeira consolidação do direito internacional dos direitos humanos. Logo, trata-se de um movimento recente na nossa história. A autora ainda salienta que

no momento em que os seres humanos se tornam supérfluos e descartáveis, no momento em que vige a lógica da destruição, em que a crueldade abole o valor da pessoa humana, torna-se necessária a reconstrução dos direitos humanos, como paradigma ético capaz de reestruturar a lógica do razoável. A barbárie do totalitarismo significou a ruptura do paradigma dos direitos humanos, por meio da negação do valor da pessoa humana como valor fonte de direito. Nesse cenário, o maior direito passa a ser, adotando a terminologia de Hannah Arendt, o direito a ter direitos, ou seja, o direito a ser sujeito de direitos (Piovesan, 2023, p. 71).

Nesse sentido, Comparato (2019, p. 37) complementa que “a transformação das pessoas em coisas realizou-se de modo menos espetacular, mas não menos trágico, com o desenvolvimento do sistema capitalista de produção”.

Nesse contexto, destacamos que a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), aprovada pela Organização das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948, foi um marco importante, uma vez que ratifica, após um período turbulento de Guerras Mundiais, direitos humanos e liberdades fundamentais à dignidade humana de toda a população mundial.

Na DUDH, identificamos, especificamente no parágrafo primeiro do artigo 27, uma referência à democratização do conhecimento: “todo ser humano tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar do progresso científico e de seus benefícios” (ONU, 1948). De acordo com Tôzo (2024, p. 51), esse parágrafo “menciona a necessidade de uma comunicação mais direta e permanente entre a comunidade científica e os cidadãos”.

Outros dois artigos da DUDH parecem tangenciar o direito à informação e o direito à comunicação, assim como a democratização do conhecimento quando os associamos ao contexto das instituições públicas relacionadas à ciência. No artigo 19 consta que “todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; esse direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e idéias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras”. No artigo 21, por sua vez, consta que “todo ser humano tem igual direito de acesso ao serviço público do seu país”.

Vale ressaltarmos que a defesa dos direitos humanos no Brasil intensifica-se durante o período da ditadura militar, nos anos de 1970, e volta-se à defesa dos presos políticos e à luta

contra a tortura, uma vez que a violação dos direitos humanos se tornou frequente nesse período (Petrarca, 2014).

Após passarmos um período bastante turbulento de luta contra a repressão da ditadura militar, a Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988) inspirou-se na DUDH para a formulação de diversos de seus princípios fundamentais. Nas palavras de Piovesan (2023, p. 39),

a Carta de 1988 institucionaliza a instauração de um regime político democrático no Brasil. Introduce também indiscutível avanço na consolidação legislativa das garantias e direitos fundamentais e na proteção de setores vulneráveis da sociedade brasileira. A partir dela, os direitos humanos ganham relevo extraordinário, situando-se a Carta de 1988 como o documento mais abrangente e pormenorizado sobre os direitos humanos jamais adotado no Brasil.

Dessa forma, a Constituição Federal (CF), resultado das lutas pela redemocratização do país, pela dignidade humana e pela cidadania, alargou o campo dos direitos e das garantias fundamentais no país. A CF de 1988 foi a primeira, na história constitucional brasileira, a elencar o princípio da prevalência dos direitos humanos, como princípio fundamental a reger o Estado nas relações internacionais (Piovesan, 2023).

No Brasil, assim como em diversos países, a comunicação e a informação são tratadas como um direito fundamental (Medeiros; Chirnev, 2021). A CF (Brasil, 1988) estabelece em seu artigo 5º que “é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional”. Nesse mesmo artigo consta que

todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado (Brasil, 1988).

Ainda o artigo 37 da CF aborda como deve ser o comportamento da administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. No texto consta que todas as autoridades devem obedecer aos “princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência [...]” (Brasil, 1988; Medeiros; Chirnev, 2021).

As autoridades têm o dever de cumprir os princípios da transparência e da publicidade no exercício da administração pública. Essa prática permite que todos os cidadãos possam acompanhar e ter acesso às decisões e às ações desenvolvidas, bem como aquelas implementadas pelos poderes públicos (Medeiros; Chirnev, 2021).

As diretrizes e os princípios gerais do direito à informação foram instituídos pela CF (Brasil, 1988), já a regulamentação do Direito à Informação foi feita com a promulgação da Lei

de Acesso à Informação (LAI) em 2011 (Brasil, 2011). “A principal diretriz da LAI é a informação integral, a publicidade dos atos da administração pública e a transparência, posturas que estão em sintonia com os demais princípios constitucionais sobre comunicação do Estado com a sociedade” (Medeiros; Chirnev, 2021, p. 23).

Outro dispositivo importante, especificamente quanto à relação democratização do conhecimento e universidade, é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996). Em seu artigo 43, inciso IV, menciona-se que uma das finalidades da educação superior é “promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação”. Isso contempla todas as vertentes da democratização do conhecimento, com todos os públicos ligados às universidades públicas.

Embora reconheçamos a importância desses dispositivos, é fundamental compreendermos que a formalização dos direitos não implica, necessariamente, em sua garantia e efetivação (Flores, 2009; Rubio, 2022). Os autores Geraldles *et al.* (2017) também ponderam que os artigos da CF (Brasil, 1988) que se referem ao direito humano à comunicação e à informação não encerram a luta. É fundamental ter cautela para evitar a armadilha da positivação, que, por vezes, pode resultar na desmobilização das lutas. Afinal, “o fundamento dos direitos humanos não está num pedaço de papel. Está na luta” (Geraldles *et al.*, 2017, p. 30).

Ainda de acordo com os autores, um ponto crítico no que se refere aos direitos humanos à comunicação e à informação é que, às vezes, não conseguem ter materialidade como outros direitos humanos. Logo, “ambos sofrem de certa invisibilidade social. Lutar com quem, para quê e por quê?” (Geraldles *et al.*, 2017, p. 25).

Essa necessidade das lutas sociais fica mais evidente ao falarmos dos desafios que o neoliberalismo coloca diariamente às universidades federais, à democratização do conhecimento e como consequência a vários outros direitos humanos. Para Piketty (2022), a luta passa também, e sobretudo, por uma transformação estrutural do sistema econômico mundial.

Nesse ponto do sistema econômico, Freire (2016, p. 98) argumenta que: “é uma imoralidade, para mim, que se sobreponha, como se vem fazendo, aos interesses radicalmente humanos, os do mercado”. O autor (2016, p. 96) ainda explicita que “a educação é uma forma de intervenção no mundo”. Para ele essa intervenção, por meio dos conhecimentos, implica tanto o esforço de reprodução da ideologia dominante quanto o seu desmascaramento. Afinal, a educação, por ser dialética e contraditória, não pode ser reduzida a uma única perspectiva ou

a qualquer uma dessas abordagens isoladamente (Freire, 2016).

Em relação ao que Freire (2016) se refere como ideologia fatalista do discurso e da política neoliberal, ele enfatiza que continua bastante aberto à advertência de Marx em relação à necessária radicalidade que o faz sempre desperto a tudo que diz respeito à defesa dos direitos humanos. Interesses que, segundo o autor, são superiores aos grupos ou classes de gente.

O autor Piketty (2020, p. 33-34) também corrobora com argumentos nesse sentido. Para ele, “o progresso humano existe sim, mas é uma luta e deve, antes de mais nada, sustentar-se em uma análise racional das evoluções históricas passadas, com tudo que elas encerram de positivo e negativo”. Ainda para Piketty (2022, p. 237), “se ao longo dos dois últimos séculos, um movimento histórico mais voltado para a igualdade social, econômica, e política pôde ocorrer no mundo, isso se deu, antes de tudo, graças a uma série de revoltas, revoluções e mobilizações políticas de grande amplitude”. Nesse contexto, Antunes (2018) evidencia que a transformação do mundo não é obra de intelectuais, apesar de seu papel crítico. A ação decisiva e central está nas classes trabalhadoras, nas lutas e nos movimentos sociais.

Nesse aspecto, as autoras Geraldles, Rodrigues e Kaya (2022, p. 84), por exemplo, argumentam, no contexto da LAI, que, para ela se efetivar plenamente, é necessária

[...] a existência de um sujeito ativo e empoderado cujo desenvolvimento, no entanto, foi inibido por uma trajetória histórica de repressão à participação política, pela desigualdade social, pelo baixo nível educacional e pelo próprio desconhecimento da existência e importância da norma, dentre outros fatores.

Nesse aspecto, no que se refere especificamente à desigualdade social e ao baixo nível educacional da população brasileira em geral, Demo (2000), em seu livro “Política Social do Conhecimento”, define esta como um “processo de reconstrução e uso de conhecimento para fins sociais, quer dizer, a serviço dos excluídos” (Demo, 2000, p. 43). O autor ainda pondera que “a política social do conhecimento seria a mais estratégica, não porque automaticamente gera melhores efeitos, mas porque apresenta melhores condições para os efeitos desejados, em particular para o combate à pobreza política” (Demo, 2000, p. 52). Nesse sentido, quando falamos de democratização do conhecimento nesta pesquisa, vamos ao encontro, na essência, do que já trazia o conceito de Política Social do Conhecimento de Demo (2000).

Sob essa ótica, Demo (2006) reforça que o contexto atual ainda denuncia que o povo brasileiro é pobre. Entretanto, trata-se de uma pobreza predominantemente política, pois está privado de um direito inalienável: o direito de ser cidadão. Nesse contexto, entendemos que há urgência em nos articularmos como cidadãos, tomarmos nosso direito de acesso à informação e lutarmos pela democratização do conhecimento com o objetivo de formar sujeitos de direito

dotados de autonomia e de visão crítica, conscientes de seus direitos e deveres. Partimos do entendimento de que somente assim teremos, de fato, um país republicado e democrático.

Assim, é cada vez mais necessário que os cidadãos brasileiros tenham acesso ao saber cultural e científico, bem como sejam conscientizados de que possuem direitos humanos intrínsecos, para que, a partir disso, possam posicionar-se na esfera pública de acordo com os temas postos à discussão (Rodrigues; Nozu; Neto, 2019).

Todavia, a consciência de que o cidadão tem direito ao conhecimento por meio de sua democratização, sobretudo nas organizações públicas, aparentemente ainda precisa ser consolidada no país. Para Pires (2021), a incompreensibilidade dos textos em “burocratês”, por exemplo, pode ocasionar um prejuízo social à cidadania e à máquina pública. A pesquisa de Pires (2021) ainda revelou que existem no Brasil leis e normativos determinando linguagem fácil de entender na informação de governo eletrônico há mais de vinte anos. Todavia, apesar de ser um problema antigo e grave, ainda persiste uma certa desatenção e insensibilidade de agentes públicos para as dificuldades que a população enfrenta, pois a informação governamental continua sendo escrita em “burocratês”.

Nesse sentido, entendemos que o movimento e a técnica da linguagem simples se fazem necessários e urgentes, sobretudo no Brasil, para se falar em direitos humanos, tais como: democratização do conhecimento, direito à informação e direito à comunicação.

Nesse contexto da importância da linguagem simples no Brasil e da complexidade que envolve o direito humano da democratização do conhecimento, trazemos os seguintes dados levantados pela Ação Educativa, associação sem fins lucrativos, que criou em 2001 o Indicador de Alfabetismo Funcional (Inaf). De acordo com o último levantamento,²⁷ realizado em 2018, temos o seguinte cenário quanto aos níveis de alfabetismo no país.

²⁷ Os dados de toda a série histórica de 2001 a 2018 estão disponíveis em: <https://alfabetismofuncional.org.br/alfabetismo-no-brasil/>. Acesso em: 15 fev. 2025.

Quadro 11 – Níveis de alfabetismo da população brasileira entre 15 e 64 anos de idade

Nível de Alfabetismo	Percentual
Analfabeto	8%
Rudimentar	22%
Elementar	34%
Intermediário	25%
Proficiente	12%

Fonte: Inaf (2018).

Os indivíduos classificados nos níveis analfabeto e rudimentar compõem um grupo denominado pelo Inaf como analfabetos funcionais. Nesse sentido, esse último estudo de 2018 aponta que cerca de 3 em cada 10 brasileiros são analfabetos funcionais. Isto é, essa parcela da população tem muita dificuldade para fazer uso da leitura, da escrita e das operações matemáticas em situações da vida cotidiana, como reconhecer informações em um cartaz ou folheto ou ainda fazer operações aritméticas simples com valores de grandeza superior às centenas (Lima; Catelli Júnior, 2018).

Nesse contexto, estamos em consonância com o argumento de Piketty (2013, p. 31), o qual enfatiza que “no longo prazo, a força que de fato impulsiona o aumento da igualdade é a difusão do conhecimento e a disseminação da educação de qualidade”.

Joaquín Herrera Flores, autor que desenvolveu ao decorrer de suas obras uma teoria crítica dos direitos humanos, afirma que falar de direitos humanos é ter uma perspectiva crítica e emancipatória. Eles são construídos por meio de lutas sociais e são mais do que direitos propriamente ditos, são processos. Consistem em resultado sempre provisório das lutas do ser humano para ter acesso aos bens necessários à vida. Nesse sentido, os direitos humanos se converteram no desafio do século XXI. Um desafio que é ao mesmo tempo teórico e prático (Flores, 2009).

O autor ainda aponta que “apesar de nos dizerem que temos direitos, a imensa maioria da população mundial não pode exercê-los por falta de condições materiais para isso” (Flores, 2009, p. 27). Além disso, ele também elucida que o problema é como um direito humano consegue se transformar em direito, isto é, como consegue obter a garantia jurídica para a sua melhor implantação e efetividade (Flores, 2009).

Seguindo essa linha de pensamento, observamos uma situação semelhante no que diz respeito à democratização do conhecimento. Embora seja mencionada de forma tangencial em

dispositivos jurídicos, ainda não parece nem mesmo ter se consolidado como um direito efetivo, especialmente no que diz respeito à sua garantia jurídica. Isso ocorre, em grande parte, porque boa parte da sociedade brasileira não dispõe de condições materiais nem da conscientização necessária para lutar por sua concretização. Além disso, como vimos, vivemos em um contexto em que nem mesmo os direitos já positivados têm sido plenamente assegurados na prática.

A teoria crítica dos direitos humanos propõe uma visão desses direitos como construções históricas e sociais que não podem ser reduzidas a valores abstratos, a normas jurídicas, nem a instituições, tampouco tribunais. Eles são situacionais, contextuais e relacionais. Para a teoria crítica, os direitos humanos emergem das lutas políticas e das mobilizações sociais contra as estruturas de poder opressoras. Diferentemente de uma perspectiva tradicional que considera os direitos humanos como universais e atemporais, a teoria crítica os considera como processos dinâmicos e contextuais que se desenvolvem em resposta às condições específicas de injustiça e de desigualdade vividas pelas populações (Flores, 2009; Rubio, 2022).

Quanto a esse ponto das lutas políticas e das mobilizações sociais, Petrarca (2014) sustenta que a participação associativa é um fenômeno que vem crescendo no Brasil desde os anos 1990 com a redemocratização do país e com o aumento expressivo do número de entidades voltadas para fins diversos.

Em relação aos movimentos e às mobilizações sociais, bem como às lutas sociais e às lutas políticas, partimos do entendimento de Gohn (2000, p. 13). Para ela, os “movimentos sociais são ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil”. Logo, a autora também aponta que as lutas sociais conferem a esses movimentos sociais um caráter cíclico, uma vez que são como as ondas e as marés que vão e voltam segundo a dinâmica do conflito social, da luta social e da busca do novo ou da reposição do velho. A autora ainda explica que

[...] não bastam as carências para haver um movimento. Elas têm que se traduzir em demandas, que por sua vez poderão se transformar em reivindicações, através de uma ação coletiva. O conjunto deste processo é parte constitutiva da formação de um movimento social. Os fatores carências, legitimidade da demanda, poder político das bases, cenário conjuntural do país darão a força social de um movimento, gerando o campo de forças do movimento social e uma dada cultura política (Gohn, 2000, p. 13).

No que se refere ao contexto dos direitos humanos no Brasil nos últimos anos, uma publicação de 2021 denominada “A Situação dos Direitos Humanos no Brasil”, resultado de visita da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), em novembro de 2018, trouxe

um abrangente diagnóstico sobre a situação dos direitos humanos no país. Todavia, em decorrência da dimensão continental do Brasil, bem como das distintas particularidades de cada região do país, a Comissão teve de focar em temas específicos, assim como em alguns grupos afetados por processos históricos de discriminação e de desigualdade estrutural (CIDH, 2021).

No que se refere à liberdade de expressão e aos atores sociais importantes para a democratização do conhecimento, a CIDH constatou um aumento das ameaças contra a vida e contra a integridade física de profissionais da comunicação por parte de autoridades, situação que se agravou após as eleições presidenciais de 2018. De igual forma, houve um aumento dos crimes de ódio baseados na orientação sexual, identidade e/ou expressão de gênero das pessoas, assim como discursos de ódio e estigmatizantes emitidos por autoridades do Estado no mesmo período (CIDH, 2021).

A Comissão concluiu o relatório com um diagnóstico da estrutura institucional de direitos humanos desenvolvida no país após a transição democrática. Sobre esse assunto, a Comissão reconheceu que o Brasil possui um Estado de Direito baseado em sólidas instituições democráticas. Entretanto, a CIDH fez um alerta de que, recentemente, esse sistema vem enfrentando desafios e retrocessos. Assim, foram realizadas recomendações com vistas a fortalecer e a avançar com os direitos humanos no país (CIDH, 2021).

Tal retrocesso pode ser visto concretamente com os atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023, em Brasília. Nesse sentido, destacamos que, para além dos direitos humanos de forma geral, precisamos fortalecer e avançar, sobretudo, o direito humano de acesso à informação, à comunicação e ao conhecimento, bem como ações contínuas e sistemáticas de democratização desse conhecimento por parte das instituições públicas brasileiras.

No que se refere à democratização do conhecimento – que em nosso entendimento também está relacionada diretamente a outros direitos humanos, como o direito informação, à comunicação e ao conhecimento –, observamos que a teoria crítica dos direitos humanos se faz presente ao identificarmos descumprimentos de normas legais, inclusive no âmbito da Constituição Federal de 1988.

No que diz respeito à concentração midiática, de acordo com Cabral (2020), trata-se de um fenômeno marcado pela centralização das indústrias de mídia nas mãos de poucas corporações. Nesse sentido, entendemos que ela pode comprometer significativamente a democratização do conhecimento. A autora (2020, p. 2) ainda elucida que essa concentração é uma realidade no Brasil, especialmente considerando que

na área de radiodifusão, cinco conglomerados nacionais e cinco grupos regionais midiáticos atingem quase 100% do território brasileiro. Dentre os

grupos nacionais, destacam-se: Rede Globo, SBT, Bandeirantes, Record e Rede TV! No caso dos grupos regionais, evidenciam-se: a Rede Brasil Sul (no Sul do país), atingindo os domicílios do Rio Grande do Sul; as Organizações Jaime Câmara (no Centro-Oeste); a Rede Amazônica de Rádio e Televisão que atua em cinco dos sete Estados da Região Norte; o Grupo Zahran, nos Estados Mato Grosso e Mato Grosso do Sul; e o Grupo Verdes Mares (Nordeste).

Ainda para Cabral (2020, p. 2), esse fenômeno é considerado ilegal e é possibilitado porque

[...] não há cumprimento das normas legais, não se cumpre o período para a troca legal de proprietários e não existem restrições para a formação de redes nacionais e regionais. Esses descumprimentos podem ser constatados na legislação brasileira, principalmente no Capítulo V da atual Constituição (1988), em seus artigos 220 a 224.

Nesse ponto, o artigo 223 da Constituição Federal (Brasil, 1988) prevê a complementaridade entre os sistemas de comunicação no Brasil. As estruturas dos sistemas públicos, privados e estatais do setor deveriam atuar de modo a atender à sociedade. Todavia, no país, o sistema privado é hegemônico e compreende o maior contingente de emissoras de televisão e de rádio, além de ser controlado por ínfimos grupos que exercem seu poder livremente, com regulação deficitária por parte do Estado (Cabral, 2020).

Essa situação resulta na prevalência de interesses privados sobre bens que deveriam ser públicos e, ainda, contraria a Constituição Federal, também no artigo 220, parágrafo 5º, que enuncia: “os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio” (Brasil, 1988).

Nesse contexto, a concentração da mídia evita que a mídia seja democrática. No caso da radiodifusão, vê-se um modelo de exploração de emissoras de rádio e TV por grupos privados brasileiros comandados por políticos, famílias e igrejas. Esses conglomerados de mídia veem a radiodifusão como um negócio lucrativo e têm ignorado os dispositivos legais brasileiros. Eles controlam a programação exibida, permitindo que menos de 10% do conteúdo sejam produzidos e exibidos localmente. Interferem, também, nas chefias de cada afiliada. Isso resulta em falta de diversidade e de pluralidade do conteúdo exibido no país (Cabral, 2020).

Após traçarmos esse cenário dos oligopólios de mídia no Brasil, podemos visualizar o quanto isso pode ser prejudicial para o direito à informação, para o direito à comunicação e para a democratização do conhecimento no país. Em aparente consonância com tal entendimento, Márcia Duarte (2012) enfatiza a comunicação como uma questão de direitos humanos, dado que é cada vez mais interpretada como o direito de comunicar. Esse conceito vai além da mera possibilidade de receber ou transmitir informações, concebendo a comunicação como um

processo de via dupla, no qual a sociedade pode participar ativamente por meio do diálogo democrático.

Ainda no que se refere ao direito à informação, Marra e Paulino (2019) explicam que o direito à informação também pode ser visto como um direito humano, já que se apresenta como um pré-requisito para que se possa falar em participação cidadã e política. Quanto ao direito à comunicação, Urupá (2017, p. 100) argumenta que

o direito à comunicação é um dos pilares centrais de uma sociedade democrática. Assumir a comunicação como um direito humano significa reconhecer o direito de todos terem voz. Significa reconhecer a comunicação como um direito universal e indissociável de todos os outros direitos fundamentais. É mais do que a liberdade de expressão e o direito à informação. É o direito de todos terem acesso aos meios de produção e veiculação de informação, de possuir condições técnicas e materiais para ouvirem e serem ouvidos, de ter conhecimento necessário para estabelecer uma relação autônoma e independente frente à atual conjuntura de desigualdades do mundo contemporâneo.

Por fim, no que diz respeito à democratização do conhecimento, Orsi (2021) destaca três pontos. O primeiro deles é que o direito de acesso ao conhecimento científico, embora inclua o direito à educação, não se restringe nem se confunde com ele. Esse acesso ao conhecimento deve ir além da educação formal, uma vez que os fatos da ciência devem estar disponíveis para todos que desejem buscá-los, no âmbito das instituições de ensino e fora delas. O segundo é o direito de acesso à produção do conhecimento, segundo o qual todo aquele que desejar deve ter a oportunidade de fazer ciência, de colaborar com a produção do conhecimento. Nesse ponto, o autor ainda defende que os interesses, curiosidades e preocupações dos cidadãos devem ser levados em conta na definição da política científica. Finalmente, o terceiro refere-se ao direito e ao acesso aos benefícios do progresso científico. De acordo com o autor, talvez seja o mais complexo e multifacetado dos três, porque implica não só o óbvio, mas também a expectativa de que os agentes públicos levarão o conhecimento científico a sério ao formular suas políticas e suas ações.

Ainda segundo Orsi (2021), a comunicação eficaz da ciência, que garante o direito de acesso ao conhecimento científico, é condição necessária para que os cidadãos possam exigir de seus governantes os benefícios dos conhecimentos científicos disponíveis. Além disso, permite que os cidadãos avaliem se seus direitos aos benefícios do progresso científico estão sendo respeitados.

Nesse contexto, argumentamos que o direito humano à informação, à comunicação e ao conhecimento provavelmente tem se tornado um dos maiores desafios do mundo

contemporâneo, pois exige uma atuação de um sujeito engajado e consciente de seus direitos. Esse direito de acesso ao conhecimento pode ser considerado primordial para que as pessoas possam exercer efetivamente a cidadania, uma vez que por meio do acesso ao conhecimento elas podem ter condições de ter pensamentos críticos em torno das questões que as envolvem e a consciência de seus direitos e seus deveres como cidadãos. Com esse pensamento crítico e consciente, poderiam ficar menos vulneráveis, por exemplo, às questões relacionadas ao problema público das desordens informacionais.²⁸

Nesse sentido, Freire (2013) argumenta que o conhecimento, na dimensão humana, exige uma atuação curiosa do sujeito em relação ao mundo. Requer uma ação transformadora sobre a realidade e demanda uma busca constante. Reclama a reflexão crítica de cada um sobre o ato mesmo de conhecer. O autor ainda explica que o conhecer é uma tarefa de sujeitos, e é somente enquanto sujeito que o homem pode realmente conhecer.

Nesse contexto, reafirmamos que esta pesquisa tem como foco a expressão “democratização do conhecimento”, com ênfase, sobretudo, na perspectiva da comunicação pública, especialmente na da comunicação pública da ciência. Segundo Medeiros e Chirnev, (2021, p. 30),

a Comunicação Pública é um direito e ao mesmo tempo uma ferramenta útil para o cidadão ter pleno acesso aos serviços e aos programas oferecidos pelo Estado. Por isso, a Comunicação Pública é estratégica, porque tem a missão de ouvir os cidadãos e, ao fazer esta escuta social, pode colocá-lo como o centro das políticas públicas. A Comunicação Pública só é bem-sucedida se ouvir o que a população tem a dizer e se contribuir para viabilizar participação social.

Lembramos que um dos 12 princípios da comunicação é promover os direitos e a democracia. Dessa forma, a “Comunicação Pública promove os direitos humanos, constitucionais e sociais, a democracia, o diálogo, a justiça, a equidade, a solidariedade, a diversidade, a busca do consenso e o exercício da cidadania” (Medeiros; Chirnev, 2021, p. 10).

É necessário salientarmos que, na visão de Freire (2001, p. 136), “nós estamos ainda no processo de aprender como fazer democracia. E a luta por ela passa pela luta contra todo tipo de autoritarismo”. Por fim, o autor pondera que está “convencido de que, não só no Brasil, mas

²⁸ Partimos do entendimento de Wardle e Derakhshan (2017), que propõem três classificações para o que denominam de *information disorder* (desordem da informação, em tradução livre): a *disinformation* (desinformação, em tradução livre) é quando a informação é compartilhada com a intenção de causar dano; a *misinformation* (informação incorreta, em tradução livre), por sua vez, constitui uma informação meramente errônea, mas que não causa dano; e a *mal-information* (mal informação, em tradução livre), enfim, se refere ao emprego de informações genuínas e baseadas na realidade de modo a causar dano a uma pessoa, organização ou país.

também na América Latina, é impossível atravessar a estrada do aprendizado da democracia, de como fazer democracia, sem confrontar basismo e elitismo, expressões vivas de nossas tradições autoritárias” (Freire, 2001, p. 136).

Dessa maneira, partimos do pressuposto de que somente por meio de um olhar científico interdisciplinar, multidisciplinar e coletivo, bem como por meio da conscientização e da participação da sociedade, será possível construir estruturas institucionais sólidas em prol da promoção e da proteção dos direitos humanos e, assim, contribuir com o fortalecimento da democracia.

Partimos do entendimento de que a democratização do conhecimento emerge como um elemento fundamental para a emancipação do indivíduo e para a redução das desigualdades sociais. Contudo, isoladamente, ela não é capaz de transformar completamente essa realidade. A democratização do conhecimento vai além de um simples ato de cidadania, configurando-se como uma ação concreta na construção de uma sociedade mais justa e igualitária (Teixeira, 2001).

Portanto, após todos os aspectos que discorremos nesta subseção à luz da teoria crítica dos direitos humanos, bem como o que presenciamos em nossos cotidianos, a percepção é de que ainda temos muito por avançar no campo do direito humano à informação, à comunicação, ao conhecimento e à democratização do conhecimento em nosso país. A começar por lutas para fazer valer o que já está positivado na legislação brasileira, uma vez que o conhecimento científico constitui um bem público global, o seu acesso deve ser o mais aberto possível, assim como os seus benefícios devem ser universalmente compartilhados (Unesco, 2022).

2.2 Democratização do conhecimento no Brasil: uma breve viagem no tempo

A fim de termos um panorama para respondermos à pergunta desta pesquisa e alcançar o seu objetivo geral, acreditamos que inicialmente se faz necessária uma breve contextualização acerca de alguns marcos históricos que consideramos importantes à democratização do conhecimento no Brasil. Partimos da compreensão de que é necessário conhecermos as iniciativas do passado, para refletirmos sobre o presente e termos condições de propormos iniciativas para um futuro mais democrático.

De acordo com Bueno (2022), as sociedades científicas remontam à época do Renascimento. Neste período, novos incentivos à pesquisa científica levaram ao surgimento de organizações que reuniam importantes pensadores da época. Esses grupos foram precursores das seguintes instituições científicas renomadas: *L'Accademia Nazionale dei Lincei* (Itália,

1603); *German Academy of Sciences Leopoldina* (Alemanha, 1652); *The Royal Society* (Inglaterra, 1660); *Académie des Sciences* (França, 1666); e *The American Philosophical Society* (Estados Unidos, 1743).

Essas instituições científicas inspiraram outras iniciativas ao redor do mundo. Elas proporcionavam um lugar para compartilhar e disseminar o conhecimento, sobretudo por meio de seus periódicos que se tornavam cada vez mais populares e essenciais ao desenvolvimento científico (Bueno, 2022).

O autor Burkett (1990) corrobora com esse aspecto ao explicar que a redação científica deriva de um sistema de comunicação secular que

teve o seu início no século XVI quando os primeiros cientistas se defrontavam com a censura e suas atividades pela Igreja e pelo Estado. Encontravam-se às escondidas em várias cidades para informarem uns aos outros sobre suas descobertas relativas à nova filosofia natural. Das reuniões desses grupos de elite, que compreendiam nobres, eruditos, artistas e mercadores, brotou a tradição da comunicação aberta e oral sobre assuntos científicos (Burkett, 1990, p. 27).

Já no Brasil, a história das atividades de divulgação científica é ainda pouco conhecida. De acordo com o estudo de Moreira e Massarani (2002), muitas vezes chega-se mesmo a supor que essas práticas não existiram ou foram irrelevantes ao longo de quase todo o período histórico do país, ganhando destaque apenas a partir da década de 1980. Todavia, os autores argumentam que essa perspectiva é limitada e está fundamentada no desconhecimento acerca da evolução da ciência, bem como de sua difusão no Brasil.

Em nosso país, uma das primeiras tentativas de organização científica data do século XVIII: a Academia Científica do Rio de Janeiro, criada pelo marquês do Lavradio em 1772, que visava a difusão de determinados aspectos da ciência entre a elite local. A Academia era composta por nove membros e durou apenas sete anos. Foi sucedida pouco tempo depois pela Sociedade Literária do Rio de Janeiro, que também teve vida curta. Ela foi fechada por razões políticas, sendo seus membros aprisionados sob a acusação de conspiração pró-independência da colônia (Bueno, 2022).

No final do século XVIII e início do século XIX, muitos dos brasileiros que haviam ido para Portugal, França, Bélgica e Escócia para frequentar cursos superiores começaram a retornar ao Brasil. Dessa forma, contribuíram para uma difusão paulatina das novas concepções científicas. A primeira manifestação um pouco mais consistente de atividades de divulgação científica no Brasil viria a ocorrer no início do século XIX com a chegada da Corte portuguesa ao Brasil, em que se abriram os portos e a proibição de imprimir foi suspensa. Com a criação

da Imprensa Régia, em 1810, textos e manuais voltados para a educação científica, embora em número reduzido, começaram a ser publicados no país (Moreira; Massarani, 2002).

Na transição do século XIX para o XX, o Brasil ainda não contava com uma pesquisa científica institucionalizada e sistemática. A produção científica era tímida, refletindo a ausência de uma estrutura robusta e organizada para o desenvolvimento da ciência no país. A Primeira Guerra Mundial deixou evidente essa e outras fragilidades do país, como, por exemplo, a vulnerabilidade da economia brasileira tendo em vista a forte dependência das importações (Carvalho; Moreira, 2017).

Um marco importante para a ciência brasileira nas primeiras décadas do século XX foi a criação da Sociedade Brasileira de Ciências (SBC) em 1916, que se transformou, em 1921, na Academia Brasileira de Ciências (ABC) e que existe até a atualidade (Chagas; Massarani, 2020).

No que se refere à história da educação superior brasileira, a Universidade do Rio de Janeiro (URJ) é considerada a primeira universidade criada legalmente pelo Governo Federal, em 1920. Não obstante todas as questões em torno de sua criação, uma vez que foi resultado da união de faculdades isoladas, a instituição teve o mérito de jogar luz e intensificar o debate em torno do problema universitário no país. Nesse panorama, enfatizamos que falar sobre a universidade no Brasil e seus impasses implica rever uma história complexa, plena de obstáculos. A começar pelo próprio conceito de universidade no país, objeto de muitos debates (Fávero, 2006). A URJ não correspondia ao modelo de universidade que se esperava (Cunha, 1986). Apesar dessas controvérsias, ela é considerada historicamente a primeira universidade federal do Brasil.²⁹

Embora, no início do século XX, o Brasil ainda não apresentava uma tradição de pesquisa científica consolidada, houve um considerável crescimento das atividades de divulgação científica no Rio de Janeiro na década de 1920. Foi um dos períodos de maior destaque quanto à divulgação científica no país, tendo sido publicados vários livros. Grande parte deles foi traduções, coleções de divulgação, artigos em jornais e revistas. As visitas de alguns importantes cientistas estrangeiros, como Marie Curie e Albert Einstein, despertaram interesse na imprensa, contagiaram a pequena comunidade acadêmica e atingiram um público mais amplo (Moreira; Massarani, 2001).

Outro marco histórico relevante quanto à democratização do conhecimento foi a

²⁹ Pouco mais de um século depois, o Brasil conta atualmente com 69 universidades federais.

fundação, em 20 de abril de 1923, da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, que é considerada a primeira rádio brasileira. Ela foi criada por um conjunto de cientistas, de professores e de intelectuais, entre eles membros da ABC, que se cotizaram para implantar o novo veículo de comunicação, cujo objetivo era a difusão de informações e de temas educacionais, culturais e científicos (Moreira; Massarani, 2002).

Moreira e Massarani (2002) destacam que o cientista Albert Einstein³⁰ visitou o Brasil em maio de 1925 e na ocasião fez uma breve locução na Rádio Sociedade, que foi traduzida em seguida para o português. Ele comentou sobre a importância da difusão cultural e científica pelo novo meio de comunicação.

Após minha visita a esta sociedade, não posso deixar de, mais uma vez, admirar os esplêndidos resultados a que chegaram a ciência aliada à técnica, permitindo aos que vivem isolados os melhores frutos da civilização. É verdade que o livro também o poderia fazer e o tem feito, mas não com a simplicidade e a segurança de uma exposição cuidada e ouvida de viva voz. O livro tem de ser escolhido pelo leitor, o que por vezes traz dificuldades. Na cultura levada pela radiotelefonía, desde que sejam pessoas qualificadas as que se encarreguem da divulgação, quem ouve recebe, além de uma escolha judiciosa, opiniões pessoais e comentários que aplainam os caminhos e facilitam a compreensão. Esta é a grande obra da Rádio Sociedade (Moreira; Massarani, 2002, p. 53).

Nessa conjuntura, os autores Moreira e Massarani (2002) apontam que o contexto da época era de grande otimismo em torno do potencial do rádio à democratização da informação. Dessa forma, surgiram expectativas elevadas sobre a capacidade de os novos meios de comunicação alterarem a situação educacional do país, em que o índice de analfabetismo era alto, e, assim, contribuírem para a democratização social. Havia otimismo³¹ em relação aos possíveis impactos do rádio na difusão da ciência e da cultura, especialmente por seu potencial de alcançar também pessoas analfabetas. Isso porque o meio radiofônico permitia disseminar o conhecimento científico de forma acessível, rápida e com amplo alcance, inclusive nos locais mais remotos do país. Roquette-Pinto foi um grande entusiasta da democratização do conhecimento, um dos maiores defensores da radiodifusão educativa no Brasil (Carvalho;

³⁰ O livro “*The Travel Diaries of Albert Einstein: South America 1925*”, editado por Ze’ev Rosenkranz, revela algumas opiniões preconceituosas por parte do cientista em relação aos países visitados na América do Sul. De acordo com o pesquisador Ze’ev Rosenkranz, o acesso aos diários de viagem de Einstein demonstra que até os seres humanos mais reverenciados têm um lado sombrio e primitivo que não podemos e não devemos ignorar ou descartar. Além disso o pesquisador também aponta que ao longo do tempo o cientista se contradiz. Como qualquer outro ser humano, ele também muda de opinião (Rodríguez, 2024).

³¹ Observamos otimismo semelhante quanto à democratização do conhecimento no contexto popularização da internet no início do século XXI. Contudo, hoje observamos também os problemas impulsionados pela *Web*, como, por exemplo, as desordens informacionais.

Moreira, 2017; Moreira; Massarani, 2002).

Entretanto, como explica Werneck (2002), o rádio nasceu como um meio de elite. Na época era preciso importar aparelhos receptores do exterior. Para isso era necessário ter poder aquisitivo. Nesse contexto, o rádio brasileiro ganhou impulso a partir da chamada Revolução de 1930, tendo-se desenvolvido com a ampliação das relações capitalistas, especialmente a publicidade. Nas décadas de 1940 e 1950, o rádio se firmou como veículo, ocupando lugar de destaque.

Entre os anos 1930 e 1970, a ciência e a sua divulgação evoluíram paulatinamente, embora tenha ocorrido, no período, outras iniciativas importantes. A primeira delas foi a criação da SBPC em 1948, a segunda foi a criação do Conselho Nacional de Pesquisas, atual Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), e a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes, atual Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), ambos em 1951. Por fim, a fundação da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), em 1967 (Chagas; Massarani, 2020; Silva; Tundisi, 2018).

No período de 1960 a 1980 foram criados ainda o Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE), em 1968, bem como o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), em 1969. Também a Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. (Embraer), em 1969; a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), em 1972; o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), em 1973; e o Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC), em 1980 (Carvalho; Moreira, 2017).

Podemos observar que a ciência brasileira era bastante modesta, principalmente até o momento da criação da SBPC em 1948. A Sociedade ensejou iniciativas que viriam incrementar a institucionalização da ciência no Brasil e, assim, buscava promover melhorias. Nesse aspecto, é importante destacarmos que a SBPC, em sua ata de fundação, já tinha como um de seus objetivos aumentar a compreensão do público em relação à ciência. A Sociedade, assim, demonstrava a preocupação com a divulgação científica e com a popularização da ciência desde a sua criação (Fioravanti, 2019).

Com esse objetivo, em 1949 a SBPC lançou a *Revista Ciência e Cultura* para contribuir com a divulgação de pesquisas científicas à sociedade. Cunha (1989) ressalta que a revista *Ciência e Cultura*, que divulgava as comunicações apresentadas nas reuniões anuais, assim como a publicação oficial da SBPC, atuaram como espaços de debate nos quais os aspectos arcaicos do ensino superior brasileiro eram constantemente questionados e criticados. Ainda em 1982, a SBPC publicou a *Revista Ciência Hoje* (SBPC, 1998).

Merece destaque que um importante instrumento de luta em prol da educação superior e da democratização do conhecimento foi o “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932): a reconstrução educacional no Brasil – ao povo e ao governo”. Ele foi assinado por 26 intelectuais e publicado simultaneamente em vários órgãos da grande imprensa brasileira no dia 19 de março de 1932 (Vidal, 2013). Em síntese, o documento versava sobre a universalização da escola pública, laica e gratuita, além da necessidade de tornar a educação uma prioridade nacional. Ainda apontava que

a educação superior ou universitária, a partir dos 18 anos, inteiramente gratuita como as demais, deve tender, de fato, não somente à formação profissional e técnica, no seu máximo desenvolvimento, como à formação de pesquisadores, em todos os ramos de conhecimentos humanos. Ela deve ser organizada de maneira que possa desempenhar a tríplice função que lhe cabe de elaboradora ou criadora de ciência (investigação), docente ou transmissora de conhecimentos (ciência feita) e de vulgarizadora ou popularizadora, pelas instituições de extensão universitária, das ciências e das artes (Azevedo *et al.*, 2010, p. 55-56).

Nesse trecho do documento, destacamos a preocupação com a democratização do conhecimento, por meio da transmissão de conhecimentos, da vulgarização e da popularização das ciências. De acordo com Vidal (2013, p. 580-581), “os pioneiros emergiram como um grupo cuja coesão não era fruto da identidade de posições ideológicas, mas estratégia política de luta, conduzida no calor das batalhas pelo controle do aparelho educacional”. Assim, esse movimento influenciou uma nova geração de educadores no Brasil.

O período da restauração democrática de 1945 ao golpe militar de 1964 é um momento importante da história do Brasil e, também, motivo de grandes controvérsias. Situado entre duas ditaduras, isto é, o Estado Novo e a ditadura militar, para muitos, ele representa o melhor momento da democracia brasileira, para outros, entretanto, ele espelha a fragilidade e os limites dessa democracia (Araújo, 2007).

No que se refere à democratização do ensino superior e do conhecimento no Brasil, uma dimensão relevante foi a gratuidade total na década de 1950. O ensino superior no Brasil era pago desde o início do século XIX. Na Constituição de 1946 constava ser o ensino superior oficial, assim como o médio, gratuito para aqueles que provarem falta ou insuficiência de recursos. No entanto, certos setores do Estado já defendiam, em meados dos anos de 1940, a gratuidade total do ensino superior oficial. “Pagava-se taxa de inscrição em exame vestibular, em matrícula em cada ano, taxa por cadeira (disciplina) e por período (semestre), inscrição em exame, certificado de exame, guia de transferência, certidão de frequência e diploma” (Cunha, 1989, p. 16). Também na década de 1950 teve início o processo de “federalização” de

universidades que passaram para o âmbito federal e a ser designadas de universidades federais (Cunha, 1989; Araujo, 2007).

Outro marco significativo para a democratização do conhecimento na década de 1950 foi a chegada da televisão³² no Brasil. Em 1950, Assis Chateaubriand encomendou dos Estados Unidos duzentos aparelhos televisores. Como a burocracia para a importação poderia atrasar a entrega da encomenda, a carga foi contrabandeada. A televisão era um luxo para a época, pois custava quase tanto quanto um carro (Bacellar; Bistane, 2005). Dessa forma, Chateaubriand inaugurou em São Paulo a TV Tupi, em 18 de setembro de 1950, a primeira emissora de televisão brasileira (Abreu *et al.*, 2021).

Ainda no contexto da televisão, destacamos a Lei nº 8.977 (Brasil, 1995), conhecida como Lei da TV a Cabo ou Lei do Cabo, como uma importante contribuição para a democratização do conhecimento. Ainda em vigor, essa legislação determinou que as TVs por assinatura reservassem espaço em sua programação para a transmissão de canais legislativos, educativos e universitários (Abreu *et al.*, 2021).

A Lei da TV a Cabo abriu espaço para a transmissão de canais legislativos, universitários e educativos. Ainda determinou que operadoras de TV por assinatura deveriam exibir seis canais de utilidade pública gratuitamente. De certo modo, essa Lei ampliou as possibilidades de produção de conteúdo jornalístico. Embora os canais de TV por assinatura conseguissem promover debates mais aprofundados e exibir programas em que os convidados tivessem mais tempo para discutir temas relevantes e expor suas ideias, o acesso a esse conteúdo ainda se restringe a uma pequena parcela da população (Bacellar; Bistane, 2005).

Essa Lei também garantiu às universidades brasileiras o direito à utilização gratuita de um canal para uso compartilhado. No entanto, a primeira referência à televisão educativa na legislação brasileira remonta a 1967, quando o Decreto-Lei nº 236 (Brasil, 1967) regulamentou aspectos do Código Brasileiro de Telecomunicações e criou a Televisão Educativa, destinada ao uso de universidades e outros órgãos culturais. Um ano depois, em 1968, foi fundada a primeira experiência registrada de Televisão Universitária no Brasil: a TV Universitária do Recife, vinculada à Universidade Federal de Pernambuco. Criada em um contexto em que mais da metade da população brasileira era analfabeta e metade dos habitantes estavam em idade escolar, seu objetivo principal era promover a educação formal por meio da televisão (Peixoto;

³² De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que integram módulo da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad Contínua) sobre Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) de 2023, 94,3% dos lares brasileiros têm aparelhos de televisão.

Priolli, 2004).

Voltando à década de 1950, no que se refere à criação do CNPq em 1951, antes dele não havia nenhum mecanismo de apoio sistemático e de financiamento específico à ciência e à tecnologia no país. O CNPq tem como missão promover e fomentar o desenvolvimento científico e tecnológico do país e contribuir na formulação da Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (PNCT&I).³³ Não obstante, sabemos que, mesmo com o CNPq, ainda estamos distantes de ter orçamento adequado para a área, mas precisamos reconhecer sua importância para o cenário científico brasileiro.

Nesse contexto, destacamos também o Prêmio José Reis de Divulgação Científica e Tecnológica, promovido pelo CNPq. Ele foi criado em 1978 e representa uma homenagem ao médico, pesquisador, jornalista e educador, José Reis, que conseguiu aliar a carreira como pesquisador internacional ao trabalho de explicar ciência, de modo didático, por meio da imprensa. O prêmio tem três categorias que se alternam a cada edição. São estas: Pesquisador e Escritor; Jornalista em Ciência e Tecnologia; e Instituição ou Veículo de Comunicação. Em 2024, o Prêmio José Reis está em sua 44ª Edição.³⁴ José Reis também contribuiu com a criação da Associação Brasileira de Jornalismo Científico (ABJC), em 1977, uma ação importante para o fortalecimento da área (Chagas; Massarani, 2020). Ainda quanto a Reis, houve a criação da Associação Brasileira de Divulgação Científica (ABRADIC) em 2021 com o objetivo de homenageá-lo (Rebouças; Bacilieri, 2005).

De acordo com as autoras Duque e Cassola (2019), até a década de 1980 a divulgação científica no Brasil, apesar das iniciativas relevantes ao decorrer da história, não atingia todas as camadas da população. Nas últimas três décadas houve um avanço considerável, contudo, ainda longe do ideal.

O Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) somente foi criado em 1985 e representou um marco importante na história da ciência brasileira. Em 2011, no governo da presidenta Dilma Rousseff, ele passou a se chamar Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). As Conferências Nacionais de Ciência, Tecnologia e Inovação (CNCTI) foram as precursoras fundamentais para colocar em pauta e discutir com a sociedade as necessidades de políticas

³³ Informações obtidas no *site* do CNPq. Disponíveis em: <https://www.gov.br/cnpq/pt-br/assuntos/popularizacao-da-ciencia/o-cnpq-e-a-divulgacao-cientifica#Quais%20S%C3%A3o%20Asprincipais%20A%C3%A7%C3%B5es%20de%20Divulga%C3%A7%C3%A3o%20Cient%C3%Adica%20Do%20CNPq?> Acesso em: 6 jun. 2023.

³⁴ Informações obtidas no *website* do CNPq. Disponíveis em: <https://www.gov.br/cnpq/pt-br/assuntos/noticias/premios/premio-jose-reis-de-divulgacao-cientifica-e-tecnologica-abre-inscricoes>. Acesso em: 2 abr. 2024.

públicas para a área. A primeira CNCTI aconteceu em 1985, a segunda em 2001, a terceira em 2006, a quarta em 2010 e a quinta em 2024, após quatorze anos de realização da quarta.³⁵

Nesse ponto, no que se refere à democratização do conhecimento, ressaltamos que o Livro Azul (Brasil, 2010) – documento resultante da quarta CNCTI – apresenta como recomendações na seção “C,T&I para o desenvolvimento social” diversas ações relacionadas ao fortalecimento da divulgação, da popularização e da comunicação pública da ciência.

Quadro 12 – Ações de democratização do conhecimento recomendadas no *Livro Azul*

Estabelecimento e execução do Programa Nacional de Popularização da Ciência (Pop Ciência) 2022 – Programa Nacional de Popularização e Apropriação Social da C,T&I 2011-2022, envolvendo universidades e instituições de pesquisa, organismos governamentais e da sociedade civil;
Fortalecimento do Comitê Assessor de Divulgação Científica do CNPq, com participação de cientistas, jornalistas e comunicadores da ciência, e uma política de editais periódicos em parceria com as Fundações de Apoio à Pesquisa (FAPs);
Estímulo ao envolvimento da iniciativa privada; a criação de mecanismos para apoiar atividades de comunicação pública da ciência em todos os projetos de pesquisa de estímulo ao envolvimento da iniciativa privada e a criação de mecanismos para apoiar atividades de comunicação pública da ciência em todos os projetos de pesquisa de maior porte;
Valorizar as atividades de popularização da C&T e promover a formação qualificada de jornalistas científicos, comunicadores da ciência e assessores de comunicação, bem como a capacitação de cientistas, professores e estudantes para a comunicação pública da ciência;
Criar uma Rede/Fórum Nacional para a popularização da CT&I, com participação da comunidade de C&T, governos e sociedade civil;
Promover a expansão, aprimoramento e integração em rede dos espaços científico-culturais com uma distribuição regional menos desigual e a promoção de atividades de ciência itinerante;
Fortalecer, aprimorar e estender progressivamente a Semana Nacional de C&T para todos os municípios brasileiros; atingir uma presença mais intensa e qualificada da C,T&I em todos os meios e plataformas de comunicação na mídia brasileira, inclusive nas redes sociais, e promover a produção/veiculação de programas de divulgação e educação científica na TV, rádio e internet, incluindo a TV Pública Digital;
Estabelecer legislação que promova a popularização da C,T&I no País, que possibilite incentivos fiscais para investimentos nesta área, e que favoreça maior autonomia de gestão e financeira em espaços científico-culturais e órgãos públicos de comunicação.

Fonte: elaborado pela autora com informações obtidas no *Livro Azul* (Brasil, 2010, p. 92).

Em relação à quinta CNCTI, foi publicado em dezembro de 2024 o “Livro Lilás – Relatório Geral da 5ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação” (Brasil, 2024). Ele foi produzido por meio do uso de ferramentas de inteligência artificial para sistematizar os

³⁵ Informações obtidas na página do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Disponível em: <https://www.gov.br/cnpq/pt-br/assuntos/popularizacao-da-ciencia/por-que-popularizar>. Acesso em: 6 jun. 2023.

áudios, os vídeos e incorporar os relatórios produzidos em cada sessão do evento.

De acordo com informações do *Livro Lilás* (Brasil, 2024), no Eixo 4, as recomendações das 17 sessões realizadas destacam a importância de reforçar o alinhamento das políticas de CT&I com as demandas sociais. O objetivo é promover um desenvolvimento sustentável e inclusivo do país. Esse alinhamento deve estimular o surgimento de programas que contribuíssem para a redução das desigualdades sociais, para o enfrentamento das mudanças climáticas e a promoção de um acesso mais equitativo ao conhecimento. Para alcançar esses objetivos, uma das recomendações consiste na promoção de políticas e de programas para a comunicação da ciência à sociedade, com ênfase na popularização da ciência e no fortalecimento da educação científica.

Ainda nesse livro identificamos, entre os temas transversais presentes nos quatro eixos, seis recomendações que dialogam com esta pesquisa. A primeira é a importância estratégica da “vinculação da ciência com o currículo escolar, promovendo a formação continuada dos professores e incentivando a comunicação pública da ciência, de forma a tornar o conhecimento científico mais acessível e compreendido pela sociedade desde a educação básica” (Brasil, 2024, p. 29). Ainda nesse aspecto, foi consolidado e discutido ainda no *Livro Lilás* (Brasil, 2024, p. 48-49)

a importância da popularização da ciência e a necessidade de investir na formação científica a partir da educação básica de forma a incentivar jovens a seguir carreiras na área. A popularização da ciência foi vista como um pilar estratégico para aumentar a conscientização pública, a valorização da ciência e contribuir para ampliar a presença brasileira no cenário global de pesquisa e da inovação. Diante disso, recomenda-se criar políticas públicas de incentivo à popularização da ciência [...]. Uma estratégia nacional de popularização da ciência integrada ao FNDCT, por exemplo, pode garantir a ampliação do acesso ao conhecimento científico em todas as regiões do país.

A segunda recomendação é de que é indispensável orçamento e execução financeira de recursos adequados para o desenvolvimento de atividades de CT&I, uma vez que, atualmente, a fração do PIB alocada para essas atividades, em particular para os seus programas e projetos estratégicos, está aquém das potencialidades brasileiras. A terceira recomendação refere-se à necessidade de realizar promoção da ciência aberta e da atuação transdisciplinar para a produção de conhecimento. Nesse aspecto, a formação de redes de pesquisa colaborativa e o apoio a projetos interinstitucionais são vistos como estratégias eficazes para avançar na produção do conhecimento. A quarta recomendação trata-se da implementação de programas de divulgação e de popularização da ciência em parceria com instituições de educação e de saúde para o enfrentamento da desinformação. A quinta recomendação refere-se à

popularização da ciência como “essencial para democratizar o acesso ao conhecimento, combater o negacionismo científico e a desinformação, atrair talentos para a ciência e aumentar o engajamento da sociedade com a ciência e a tecnologia” (Brasil, 2024, p. 95). Dessa forma, é recomendada

a criação de um Plano Nacional de Popularização da C&T, o apoio continuado às feiras de ciências, olimpíadas científicas, centros e museus de ciência, o estabelecimento de programas eficientes de inclusão digital, a ampliação dos esforços de divulgação científica na extensão universitária e de fortalecimento da cultura científica no conjunto da sociedade. Sugere-se a criação de programas de financiamento que integre a comunicação pública da ciência e tecnologia como componente essencial dos projetos de pesquisa. É essencial um investimento específico na educação científica como instrumento de ampliação da qualidade da educação em todos os níveis e a promoção de letramento científico. Também se sugere a inclusão, no âmbito do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), de um programa estratégico orientado à popularização da ciência e promoção da cidadania científica, alinhando esses esforços com programas já existentes (Brasil, 2024, p. 95).

Por fim, a sexta recomendação identificada no *Livro Lilás* (Brasil, 2024) que dialoga diretamente com esta pesquisa trata-se da necessidade de fortalecer a comunicação pública da ciência, no livro denominada de “comunicação científica pública”. Nele é recomendada

a implementação de uma política nacional de comunicação científica pública, com o objetivo de democratizar o acesso ao conhecimento científico e combater a desinformação. Essa política deve incluir a criação de programas de formação e capacitação para jornalistas, divulgadores científicos e influenciadores, além de fomentar a colaboração entre universidades, centros de pesquisas e a mídia. Propõe-se, ainda, a ampliação dos investimentos em plataformas digitais e redes sociais como canais estratégicos de comunicação entre a ciência e a sociedade, garantindo que as informações sejam acessíveis e compreensíveis para diversos públicos. A valorização da comunicação científica nos processos de avaliação de projetos de pesquisa e a inclusão de métricas específicas para mensurar o impacto dessa comunicação também são essenciais (Brasil, 2024, p. 98).

Com o objetivo de retomar a cronologia histórica desta subseção, destacamos também a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) como uma instituição de grande relevância no cenário científico e universitário federal. Ela foi criada em 23 de maio de 1989 e se apresenta como a representante oficial das universidades federais na interlocução com o Governo Federal, com as associações de professores, as de técnicos administrativos, as de estudantes e com a sociedade em geral.³⁶ Ressaltamos também

³⁶ Informações obtidas no *site* da Andifes. Disponível em: <https://www.andifes.org.br/>. Acesso em: 19 mar. 2024.

a criação do Colégio de Gestores em Comunicação das Universidades Federais (Cogecom), em 2016, cujo principal objetivo é assessorar a Andifes nesse ponto da comunicação.

Nesse contexto, com a criação da Capes e do CNPq em 1951 e do Ministério da Ciência e Tecnologia em 1985, pode-se falar do início de um Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT). Os elementos componentes do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI), na atualidade, são representados na figura a seguir.

Figura 5 – Principais atores do SNCTI



Fonte: Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2016/2022.

Outro passo relevante para a área da ciência no país, foi a criação, por meio da Lei nº 9.257 (Brasil, 1996), do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CCT). Ele é um órgão consultivo de assessoramento superior do Presidente da República para a formulação e para a implementação da política nacional de ciência, tecnologia e inovação, sendo regulamentado pelo Decreto nº 11.474 (Brasil, 2023).³⁷ A reestruturação do CCT foi uma das ações realizadas nos primeiros 100 dias do governo de Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva.³⁸

Outro esforço importante para a expansão da democratização do conhecimento científico foi a implantação da Plataforma Lattes pelo CNPq em agosto de 1999. O objetivo era padronizar os currículos utilizados no âmbito do MCTI e CNPq. Na base de dados, professores e pesquisadores editam e publicam seus currículos acadêmicos. Suas produções científicas, participação em eventos, entrevistas a veículos de imprensa, cursos realizados, entre outras.

³⁷ Informações obtidas em:

<https://antigo.mctic.gov.br/mctic/opencms/institucional/entidadesVinculadas/cct/sobre.html>. Acesso em: 30 abr. 2024.

³⁸ Informações obtidas em: <https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/noticias/2023/04/governo-reestrutura-conselho-nacional-de-ciencia-e-tecnologia>. Acesso em: 30 abr. 2024.

Assim, o Currículo Lattes ampliou a sua abrangência e tornou-se padrão exigido em outras instâncias, inclusive nas universidades (Andrade, 2017). Nesse contexto, ressaltamos também que a divulgação científica é considerada um campo específico na Tabela de Áreas do Conhecimento do CNPq desde 2007.³⁹

Outra iniciativa relevante foi a criação de repositórios institucionais, desenvolvidos com sistemas informatizados para a disseminação de documentos científicos. Esse movimento teve início em 2001, com o projeto da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), desenvolvido pelo IbiCT e financiado pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep). O objetivo da BDTD nacional é criar repositórios que disponibilizem teses e dissertações das instituições, ampliando a visibilidade dessa produção acadêmica, muitas vezes restrita (Shintaku, 2014). As universidades federais brasileiras também começaram um movimento para criar seus repositórios institucionais. O estudo de Baggio e Blattmann (2023), em que foram analisadas 63 Universidades Federais Brasileiras, identificou que 37 delas possuem repositórios implantados e disponibilizados para acesso *on-line*.

Outra iniciativa importante foi a criação, em 2009, do Comitê Assessor de Divulgação Científica pelo CNPq, com o objetivo de apoiar e deliberar sobre atividades na área, incluindo a implementação de bolsas de produtividade (Chagas; Massarani, 2020).

Nesse contexto, ressaltamos que no início de 2008 as atividades dos Comitês Temáticos do CNPq foram suspensas por sua diretoria e corriam o risco de serem extintas. Um deles era o Comitê Temático de Divulgação Científica. O Conselheiro Nacional da SBPC, professor Antonio José Silva Oliveira, preocupado com a possível extinção do Comitê, preparou uma moção dirigida ao Ministro da Ciência e Tecnologia, Sergio Machado Rezende, para que fosse mantido o mecanismo permanente no CNPq com vistas a analisar, julgar, selecionar, acompanhar e financiar projetos de pesquisas, eventos e outras atividades de divulgação científica. A moção foi assinada por 13 sócios da SBPC e aprovada durante a 60ª Reunião Anual da SBPC, na cidade de Campinas.⁴⁰

Outra medida importante é que, desde junho de 2011, o CNPq exige que o pesquisador, ao submeter as propostas de pesquisa, explique as razões da relevância de seu estudo e os resultados almejados por meio de uma linguagem simples, isto é, que permita o entendimento por parte dos públicos não especializados. Já em julho de 2012, o CNPq criou a aba para o

³⁹ Informações obtidas em: <https://www.gov.br/cnpq/pt-br/assuntos/popularizacao-da-ciencia/o-cnpq-e-a-divulgacao-cientifica>. Acesso em: 21 maio 2024.

⁴⁰ Informações obtidas em: <https://portais.ufma.br/PortalUfma/paginas/noticias/noticia.jsf?id=5185>. Acesso em: 21 maio 2024.

Currículo Lattes intitulada “Educação e Popularização da C&T”. Tal ação valoriza a divulgação e a popularização da ciência, uma vez que tem como objetivo publicar a produção científica de pesquisadores voltada à democratização do conhecimento, por meio de páginas em mídias sociais, publicações em *blogs*, organização de eventos científicos e realização de palestras. Esse item passou a contar na avaliação de produtividade do pesquisador (Andrade, 2017).

Outra ação importante foi a criação, em 2003, no então Ministério de Ciência e Tecnologia, do Departamento de Popularização e Difusão da C&T. Em 2004 foi criada, por decreto presidencial, a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT), coordenada nacionalmente pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), com a colaboração de outras instituições e de entidades científicas (Massarani, 2012).

Elucidamos que, antes da criação do Departamento de Popularização e Difusão de C&T, a divulgação da ciência produzida pelo MCTI era responsabilidade da Assessoria de Comunicação. Após 13 anos de existência do departamento, ele tornou-se uma coordenação. A área destinada à divulgação científica foi rebaixada duas vezes. A primeira, quando a Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social (SECIS) deixou de ser secretaria e tornou-se um departamento da Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento (SEPED). A segunda vez quando a popularização e a difusão científica deixaram de ser competência de um departamento e passaram a ser atribuição de uma coordenação (Andrade, 2017).

A pesquisadora Andrade (2017) expõe, em uma perspectiva crítica, que a divulgação e a popularização da ciência, nos moldes que vêm sendo realizadas, encontra-se no passo da obrigação de fazer, já que sua desobediência seria penalizada. Nesse aspecto, a divulgação científica para a democratização do conhecimento, para a promoção da inclusão social e para a contribuição com a sociedade ainda não seria realizada de forma espontânea e consciente para o desenvolvimento da sociedade e do país.

Outro ponto importante em relação à valorização das atividades de divulgação científica é a sua presença no programa dos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCT), criado em 2008 pelo MCTI, por meio do CNPq, em conjunto com diversas fundações estaduais de amparo à pesquisa. O programa teve uma segunda edição em 2014, quando foi criado, inclusive, o Instituto Nacional de Comunicação Pública da Ciência e Tecnologia. Os INCTs têm como objetivos: articular e mobilizar pesquisadores de todo o país; impulsionar a pesquisa básica e fundamental competitiva internacionalmente; estimular a pesquisa científica e tecnológica de ponta, promover a inovação; estabelecer programas que contribuam para a melhoria do ensino de ciências e para a difusão do conhecimento científico para a sociedade (Chagas; Massarani,

2020).

Desde a redemocratização (em 1985) até 2012, a divulgação científica no Brasil apresentou um crescimento significativo, embora ainda distante do ideal. No entanto, nos últimos anos, a ciência voltou a perder espaço no país. A partir de 2013, os orçamentos destinados à área passaram a sofrer cortes drásticos. Em 2016, ocorreu a fusão dos ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação com o das Comunicações, que só voltaram a ser separados em 2020. Além disso, em 2019, houve a tentativa de extinguir o CNPq ou fundi-lo com a Capes, evidenciando a redução de investimentos e de apoio institucional à ciência (Chagas; Massarani, 2020).

Dessa forma, além da criação de um aparato institucional adequado para apoiar e democratizar a ciência, é essencial garantir um financiamento robusto e contínuo para a pesquisa. No Brasil, a flutuação dos investimentos parece ser um dos grandes entraves para o desenvolvimento científico e tecnológico. Assim, somente a estabilidade dos investimentos no nível nacional, proveniente do governo central, garantirá o apoio continuado, a manutenção de laboratórios, bem como o estímulo à inovação e à criatividade (Silva; Tundisi, 2018). Ainda, de acordo com os autores, a instabilidade nos investimentos em ciência e em tecnologia no Brasil traz consequências profundas ao país, pois

a instabilidade e a flutuação dos investimentos em ciência e tecnologia produzem outras fraquezas institucionais, como a perda de oportunidades para jovens cientistas. Esforços despendidos por universidades, institutos de pesquisa e agências de fomento para formar pesquisadores resultam em perdas, pois o processo de financiamento é irregular e as demandas não são atendidas, o que promove a fuga de cérebros para outros centros em países avançados, com maior estabilidade no financiamento e mais oportunidades de trabalho (Silva; Tundisi, 2018, p. 32).

Nesse sentido, toda essa instabilidade e essa flutuação nos investimentos em ciência e em tecnologia no país podem ameaçar as iniciativas de democratização do conhecimento no Brasil.

No que se refere ao contexto da internet no Brasil, o estudo “Conectividade Significativa: propostas para medição e o retrato da população no Brasil”,⁴¹ lançado em 2024 pelo Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br), braço executivo do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), avaliou a qualidade e a efetividade do acesso da população às tecnologias digitais. A análise foi realizada com base em variáveis como o custo da conexão, o

⁴¹ Os dados completos do estudo estão disponíveis em:
https://cetic.br/media/docs/publicacoes/7/20240415183307/estudos_setoriais-conectividade_significativa.pdf.
 Acesso em: 11 jan. 2025.

uso diversificado de dispositivos, o tipo e a velocidade da conexão, além da frequência de uso da internet. O estudo revelou um dado preocupante em que apenas 22% dos brasileiros com mais de 10 anos de idade têm condições satisfatórias de conectividade, apesar de o acesso à internet estar perto da universalização no país, com 84% da população do Brasil sendo usuária de internet. Os índices são mais baixos entre pretos e pardos, nas classes D e E, nas regiões Norte e Nordeste e nas cidades menores (Craide, 2024). Esse contexto de precariedade nas condições de conectividade para a maioria da população brasileira também constitui um obstáculo à democratização do conhecimento e pode ser um fator de impulsionamento às desordens informacionais no país.

Nesse contexto, ressaltamos que, a partir dos anos 2000, com a popularização da internet no Brasil, precisamos olhar para além do jornalismo científico, considerando a democratização do conhecimento como um todo tendo em vista o papel da internet e a crise da mídia impressa. Vários veículos foram descontinuados, jornais diminuíram suas páginas e cortaram editorias (entre elas, a de ciência), produtos migraram para o digital (*sites*) enquanto outros já nasceram nesse ambiente (*sites*, *blogs* ou mídias sociais) com a proposta de fazer uma comunicação alternativa à da grande mídia. Em um cenário em que a cobertura da mídia comercial tende a privilegiar, em seus critérios de noticiabilidade, as tragédias, as crises, as catástrofes e as decisões políticas, os canais das universidades e das instituições de pesquisas, por exemplo, tornaram-se uma alternativa (Tôzo, 2024).

Em decorrência da pandemia da Covid-19, além de já ocupar esses espaços alternativos, as vozes científicas – sejam elas cientistas, pesquisadores ou divulgadores científicos – voltaram também a se destacar na mídia tradicional. Nesse sentido, apesar de ainda existirem lacunas a serem preenchidas na mídia brasileira no que se refere à cobertura da ciência, há sinais de crescimento de novos espaços de divulgação científica, tanto pelos próprios cientistas quanto pelas universidades públicas (Tôzo, 2024).

Em relação a esses novos espaços de divulgação científica, o formato de áudio tem ganhado destaque novamente, especialmente por meio dos *podcasts*. Eles têm ganhado significativa relevância na linguagem comunicacional contemporânea (Pacheco; Mian, 2024).

De acordo com estudo publicado em 2023 pelo *DataReportal*, o Brasil lidera o *ranking* mundial de consumo de *podcasts*. A pesquisa, divulgada em abril de 2023, revela que 42,9% dos brasileiros com acesso à internet, entre 16 e 64 anos, ouvem *podcasts* semanalmente. Além disso, estimativas recentes do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE), referentes ao início de 2023, indicam que cerca de 8% da população brasileira, o que equivale

a mais de 34 milhões de pessoas, são ouvintes regulares desse formato de conteúdo (Lopes, 2023).

O *podcast* se destaca como uma ferramenta de comunicação eficiente, capaz de atrair a atenção do público e de facilitar o acesso ao conhecimento de maneira prática e acessível. Ele oferece diversas vantagens, como arquivos leves que podem ser baixados ou ouvidos por *streaming*, flexibilidade para o ouvinte escutar em movimento, a possibilidade de pausar e retomar a qualquer momento e a clareza da informação transmitida por meio de uma linguagem coloquial. Esse formato de mídia tem ganhado popularidade desde 2010, consolidando-se como uma alternativa dinâmica para a disseminação e consumo de informações (Figueira; Bevilaqua, 2022).

Assim, o *podcast* tem se apresentado como uma ferramenta de comunicação promissora no âmbito da comunicação pública realizada pelas universidades públicas brasileiras, pois é um formato que requer custos menores para a produção e possui grande potencial para ampliar as ações de extensão universitária e de divulgação científica (Pacheco; Mian, 2024).

Outro marco significativo, diretamente relacionado à democratização do conhecimento, é a Recomendação da Unesco sobre Ciência Aberta aprovada por seus Estados-Membros em 2021. Em 2022, a Unesco no Brasil publicou essa Recomendação em português para promovê-la entre os cientistas, as instituições científicas, as universidades e os pesquisadores. O documento, além de definir valores e princípios compartilhados para a ciência aberta, indica também medidas concretas sobre acesso e dados abertos, com propostas de ação para aproximar os cidadãos da ciência e definir compromissos para melhorar a distribuição e a produção científica em todo o mundo. A Recomendação coloca a ciência aberta como uma ferramenta indispensável para melhorar a qualidade e a acessibilidade tanto dos resultados científicos quanto dos processos científicos, para preencher as lacunas de ciência, tecnologia e inovação, bem como para cumprir o direito humano de acesso à ciência.⁴²

Nesse aspecto, no que se refere à democratização do conhecimento, outra ação importante é a construção da Rede Nacional de Comunicação Pública (RNCP). Essa Rede já era prevista na Lei de Criação da EBC – Lei nº 11.652 (Brasil, 2008) – e é formada por emissoras de TV e Rádio que atuam por todo o país. A EBC é responsável pela formação da Rede e investe em seu fortalecimento e em sua expansão. Esta expansão teve como primeira

⁴² Informações obtidas em: <https://www.unesco.org/pt/fieldoffice/brasil/expertise/open-science-brazil#:~:text=A%20Recomenda%C3%A7%C3%A3o%20sobre%20Ci%C3%A7ncia%20Aberta&text=>. Acesso em: 27 nov. 2024.

etapa a parceria com universidades federais, em outubro de 2023. Dois meses depois, a parceria com institutos federais foi firmada. Por fim, em março de 2024 a expansão da parceria se deu com universidades estaduais e municipais. Nesse contexto, após acordos firmados entre a EBC e 11 instituições, a RNCP contará com 117 emissoras de televisão e 155 de rádio.⁴³

Outra iniciativa relevante pode ser observada no Decreto nº 11.754 (Brasil, 2023), que instituiu o Programa Nacional de Popularização da Ciência (Pop Ciência) e o Comitê de Popularização da Ciência e Tecnologia (Comitê Pop). O Pop Ciência tem o objetivo de desenvolver a cultura científica e estimular a prática da ciência, da tecnologia e da inovação para promover a inclusão social e reduzir as desigualdades sociais. Já o Comitê Pop é um órgão consultivo, no âmbito do MCTI, com o objetivo de auxiliar no detalhamento das ações do Programa Pop Ciência.

A democratização do conhecimento científico constitui um dos princípios do programa Pop Ciência. Ainda o Comitê Pop prevê diversos representantes, entre eles aqueles oriundos da Academia Brasileira de Ciência (ABC), da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e do Movimento Estudantil (ME) brasileiro. No Decreto nº 11.754 (Brasil, 2023), que instituiu o programa Pop Ciência e o Comitê Pop, são mencionadas as seguintes expressões: democratização do conhecimento científico; divulgação científica; popularização da ciência, que predomina quantitativamente no documento; e comunicação pública da ciência.

Ainda frisamos que, quanto à pandemia da Covid-19, “em que pese o desgaste da sentença, não há como negar que o enfrentamento da pandemia de covid-19 representou uma oportunidade para o avanço da atividade científica em todo o mundo” (Almeida, 2024, p. 7).

Essa pandemia constituiu uma profunda crise sanitária, política e socioeconômica. A própria etimologia da palavra “crise” (do grego *krísis*, *eós*) é a capacidade de tomar uma decisão e fazer uma mudança em um período difícil. Assim, pode constituir um momento de mudança, de virada, vislumbre de esperança (Almeida, 2024).

Esse contexto da pandemia, marcado pelo avanço do negacionismo e pelos ataques à ciência, levou as universidades públicas brasileiras a refletirem sobre suas relações com a sociedade e a desenvolverem uma comunicação estratégica fundamentada nos princípios da comunicação pública. Esse processo de reflexão e de ação deu início a um novo ciclo de maior aproximação entre as universidades e a sociedade evidenciando o papel dessas instituições como parceiras estratégicas no enfrentamento de crises de saúde pública, bem como na solução

⁴³ Informações obtidas em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2024/03/universidades-estaduais-e-municipais-passam-a-integrar-a-rede-nacional-de-comunicacao-publica>. Acesso em: 20 maio de 2024.

de outros problemas públicos (Nogueira; Neiva, 2024). Afinal, “as crises também podem ser *loci* de aprendizagem e propulsoras de mudanças sociais positivas, a depender de como sejam gerenciadas” (Nogueira; Neiva, 2024, p. 219).

Apesar desse olhar, a crise sanitária da Covid-19 pode ser considerada um dos episódios mais traumáticos da história da humanidade. A mobilização sem precedentes na história da ciência mundial “nos lembrou o quanto a ciência salva vidas e o quanto precisamos dela para a construção de um país mais desenvolvido, que preza pelo bem comum e pela justiça social” (Almeida, 2024, p. 8). A autora ainda destaca que

se a ciência depende do indispensável trabalho dos cientistas, sabemos que esse trabalho, no entanto, vai muito além da bancada. Ele precisa ser comunicado, e esse aspecto também ganhou uma dimensão extraordinária na pandemia. Nunca os cientistas foram tão procurados para falar de suas análises sobre o fenômeno pandêmico, sobre os mecanismos de prevenção, sobre eventuais alternativas de tratamento, sobre os efeitos nas relações interpessoais, sociais e de trabalho (Almeida, 2024, p. 8).

Nessa perspectiva, na avaliação das autoras Geraldles, Pimenta e Lopes (2023), a crise global provocada pela pandemia da Covid-19 reposicionou, ainda que potencialmente, a imagem das universidades perante a sociedade ao recuperar seu protagonismo na produção e na difusão do conhecimento científico. Dessa forma, “o cenário de pandemia evidenciou, ou reacendeu, a dupla importância das universidades para o letramento científico e para a divulgação de informações socialmente relevantes” (Geraldles; Pimenta; Lopes, 2023, p. 5).

Nesse aspecto, observamos esforços nos últimos anos, ainda que tímidos, para compartilhar o conhecimento científico à sociedade brasileira. Nesse sentido, por exemplo, das dez dimensões do Sinaes, instituído pela Lei nº 10.861 (Brasil, 2004), a dimensão comunicação com a sociedade vai explicitamente ao encontro da democratização do conhecimento.

A Capes também promoveu mudanças nos critérios de avaliação dos programas de pós-graduação para o quadriênio 2025-2028, na Plataforma Sucupira. Nesse contexto, o quesito “impacto (local, regional, nacional e internacional)” abrange: inserção, visibilidade e popularização da ciência; inovação, transferência e compartilhamento de conhecimento; e impactos do programa para a sociedade. Essa mudança parece ter como objetivo aproximar os programas de pós-graduação da sociedade.⁴⁴

No Quadro 13 sintetizamos alguns marcos históricos relacionados à democratização do conhecimento científico no Brasil.

⁴⁴ Mais informações sobre o aumento do peso do impacto dos Programas de Pós na sociedade pela Capes disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/avaliacao/13052025_antoniogomes06maiodav.pdf. Acesso em: 15 ago. 2025.

Quadro 13 – Alguns marcos históricos acerca da democratização do conhecimento científico no Brasil

Ano	Descrição
1810	Criação da Imprensa Régia
1916	Criação da ABC
1917	<i>Revista da Sociedade Brasileira de Sciencias</i> produzida pela ABC
1920	Criação da primeira universidade federal, a URJ
1920	Essa década caracteriza-se pelo crescimento das atividades de divulgação científica no Rio de Janeiro
1920	<i>Revista de Sciencias</i> produzida pela ABC
1923	Criação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro. Atual Rádio MEC.
1926	<i>Revista da Academia Brasileira de Sciencias</i> produzida pela ABC
1932	Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova
1948	Criação da SBPC
1949	Criação da <i>Revista Ciência e Cultura</i> , produzida pela SBPC
1950	Gratuidade total do ensino superior oficial e federalização das universidades
1951	Criação do CNPq e da Capes
1967	Criação da Finep
1968	Criação do FNDE
1969	Criação do FNDCT
1977	Criação da ABJC
1978	Criação do <i>Prêmio José Reis de Divulgação Científica</i> pelo CNPq
1982	Criação da <i>Revista Ciência Hoje</i> , produzida pela SBPC
1985	Criação do MCT, atual MCTI
1985	Primeira CNCTI
1989	Criação da Andifes
1995	Lei da TV a Cabo
1996	Criação do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia
1999	Implantação da Plataforma Lattes do CNPq
2000	Início da popularização da internet no Brasil

2001	Segunda CNCTI
2001	Projeto da BDTD para criação de repositórios institucionais
2001	Criação da ABRADIC
2003	Criação do Departamento de Popularização e Difusão de C&T pelo MCT
2004	Criação da SNCT
2004	O Sinaes estabelece como uma de suas dimensões a comunicação
2006	Terceira CNCTI
2007	A divulgação científica passou a ser um campo específico na tabela de áreas de conhecimento do CNPq
2009	O CNPq criou o Comitê Assessor de Divulgação Científica
2010	Quarta CNCTI
2011	O CNPq passou a solicitar que os pesquisadores expliquem as razões da relevância do estudo e os resultados almejados por meio de uma linguagem simples
2012	Criação da aba para o currículo Lattes do CNPq intitulada “Educação e Popularização da C&T”
2014	Criação do INCT de comunicação pública da ciência e tecnologia
2016	Criação do Cogecom pela Andifes
2020	Pandemia de Covid-19
2022	Recomendação da Unesco, em português, sobre Ciência Aberta
2023	Construção da RNCP, que teve, em sua primeira etapa, a parceria com universidades federais
2023	Criação do programa Pop Ciência e do Comitê Pop
2024	Quinta CNCTI

Fonte: elaborado pela autora (2024) com base em pesquisa bibliográfica e documental realizada.

Portanto, após essa breve viagem no tempo, com alguns marcos históricos acerca da democratização do conhecimento, avançamos à próxima subseção. Nela discorreremos sobre as histórias e lutas atuais da área de comunicação institucional das universidades federais brasileiras.

2.3 Por uma universidade de portas abertas: histórias e lutas atuais da área de comunicação institucional

A universidade, desde o seu nascimento, foi instituída como a guardiã hierárquica e

cumulativa do conhecimento, bem como a ela coube o papel de legitimar esses saberes. Nesse aspecto, o saber tornou-se a principal força de produção dos países desenvolvidos e tem se constituído uma questão crucial, assim como um problema para países em desenvolvimento, como o Brasil (Barichello, 2019).

Ainda, de acordo com a autora Barichello (2019, p. 68),

atualmente a geração do conhecimento é o desafio mais contundente na competição mundial pelo poder e, sendo assim, a Universidade torna-se elemento estratégico e foco de múltiplos olhares. A mudança na lógica racional – marcada pelas novas interações entre sociedade, tecnologia e mercado – tem provocado o surgimento de uma nova instituição, ainda um tanto indefinida, ainda em construção, mas que já provoca um profundo desconforto nos membros da comunidade universitária.

Nessa conjuntura, falar sobre a universidade brasileira não é tarefa fácil. Muito pelo contrário, constitui um tema complexo, repleto de nuances e envolve perspectivas teóricas, epistemológicas e ideologias diversas. A história da universidade pode ser compreendida como permeada por conflitos entre concepções, ideias, valores e ideologias, em que atores sociais ou grupos detêm posições relativas em momentos diferentes (Êsther, 2019). Nesse aspecto, cabe evidenciarmos o reconhecimento da natureza complexa das atividades desenvolvidas nas universidades, inclusive em relação às estruturas de comunicação dessas instituições que exigem uma comunicação cada vez mais plural e diversa (Geraldes; Pimenta; Lopes, 2023).

A trajetória da universidade brasileira tem sido marcada pelo seu baixo protagonismo institucional, uma vez que ela tem ficado mais à mercê de ordenamentos mais amplos e externos, o que não implica a defesa de uma universidade encastelada em seus muros, como se a realidade fora dela não lhe dissesse respeito. Ao contrário, pois é na relação dialética com a sociedade com a qual a universidade interage e da qual se constitui é que sua atuação é pautada. Assim, assumir um protagonismo político em defesa de sua atuação pode ser um dos principais desafios das universidades tendo em vista a sua importância e a sua relevância social. Portanto, pode só ser possível definir a universidade que queremos se o Brasil for capaz de aperfeiçoar o seu sistema democrático, com espaço para diversas vozes, mecanismos de debates e de negociações compartilhadas socialmente sobre o que é almejado pela sociedade (Êsther, 2019).

Nesse contexto, é o desajuste entre as transformações da sociedade e a universidade que leva a instituição a estar continuamente em crise. A palavra “crise” já se tornou um lugar comum para a universidade. Todavia, crise é sinônimo de oportunidade, em que estar em crise significa mover-se. O limite nunca é estabelecido, resulta da disputa entre estratégias de linguagens travadas dentro e fora da universidade. Nesse sentido, as práticas de legitimação estão sujeitas

também ao regime de visibilidade de cada época (Barichello, 2019). Dessa forma, as crises que impactam as Ifes são múltiplas, abrangendo dimensões institucionais, políticas, orçamentárias, tecnológicas, informacionais e de comunicação.

Nessa perspectiva, a universidade precisa ser vista como um projeto construído com e para a sociedade, uma vez que a “essência da missão de uma universidade está estreitamente associada à utopia da construção de uma sociedade melhor, mais justa e equânime – a luta por um sonho de futuro” (Almeida, 2024, p. 12).

Na visão de Henriques (2019), isso torna a universidade uma instituição profundamente ligada à dinâmica histórica. Esse sentido de projeto pode variar de acordo com o lugar e a época, segundo as condições em que se pensa a produção e a distribuição do conhecimento, entre outros fatores. Portanto, “como projeto, sempre inacabado, a Universidade vive tensões particulares quanto às suas possibilidades de ação e de transformação e é palco de muitos movimentos (que não se limitam de forma nenhuma a seus muros)” (Henriques, 2019, p. 95).

No caso das Universidades que estão instaladas em cidades de pequeno e médio porte, elas geralmente tomam uma posição central e afetam diretamente a vida desses lugares, tendo em vista o impacto imediato de suas atividades na população da região (Henriques, 2019). Nesse sentido, a “Universidade, de algum modo, também projeta a sociedade” (Henriques, 2019, p. 95).

Nesse contexto, a pesquisadora Tôzo (2024, p. 83) afirma que

em um mundo cada vez mais globalizado, é fundamental que a universidade brasileira estabeleça novas diretrizes para o seu relacionamento com a sociedade. Não cabe mais à academia comunicar-se somente por publicações científicas (ainda que prioritárias e fundamentais). É necessário transpor barreiras, deixar de lado o discurso somente institucional e enxergar a comunicação como estratégica.

No que se refere à produção do conhecimento nas universidades, ponderamos que, na atualidade, as universidades públicas, entre elas as federais, são responsáveis pela maior parte da produção do conhecimento no Brasil. Isso pode ser mensurado, por exemplo, por meio da publicação de artigos científicos. Nesse ponto, retomamos o estudo desenvolvido pela *Clarivate Analytics*, a pedido da Capes, que evidencia a relevância das universidades públicas, demonstrando que elas são responsáveis por mais de 95% da produção científica no país.

Contudo, o autor Ricardo Antunes (2018), em sua obra “O Privilégio da Servidão: o novo proletariado de serviços na era digital”, ressalta que o produtivismo acadêmico desmedido da atualidade, marcado pela imposição constante de metas, já não se orienta mais pelos fins da ciência, mas sim pelos da razão instrumental. Esse cenário tem empurrado a comunidade

acadêmica para uma produção quase asfíxiante de artigos. Nesse contexto de privilégio da servidão, os adoecimentos, padecimentos, precarizações, terceirizações, desregulações e assédios parecem ser mais a regra do que a exceção. Para o autor, o enfrentamento a isso, bem como seu impedimento efetivo, só será possível se a humanidade conseguir recuperar o desafio da emancipação (Antunes, 2018).

A partir dessa visão de Antunes, entendemos que a democratização do conhecimento à sociedade, por meio da divulgação, da popularização e da comunicação pública da ciência, pode contribuir com essa emancipação tanto por parte das universidades federais como por parte da sociedade.

Nesse aspecto, Barichello (2019) argumenta que a universidade se encontra em uma crise generalizada em que já não existe reserva de conhecimento institucionalizado. Para a autora, no cenário atual de comunicação instantânea, a universidade divide e compete com outros organismos na tarefa de produzir conhecimento. Nesse contexto, a visibilidade das universidades depende de sua capacidade de informar, bem como de comunicar seus atos. Nesse aspecto, um projeto comum de universidade compartilhado pelos seus membros precisa ser legitimado por meio de uma relação mais ampla com a sociedade, tendo em vista que “a Comunicação é um processo de trocas simbólicas generalizadas, que alimenta a sociabilidade e gera os laços sociais” (Barichello, 2019, p. 75).

Dessa forma, ainda, de acordo com a autora,

situar a comunicação da Universidade num plano estratégico é considerar a inserção e a singularidade da instituição universitária na contemporaneidade e nos imperativos de uma nova ordem mundial calcada na desterritorialização provocada pelo capital e apoiada nas tecnologias de Informação e Comunicação (Barichello, 2019, p. 73).

Nesse sentido, a identidade da universidade é construída nas práticas cotidianas de comunicação, tanto no que se refere a sua representação perante a sociedade como na sua própria ação de se constituir, por meio de um projeto comum partilhado, assim como sustentado por ações comunicacionais (Barichello, 2019).

No que se refere à comunicação institucional das universidades, destacamos o Fórum Nacional de Assessores de Comunicação Social das Ifes (Fascom). Ele foi idealizado por assessores de comunicação que, desde a década de 1980, se reuniam em diversas cidades brasileiras. Inicialmente, essas reuniões contaram com o apoio do MEC e tinham como objetivo discutir estratégias para ampliar a visibilidade das Ifes em um cenário socioeconômico em transformação. Esse novo contexto trazia questionamentos cada vez mais frequentes sobre as

atividades realizadas pelo setor público e sobre sua postura diante da sociedade (Musse, 2019).

Ainda de acordo com Musse (2019), essa situação se tornou mais crítica durante o governo do Fernando Henrique Cardoso, que implementou medidas que limitavam o orçamento do sistema público federal do ensino superior. Nesse período, as contratações foram proibidas, benefícios foram extintos e surgiu a ameaça de um projeto de autonomia que poderia representar uma tentativa de privatização do sistema público. Diante desse cenário, os dirigentes das Ifes foram levados a adotar uma nova postura política.

Nesse contexto, a Andifes, criada em 1989, teve um papel importante, já que privilegiava as discussões do sistema público em interlocução com o governo federal. Para os sucessivos dirigentes da Andifes, a comunicação passou a ser uma questão estratégica, já que era fundamental conquistar espaço na mídia e obter a simpatia da sociedade, além de aprimorar os fluxos de informação dentro das próprias instituições (Musse, 2019).

As universidades brasileiras começaram, sobretudo a partir da década de 1990, a buscar uma identidade institucional, uma “marca” em que pudessem estabelecer suas bases para enfrentar um cenário adverso e justificar as verbas destinadas a elas. Entre os dirigentes, havia discussões recorrentes sobre a necessidade de se investir em “marketing” para o setor. No entanto, ainda parecia faltar uma vontade política explícita que estabelecesse as diretrizes para um planejamento estratégico de Comunicação voltado às Ifes (Musse, 2019).

De acordo com Musse (2019, p. 166), “em agosto de 1996 foi organizada na sede da Andifes, em Brasília, a I Plenária dos Assessores de Comunicação das Ifes que votou a criação do Fórum Nacional de Assessores de Comunicação Social, ligado à Andifes”. A autora (2019) ainda detalha que, no dia 10 de setembro de 1996, em reunião também na sede da Andifes, foi aprovado o Regimento Interno do Fascom. Ele tinha como objetivos principais

estudar e propor soluções para os problemas do sistema de Comunicação Social das Ifes; propor ações de Comunicação que levassem a uma maior integração entre as Ifes e seus diversos públicos; promover o intercâmbio entre as Ifes, divulgando estratégias de interesse de Comunicação Social; consolidar e divulgar acontecimentos junto às Ifes; dar assessoramento técnico aos dirigentes das Instituições Federais de Ensino; encaminhar propostas aprovadas pelo plenário à Andifes (Musse, 2019, p. 166).

Ainda nessa mesma linha da importância da comunicação no âmbito das universidades, Kunsch (2019, p. 14) pontua que

a concepção que se deve ter de Universidade hoje, na sociedade contemporânea e global, é a da “nova Universidade”, sem fronteiras, caracterizada como uma instituição aberta, que interage com a sociedade, os cidadãos, a mídia e o sistema produtivo. É a Universidade que extrapola os “muros” e as “ilhas do saber”, para chegar ao cidadão comum, utilizando todos

os meios de Comunicação disponíveis. É a universidade que ouve a sociedade, que atende às demandas sociais, procurando, por meio da produção de novos conhecimentos e da ciência, amenizar os problemas cruciais da população ligados à saúde, moradia, mobilização urbana, transporte público e exclusão social.

Ressaltamos que a autora Margarida M. K. Kunsch é uma das principais referências nos estudos sobre comunicação e universidade no Brasil. Kunsch (2019) redigiu o prefácio da coletânea “Comunicação e universidade: reflexões críticas”, organizada pela professora Musse (2019). Nele, a autora refere-se a sua pesquisa de doutorado, no fim dos anos 1980, sobre o funcionamento das assessorias de comunicação e de imprensa das universidades brasileiras e a publicação de seu livro “Universidade e Comunicação na edificação da sociedade”, em 1992.

À época, a autora argumentava que o número de universidades era significativamente menor em comparação com os dias atuais. Além disso, predominavam as “Assessorias de Imprensa”, que atuavam mais em favor dos reitores do que da universidade como um todo. As mídias disponíveis eram escassas, restritas, em geral, a boletins e jornais. Ainda para ela “poucas eram as instituições que possuíam uma estrutura organizacional mais abrangente e com políticas de gestão da Comunicação, para a divulgação científica e para um relacionamento mais profícuo com todo o seu universo de públicos e com a sociedade” (Kunsch, 2019, p. 13). Todavia, a autora compartilha uma visão mais otimista da comunicação nas universidades no prefácio do livro organizado por Musse (2019).

Hoje, ainda mais com as facilidades das novas tecnologias da Comunicação digital e da internet, as Coordenadorias ou Assessorias de Comunicação estão em outro patamar. Multiplicam-se as mídias disponíveis e há muitas Universidades ao longo do País, sobretudo as públicas, que contam com estruturas de rádio, televisão, portais, redes sociais etc., dirigidas por profissionais preparados, muitos dos quais acumulam também funções docentes nas Escolas ou Faculdades de Comunicação da própria Universidade. Além disso, estudantes atuam como estagiários ou bolsistas nessas Assessorias de Comunicação (Kunsch, 2019, p. 13-14).

A tese pioneira de Kunsch, que chamou a atenção na época devido à ausência de políticas explícitas nas universidades para a difusão de sua produção científica, continua a levantar questionamentos relevantes. Apesar das mudanças no contexto social desde a década de 1980, o debate em torno da divulgação, da popularização e da comunicação pública da ciência permanece atual (Musse, 2019).

Nesse panorama, Kunsch (2019) explica que o setor de comunicação das universidades pode contribuir com a difusão de ciência e de tecnologia. Para isso, de acordo com a autora (2019, p. 16)

é preciso tornar as Assessorias de Comunicação mais estratégicas, dinâmicas e produtivas; profissionalizar o setor responsável pela difusão da ciência; estabelecer políticas e estratégias adequadas de Comunicação; prestar contas à sociedade e contribuir para que as instituições de pesquisa cumpram sua missão e cultivem a cultura e os valores humanos do pluralismo, do universalismo, da solidariedade, da ética e da excelência.

A autora (2019) também defende a existência de Centro de Comunicação Científica regido por uma comunicação pública da ciência praticada em consonância com o modelo dialógico. E, assim, valorizar e incorporar o verdadeiro sentido da CPC.

Nessa perspectiva, a pesquisadora Tôzo (2024, p. 83) destaca que

a divulgação científica via universidades pode ajudar, e muito, a sociedade na proteção contra a desinformação e pode ocorrer por meio de projetos de educação científica, ações de divulgação científica (institucionais ou de pesquisadores), atuação da assessoria de imprensa no contato com a grande imprensa e a produção do seu próprio conteúdo de jornalístico, seja ele científico ou não.

Nesse ponto da desinformação, Almeida (2024) defende que as estruturas de comunicação das universidades devem assumir a luta para o enfrentamento à desinformação, já que isso é essencial para fortalecer os poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, a imprensa e as Universidades e, assim, alcançarmos um estágio civilizatório de respeito e de confiabilidade no sistema democrático. A autora (2024, p. 11) ainda elucida que

nos últimos anos, as próprias universidades, talvez por serem pólos do pensamento crítico e científico, foram vítimas de campanhas de desinformação, o que só aumenta a sua responsabilidade em combater discursos de ódio e negacionismos de toda a ordem. Ao combater a desinformação, a universidade está, ao mesmo tempo, se protegendo e protegendo a sociedade com o qual tem um compromisso inarredável, fazendo jus a seu histórico compromisso com a democracia e o Estado de Direito.

Nesse panorama, Henriques (2019) explica que a comunicação na Universidade é uma questão desafiadora, tanto quanto são os seus processos de gestão na atualidade. Isso se aplica especificamente em relação ao papel da comunicação nesses próprios processos com a finalidade de encontrar os melhores meios para uma atuação profissionalizada da universidade em relação aos seus públicos, uma vez que a universidade tem características específicas que tocam em questões sociais profundas e que perpassam toda a sociedade.

Ainda de acordo com Henriques (2019), a disputa por atenção pública também é recorrente no contexto das universidades públicas, o que torna necessário algum grau de gestão baseado em um modelo mais profissional. Nesse aspecto, o autor faz um resgate histórico ao afirmar que

a implantação de setores de Comunicação com um corpo especializado cresceu exponencialmente, sobretudo desde a década de 1990, num modelo ligado a alguma instância diretiva, em especial ao reitorado, mas, também, podendo vincular-se a unidades acadêmicas ou a órgãos diversos das Universidades (Henriques, 2019, p. 90).

Em todo caso, limitar-se a considerar apenas a dimensão da universidade como organização, embora tenha sido um passo significativo para fortalecer os setores de comunicação, é insuficiente para compreender plenamente o problema comunicacional nas universidades. Essa abordagem tende a reduzir a comunicação a uma visão somente técnica e burocrática dentro do processo de gestão (Henriques, 2019).

Nesse contexto, pode ser que ao setor da comunicação caiba apenas o papel executor, com nenhuma ou pouca influência sobre as decisões políticas da alta direção. Afinal, geralmente o papel do setor de comunicação é voltado à produção de material institucional, para a divulgação dos feitos realizados pela universidade, para a criação de campanhas, para a contratação de publicidade e de promoções, para a realização de eventos, para aplicação de cerimonial, para a manutenção dos veículos próprios da comunicação, entre outros (Henriques, 2019).

Outro ponto abordado por Henriques (2019) refere-se ao problema da divulgação científica que impacta o fazer da universidade e instala relações significativas entre ciência e opinião pública. Isso gera um ponto de tensão que não pode ser explicado apenas por conta da dificuldade, ou até mesmo uma certa resistência dos cientistas em democratizar o conhecimento que produzem, fora do âmbito especializado de uma comunicação científica. No limite dessa tensão está o juízo público que se faz sobre a própria ciência e as suas possibilidades de legitimação em campos sujeitos a múltiplas controvérsias.

Outra questão é que o “surgimento da internet abalou o ecossistema comunicacional. Antes da internet, o difícil era falar. No mundo da internet o difícil é ser ouvido. Uma economia da difusão foi suplantada pela economia da atenção” (Silveira, 2019, p. 247). Nesse panorama, por mais que as Ifes atuem em uma dinâmica autônoma na criação e na gestão editorial de seus conteúdos, elas atuam de forma dependente das plataformas privadas, tais como: *Instagram*, *YouTube*, *X* (antigo *Twitter*), *Facebook*, *LinkedIn* e *TikTok*. Essas plataformas estão plenamente alinhadas à lógica mercadológica e, simultaneamente, desempenham o papel de principais canais de comunicação e de relacionamento para a promoção da comunicação pública. Nesse sentido, a utilização dessas plataformas pelas Ifes apresenta fragilidades que merecem atenção (Pacheco; Mian, 2024).

Uma dessas fragilidades refere-se à dinâmica de coletas de dados praticada por essas corporações. Sabe-se que essas plataformas dependem dos dados e dos metadados de seus usuários para oferecerem conteúdos cada vez mais personalizados. Entretanto, essa dinâmica de coleta e de uso de informações é bastante obscura e carece de uma regulamentação adequada. Outra fragilidade trata-se da abrangência que as Ifes conseguem em relação aos seus conteúdos, uma vez que, por não operarem na lógica de impulsionamento de conteúdos (pagamento), elas estão limitadas ao chamado “alcance orgânico”.⁴⁵ Isso gera uma maior dificuldade para as Ifes romperem as “bolhas informacionais”,⁴⁶ o que limita significativamente o engajamento dos conteúdos postados (Pacheco; Mian, 2024).

Nesse sentido, ressaltamos que a lógica algorítmica das redes sociais nem sempre dialoga com os propósitos da comunicação pública e da democracia. Assim, para ampliar o alcance de suas publicações e driblar essa lógica de operação dos algoritmos, as Ifes podem recorrer à atuação em redes colaborativas, uma estratégia essencial para aumentar a visibilidade de seus conteúdos e, dessa forma, promover e defender os ideais que fundamentam essas instituições (Pacheco; Mian, 2024).

Nesse contexto, a política de comunicação institucional para as universidades é um documento que se faz muito importante e deve envolver em sua construção um debate de toda a comunidade acadêmica, bem como dela com a sociedade como um todo. Os autores Lima Junior e Lourenço (2024, p. 162-163) conceituam a política de comunicação como

um conjunto de diretrizes, normas, valores e procedimentos relacionados à comunicação institucional, que deve estar em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e o Projeto Pedagógico Institucional (PPI). Materializada em um documento, a política orienta estrategicamente o desenvolvimento de ações e produtos de comunicação, levando em consideração o modo como a universidade se relaciona com seus diversos públicos de interesse. O reconhecimento dos públicos de interesse possibilita um diálogo permanente com esses interlocutores, ampliando o potencial democrático da instituição.

Nesse aspecto, Henriques (2019, p. 97) alerta que a política de comunicação institucional

⁴⁵ O alcance orgânico refere-se à entrega “espontânea” de conteúdo postado na plataforma. Esse percentual pode variar entre plataformas, mas, em média, a entrega orgânica atinge, no máximo, 1% dos seguidores de determinado perfil (Pacheco; Mian, 2024).

⁴⁶ As expressões: “bolhas informacionais” e “câmaras de ecos” são utilizadas para compreender o fluxo informacional nesses ambientes que limita o acesso às informações que possam ir de encontro com outras visões de mundo do usuário (Oliveira, 2020).

não pode ser concebida apenas como um plano de Comunicação a prever estruturas, ações e produtos, mas compor princípios e diretrizes capazes de refletir não só a identidade do projeto, mas também as diversas tensões e contradições (inevitáveis quando assumimos o projeto de uma Universidade diversificada e plural, aberta ao seu tempo).

A inclusão da comunicação nos principais documentos que orientam as ações da universidade é essencial para que ela seja reconhecida como área estratégica, capaz de influenciar os rumos institucionais. Nesse contexto, a política de comunicação desempenha um papel fundamental ao consolidar o posicionamento estratégico da comunicação e estabelecer os alicerces para sua atuação na universidade (Lima Junior; Lourenço, 2024), inclusive no que se refere às iniciativas em rede para realizar a democratização do conhecimento por parte dessas universidades.

Ainda em relação às políticas de comunicação, o pesquisador Alves (2015), em sua dissertação “Gestão da comunicação das universidades federais: mapeamento das ações e omissões”, sinaliza para um cenário de carência de política de comunicação, bem como para a ausência de planejamento para o setor de comunicação dessas universidades. Isso compromete a qualidade da comunicação e o relacionamento com a sociedade.

A pesquisadora Moser (2022) em sua dissertação “Comunicação e universidades: a comunicação pública da ciência e a divulgação científica em universidades públicas do Sul do Brasil” vai além ao apontar que não há necessariamente uma correspondência entre a institucionalização por meio das políticas de comunicação e o desenvolvimento de ações de divulgação e de comunicação da ciência. Esse cenário se insere em um contexto no qual, na amostra da pesquisadora, foram identificadas poucas universidades com políticas de comunicação devidamente consolidadas.

Quanto à perspectiva política da área de comunicação, Bueno (2019) alerta que a divulgação científica e o jornalismo científico, sobretudo, precisam estar mais politizados para que não sejam utilizados como espaços de consolidação de monopólios e de cartéis. Nesse sentido, a atuação do divulgador científico precisa superar a mera instância técnica, pois “produzir e divulgar ciência representam processos que se vinculam umbilicalmente à política e à economia e que estão contaminados por interesses extracientíficos” (Bueno, 2019, p. 114).

Talvez por conta desses interesses “extracientíficos”, podemos observar nos últimos anos as ações que enfraqueceram à área de comunicação institucional das instituições federais de ensino superior, como contingenciamentos e cortes orçamentários, bem como a vedação de concursos públicos que impactaram cargos da área de comunicação. Na contramão do ideal que seria o fortalecimento e a expansão da área.

A comunicação pública da ciência é, na atualidade, um campo em evidência, logo também um campo em disputa. Entretanto, a trajetória até aqui não pode ser caracterizada como de valorização da prática. A relevância da mais comumente chamada divulgação científica surge, principalmente, como uma resposta aos ataques à ciência, que se manifestaram inicialmente como uma crise de financiamento e culminaram, em escala global, na pandemia da Covid-19. No contexto brasileiro, esses ataques ganharam força durante o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), que intensificou a crise de legitimidade do conhecimento científico. Essa crise evidencia a necessidade de transformar a comunicação entre as instituições produtoras de conhecimento científico e os diversos grupos e atores sociais (Pezzo; Francisco, 2024).

Nesse sentido, Lopes (2019) explica que a partir dos anos 2000 as organizações governamentais começaram a se preocupar em manter uma presença na *web*, devido à necessidade cada vez maior de ampliarem o grau de transparência junto a seus públicos. Para Duarte (2006), a assessoria de imprensa, para além de buscar aumentar a presença de fontes na imprensa, busca democratizar, sobretudo, o acesso às informações pela sociedade. Todas essas questões em um contexto de aumento das demandas de comunicação internas das universidades

por exposição (eventos acadêmicos, concursos, projetos, editais, iniciativas de gestão, comunicados etc.) consome muitos dos esforços que poderiam ser aplicados em abordagens mais criativas de pautas ou na divulgação científica, carro-chefe de qualquer Universidade. Nesse sentido, vemos como essencial a definição de uma política para o tratamento da informação institucional, minimizando as disputas do dia a dia por espaço e visibilidade (Silveira, 2019, p. 216-217).

Nos governos dos presidentes Michel Temer (2016-2018) e Jair Bolsonaro (2019- 2022), por exemplo, identificamos uma série de ações que resultaram no enfraquecimento das universidades federais como um todo. Nesse contexto, ressaltamos que a comunicação dessas universidades, uma das áreas que entendemos como essenciais para planejar e para implementar ações em torno da democratização do conhecimento, também foi bastante impactada.

O próprio embate público travado em torno dos cortes e dos contingenciamentos orçamentários das Ifes explicita que há atores interessados em deslegitimar essas instituições como espaços de produção do conhecimento científico. Os ataques às universidades públicas, sobretudo em relação aos investimentos recebidos e aos resultados por elas alcançados, vão na direção de esvaziar o sentido de universidade como bem público. Esses ataques parecem ter como um dos objetivos respaldar o que seriam cortes justificáveis de despesas de financiamento no ensino superior público brasileiro (Lima; Salgado; Souza, 2024).

Na linha de frente desses enfrentamentos, temos as estruturas de comunicação das Ifes.

Elas são impactadas diariamente com a ausência de investimentos, agravados pelos decretos que proíbem e suspendem concursos públicos para diversos cargos da área de comunicação. Isso enfraquece a área e impede que as instituições estejam cada vez mais aptas a adentrarem no debate público contemporâneo com condições de enfrentar os ataques de que as universidades públicas têm sido alvo. O caso dos cortes e contingenciamentos orçamentários, por exemplo, demonstra uma das muitas situações às quais as universidades públicas têm sido submetidas a discursos deslegitimatórios e, portanto, requeridas a aperfeiçoar as suas habilidades comunicacionais com todos os seus públicos (Lima; Salgado; Souza, 2024).

Nesse contexto, destaca-se o Decreto nº 10.185 (Brasil, 2019), que prevê a extinção de cargos efetivos vagos e daqueles que vierem a vagar nos quadros de pessoal da administração pública federal. Além disso, ele veda a abertura de concursos públicos e o provimento de vagas adicionais para determinados cargos. No caso específico das Ifes, os seguintes cargos voltados à democratização do conhecimento sofreram o impacto da vedação quanto à abertura de concurso público e ao provimento de vagas adicionais decorrentes desse Decreto, tais como: jornalista, relações-públicas, publicitário, redator, editor de publicações, editor de imagens, técnico de audiovisual, operador de câmera de cinema e TV, operador de rádio-telecomunicações, programador de rádio e televisão, diretor de produção, programador visual, tradutor e intérprete da língua brasileira de sinais.

Com o bloqueio de concursos para a área de comunicação, bem como os cortes orçamentários dos últimos anos, as TVs e as rádios das universidades sofreram impactos profundos com redução significativa nas equipes de comunicação das Ifes nos últimos cinco anos, tanto em TVs como em rádios. Nas TVs, houve uma redução de 79% dos colaboradores, isto é, servidores e terceirizados. Nas rádios, esse índice chegou a 90,9% (Cogecom, 2023 *apud* Rocha *et al.*, 2024).

A maioria das TVs precisa de cinco a sete colaboradores para retomar o ritmo de produção de cinco anos atrás. Ainda os cortes orçamentários também afetaram significativamente os equipamentos das TVs e rádios das Ifes. Aproximadamente 69% não conseguiram atualizar seus equipamentos nos últimos cinco anos, e mais de 37% possuem equipamentos desatualizados há dez anos ou mais (Cogecom, 2023 *apud* Rocha *et al.*, 2024).

A capacidade de produção das Ifes é essencial para difundir o conhecimento e impulsionar o país. Antes das restrições orçamentárias, quase metade das TVs das Ifes produzia até dois programas semanais e 31% produziam pelo menos um programa inédito por semana. Dessa forma, produziam um acervo de aproximadamente 66 horas semanais de conteúdo de

divulgação científica à sociedade (Rocha *et al.*, 2024).

Ainda segundo Rocha *et al.* (2024), apesar dos inúmeros desafios enfrentados ao longo de suas trajetórias, 29 Ifes chegaram a 2023 com emissoras de rádio e 32 com TVs. Essa rede pode ser potencializada em nível nacional ao valorizar as diversidades regionais e culturais, bem como ao respeitar a autonomia das instituições que a compõem. Por meio de uma atuação colaborativa e articulada, é possível unir esforços para democratizar o conhecimento e alcançar os mais variados públicos, nos lugares mais remotos.

Quadro 14 – Universidades que possuem Rádios e TVs

Nome da universidade	Veículo e modalidade
Universidade de Brasília (UnB)	TV
Universidade Federal da Bahia (UFBA)	TV <i>Web</i>
Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)	TV <i>Web</i>
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	TV
Universidade Federal de Alagoas (UFAL)	TV e Rádio <i>Web</i>
Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)	Rádio <i>Web</i>
Universidade Federal de Goiás (UFG)	Rádio e TV
Universidade Federal de Lavras (UFLA)	Rádio e Rádio <i>Web</i>
Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)	TV
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	Rádio, Rádio <i>Web</i> e TV <i>Web</i>
Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)	Rádio, Rádio <i>Web</i> , TV e TV <i>Web</i>
Universidade Federal de Pelotas (UFPel)	Rádio
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	Rádio e TV
Universidade Federal de Roraima (UFRR)	Rádio, Rádio <i>Web</i> e TV
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	TV
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)	Rádio e TV
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)	Rádio e Rádio <i>Web</i>
Universidade Federal São João del-Rei (UFSJ)	Rádio <i>Web</i> e TV <i>Web</i>
Universidade Federal de São Paulo (Unifesp)	TV <i>Web</i> , Rádio <i>Web</i> e TV <i>Web</i>
Universidade Federal de Sergipe (UFS)	Rádio, Rádio <i>Web</i> , TV e TV <i>Web</i>

Universidade Federal de Uberlândia (UFU)	Rádio e TV
Universidade Federal do ABC (UFABC)	TV <i>Web</i>
Universidade Federal do Acre (UFAC)	Rádio <i>Web</i> e TV <i>Web</i>
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)	Rádio e TV
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)	Rádio e TV
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS)	Rádio e TV <i>Web</i>
Universidade Federal do Pará (UFPA)	Rádio <i>Web</i>
Universidade Federal do Paraná (UFPR)	Rádio e TV <i>Web</i>
Universidade Federal do Piauí (UFPI)	Rádio e TV em fase de implantação
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)	TV <i>Web</i>
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	Rádio, Rádio <i>Web</i> e TV <i>Web</i>
Universidade Federal do Rio Grande (FURG)	Rádio, Rádio <i>Web</i> e TV <i>Web</i>
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	Rádio e TV
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	Rádio, Rádio <i>Web</i> , TV e TV <i>Web</i>
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa)	Rádio <i>Web</i> e TV <i>Web</i>
Universidade Federal do Tocantins (UFT)	Rádio
Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf)	TV <i>Web</i>
Universidade Federal Fluminense (UFF)	TV <i>Web</i>

Fonte: Rocha *et al.* (2024, p. 173-174) com dados da pesquisa realizada pelo Cogecom com os gestores de comunicação das Ifes.

Embora tenham enfrentado falta de financiamento, especialmente entre 2017 e 2022, bem como a ausência de uma institucionalização formal desses veículos em nível federal, observamos que existe vasto potencial a ser aproveitado. Essas emissoras possuem um papel estratégico nos processos de defesa da educação pública superior, na divulgação da pesquisa, do ensino, da extensão, da cultura e da inovação. Esses atributos fortalecem a comunicação pública numa vertente educativa com vistas a uma real possibilidade de se promover a tão propalada inserção social (Rocha *et al.*, 2024).

Nesse cenário de tentativas de desmonte das universidades federais, sobretudo da comunicação pública realizada por elas, o Cogecom tem se posicionado como uma associação de luta pela comunicação pública nessas organizações. Ele foi criado em 2016 e tem como

principal objetivo assessorar a Andifes na área de Comunicação das Ifes.⁴⁷ O principal objetivo do Cogecom

era formar uma forte comunidade de profissionais de comunicação que pudesse trocar experiências com a finalidade de ajuda mútua e, com isso, fortalecer a atividade de comunicação social nacionalmente. Um dos principais desafios postos era fazer com que a área passasse a ser vista não como uma atividade executora, mas como um agente extremamente estratégico para o fortalecimento da educação superior federal (Pinheiro *et al.*, 2024, p. 25).

Destacamos que, em 2019, pouco antes da pandemia da Covid-19, a Andifes instituiu uma comissão de comunicação formada por reitores, que se juntou ao Cogecom com o objetivo de enfrentar o desafio de realizar um esforço articulado e ampliar a visibilidade dos trabalhos realizados no âmbito das Ifes (Almeida, 2024). A autora ainda aponta que

o reconhecimento dos dirigentes em relação à importância estratégica da comunicação para as IFES se acentuou, sem dúvida, em meio aos inúmeros ataques sofridos nos últimos anos, efetivados não apenas na dimensão simbólica, por meio de inverdades e acusações infundadas sobre as universidades, mas também no campo econômico, por meio de reiterados cortes de recursos, numa clara tentativa de deslegitimar o papel das universidades, sobretudo as instituições federais, tão essenciais para o desenvolvimento do nosso país. Foram tempos também desafiadores porque enfrentamos a consequência de ações que colocaram as universidades no centro de um insensato projeto para a educação nacional e para o país, ancorado no antirracionalismo, no anti-intelectualismo, na anticiência, no negacionismo, no autoritarismo e na eliminação da diversidade e do respeito aos outros e à vida. Infelizmente, essas cicatrizes, que ainda precisam ser cuidadas e curadas, estarão conosco por algum tempo (Almeida, 2024, p. 9).

O Cogecom tem promovido reuniões anuais e, em sua 4ª edição do Encontro Nacional, publicou sua primeira carta oficial, conhecida como Carta de Maceió. Nela, foi reforçado o compromisso das assessorias de comunicação das Ifes com a popularização do conhecimento científico e proposta a ampliação do setor de comunicação da associação com o objetivo de disseminar de informações e de elucidar a população no combate às *fake news*, bem como a campanha difamatória contra as universidades (Cogecom, 2019). No manifesto de Maceió afirmou-se ainda que a “universidade federal é uma conquista da sociedade e resistirá. Defendê-la é um ato de cidadania”. Dessa forma,

faz-se necessário que se retome a discussão sobre a democratização dos meios de comunicação e a construção de um novo marco regulatório no setor de comunicações de acordo com os princípios constitucionais, como uma medida de garantia da cidadania, da proteção da liberdade de expressão, do compromisso com a verdade e com a emancipação dos sujeitos (Cogecom,

⁴⁷ Informações obtidas em: <https://www.andifes.org.br/colégios/cogecom/>. Acesso em: 28 abr. 2024.

2019, p. 2).

O 5º Encontro Nacional do Cogecom deu origem à Carta do Rio de Janeiro. Nela o Colégio reafirmou seu compromisso com o interesse público, com a ciência, com o conhecimento e com a defesa da universidade pública, gratuita, inclusiva e de qualidade. O Colégio também manifestou sua preocupação com o constante ataque às instituições federais e aos servidores públicos, além da redução do orçamento e do investimento de programas, de projetos e dos órgãos de fomento à pesquisa, bem como a legitimação da mentira como discurso enraizado por autoridades políticas (Cogecom, 2020).

No manifesto do Rio de Janeiro ainda foi evidenciado o papel estratégico da comunicação das Ifes, no contexto da democratização do conhecimento, ao fazer a

mediação entre a cultura científica e a cultura dos cidadãos, garantindo que toda a comunidade tenha acesso não apenas a informações, mas também argumentos precisos, verdadeiros e socialmente contextualizados que orientem os rumos dos debates na esfera pública. Popularizar o conhecimento produzido é prestar contas à sociedade e evidenciar a ela uma visão de mundo que lhe pertence por direito (Cogecom, 2021, p. 1).

O documento também defendeu o restabelecimento dos cargos de carreira extintos na área de comunicação, bem como o fim da suspensão de determinados cargos dessa área e a retomada dos concursos públicos, uma vez que essas medidas são essenciais para o fortalecimento da comunicação institucional.

as áreas de comunicação necessitam de instrumentos institucionais que garantam suas estruturas, recursos físicos e tecnológicos, suas equipes e suas funções estratégicas, a fim de continuarem com sua atuação responsável, ética e comprometida, evitando a descontinuidade de serviços e mantendo-se como instância de assessoramento e articulação privilegiada com outras áreas (Cogecom, 2021, p. 2).

Por fim, a Carta enfatizou a necessidade da “luta coletiva em favor da Universidade pública como um patrimônio da sociedade brasileira, bem como o papel do servidor público como essencial para a manutenção dos serviços à população” (Cogecom, 2021, p. 2).

O 7º Encontro Nacional do Cogecom⁴⁸ resultou na Carta de Aracaju. Nela foi reafirmado o compromisso do Colégio com a comunicação pública, compreendendo-a, principalmente, como uma das premissas garantidoras do Estado Democrático de Direito e das universidades públicas, autônomas, como produtoras de conhecimento científico socialmente referenciado, de políticas de inclusão social, de extensão e de atividades culturais abertas à participação popular.

⁴⁸ Em relação ao 6º Encontro Nacional do Cogecom, não identificamos produção de Carta.

Afirmou que o centro do debate do Colégio é a discussão que relaciona comunicação pública com uma das questões mais urgentes da conjuntura política atual: a defesa da democracia. Soma-se a isso a necessidade de enfrentar as “práticas nefastas de desinformação”. O Cogecom também se manifestou contra qualquer tentativa de cerceamento da comunicação pública, inclusive na perspectiva da democratização do conhecimento.

O Cogecom compreende que a permanente afronta às instituições democráticas brasileiras é também um ataque direto às Universidades e aos CEFETs e, conseqüentemente, ao ensino superior público gratuito, inclusivo, de qualidade e socialmente referenciado. O Colégio também rejeita, veementemente, independente das circunstâncias, quaisquer tentativas de cerceamento da comunicação pública voltada à publicização de informações institucionais, científicas, culturais e de amplo interesse coletivo. Não à censura! (Cogecom, 2022, p. 2).

O 8º Encontro Nacional do Cogecom consolidou a Carta de Santo André e São Carlos. Nela, o Colégio reafirmou o seu compromisso com a autonomia universitária, com a comunicação pública e expôs a necessidade de revogação dos decretos que extinguem e suspendem concursos públicos para várias áreas, entre elas a da comunicação.

O ano de 2023 está sendo marcado por um retorno à institucionalidade no país. Após seis anos em que as Instituições nacionais sofreram ataques e espoliação, a população votou na reconstrução. Neste sentido, o momento é de resgate do que, nas Instituições de Ensino Superior, se perdeu. Dentre os destaques, está a extinção dos cargos da área da Comunicação. Como prioridade, requeremos que essa medida nefasta seja revogada. O profissional de Comunicação, hoje, é condição essencial para a existência da instituição (Cogecom, 2023, p. 1).

O Colégio ainda apontou, na Carta, algumas principais ações à comunicação das Ifes.

- Defendemos que a expansão universitária precisa planejar e incluir a ampliação das estruturas de Comunicação, com infraestrutura, investimento e pessoas;
- Assumimos o compromisso de reforçar a atuação em rede, compartilhando saberes, enfrentando as assimetrias entre as instituições e trabalhando para diminuí-las;
- Entendemos que a Comunicação nas Instituições de Ensino Superior é e precisa ser **estratégica, dialógica, relacional e não autoritária**. Neste sentido, analisar as próprias práticas enquanto práxis é urgente;
- Destacamos a necessidade do **combate à desinformação** e compreendemos as Ifes como protagonistas no trabalho de educação midiática e **garantidora da Democracia**;
- Ressaltamos a participação deste Colégio e seus atores como fundamental na **construção das políticas públicas federais** em suas mais amplas dimensões. A **Comunicação não pode ser reduzida à divulgação**;
- Assumimos o compromisso de manter o Cogecom forte e atuante, tanto em sua dimensão nacional quanto regional (Cogecom, 2023, p. 1-2, grifos nossos).

Finalmente, o 9º Encontro Nacional do Cogecom consolidou a Carta de Brasília. Nessa

Carta o Cogecom reafirmou “o compromisso inegociável deste Colégio com a autonomia universitária e a comunicação pública” (Cogecom, 2024, p. 1) e defendeu

a importância da incorporação por concurso público e ampliação do quadro de servidores públicos da Comunicação qualificados para a efetivação desse compromisso. Neste sentido, repudiamos os decretos nº 9.262/2018 e 10.185/2019, os quais impossibilitam a contratação de servidores efetivos da área de comunicação, a saber: assistente de direção e produção; editor de imagens; fotógrafo; jornalista; locutor; operador de câmera de cinema e TV; operador de rádio-telecomunicações; programador de rádio e televisão; programador visual; publicitário; relações públicas; revisor de textos; técnico em audiovisual; técnico em som; tradutor intérprete de linguagem de sinais. Manter as consequências desses decretos autoritários é dar sequência a um projeto neoliberal de desmonte das Instituições Federais de Ensino Superior. É necessário e urgente para a defesa da universidade pública e para a valorização da ciência que tais medidas sejam revertidas. Decretos dessa natureza são ataques diretos à educação, cultura e ciência promovidas pelas IFES, pilares fundamentais para a transformação social e para o desenvolvimento do país.

Além disso, na Carta de Brasília são recomendados alguns pontos: a condução com transparência e diálogo do MEC e do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) em relação à transformação das áreas específicas de comunicação em “cargos genéricos”; a inclusão, no orçamento destinado às Ifes, de uma rubrica permanente e carimbada para a área de comunicação na matriz orçamentária federal com o objetivo de fortalecer a comunicação pública, a divulgação da educação, a divulgação científica, a difusão da inovação e da cultura; a vinculação dos setores de comunicação organizacional das Ifes nas rubricas de divulgação científica dos editais de fomento para que servidores das áreas de comunicação possam desenvolver projetos de comunicação pública; e, por fim, a sensibilização de que a comunicação não pode se resumir à prestação de serviços, mas se trata de algo estruturante nas Ifes. Dessa maneira, precisa ter autonomia e estar no centro das tomadas de decisões institucionais. Além de ter investimento garantido no setor, com rubrica própria e cargos de direção.

Portanto, nos manifestos concretizados em Cartas pelo Cogecom, identificamos a predominância das seguintes preocupações: a democratização do conhecimento por meio da popularização do conhecimento; a comunicação pública; as estruturas cada vez mais reduzidas de comunicação das Ifes, por conta da impossibilidade de novos concursos para cargos de comunicação; defesa da democracia; e, por fim, a importância de esforços para o enfrentamento à desinformação.

Apesar de o governo Lula (2023-atual) parecer compreender a importância da comunicação pública, o que pode ser visto em relação à reestruturação da Empresa Brasil de

Comunicação (EBC),⁴⁹ ainda não houve a revogação dos Decretos nº 9.262 (Brasil, 2018) e nº 10.185 (Brasil, 2019), que vedaram e suspenderam concursos públicos para cargos importantes para a democratização do conhecimento por parte das Ifes. De acordo com Lima *et al.* (2024), em 22 de dezembro de 2022, o Cogecom emitiu uma nota, em parceria com a ABCPública, em que reivindicavam a revogação da Portaria nº 10.723 (Brasil, 2022), que restringia a redistribuição de cargos efetivos ocupados, vedando-a quando houvesse concurso vigente para qualquer cargo.

Ainda segundo Lima *et al.* (2024), uma carta que solicitava a liberação dos cargos de comunicação para a realização de concurso e provimento de vagas nessa área nas Ifes foi endereçada ao MEC em 25 de setembro de 2023. Ela foi assinada por gestores de comunicação das universidades e dos institutos federais integrantes do Cogecom. Assim como outra carta solicitando acompanhamento e providências para a liberação dos cargos na área de comunicação foi encaminhada à Secom da Presidência da República afirmando ser essa uma condição fundamental para a sustentação da expansão da rede de rádios e de TVs públicas.

O Cogecom também tem realizado ações em rede para demonstrar que a comunicação é estratégica e essencial na promoção da universidade pública, gratuita, inclusiva e de qualidade. Destacando-a como um valioso patrimônio da sociedade brasileira, fundamental para a educação, para o avanço da ciência, para a defesa dos pilares democráticos e para o desenvolvimento do país (Pinheiro *et al.*, 2024). Em consonância com essa visão, os autores Lima, Salgado e Souza (2024, p. 152) ponderam que

a atuação em rede das estruturas de comunicação parece conformar a possibilidade de combater o negacionismo e a desinformação com estratégias unificadas e com discursos coesos entre as instituições federais de ensino superior. Nesse sentido, o Cogecom da Andifes tem se apresentado como ator privilegiado para promover a articulação necessária entre as IFES brasileiras, tendo em vista a oportunidade de compartilhamento de experiências e estruturas de produção de conteúdo e, principalmente, a articulação entre profissionais inseridos na gestão da comunicação das instituições de ensino.

Para além dos manifestos e das ações em rede, uma outra iniciativa do Cogecom, em prol da democratização do conhecimento e do fortalecimento da comunicação das Ifes, é o

⁴⁹ A EBC é empresa pública criada em 2008 pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A Medida Provisória nº 744, publicada em 2016, extinguiu o Conselho Curador da EBC. Dessa forma, esse normativo tirou a autonomia da empresa em relação ao Governo Federal para definir produção, programação e distribuição de conteúdo no sistema público de radiodifusão e agências. O governo federal também alterou, por decreto, o estatuto da EBC e trocou seu presidente. Informações obtidas em: <https://www.ebc.com.br/conselho-curador/noticias/2016/09/mocao-de-repudio-contra-medida-provisoria-que-desmonta-a-ebc>. Acesso em: 29 abr. 2024.

projeto RedeIFES de comunicação pública, educativa e divulgação científica. Esse projeto combinou os encaminhamentos do Seminário de Comunicação, realizado em dezembro de 2022, com as diretrizes enunciadas no Plano de Ações 2023 do Cogecom a fim de: fortalecer a produção audiovisual colaborativa; estabelecer uma agência de divulgação científica; construir soluções tecnológicas; firmar parcerias com iniciativas públicas e privadas; desenvolver pesquisas; realizar cursos e capacitações, bem como criar e implementar campanhas integradas (Lima *et al.*, 2024).

Nesse rol, destacamos a proposta da Agência Nacional de Comunicação Pública da Ciência e do Conhecimento Acadêmico. De acordo com um mapeamento dos setores de comunicação das Ifes, realizado pelo Cogecom em 2022, 57% das instituições mapeadas produzem publicações regulares de divulgação da ciência (Lima *et al.*, 2024).

Nesse contexto, elucidamos que a proposta da criação de uma agência de notícias não é recente. Ela nasce no âmbito da Andifes, ainda na primeira metade dos anos 2000, em um encontro de gestores de comunicação. No entanto, a retomada se dá em agosto de 2022, no 7º Encontro Nacional do Cogecom. A Agência Nacional de Comunicação Pública da Ciência e do Conhecimento Acadêmico visa integrar e ampliar a produção de conteúdos de ciência, tornando-a uma produção compartilhada e com distribuição direta para diversos segmentos da população, em diversos formatos. No entanto, ainda há fases de aprovação junto ao MEC, bem como buscar formas de financiamento para manutenção da plataforma (Lima *et al.*, 2024; Pezzo; Francisco, 2024).

A operacionalização da Agência Nacional de Comunicação Pública da Ciência e do Conhecimento Acadêmico

estabelece, como missão, contribuir para o fortalecimento da cultura científica no Brasil e consolidar as IFES como fontes legítimas de informação, pela promoção da visibilidade e da ampla e democrática circulação do conhecimento produzido e sistematizado nessas instituições junto a diferentes públicos de interesse (Pezzo; Francisco, 2024, p. 186).

Essa construção evidencia o potencial do Sistema Federal do Ensino Superior, uma vez que a rede é composta por diversas instituições, distribuídas entre todas as regiões brasileiras (Pezzo; Francisco, 2024).

Já o projeto RedeIFES tem como objetivo potencializar os produtos e os serviços das Ifes no campo da comunicação e representou um passo importante no amadurecimento para a atuação do Cogecom em rede, entre as Ifes e os outros atores sociais. Por meio das campanhas coletivas e produções conjuntas com diversos atores, tem sido possível amplificar a voz das

universidades federais e alcançar um público mais amplo para demonstrar o patrimônio público e o valor inestimável que essas instituições representam à sociedade (Lima *et al.*, 2024).

Inclusive os autores Lima *et al.* (2024) narram que o projeto RedeIFES foi apresentado ao Ministro da Secretaria de Comunicação da Presidência da República, Paulo Pimenta, em fevereiro de 2023. Segundo os autores, o Ministro

se comprometeu a fortalecer a comunicação das instituições federais de ensino superior, por entender que o trabalho desenvolvido por essas instituições é parte importante para a comunicação pública produzida no país, contribuindo assim para a produção de conteúdo educativo de alta qualidade e para o enfrentamento da desinformação (Lima *et al.*, 2024, p. 43).

No que se refere à necessidade de fortalecer a comunicação nas Ifes, outro movimento vem acontecendo nas mídias sociais. O perfil “@taescomunicação”⁵⁰ impulsiona uma campanha denominada “#DevolvamAVozDasIFES”. O objetivo é lutar pela revogação do Decreto nº 9.262 (Brasil, 2018) e do Decreto nº 10.185 (Brasil, 2019).

A greve nacional na educação federal de 2024 – iniciada pelos Técnico Administrativos em Educação (TAEs) em 11 de março e posteriormente aderida pelos docentes em 15 de abril – reflete, sobretudo, as décadas de cortes e de contingenciamentos orçamentários que deixaram muitas Ifes em condições precárias de funcionamento.⁵¹ Por meio dessa greve, os trabalhadores solicitavam também a recomposição salarial e a reestruturação da carreira dos técnicos administrativos.

Nesse contexto, mesmo diante de discursos na tentativa de deslegitimar as Ifes, ressaltamos a pesquisa do Instituto Quaest⁵² que indica que 78% da população consideram justa a greve da educação das universidades e dos institutos federais. Ainda de acordo com a pesquisa, somente 19% da população a definem como injusta. Isso, talvez, seja resultado da visibilidade midiática que essas instituições tiveram no contexto da pandemia da Covid-19.

Essa pandemia configurou um cenário de desafios e de oportunidades para as Ifes. As

⁵⁰ O perfil @taescomunicacao está presente nas mídias sociais *Instagram* e *Facebook*.

⁵¹ Nesse ponto, trazemos duas preocupações. A primeira delas é que parece ser de interesse do governo federal a criação de cargos genéricos como analista em educação (nível superior) e técnico em educação (nível médio). Isso pode prejudicar a consolidação de força de trabalho especializada no âmbito das universidades federais. A segunda preocupação é quanto à crescente precarização dos trabalhos nas Ifes, sobretudo na área de comunicação, por meio da contratação de trabalhadores terceirizados. Tendo em vista que a Lei nº 13.429 (Brasil, 2017) ampliou as possibilidades de contratação de trabalho temporário — ao eliminar seu caráter excepcional e permitir contratações para atender a demandas complementares de serviços —, além de autorizar a terceirização não apenas das atividades-meio, mas também das atividades-fim, observa-se flexibilização significativa nas relações de trabalho também no setor público.

⁵² Mais informações sobre a pesquisa disponível em: <https://oglobo.globo.com/blogs/ancelmo-gois/post/2024/05/o-que-os-brasileiros-pensam-sobre-as-greves-nas-universidades-federais.ghtml>. Acesso em: 8 ago. 2024.

assessorias de comunicação dessas instituições, por exemplo, desenvolveram um trabalho muito importante ao mostrar à sociedade tudo aquilo que foi produzido nessas instituições, bem como o papel de articulação entre a imprensa e a comunidade acadêmica com o objetivo de oferecer informações confiáveis à sociedade. Nesse sentido, essa capacidade de articulação e diálogo com a sociedade precisa ser mantida e definida de uma forma mais sistêmica e integrada pelas estruturas de comunicação das Ifes (Almeida, 2024).

Na visão de Musse e Fernandes (2019), “é a Comunicação que tem garantido a democratização da Universidade, a construção de pontes entre o ensino, a pesquisa e a extensão e a comunidade, gerando a participação indispensável à oxigenação e à renovação, em especial, da organização pública” (Musse; Fernandes, 2019, p. 197). Todavia, apesar de os autores pontuarem que a Comunicação é reconhecida como coordenadora das ações de comunicação e, assim, contribui para a garantia da identidade e do respeito no plano institucional, eles destacam que a elaboração das políticas ainda é um projeto em construção e alertam que “a continuidade de alguns projetos sempre fica ameaçada a cada troca de gestão” (Musse; Fernandes, 2019, p. 197). Na visão de Oliveira e Bargas (2024, p. 87), é

neste sentido que se torna imperativo o fortalecimento da comunicação, sobretudo da comunicação institucional das universidades que não apenas têm sofrido ataques severos nos últimos anos (entre eles, a suspensão de cargos de comunicação para o serviço público) como também foi fundamental como linha de frente pela defesa da democracia e pela promoção de informação de qualidade, em um contexto no qual disputas de narrativa se tornaram política comum.

Observamos que, sobretudo ao longo da pandemia da Covid-19, a resposta das universidades públicas mostra evolução e maturidade nas estratégias de comunicação, já que elas começam a equilibrar melhor as necessidades e as pressões do público interno com as expectativas e os interesses do público externo. Essa é a grande lição que esses momentos de crise deixaram para as estruturas de comunicação das universidades públicas. Todavia, para avançar nesse processo, é necessário aprimorar as estruturas e as estratégias de comunicação. É preciso conhecer seus públicos de interesse, bem como identificar as suas reais percepções sobre a função da universidade e da ciência em seu cotidiano (Lima Junior; Lourenço, 2024).

De acordo com Almeida (2024), as estruturas de comunicação das Ifes constituem a maior rede de comunicação pública da América Latina – um ativo muito valioso que só nos últimos anos foi possível dimensionar. A autora (2024) ainda argumenta que

as universidades são instituições que respiram a democracia. Não prosperam em ambientes autocráticos [...]. Defender a democracia é defender a universidade autônoma, de qualidade e verdadeiramente inclusiva. Para isso,

precisamos de estruturas de comunicação fortalecidas e sintonizadas com o interesse público, com os preceitos democráticos e com a cidadania (Almeida, 2024, p. 11, grifo nosso).

Sob o ponto de vista de Pezzo e Francisco (2024), há controvérsias sobre a quem cabe a prática da comunicação pública da ciência. Essas controvérsias não começaram no cenário contemporâneo da desinformação e da crise de legitimidade dos saberes acadêmicos, mas ganharam novos contornos na pandemia da Covid-19 e após ela. Uma controvérsia antiga refere-se ao debate sobre serem os comunicadores e/ou os próprios cientistas de cada especialidade os protagonistas na promoção e na circulação do conhecimento científico entre os públicos não especializados.

Apesar dessa controvérsia apontada, partimos do entendimento de que a democratização do conhecimento científico só poderá ser impulsionada por meio de parcerias, da atuação em rede formada por comunicadores, cientistas, estudantes e demais atores sociais interessados na promoção da cultura científica no país.

Nesse contexto da importância da comunicação, sobretudo a divulgação e a comunicação pública da ciência realizada em rede, as organizadoras do livro “José Reis: reflexões sobre a divulgação científica”, Massarani e Dias (2018), publicaram a obra com 16 textos escritos por José Reis entre 1954 e 1984. Em um desses textos, o divulgador científico destaca que

a comunicação é uma das grandes forças dentro das instituições científicas, não só para manter o corpo de pesquisadores unido em torno dos ideais da instituição e informado sobre o que se realiza dentro dela, o que assegura a fertilização cruzada das ideias, mas também para garantir a comunicação dos cientistas com os dois públicos de que ele depende (Reis, 1976 *apud* Massarani; Dias, 2018, p. 64).

Os dois públicos de interesse são, de um lado, os cientistas da mesma especialidade ou de áreas distintas, que atuam em instituições diferentes, tanto no Brasil quanto no exterior. Por outro lado, está o público em geral, que demonstra um interesse crescente pelos resultados da ciência e necessita compreendê-los para participar de forma ativa e democrática nos processos decisórios relacionados às aplicações da ciência e da tecnologia (Reis, 1976 *apud* Massarani; Dias, 2018).

José Reis também reflete que, embora o preconceito de manter a ciência restrita aos círculos especializados tenha perdido força entre os pesquisadores, a comunicação entre cientistas e o grande público ainda enfrenta desafios. Ele destaca a crescente convicção de que é essencial tornar o conhecimento científico acessível à sociedade e estimular debates sobre as

implicações sociais decorrentes das descobertas científicas. Além disso, Reis argumenta que

não se concebe hoje que o pesquisador ignore os fatos fundamentais da boa comunicação. Muito menos se compreende que tantas escolas de comunicação, em nosso meio, silenciem quanto à comunicação científica em seus dois tipos fundamentais. Nelas, ou com a participação delas, todos os estudantes da ciência, todos os profissionais, deveriam adquirir os conhecimentos básicos tanto para seu diálogo com os colegas quanto para o diálogo com o grande público (Reis, 1976 *apud* Massarani; Dias, 2018, p. 65).

Em suma, após todas as discussões realizadas nesta seção, vimos em comum a necessidade de implementação de políticas de Estado, com orçamentos definidos para as iniciativas de democratização do conhecimento, bem como o apoio e o engajamento da população na luta para assegurar o direito humano quanto à democratização do conhecimento científico.

Na próxima seção trabalhamos a parte empírica deste estudo com ênfase na descrição e na análise das iniciativas de democratização do conhecimento realizadas pelas cinco universidades investigadas.

3 POR MAIS PONTES: UNIVERSIDADES FEDERAIS E A DEMOCRATIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

Nesta seção, em consonância com uma das marcas do método dialético histórico-estrutural de Demo (1995, p. 102), vamos “sujar as mãos com a prática”. Nela buscamos responder à pergunta-síntese desta pesquisa, isto é, quais os limites e as possibilidades das iniciativas de democratização do conhecimento realizadas por universidades federais brasileiras? Também pretendemos alcançar o objetivo geral desta pesquisa que é descrever e analisar como cinco universidades federais brasileiras mais recentes, uma de cada região do país, com planos de desenvolvimento institucionais (PDIs) vigentes em 2023, têm realizado a democratização do conhecimento a fim de apontar limites e possibilidades acerca dessas iniciativas.

Salientamos que esta seção está relacionada diretamente ao terceiro objetivo específico da pesquisa que consiste em discutir as possibilidades, as percepções e as dificuldades em relação às iniciativas de democratização do conhecimento realizadas, em 2023, por cinco universidades federais brasileiras (UFABC, UFAPE, UFCAT, UFOPA e UNILA). Para o alcançarmos, realizamos pesquisa documental, por meio da leitura integral e analítica dos PDIs e consultas pontuais a informações disponíveis nos *sites* das universidades federais selecionadas neste estudo. Além disso, conduzimos uma análise temática reflexiva a partir das entrevistas semiestruturadas e das respostas obtidas pelo Fala.BR – Módulo LAI, considerando as contribuições da área de comunicação institucional e das pró-reitorias de extensão de cada uma das cinco universidades pesquisadas.

Nessa perspectiva, esta seção foi dividida em quatro subseções. Na primeira subseção, apresentamos um breve perfil das cinco universidades investigadas. Na segunda, expomos informações gerais sobre as iniciativas de democratização do conhecimento por parte da comunicação institucional e das pró-reitorias de extensão das cinco universidades investigadas. Na terceira, desenvolvemos as fases da análise temática reflexiva. Por fim, na quarta, realizamos uma leitura integral e analítica dos PDIs das cinco universidades investigadas com vistas a abordagens consonantes à democratização do conhecimento.

3.1 Breve perfil das universidades federais selecionadas para a pesquisa

Como vimos, um dos recortes para a seleção das universidades investigadas neste estudo constitui aquelas com datas de criação mais recentes no país e com PDI vigente em 2023. Nesse sentido, temos a UFABC como a mais antiga entre as selecionadas, de 2005, e a UFCAT, bem

como a UFAPE, como as mais recentes, criadas em 2018. Abordamos, a seguir, um breve histórico com o contexto de criação das seguintes universidades, em ordem alfabética de suas siglas: UFABC, UFAPE, UFCAT, UFOPA e UNILA. Também elaboramos quadros com os números da comunidade acadêmica e com os cursos de graduação e de pós-graduação ofertados. Dessa forma, podemos ter uma estimativa do tamanho e uma noção quanto ao perfil de cada uma das universidades investigadas.

3.1.1 A Universidade Federal do ABC (UFABC)

De acordo com informações obtidas no *site* da UFABC, ela foi criada pela Lei nº 11.145 (Brasil, 2005). O Projeto Acadêmico da UFABC procura levar em conta as mudanças no campo da ciência, propondo uma matriz interdisciplinar, caracterizada pela intercessão de várias áreas do conhecimento científico e tecnológico. Além disso, o projeto tem como meta a criação de um ambiente acadêmico favorável ao desenvolvimento social, contribuindo para a busca de soluções para os problemas regionais e nacionais, a partir da cooperação com outras instituições de ensino e de pesquisa e instâncias do setor industrial e do poder executivo, legislativo e judiciário.⁵³

A interdisciplinaridade tem papel central na construção do modelo de ensino adotado na UFABC. Nesse sentido, o ingresso na graduação ocorre necessariamente em bacharelados ou licenciaturas interdisciplinares, com a opção de escolha posterior do curso de formação específica. Isto é, o estudante se gradua em um dos cursos de entrada interdisciplinar e posteriormente pode completar graduações em até mais três cursos de formação específica (UFABC, 2023).

Um ponto destacado pela entrevistada da área de comunicação institucional da ABC, Mariella Zotelli, é que a universidade já surgiu com a missão de democratizar, visto que desde o início de suas atividades ofertou vagas para cotas sociais e, no âmbito delas, as cotas raciais.

Quadro 15 – Números da comunidade acadêmica e cursos ofertados em 2023 na UFABC

Comunidade acadêmica	Cursos ofertados
Discentes: 17.640 Docentes: 852	Graduações de ingresso: Bacharelado em Ciência e Tecnologia; Bacharelado em Ciências e Humanidades; Licenciatura em Ciências Humanas; Licenciatura em Ciências Naturais e Exatas; e Licenciatura em Educação do Campo – Ciências Humanas e Sociais.

⁵³ Informações disponíveis em: <https://www.ufabc.edu.br/a-ufabc/sobre>. Acesso em: 10 jun. 2024.

Técnicos Administrativos em Educação (TAEs): 788	Cursos de graduação de formação específica: Biotecnologia; Ciência da Computação; Ciências Biológicas; Física; Matemática; Química; Neurociência; Ciências Econômicas; Filosofia; Planejamento Territorial; Políticas Públicas; Relações Internacionais; Filosofia; História; Ciências Biológicas; Física; Matemática e Química. Engenharias: Ambiental e Urbana; Energia; Informação; Instrumentação, Automação e Robótica; Materiais; Aeroespacial; Biomédica e Gestão. Especializações: Ciência e Tecnologia; Educação em Direitos Humanos; Educação Especial e Inclusiva; Ensino de Ciências - Anos finais do ensino fundamental - Ciência é Dez; Estudos Africanos e Afro-brasileiros; Formação Continuada: Ensino de Química; Formação das Infâncias em Territórios Periféricos; Geoprocessamento; Gestão <i>Lean 4.0 In-company</i>; História, Ciências, Ensino e Sociedade; Inovação na Educação Mediada por Tecnologias; e Tecnologias e Sistemas de Informação. Mestrado e doutorado acadêmicos: Biossistemas; Biotecnociência; Ciência da Computação; Ciência e Tecnologia Ambiental; Ciência e Tecnologia/Química; Ciências Humanas e Sociais; Economia; Economia Política Mundial; Energia; Engenharia Biomédica; Engenharia da Informação; Ensino e História das Ciências e da Matemática; Evolução e Diversidade; Filosofia; Física; Matemática; Nanociências e Materiais Avançados; Neurociência e Cognição; Planejamento e Gestão do Território; Políticas Públicas. Mestrado acadêmico: Para a Inovação. Mestrado profissional: Filosofia; Matemática em Rede Nacional; e Ensino de Física. Doutorado acadêmico: Industrial.
--	--

Fonte: elaborado pela autora (2024) por meio de informações do *site* da UFABC e de seu Relatório de Gestão (UFABC, 2023).

3.1.2 A Universidade Federal do Agreste de Pernambuco (UFAPE)

A UFAPE foi criada em 2018, a partir da Lei Federal nº 13.651 (Brasil, 2018), por meio do desmembramento da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) / Unidade Acadêmica de Garanhuns (UAG). Esta Unidade havia sido criada em 2005, por meio de programa de expansão universitária do Governo Federal. Nesse contexto, a UFAPE assumiu toda a estrutura física, patrimonial e de pessoal da UAG/UFRPE.⁵⁴

Um ponto destacado pela entrevistada da área de Comunicação Institucional da UFAPE, Denise Figueiredo, é que a universidade é uma das menores do país.

⁵⁴ Informações obtidas em:

[http://www.ufape.edu.br/ufape#:~:text=A%20Universidade%20Federal%20do%20Agreste,Acad%C3%AAmica%20de%20Garanhuns%20\(UAG\).](http://www.ufape.edu.br/ufape#:~:text=A%20Universidade%20Federal%20do%20Agreste,Acad%C3%AAmica%20de%20Garanhuns%20(UAG).) Acesso em: 7 jun. 2024.

Quadro 16 – Números da comunidade acadêmica e cursos ofertados em 2023 na UFAPE

Comunidade acadêmica	Cursos ofertados
Discentes: 1.952 Docentes: 187 Técnicos Administrativos em Educação (TAEs): 97	Graduações: Agronomia; Ciência da Computação; Engenharia de Alimentos; Medicina Veterinária; Zootecnia; Letras e Pedagogia. Especializações: Ensino de Botânica; Residência Profissional Agrícola; e Residência Tecnológica em Desenvolvimento de <i>Software</i> com habilitação em sistemas <i>web</i> e <i>mobile</i> . Mestrados acadêmicos: Ciências ambientais; Ciência Animal e Pastagens; Produção Agrícola; e o mestrado em Sanidade e Reprodução de Animais de Produção. Mestrado profissional: em Letras.

Fonte: elaborado pela autora (2024) por meio de informações obtidas no *site* da UFAPE e em seu relatório de gestão (UFAPE, 2023).

A Capes aprovou o primeiro doutorado do Agreste Meridional voltado para a área de produção agrícola. Ele está previsto para começar em 2024.⁵⁵

3.1.3 A Universidade Federal de Catalão (UFCAT)

A UFCAT foi criada em 2018 pela Lei nº 13.634 (Brasil, 2018), resultado do desmembramento do *Campus* Regional Catalão da Universidade Federal de Goiás (UFG). O *Campus* Catalão foi criado em 1982, por meio de um convênio firmado entre a Universidade Federal de Goiás e a Prefeitura Municipal de Catalão. A implantação do *Campus* deu-se, a princípio, com algumas atividades de extensão, realizadas por estudantes. A UFCAT é resultado de uma luta histórica de docentes, de técnicos administrativos e de estudantes pela consolidação de uma Universidade no interior de Goiás.⁵⁶

Quadro 17 – Números da comunidade acadêmica e cursos ofertados em 2023 na UFCAT

Comunidade acadêmica	Cursos ofertados
Discentes: 3.601 Docentes: 302 Técnicos Administrativos	Graduações: Administração; Ciência da Computação; Enfermagem; Engenharia Civil; Engenharia de Minas; Engenharia de Produção; Engenharia Mecânica; Engenharia Mecatrônica; Matemática Industrial; Medicina; Química Industrial; Educação Física; Educação do Campo; Letras – Português; Letras - Português/Inglês; Matemática; Pedagogia; Ciências Biológicas; Ciências Sociais; Física; Geografia; História; Psicologia; e Química. Especializações: Gestão de Pessoas e Marketing; Gestão Financeira e Controladoria;

⁵⁵ Informações obtidas em:

<http://ufape.edu.br/node/6966#:~:text=Atualmente%2C%20a%20UFAPE%20possui%20mais,%2C%20Ci%C3%A2ncia%20Animal%20e%20Pastagens>. Acesso em: 11 jun. 2024.

⁵⁶ Informações obtidas em: <https://ufcat.edu.br/historia-da-ufcat>. Acesso em: 7 jun. 2024.

em Educação (TAEs): 113	Educação do Campo; e Tratamento de Minérios (Ensino a distância – EAD). Mestrados acadêmicos: Educação; Engenharia Civil; Engenharia de Produção; Estudos da Linguagem; Geografia; Matemática; e Química. Mestrados profissionais: Ensino de Física; Gestão Organizacional; História; e Matemática. Doutorados: Ciências Exatas e Tecnológicas; Estudos da Linguagem; e Química.
--------------------------------	---

Fonte: elaborado pela autora (2024) por meio de informações obtidas no *site* da UFCAT e no Relatório de Gestão (UFCAT) 2023.

3.1.4 A Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA)

A Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) foi criada pela Lei nº 12.085 (Brasil, 2009), por meio do desmembramento e da integração de *campi* da Universidade Federal do Pará (UFPA) e da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), como parte do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). Sua criação resultou de acordo de cooperação técnica firmado entre o MEC e a UFPA, cujo objetivo era ampliar o acesso ao ensino superior na região amazônica (UFOPA, 2019).

A UFOPA é a primeira Ifes localizada no interior da Amazônia brasileira, no oeste paraense, uma universidade multicampi, com sede na cidade de Santarém e com *campi* localizados nos municípios de Alenquer, Itaituba, Juruti, Monte Alegre, Óbidos e Oriximiná (PDI UFOPA, 2019-2023, p. 15).

Quadro 18 – Números da comunidade acadêmica e cursos ofertados em 2023 na UFOPA

Comunidade acadêmica	Cursos ofertados
Discentes: 7.591 Docentes: 505 Técnicos Administrativos em Educação (TAEs): 597	Graduações: Bacharelado: Interdisciplinar em Ciências Agrárias; em Engenharia Florestal; em Agronomia; em Zootecnia; em Biotecnologia; em Agronomia; em Zootecnia; em Biotecnologia; em Arqueologia; em Antropologia; em Direito; em Ciências Econômicas; em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional; Interdisciplinar em Ciências e Tecnologia das Águas – Gestão Ambiental; Interdisciplinar em Ciências e Tecnologia das Águas – Engenharia Sanitária e Ambiental; em Ciências Biológicas; em Engenharia de Pesca; Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia; Interdisciplinar em Ciências da Terra; em Geofísica, em Geologia, em Ciências Atmosféricas; em Ciências da Computação; em Sistemas de Informação; em Engenharia Mecânica; em Engenharia física; em Farmácia; Interdisciplinar em Saúde; Saúde Coletiva; Interdisciplinar em Ciências Ambientais; em Administração; em Engenharia Civil; em Engenharia de Aquicultura; em Engenharia de Minas; em Agronomia; em Ciências Biológicas e em Sistemas de Informação. Graduações: Licenciaturas: em Matemática; em Física; em Letras – Português e Inglês; em Pedagogia; em Geografia; em Química; em História; em Informática Educacional; em Ciências Biológicas; e em Pedagogia. Mestrados acadêmicos: em Ciências da Saúde; em Educação; em Letras; em Ciências da Sociedade; em Sociedade, Ambiente e Qualidade de Vida; em Antropologia e Arqueologia; em Recursos Aquáticos Continentais Amazônicos; em Biodiversidade; em Ciência Animal; em Biociências e em Recursos Naturais da Amazônia.

	Mestrado profissional: em rede nacional em Gestão e Regulação de Recursos Hídricos; em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação; em Administração Pública em rede nacional; em Ensino de Física em rede nacional; em Letras em rede nacional; em Matemática em rede nacional e em Saúde da Família. Doutorados: em Sociedade Natureza e Desenvolvimento; e em Educação. Doutorados Institucionais e em Rede: em Educação na Amazônia – doutorado Educanorte; em Biodiversidade e Biotecnologia – Rede Bionorte e Rede em Educação em Ciências e Matemática – doutorado – Reamec.
--	---

Fonte: elaborado pela autora (2024) por meio de informações obtidas no *site* da UFOPA, seu PDI (2019-2023) e o Relatório de Gestão (UFOPA, 2023).

3.1.5 A Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)

A Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) foi criada pela Lei nº 12.189 (Brasil, 2010). É um órgão de natureza jurídica autárquica, vinculado ao Ministério da Educação, com sede e foro na cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná.⁵⁷

Atualmente, a UNILA opera em diversos imóveis, a maioria alugados, distribuídos pelo município de Foz do Iguaçu, cujas estruturas atendem apenas parcialmente às suas necessidades (PDI UNILA, 2019-2023).

Quadro 19 – Números da comunidade acadêmica e cursos ofertados em 2023 na UNILA

Comunidade acadêmica	Cursos ofertados
Discentes: 5.094 Docentes: 421 Técnicos Administrativos em Educação (TAEs): 548	Graduações: Antropologia – Diversidade Cultural Latino-Americana; Cinema e Audiovisual; História – Licenciatura; História – América Latina; Mediação Cultural – Artes e Letras; Letras – Espanhol e Português como Línguas Estrangeiras; Música; Biotecnologia; Ciências Biológicas – Ecologia e Biodiversidade; Ciências da Natureza – Biologia, Física e Química; Engenharia Física; Matemática; Medicina; Química – Licenciatura; Saúde Coletiva; Administração Pública e Políticas Públicas; Ciência Política e Sociologia; Ciências Econômicas – Economia, Integração e Desenvolvimento; Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar; Filosofia; Relações Internacionais e Integração; Serviço Social; Arquitetura e Urbanismo, Engenharia Civil de Infraestrutura, Engenharia de Energia; Engenharia de Materiais; Engenharia Química; Geografia (licenciatura); e Geografia (bacharelado). Especializações: Direitos Humanos na América Latina; Ensino e Aprendizagem de Línguas Adicionais; Ensino de História e América Latina; Gênero e Diversidade na Educação; Especialização em Relações Internacionais Contemporâneas; Integração Paraguai-Brasil: Relações Bilaterais, Desenvolvimento e Fronteiras; Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família; Especialização em Gestão em Saúde – EAD; e Especialização em Relações Internacionais para professores da educação básica – EAD. Mestrados acadêmicos: Mestrado em Biociências; Mestrado em Biodiversidade Neotropical; Mestrado em Economia; Mestrado em Engenharia Civil; Mestrado em Física

⁵⁷ Informações obtidas em: <https://portal.unila.edu.br/institucional>. Acesso em: 10 jun. 2024.

	Aplicada; Mestrado em História; Mestrado em Literatura Comparada; Mestrado em Políticas Públicas Desenvolvimento; Mestrado em Integração Contemporânea da América Latina; Mestrado Interdisciplinar em Energia e Sustentabilidade; Mestrado Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos; e Mestrado em Relações Internacionais. Doutorado: Integração Contemporânea da América Latina; e Interdisciplinar em Energia e Sustentabilidade.
--	---

Fonte: elaborado pela autora (2024) por meio de informações obtidas no *site* da UNILA e no relatório “UNILA em Destaque”⁵⁸ de 2023.

Após a apresentação dos breves perfis das cinco universidades investigadas, observa-se que cada uma delas apresenta particularidades que merecem destaque. Em síntese: a UFABC adota cursos interdisciplinares para o ingresso; a UFAPE, situada no interior de Pernambuco, é uma das menores universidades federais do país; a UFCAT, localizada no interior de Goiás, resulta de uma luta histórica pela sua criação; a UFOPA foi a primeira instituição federal de ensino superior instalada no interior da Amazônia brasileira; e a UNILA, situada na tríplice fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai, é considerada uma das universidades mais internacionais do país, contando majoritariamente com estudantes oriundos da América Latina e do Caribe, admitidos por meio de processo seletivo internacional.

Essas especificidades, embora vinculadas a seus contextos regionais, também revelam a diversidade e a complexidade das universidades federais brasileiras. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que cada uma representa uma região do país, essas instituições evidenciam como as condições locais influenciam sua configuração acadêmica, administrativa e política. Isso reforça o caráter heterogêneo, todavia complementar, das Ifes.

3.2 Iniciativas de democratização do conhecimento realizadas pelas estruturas de comunicação institucional e pelas pró-reitorias de extensão

Esta subseção foi produzida com base nas informações obtidas, sobretudo, com os respondentes das áreas de comunicação institucional, das pró-reitorias de extensão, bem como informações levantadas nos PDIs e consultas pontuais aos *sites* das cinco universidades analisadas neste estudo.

Nesse panorama, segue quadro com iniciativas de democratização do conhecimento realizadas pela área de comunicação institucional abordadas pelos respondentes.

⁵⁸ O relatório “UNILA em Destaque” é organizado pela Secretaria de Comunicação Social da Universidade e está disponível em: <https://portal.unila.edu.br/secom/imprensa/unila-em-destaque>. Acesso em: 12 jun. 2024.

Quadro 20 – Iniciativas de democratização do conhecimento realizadas pela área de comunicação institucional

Universidade	Iniciativas de democratização do conhecimento	Mídias sociais administradas
UFABC	1. Espaço de divulgação científica na <i>homepage</i> do site da UFABC; 2. Projeto pesquisas pós-graduadas já em execução; 3. Informativo quadrimestral Pesquisa ABC; 4. Revista Pesquisa ABC; 5. Projeto a ser desenvolvido de <i>podcast</i> para trabalhar divulgação científica.	<i>Instagram; X (antigo Twitter); Facebook; LinkedIn; TikTok e YouTube.</i>
UFAPE	1. UFAPE Buzz para a divulgação dos projetos que são desenvolvidos dentro da universidade.	<i>Instagram; YouTube; Facebook; LinkedIn; X (antigo Twitter) e Threads.</i>
UFCAT	1. Estabelecimento de uma parceria com a rádio local em que houve a criação de um espaço semanal dedicado à comunicação pública da ciência realizada pela UFCAT.	<i>Instagram e Facebook.</i>
UFOPA	1. Ações esporádicas de jornalismo científico, realizadas pelas jornalistas do setor por meio da produção de matérias de divulgação científica e envio para a imprensa.	<i>Facebook, Instagram, X (antigo Twitter), Flickr e YouTube.</i>
UNILA	1. Portal de divulgação científica “Espaço Ciência”; 2. Programa de divulgação científica “¿Qué Pasa?”; 3. Programa com entrevista para divulgação de temas e realização de discussões “O Charla”; 4. Programa “Fator Ciência”. Conta com a participação de pesquisadores da UNILA em que se destaca como a ciência responde às questões do dia a dia; 5. <i>Podcast</i> EllasPodUNILA pauta o universo feminino do trabalho na UNILA, inclusive pesquisas realizadas por essas mulheres; 6. Projeto de um programa no formato <i>podcast</i> “Climão” para tratar da crise climática.	<i>Instagram, Facebook, TikTok e X (antigo Twitter).</i>

Fonte: elaborado pela autora (2024) com base nas informações obtidas por meio das entrevistas, respostas pelo Fala.BR – módulo LAI e sites das universidades investigadas.

Os dados do Quadro 20 sugerem que a área de comunicação institucional das cinco universidades selecionadas para este estudo tem realizado, predominantemente, a divulgação científica na perspectiva do jornalismo científico em seus canais. Ainda observamos, por meio desses dados, que as estratégias de comunicação escolhidas parecem se adequar à localidade de forma a buscar alcançar os seus públicos de interesse, como, por exemplo, a parceria com a rádio local por parte da UFCAT e os nomes de alguns programas de democratização do

conhecimento da UNILA em espanhol.

Podemos observar também que, com as mídias sociais, a comunicação institucional tem ampliado significativamente a quantidade de canais para gerenciar. Nesse sentido, entendemos que isso implica a necessidade de ampliar também os seus quadros de servidores da área de comunicação social. Nesse aspecto, ressaltamos que as análises mais aprofundadas sobre as questões estruturais da área de comunicação institucional dessas universidades serão realizadas na subseção 3.3, a qual diz respeito à análise temática da pesquisa empírica realizada.

Já no Quadro 21, elencamos as iniciativas de democratização do conhecimento realizadas pelas pró-reitorias de extensão, de acordo com os respondentes.

Quadro 21 – Iniciativas de democratização do conhecimento indicadas pelas pró-reitorias de extensão

Universidade	Iniciativas de democratização do conhecimento	Área específica para ações de divulgação e de comunicação pública da ciência
UFABC	1. <i>Blog UFABC Divulga Ciência</i> desde 2020; 2. UFABCiência com uma série de artigos sobre divulgação científica, desde 2017; 3. Universidade das Crianças é baseada em ações de divulgação científica direcionadas ao público infantil desde 2019; 4. Guia dos Entusiastas da Ciência com o projeto de realizar divulgação científica, permitindo que a comunidade acadêmica da UFABC tenha oportunidade de vivenciar a divulgação científica, bem como estabelecer uma relação dialógica com a sociedade na construção das pautas, desde 2019.	Na Divisão de Extensão e Divulgação Científica há, desde 2014, a Seção de Divulgação Científica.
UFAPE	1. Ciência em Comunicação: Desenvolvimento de Ações de Difusão Científica através de Conteúdos Digitais; 2. A Pesquisa no Processo de Ensino e Aprendizagem na Educação Básica: Construindo Projetos Interdisciplinares nas Escolas; 3. Centro de Exposição Permanente de Solos do Semiárido - Cepes: Espaço de Popularização da Ciência e de Desenvolvimento Sustentável da UFAPE; 4. Deixa o Bicho: promovendo a conservação e a saúde pública através da educação ambiental; 5. Despertando Vocações: visitas guiadas e produção de material audiovisual sobre ciências agrárias para diálogo entre discentes da UFAPE e de escolas de Garanhuns; 6. Diga não ao câncer em Pets - prevenção do câncer em cães e gatos; 7. Educação em saúde para prevenção de agentes parasitários de importância à saúde única na comunidade do Castainho, Garanhuns, Pernambuco;	Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, especificamente no Departamento de Difusão Científica, Tecnológica e Inovação.

	8. Educação sanitária para profilaxia de parasitos de importância em saúde única que acometem suínos na microrregião de Garanhuns, Pernambuco; 9. Mulheres na engenharia: desenvolvimento de ações para incentivo ao ingresso em cursos de engenharia destinadas a estudantes de escolas públicas de Garanhuns; 10. No parque com as abelhas: educando para a conservação; 11. Reprosaúde: ações contínuas de orientação reprodutiva de cães e gatos no município de Garanhuns como forma de promoção ao bem-estar animal; 12. Universidade de portas abertas: visita ao Museu de Ciência Animal; 13. Avicultura em Foco: Desvendando mitos e promovendo educação sobre produtos avícolas para a comunidade do agreste meridional.	
UFCAT	Não foram identificadas pelo respondente.	De acordo com o respondente, não há.
UFOPA	De maneira geral, os projetos estão direcionados para a divulgação dos cursos de graduação da UFOPA e também visam a difusão de conhecimentos científicos a partir de materiais educativos impressos e veiculados por meio de mídias sociais digitais, principalmente, <i>YouTube</i> e <i>Instagram</i>. Destaques: 1. ICTA Itinerante, que leva informações sobre os cursos e as pesquisas realizadas por esse instituto às escolas de Santarém e região; 2. “Labimol nas Escolas: conscientização, combate à desinformação e testagem”, que realiza visitas em escolas, abordando temas e sanando dúvidas acerca da Covid-19, <i>influenza</i> e <i>arbovíroses</i>; 3. Clube de Ciências da UFOPA, que oferece turmas de iniciação científica aos alunos da educação básica.	A comunicação é uma das oito áreas temáticas da extensão em que há projetos desenvolvidos.
UNILA	1. <i>Pint of Science</i> 2023 – Foz do Iguaçu; 2. A coleção CCMIBA como um instrumento de extensão universitária na promoção da educação e da popularização da ciência; 3. Teatro Científico Tríplice Fronteira; 4. Divulgação científica da sustentabilidade ambiental com energia limpa e renovável em uma escola infantil de Foz do Iguaçu.	Pró-Reitoria de Extensão, especificamente na Divisão de Indicadores e Comunicação da Extensão e Cultura.

Fonte: elaborado pela autora (2024) com base nas informações obtidas por meio das entrevistas, respostas pelo Fala.BR – módulo LAI e *sites* das universidades investigadas.

Os dados do Quadro 21 sugerem que as ações de democratização do conhecimento na perspectiva desta pesquisa – relacionada à divulgação, à popularização e à comunicação pública da ciência – ainda parecem incipientes no âmbito da extensão universitária. Embora observemos o reconhecimento da importância da comunicação da ciência à sociedade –

evidenciado pelo fato de três pró-reitorias de extensão possuírem departamentos específicos voltados para esse fim, e outra incluir a comunicação entre as oito áreas temáticas prioritárias da extensão –, apenas uma delas aparenta não contemplar a democratização do conhecimento conforme os parâmetros deste estudo.

Por fim, destacamos no quadro abaixo as opiniões dos respondentes das áreas de comunicação institucional e de extensão das cinco universidades investigadas sobre possíveis ações em nível federal que poderiam ser implementadas para estimular a democratização do conhecimento pelas universidades federais.

Quadro 22 – Ações em nível federal que podem estimular a democratização do conhecimento na visão dos respondentes das universidades federais

Universidade	Ações mencionadas pela área de comunicação institucional	Ações mencionadas pela pró-reitoria de extensão
UFABC	1. Contratação de pessoas qualificadas e capacitadas; 2. Treinamentos e cursos específicos; 3. Ferramentas de produção e de difusão de conteúdo de forma coletiva (Plataforma em rede); 4. Suporte governamental ao projeto do Cogecom de uma agência de notícias em rede formada por universidades federais do Brasil.	1. Investimentos direcionados para a divulgação científica; 2. Criação de cursos para formação profissional em divulgadores científicos; 3. Ações direcionadas para o público infantil e juvenil; 4. Em 2023/2024 o governo federal (Capes/CNPq) lançou um edital chamado PROEXT-PG que pode ser considerado um incentivo para esta temática, envolvendo extensão e pós-graduação.
UFAPE	1. Abertura de editais para a disponibilização de recursos para ações específicas; 2. Recursos financeiros para a capacitação de grupos específicos.	1. Abordagens transversais, ou mesmo específicas, nas grades curriculares de graduação e de pós-graduação; 2. Maior incentivo financeiro por meio de políticas públicas para tornar a teoria em ações efetivas.
UFCAT	1. Instituição de uma política pública do governo federal para a democratização do conhecimento; 2. Destinação de recursos com rubrica específica para iniciativas de democratização do conhecimento.	1. Manutenção das políticas de acesso e de permanência dos sujeitos na universidade.
UFOPA	1. Realização de concurso público para os setores de Comunicação; 2. Criação de portal e/ou agência de notícias, alimentado pelas assessorias de comunicação das universidades federais, voltado para a divulgação científica; 3. Investimento realista em rádios e TVs universitárias;	1. Aumentar o investimento destinado a essas ações de democratização do conhecimento, para que o maior número de discentes e servidores (docentes e técnicos) pudesse participar; 2. O governo federal já vem realizando diversas ações, como a criação, em 2023, do Programa Nacional de Popularização da Ciência (Pop Ciência);

	4. Incentivar a parceria da EBC com as universidades; 5. Investir na criação de museus universitários.	3. A secretaria de Popularização da Ciência, ligada ao Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), tem promovido a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT), Feiras de Ciências e Mostras Científicas, Olimpíadas científicas, e a criação de Centros e Museus de Ciência e Tecnologia como espaços de educação formal e não formal. Todas essas ações têm participação efetiva da universidade, tanto dos docentes, quanto de técnicos e discentes.
UNILA	1. Descontinuidade das emendas parlamentares para obtenção de recursos às Ifes. É necessário um mecanismo para divisão equânime desses recursos entre todas as Ifes; 2. Incentivo à transversalidade entre os Ministérios para as universidades se envolverem em projetos; 3. Retomar programas como o “Mais cultura nas universidades”, que só teve uma edição.	1. Ampliar e estruturar linhas permanentes de fomento destinadas a projetos de pesquisa e de extensão para as universidades, a educação básica (do maternal ao ensino médio) e o Sistema Único de Saúde (SUS).

Fonte: elaborado pela autora (2025), com base nas informações obtidas por meio das entrevistas semiestruturadas e respostas obtidas pelo Fala. BR – Módulo LAI.

Portanto, após discutirmos as iniciativas de democratização do conhecimento identificadas nas cinco universidades investigadas – tanto aquelas já em curso quanto as que poderiam ser implementadas, além das ações promovidas pelo governo federal – passamos agora ao próximo item que trata da análise temática da parte empírica da pesquisa. Isto é, a análise dos dados obtidos por meio das entrevistas realizadas e das respostas obtidas pelo Fala.BR – Módulo LAI.

3.3 Análise temática da parte empírica da pesquisa

Para o tratamento e a sistematização dos dados provenientes das entrevistas realizadas, bem como das informações obtidas por meio do Fala.BR junto aos membros da comunicação institucional e das pró-reitorias de extensão das cinco universidades deste estudo, optamos pela análise temática reflexiva (ATR)⁵⁹ proposta por Braun e Clarke (2006; 2019). Esse tipo de método de análise visa identificar, analisar, interpretar e relatar padrões (temas) em relação a uma base qualitativa de dados. Assim, a ATR proporciona condições de organizar e de descrever

⁵⁹ As pesquisadoras Virginia Braun e Victoria Clarke se destacaram no vasto universo de abordagens que compõe a AT com a publicação do artigo “*Using thematic analysis in psychology*” (Braun; Clarke, 2006), que se tornou uma das principais referências sobre o método. Após mais de uma década de estudos sobre esse tema, no artigo “*Reflecting on reflexive thematic analysis*”, Braun e Clarke (2019) propuseram a abordagem mais específica da análise temática reflexiva por se tratar de processo contínuo de reflexão.

o banco de dados com riqueza de detalhes (Souza, 2019).

Apontamos que o terceiro e último objetivo específico desta pesquisa teve a sua redação desdobrada em outros três objetivos no quadro abaixo. Esse desdobramento visa aprimorar a compreensão acerca das relações entre as ações delineadas no objetivo específico e as categorias da análise temática pré-definidas. Essas categorias serviram de base para nomearmos os blocos temáticos tanto do roteiro das entrevistas semiestruturadas quanto do questionário enviado por meio da plataforma Fala.BR – Módulo LAI.

Quadro 23 – Relação entre o objetivo específico desdobrado e as categorias de análise pré-definidas

Objetivos	Blocos de informação dos roteiros das entrevistas e perguntas enviadas pela plataforma Fala.BR	Categorias de análise pré-definidas⁶⁰
Discutir as possibilidades sobre as iniciativas de democratização do conhecimento realizadas, em 2023, por cinco universidades federais brasileiras.	Bloco 1: Informações sobre a área de comunicação institucional e proreitorias de extensão, bem como iniciativas de democratização do conhecimento; Bloco 2: Iniciativas de democratização do conhecimento da área de comunicação institucional e de extensão universitária.	Estrutura e organização das áreas de comunicação institucional e de extensão universitária; Iniciativas de democratização do conhecimento vigentes em 2023.
Discutir as percepções sobre as iniciativas de democratização do conhecimento realizadas, em 2023, por cinco universidades federais brasileiras.	Bloco 3: Percepções sobre a democratização do conhecimento nas universidades federais.	Percepções acerca da democratização do conhecimento.
Discutir as dificuldades sobre as iniciativas de democratização do conhecimento realizadas, em 2023, por cinco universidades federais brasileiras.	Bloco 4: Dificuldades para a implementação da democratização do conhecimento.	Dificuldades acerca da democratização do conhecimento.

Fonte: elaborado pela autora (2024).

A técnica da ATR (Braun; Clarke, 2006; Braun; Clarke, 2019; Braun; Clarke, 2022; Souza, 2019) subsidiou o tratamento e a sistematização dos dados acerca da democratização do conhecimento. A pesquisadora Souza (2019) apresenta a análise temática, conforme proposta por Braun e Clarke (2006), com ênfase em sua aplicação. Elas dividem a ATR em seis fases, sintetizadas no quadro a seguir.

⁶⁰ As categorias de análise foram pré-definidas com base nas perguntas do roteiro da entrevista semiestruturada direcionado aos membros da comunicação das cinco universidades selecionadas neste estudo e as perguntas que foram enviadas pelo Fala.BR direcionadas à área de extensão dessas instituições.

Quadro 24 – As seis fases da ATR

Fase	Descrição
1. Familiarização com os dados	Transcrever os dados e revisá-los; ler e reler o banco; anotar ideias iniciais durante o processo.
2. Geração de códigos iniciais	Codificar aspectos interessantes dos dados de modo sistemático em todo o banco; reunir extratos relevantes a cada código.
3. Construção de temas	Reunir os códigos em temas potenciais; unir todos os dados pertinentes a cada tema em potencial.
4. Revisão e refinamento dos temas	Checar se os temas funcionam em relação aos extratos e aos bancos de dados como um todo; gerar mapa temático da análise.
5. Definição e nomeação dos temas e dos subtemas	Refinar os detalhes de cada tema e a história que a análise conta; gerar definições e nomes claros a cada tema.
6. Produção do relatório	Fornecer exemplos vívidos; última análise dos extratos escolhidos na relação com pergunta de pesquisa e literatura; relato científico da análise.

Fonte: informações consolidadas por Souza (2019), com algumas adaptações da autora desta pesquisa (2024).

Quanto às fases da ATR, ressaltamos que o processo de análise não é linear, pois demanda movimentos de vaivém, conforme a necessidade, entre todas as seis fases. Por isso, é um processo que requer tempo. Além disso, as fases são orientações, dessa forma não consistem em regras fixas (Souza, 2019).

A partir das seis fases da ATR, consolidamos o Quadro 25 com as ações realizadas em cada uma das fases desta pesquisa.

Quadro 25 – Fases das análises dos dados por meio da ATR

Fases	Ações
1. Familiarização com os dados	a) Consulta aos <i>sites</i> das cinco universidades investigadas, sobretudo os <i>sites</i> das áreas de comunicação institucional e de pró-reitorias de extensão; b) Transcrição e edição de quatro entrevistas realizadas com a área de comunicação institucional e junção com as respostas obtidas pelo Fala.BR – módulo LAI de uma das universidades investigadas;⁶¹ c) Reunião das cinco respostas obtidas pelo Fala.BR – módulo LAI das pró-reitorias de Extensão;

⁶¹ A área de comunicação da UFOPA contribuiu com este estudo por meio de respostas pelo Fala.BR – Módulo LAI.

	d) Leitura e releitura das informações obtidas; e) Anotações da pesquisadora durante essa fase inicial.
2. Geração de códigos iniciais	a) Produção de códigos iniciais a partir das informações obtidas. Nesse sentido, trechos das entrevistas editadas foram destacados e agrupados para serem comparados.
3. Construção de temas	a) Análise da lista de código, bem como os temas potenciais que foram destacados; b) Construção do mapa temático inicial.
4. Revisão e refinamento dos temas	a) Revisão e refinamento dos potenciais temas por meio da releitura dos materiais coletados; b) Mapas temáticos reorganizados.
5. Definição e nomeação dos temas e dos subtemas	a) Refinamento e desenvolvimento de mapa temático final; b) Identificação de subtemas; c) Definição do mapa temático final.
6. Produção do relatório	a) Redação do relatório com as discussões mais significativas em torno dos temas e dos subtemas que foram definidos no mapa temático final.

Fonte: elaborado pela autora desta pesquisa (2024).

Por fim, elucidamos que no TCLE, preenchido e assinado por todos os respondentes entrevistados da área de comunicação institucional, perguntamos se desejavam participar da pesquisa de forma anônima ou não anônima. Dessa forma, dois deles estão na condição de anonimato. Nesse sentido, para referenciar os respondentes e citá-los durante este estudo, optamos por uma identificação que remetesse à instituição pesquisada e ao respondente, respeitando assim as solicitações de não anonimato e de anonimato.

Quadro 26 – Identificação dos respondentes da área de comunicação institucional

Universidade	Respondente	Identificação do respondente
UFABC	Mariella Batarra Mian Zotelli	Respondente CI UFABC
UFAPE ⁶²	Denise Fontana Figueiredo	Respondente CI UFAPE
UFCAT	Anônimo	Respondente CI UFCAT
UFOPA	Anônimo	Respondente CI UFOPA

⁶² Na UFAPE, além da entrevista agendada com a diretora de comunicação Denise Fontana Figueiredo, tive a oportunidade de conversar também com a Chefe de Seção de Divulgação Científica ligada à Pró-Reitoria de Pesquisa, professora Iris Barbosa de Souza. Todavia, não foi possível inserir as contribuições da professora Íris no quadro acima porque o recorte da parte empírica desta pesquisa refere-se especificamente às áreas de comunicação institucional e de extensão. Agradeço muito a sua contribuição, pois foi bastante importante para compreensão de lacuna neste estudo. Por meio da contribuição dela, foi possível visualizar, na prática, a sobreposição das iniciativas institucionais de democratização do conhecimento no âmbito das universidades investigadas, apontada também por outra respondente.

UNILA	Michele Dacas	Respondente CI UNILA
-------	---------------	----------------------

Fonte: elaborado pela autora (2025).

Já, em relação aos respondentes da área de extensão, como foi por meio de resposta pelo Fala.BR, o anonimato já é intrínseco ao formato. Nesse sentido, utilizaremos as seguintes nomenclaturas para diferenciá-los dos respondentes da área da comunicação institucional.

Quadro 27 – Identificação dos respondentes da área de extensão

Universidade	Respondente	Identificação do respondente
UFABC	Anônimo	Respondente E UFABC
UFAPE	Anônimo	Respondente E UFAPE
UFCAT	Anônimo	Respondente E UFCAT
UFOPA	Anônimo	Respondente E UFOPA
UNILA	Anônimo	Respondente E UNILA

Fonte: elaborado pela autora (2025).

A padronização da nomenclatura dos respondentes visa facilitar o entendimento das referências aos respondentes por parte do leitor. Além disso, ao decorrer desta pesquisa, todos os respondentes anônimos foram identificados pelo gênero masculino.

Na ATR realizada, consolidamos ao decorrer das fases 1 a 5 os temas e os subtemas que basearam a fase 6, em que produzimos os relatórios com as discussões mais significativas em torno dos temas e dos subtemas que foram definidos. Nesse aspecto, Braun *et al.* (2019, p. 845, tradução nossa) explicam que

[...] os temas capturam a essência e a disseminação do significado; eles unem dados que, de outra forma, poderiam parecer díspares ou significados que ocorrem em contextos múltiplos e variados; eles (frequentemente) explicam grandes partes de um conjunto de dados; eles geralmente são entidades ou ideias abstratas, capturando ideias implícitas “abaixo da superfície” dos dados, mas também podem capturar significados mais explícitos e concretos; e eles são construídos a partir de unidades de significado menores (códigos).⁶³

Nesse sentido, um tema capta algo relevante sobre os dados em relação à pergunta de pesquisa, representando certo nível de significado padronizado identificado no banco de dados.

⁶³ Texto original: “*themes capture the essence and spread of meaning; they unite data that might otherwise appear disparate, or meaning that occurs in multiple and varied contexts; they (often) explain large portions of a dataset; they are often abstract entities or ideas, capturing implicit ideas ‘beneath the surface’ of the data, but can also capture more explicit and concrete meaning; and they are built from smaller meaning units (codes)*” (Braun *et al.*, 2019, p. 845).

É essencial manter a flexibilidade ao longo de todo o processo, pois é essa mesma flexibilidade na AT que permite que se determinem temas de diferentes formas (Souza, 2019).

Outro ponto importante que Braun *et al.* (2019, p. 848, tradução nossa) abordam é que

o objetivo da codificação e do desenvolvimento de temas na AT reflexiva não é resumir os dados de forma “precisa”, nem minimizar a influência da subjetividade do pesquisador no processo analítico, pois isso não é considerado possível nem, de fato, desejável. O objetivo é fornecer uma interpretação coerente e convincente dos dados, com base nos dados.⁶⁴

Portanto, nos itens a seguir desenvolveremos as seis fases da ATR. Primeiramente faremos a análise dos dados obtidos com os respondentes da área de comunicação institucional e posteriormente com os respondentes das pró-reitorias de extensão das cinco universidades investigadas neste estudo.

3.3.1 Fases da ATR da área de comunicação institucional

Fase 1 – Familiarização com os dados da área da comunicação institucional

- todas as áreas de comunicação institucional das universidades investigadas estão vinculadas à reitoria em seus respectivos organogramas;
- o papel estratégico da comunicação institucional é posto pelos respondentes, contudo os discursos parecem levar a uma práxis ainda predominantemente operacional;
- as equipes de comunicação institucional são pequenas e há poucos cargos de direção (CDs) e funções gratificadas (FGs) destinados à área;
- há universidades que possuem mais dificuldades para a contratação de força de trabalho. Para além do Decreto nº 9.262 (Brasil, 2018) e do Decreto nº 10.185 (Brasil, 2019), respondentes de três universidades (UFAPE, UFCAT e UNILA) ressaltaram que não são ofertados cursos de graduação em comunicação em suas instituições, o que constitui um desafio à contratação de estagiários e de bolsistas na área de comunicação;
- nenhuma das cinco universidades possui política de comunicação aprovada no período de levantamento dos dados. Uma delas submeteu a política para aprovação e três delas apontaram que a consolidação da política de comunicação está no horizonte;
- as áreas de comunicação parecem estar mais em consonância com a divulgação científica, por meio do jornalismo científico. Ainda parecem distantes da CPC;

⁶⁴ Texto original: “*The aim of coding and theme development in reflexive TA is not to ‘accurately’ summarize the data, nor to minimize the influence of researcher subjectivity on the analytic process, because neither is seen as possible nor indeed desirable. The aim is to provide a coherent and compelling interpretation of the data, grounded in the data*” (Braun *et al.*, 2019, p. 848).

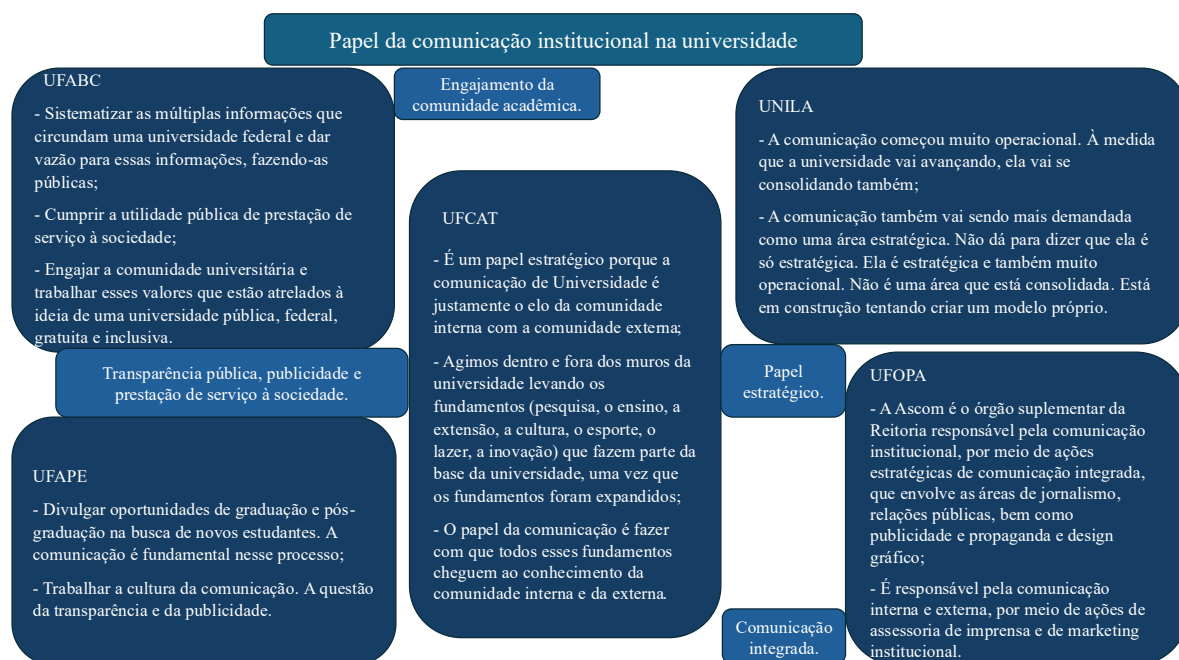
- apesar das dificuldades de contratação de força de trabalho, há menções à implantação de rádios e de TVs nas universidades;
- o rádio é mencionado como um dos principais canais de comunicação com a sociedade por dois respondentes (UFAPE e UFCAT);
- há relatos de iniciativas de democratização do conhecimento que provavelmente ainda não foram consolidadas em razão da alta demanda de trabalho e de pouca força de trabalho para realizá-las;
- a Inteligência Artificial (IA) ainda parece ser pouco utilizada e não está institucionalizada;
- os desafios estruturais relacionados às limitações orçamentárias e às dificuldades na contratação de pessoal foram mencionados por todas as universidades analisadas;
- a percepção que prevalece é de que o potencial para a democratização do conhecimento na universidade é maior do que é possível operar, sobretudo pelo quantitativo insuficiente de servidores na área da comunicação institucional;
- as atividades específicas de assessoria de imprensa, que podem contribuir para a democratização do conhecimento, parecem ocorrer, predominantemente, de maneira reativa e, por vezes, realizada sem uma equipe específica para essa função;
- a pandemia da Covid-19 parece ter jogado luz na responsabilidade social das universidades em democratizar o conhecimento;
- foi posto que a expansão da democratização do conhecimento precisa se dar com a atuação em rede de vários atores sociais;
- a extensão é mencionada como um ponto forte no relacionamento da universidade com a sociedade;
- o projeto neoliberal de universidade pública é posto como uma das principais dificuldades para a realização de iniciativas de democratização do conhecimento;
- todas as universidades pesquisadas afirmaram que a democratização do conhecimento pode contribuir com o enfrentamento à desinformação;
- apesar de o recorte deste estudo ser as iniciativas de democratização do conhecimento vigentes em 2023, observamos que foram mencionadas pelos respondentes também iniciativas vigentes em 2024, além de projetos que eles ainda pretendem colocar em operação.

Fase 2 – Geração de códigos iniciais da área de comunicação institucional

Os códigos iniciais identificados nesta fase contribuíram para a consolidação dos temas

e dos subtemas das fases subsequentes. Seguem as figuras⁶⁵ decorrentes da fase 2.

Figura 6 – Papel da comunicação institucional na universidade



Fonte: elaborado pela autora (2024).

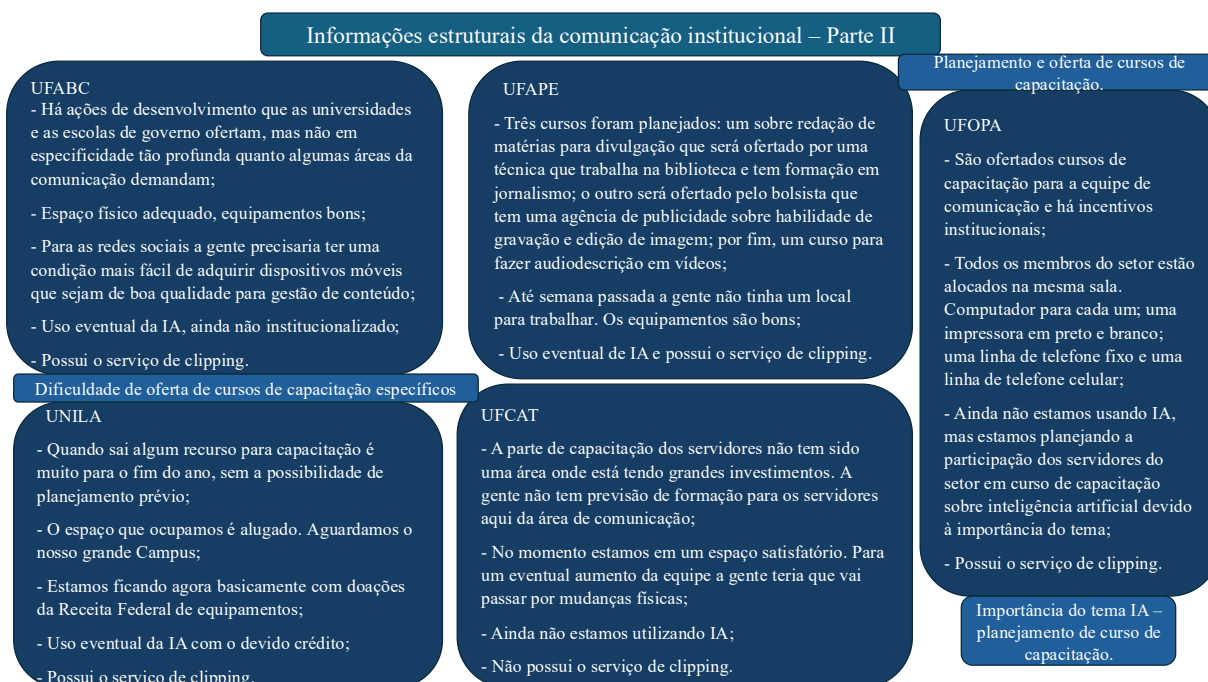
⁶⁵ Felizmente todos os respondentes demonstraram elevado grau de comprometimento e de disposição para contribuir com este estudo, o que resultou na obtenção de volume significativo de dados. Em decorrência disso, a Fase 2 apresenta figuras predominantemente densas, pois escolhemos preservar a essência das respostas obtidas. Nesse contexto, para facilitar a visualização e proporcionar maior fluidez à leitura, optamos por alinhar o texto à esquerda, aplicar fundo escuro para garantir melhor contraste, além de salvar as figuras em alta definição para que possam ser ampliadas sem prejuízo quanto à legibilidade. Nesse contexto, recomendamos que o leitor utilize o recurso do *zoom*, em todas as figuras da AT, sobretudo na fase 2, para melhor visualização dos elementos apresentados.

Figura 7 – Informações estruturais da comunicação institucional – Parte I



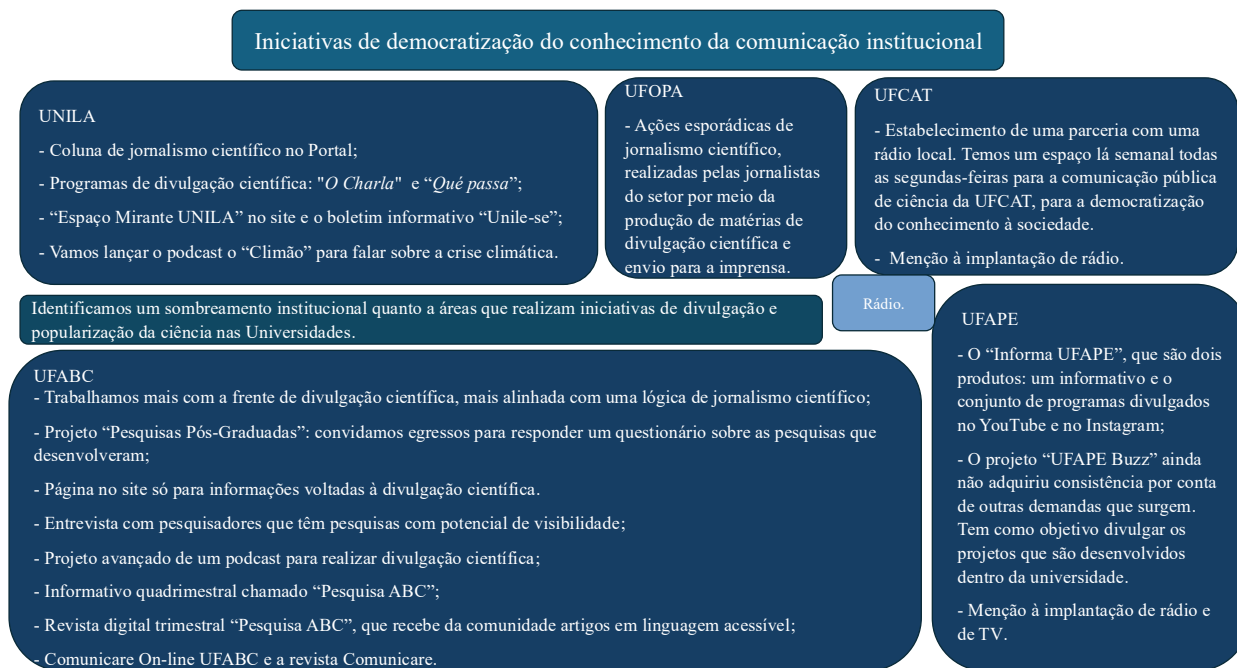
Fonte: elaborado pela autora (2024).

Figura 8 – Informações estruturais da comunicação institucional – Parte II



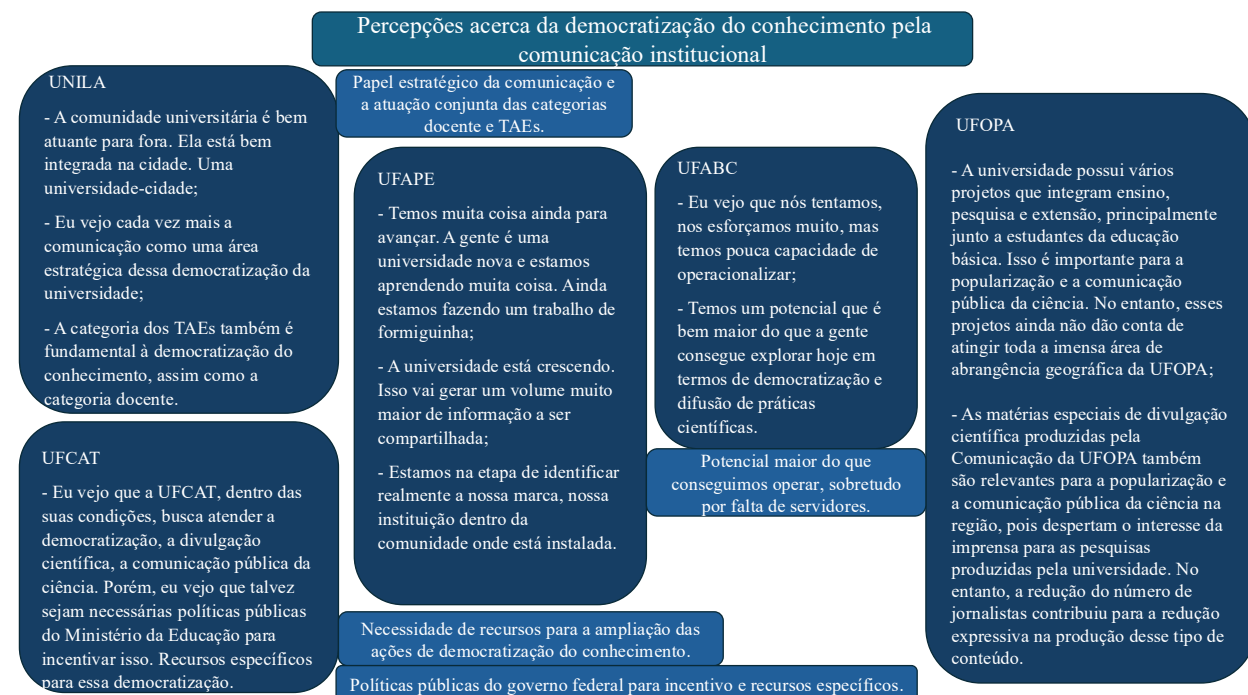
Fonte: elaborado pela autora (2024).

Figura 9 – Iniciativas de democratização do conhecimento da comunicação institucional



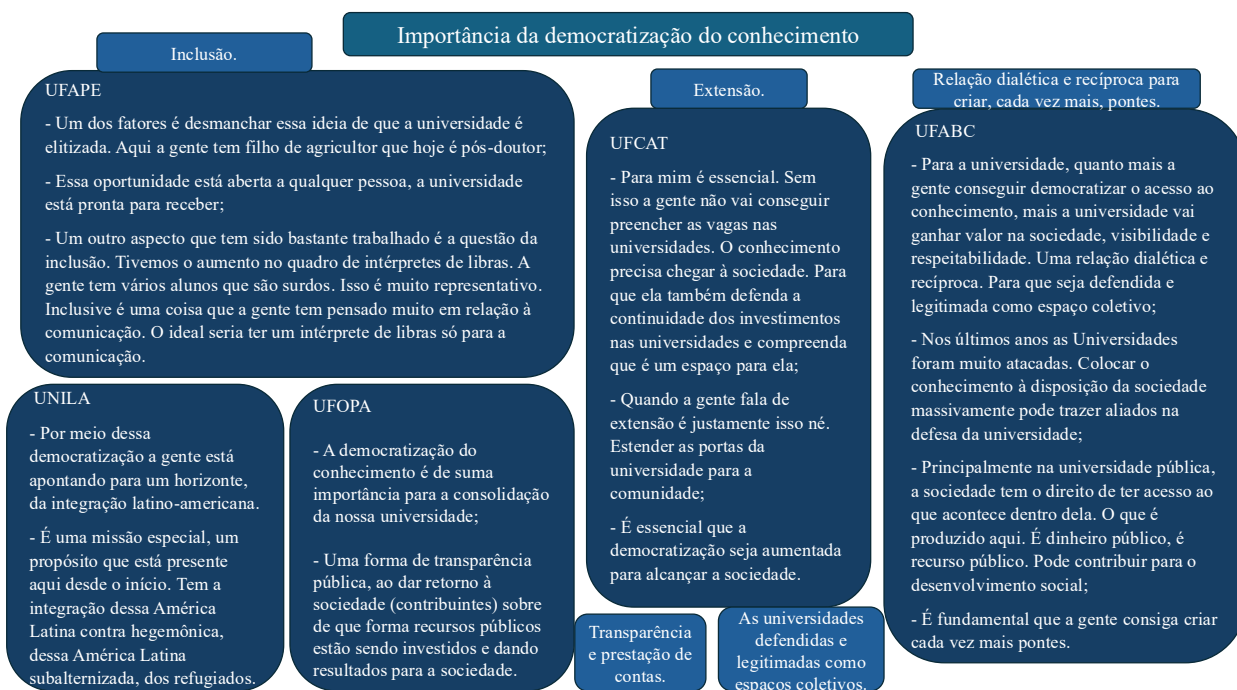
Fonte: elaborado pela autora (2024).

Figura 10 – Percepções acerca da democratização do conhecimento pela comunicação institucional



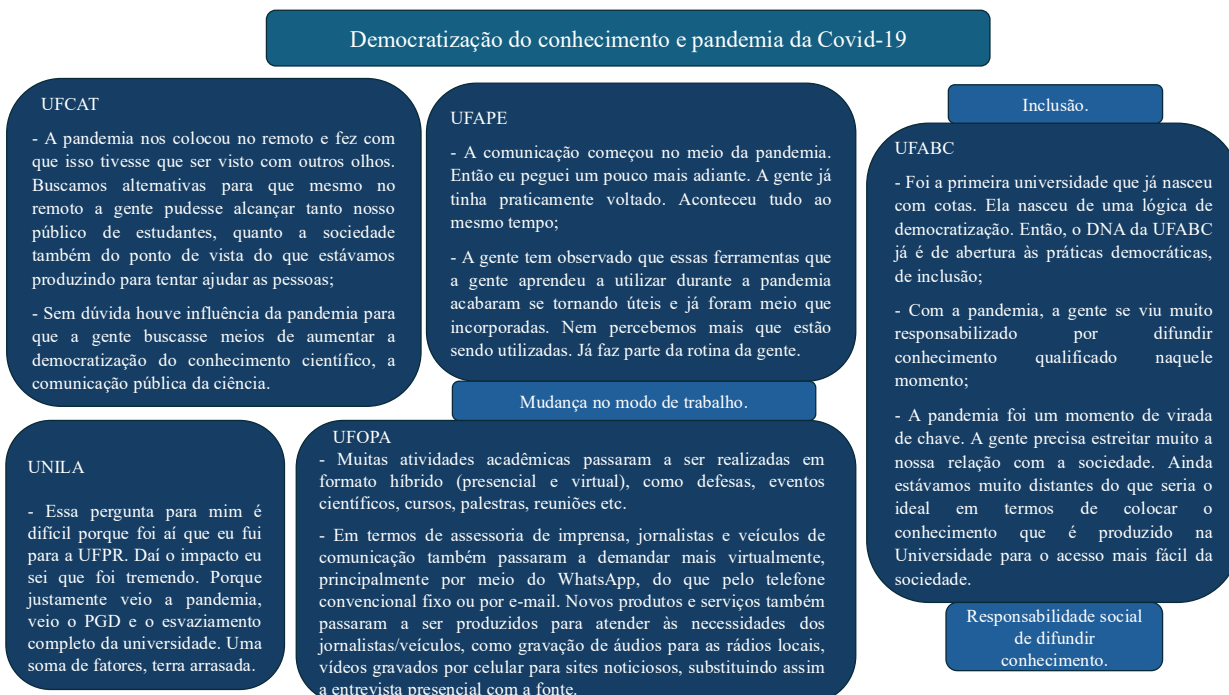
Fonte: elaborado pela autora (2024).

Figura 11 – Importância da democratização do conhecimento



Fonte: elaborado pela autora (2024).

Figura 12 – Democratização do conhecimento e pandemia da Covid-19



Fonte: elaborado pela autora (2024).

Fonte: elaborado pela autora (2024).

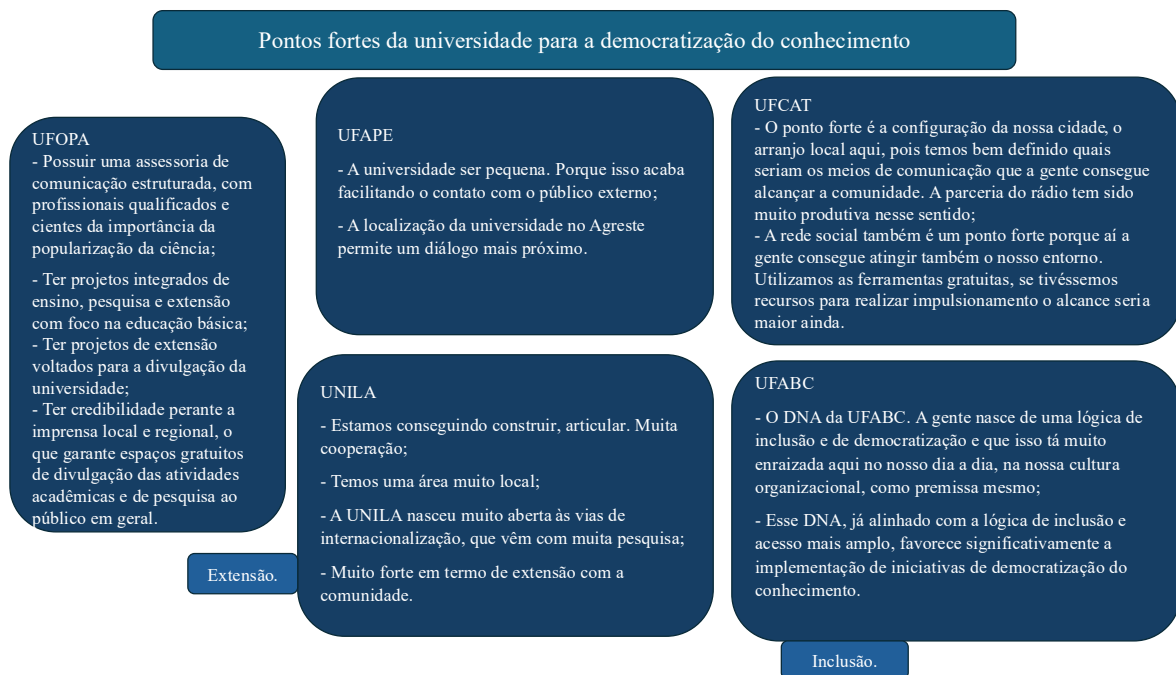
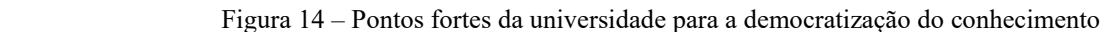
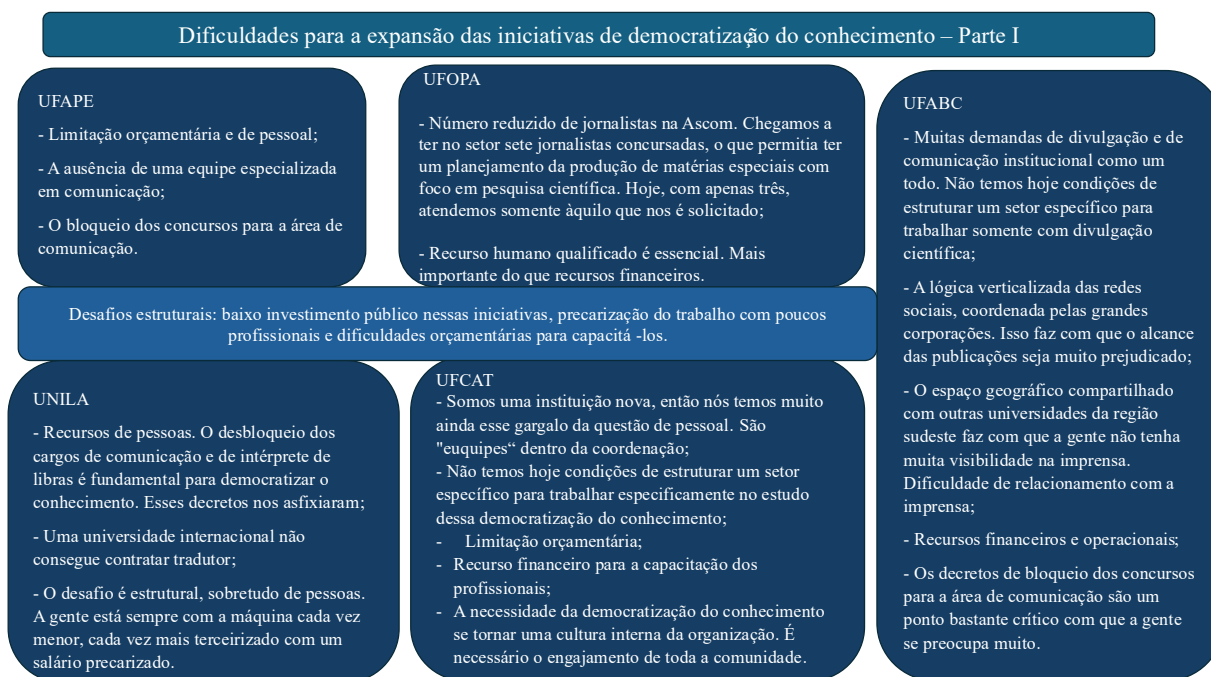
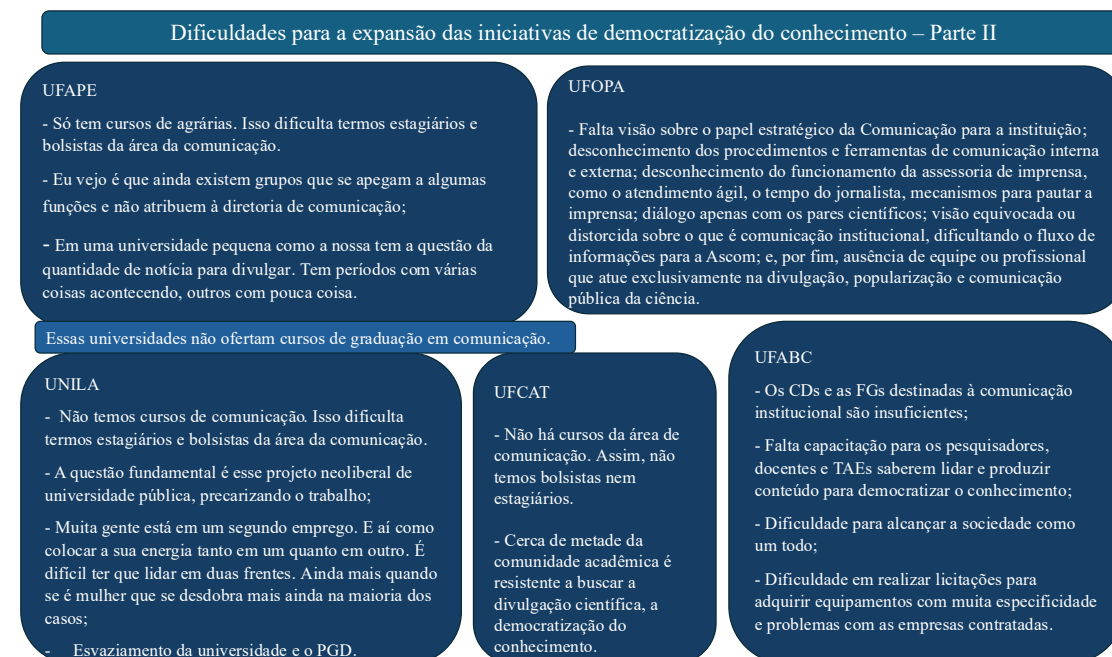


Figura 15 – Dificuldades para a expansão das iniciativas de democratização do conhecimento – Parte I



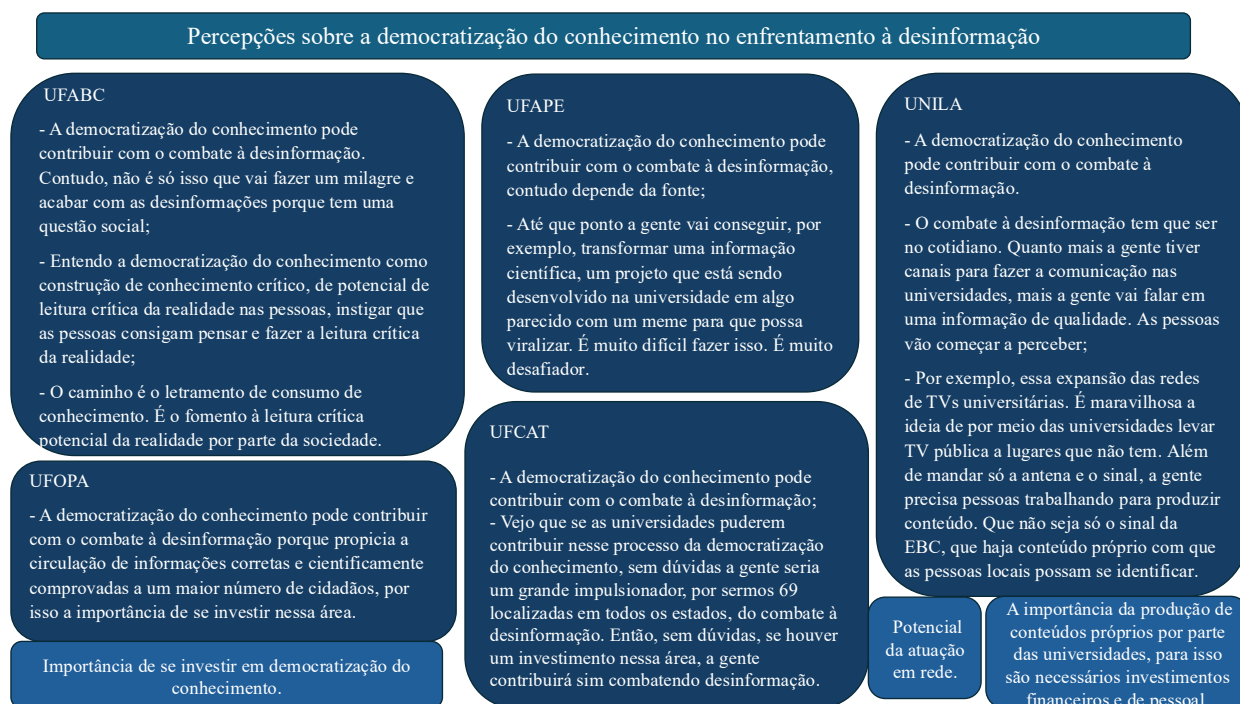
Fonte: elaborado pela autora (2024).

Figura 16 – Dificuldades para a expansão das iniciativas de democratização do conhecimento – Parte II



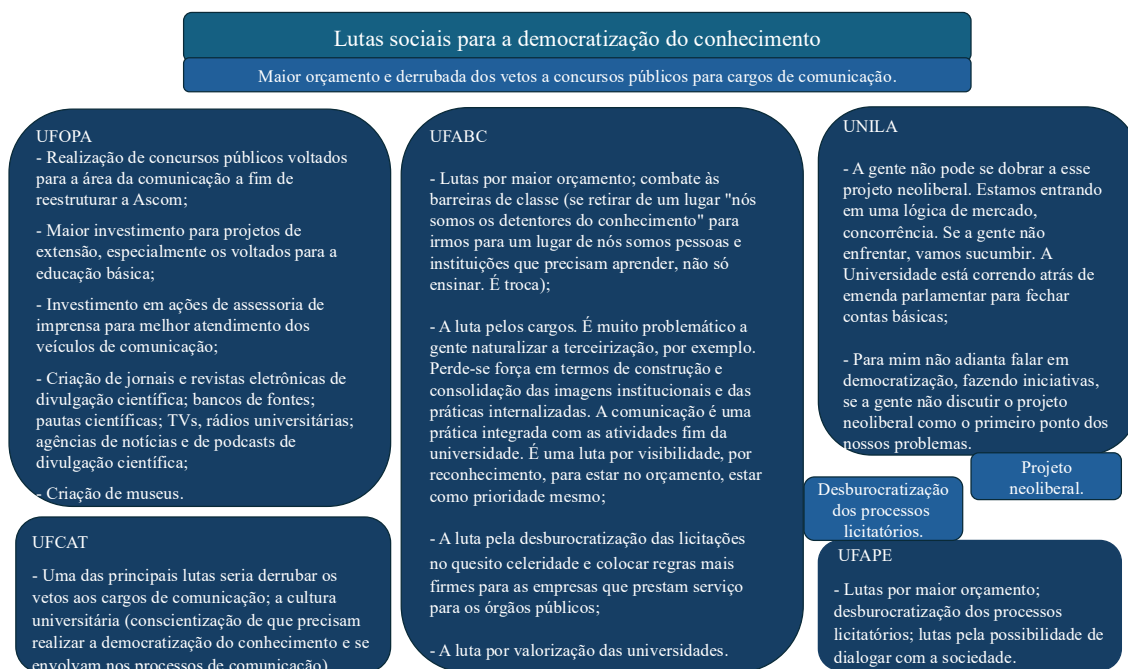
Fonte: elaborado pela autora (2024).

Figura 17 – Percepções sobre a democratização do conhecimento no enfrentamento à desinformação



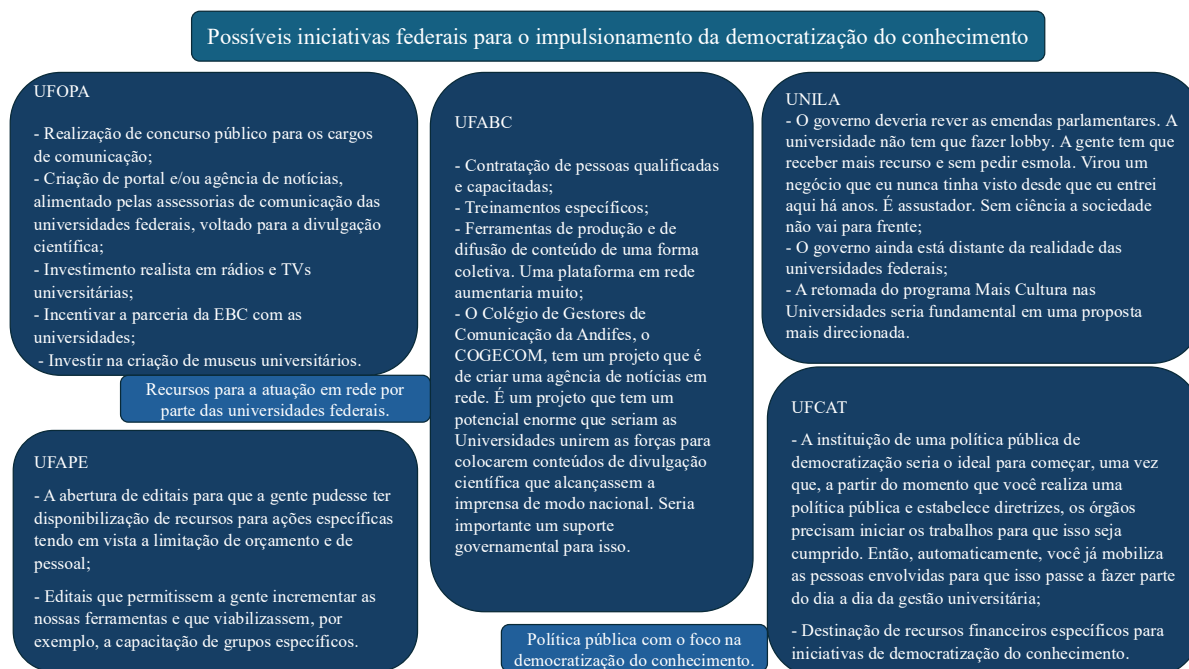
Fonte: elaborado pela autora (2024).

Figura 18 – Lutas sociais para a democratização do conhecimento



Fonte: elaborado pela autora (2024).

Figura 19 – Possíveis iniciativas federais para o impulsionamento da democratização do conhecimento



Fonte: elaborado pela autora (2024).

Fase 3 – Construção de temas da área de comunicação institucional

Figura 20 – Mapa temático inicial



Fonte: elaborado pela autora (2024).

Fase 4 – Revisão e refinamento dos temas da área de comunicação institucional

Figura 21 – Mapa temático revisado e refinado



Fonte: elaborado pela autora (2024).

Fase 5 – Definição e nomeação dos temas e dos subtemas da comunicação institucional

As fases 3, 4 e 5 demandaram bastante leitura e releitura de todas as informações coletadas, bem como consultas às anotações que produzimos durante todo esse processo da ATR. O movimento de vaivém (Souza, 2019) aconteceu diversas vezes durante a análise.

Dessa forma, sintetizamos no mapa temático abaixo os temas e os subtemas finais da democratização do conhecimento na área da comunicação institucional.

Figura 22 – Mapa temático final da comunicação institucional



Fonte: elaborado pela autora (2024).

Ressaltamos que a consolidação desses quatro temas resultou de um processo analítico orientado pelos delineamentos dos dados coletados, em conformidade com os parâmetros estabelecidos para esta investigação. Tal sistematização visou possibilitar a construção de resposta à pergunta-síntese, bem como o alcance do objetivo geral e, de maneira particular, do terceiro objetivo específico desta pesquisa.

Fase 6 – Produção do relatório da área de comunicação institucional

Este item abrange a descrição e a análise dos temas e dos subtemas definidos no mapa temático final da ATR da área de comunicação institucional. Eles emergiram a partir das informações obtidas, por meio das entrevistas semiestruturadas e da resposta de uma das universidades pelo Fala.BR.

Nesse contexto, definimos nas fases anteriores da ATR quatro temas. O primeiro intitulado “Importância de as universidades federais realizarem a democratização do conhecimento”. O segundo, “Percepções da comunicação institucional em relação à democratização do conhecimento”. O terceiro, “Limites à democratização do conhecimento na comunicação institucional”. Por fim, o quarto tema denomina-se “Possibilidades de democratização do conhecimento na comunicação institucional”.

Em nossa percepção, esses temas assumiram a centralidade nos discursos dos

respondentes das universidades federais investigadas. Assim, a ATR, desenvolvida a partir das informações partilhadas pelos respondentes da área da comunicação institucional, contribuiu para respondermos a nossa pergunta-síntese, isto é, quais os limites e as possibilidades das iniciativas de democratização do conhecimento realizadas por cinco universidades federais brasileiras. Discutimos, a seguir, cada um dos temas e alguns dos subtemas relacionados.

Em relação ao primeiro tema “Importância de as universidades federais realizarem a democratização do conhecimento”, todos os respondentes pontuaram a relevância. Nesse contexto, esse tema se desdobrou em 11 subtemas. Um fator que parece predominar é o da responsabilidade social dessas instituições para difusão do conhecimento científico, publicidade das informações, transparência pública, inclusão, extensão, bem como prestação de contas e de serviços à sociedade. Tudo isso contribui para a construção de uma relação dialética com a sociedade.

Outros pontos importantes foram identificados no que se refere à importância da democratização de conhecimento, como: desconstrução da ideia de que a universidade é elitista; divulgação de oportunidades para ingresso de novos estudantes; engajamento da comunidade acadêmica; por fim, defesa e legitimação das universidades públicas como espaços coletivos.

Nesse ponto da importância de as universidades federais realizarem a democratização do conhecimento, podemos identificar também o quanto essa democratização parece ser importante tanto para a universidade como para a sociedade na visão da comunicação institucional. Além disso, todos os respondentes da comunicação institucional compreendem a importância das iniciativas de democratização do conhecimento e mencionaram ações específicas nesse sentido. No entanto, observamos que ainda se mostram como iniciativas incipientes, mais voltadas à divulgação científica, por meio do jornalismo científico, uma vez que dificuldades estruturais são postas com frequência pelos respondentes.

Outro aspecto que merece atenção, e que demanda estudos aprofundados, é a possibilidade de que as universidades localizadas no interior do país apresentem menor caráter elitista, talvez em razão do perfil socioeconômico da população regional e das políticas de acesso voltadas à ampliação da inclusão de estudantes historicamente afastados do ensino superior.

Nesse panorama, esse primeiro tema parece, inclusive, ratificar a relevância desta pesquisa na atualidade. Nessa perspectiva, apresentamos a seguir algumas falas dos respondentes para aprofundar a discussão sobre esse tema.

Quanto mais a gente conseguir democratizar o acesso ao conhecimento, mais a universidade vai ganhar valor na sociedade. A gente ganha visibilidade e

respeitabilidade. É questão de ser defendida e ser legitimada como um espaço coletivo, porque a gente perde muito se tem um distanciamento. Principalmente na universidade pública, a sociedade tem o direito de ter acesso ao que acontece nela. O que é produzido aqui. É dinheiro público, é recurso público, então eu vejo que é fundamental que a gente consiga criar cada vez mais pontes. É uma relação dialética e recíproca (Informação verbal, Respondente CI UFABC, 2024).

Um dos fatores da democratização do conhecimento é desmanchar essa ideia de que a universidade é elitizada. Eu acho fantástico como a gente vê a mudança do público aqui. A gente tem filho de agricultor que hoje é pós-doutor (Informação verbal, Respondente CI UFAPE, 2024).

Para mim, a democratização do conhecimento é essencial. Sem isso a gente não vai conseguir preencher as vagas nas universidades. A sociedade precisa entender que aqui também é um espaço para ela. É essencial que a democratização, a divulgação do conhecimento científico e a comunicação pública da ciência sejam aumentados potencialmente para alcançar a sociedade (Informação verbal, Respondente CI UFCAT, 2024).

A democratização do conhecimento é de suma importância para a consolidação da nossa universidade. De fato, é por meio da popularização da ciência e da divulgação da produção científica que a nossa universidade se torna conhecida perante o grande público, quebrando o velho paradigma da “faculdade” que serve apenas para formar profissionais, quando, na verdade, vai muito além, produzindo pesquisa/ciência pública de qualidade. É também uma forma de transparência pública, ao dar retorno à sociedade (contribuintes) sobre de que forma recursos públicos estão sendo investidos e dando resultados a ela. É essencial, portanto, para a criação e consolidação de uma imagem pública positiva da instituição, tanto para o público interno quanto externo (Respondente CI UFOPA, 2024).

Para a gente a democratização do conhecimento é missão. Por meio dessa democratização a gente está apontando para um horizonte, da integração latino-americana. Tem um propósito. Tem a integração dessa América Latina contra hegemônica, dessa América Latina subalternizada, dos refugiados. Muitos refugiados têm procurado a UNILA. Então a gente tem uma função social nacional e internacional (Informação verbal, Respondente CI UNILA, 2024).

No que se refere ao segundo tema “Percepções da comunicação institucional em relação à democratização do conhecimento”, elencamos 8 subtemas. Os dados apontam para um grande potencial em um cenário em que parecem existir esforços das equipes de comunicação institucional, contudo há pouca capacidade para operacionalizar. Isso se dá, sobretudo, devido à redução das equipes de comunicação, ao aumento dos canais a serem geridos para alcançar os diversos públicos, bem como a necessidade de maior aporte financeiro para ser possível ampliar as iniciativas de democratização do conhecimento pelas universidades federais.

Nesse contexto, a democratização do conhecimento parece ainda estar predominantemente centrada na divulgação científica, em uma perspectiva mais verticalizada,

realizada na medida das possibilidades. Cabe ressaltar que essas possibilidades parecem ser cada vez menores em decorrência do orçamento insuficiente e da vigência, sobretudo, do Decreto nº 10.185 (Brasil, 2019).

Além disso, todas as universidades investigadas têm a comunicação institucional vinculada em seu organograma à reitoria. Isso pode demonstrar um papel estratégico da comunicação, mas também pode apontar para uma comunicação mais voltada aos interesses da gestão e pouco direcionada à comunicação pública, com foco na sociedade e no interesse público. Nesse ponto, o papel estratégico da comunicação institucional é posto pelos respondentes, todavia observamos, por meio dos discursos, que a práxis também parece ser bastante operacional.

Nesse aspecto das percepções da comunicação institucional em relação à democratização do conhecimento, os dados apontam para uma necessidade de políticas públicas para incentivar essa democratização, bem como para a de atuação conjunta, colaborativa e em rede entre os atores sociais. Por fim, todos os respondentes da área da comunicação acreditam que a democratização do conhecimento pode contribuir com o enfrentamento à desinformação.

Nessa perspectiva, apresentamos a seguir alguns trechos de falas dos respondentes para um detalhamento mais aprofundado desse tema:

Temos conhecimento sobre a importância da comunicação pública, mas não sei se ela está organizada de forma sistemática e estruturada em relação à comunicação pública da ciência, permitindo um planejamento específico sobre essas frentes. Então eu diria que a gente não está num estágio muito maduro em relação a isso, mas que sabemos da importância de colocar divulgação científica como uma premissa institucional. Na medida das possibilidades, atuamos nesse sentido (Informação verbal, Respondente CI UFABC, 2024).

Eu particularmente penso que a democratização do conhecimento tem que ser expandida. É interessante que a comunidade acadêmica fique a par do que está acontecendo. A universidade não pode ser focada no próprio umbigo. Mesmo porque se isso acontecer a gente não vai ter mais quem participe dela no futuro. Eu penso que a expansão vai se dar pela entrada de novos agentes. Ela tem que acontecer da universidade para fora e da forma mais ampla possível. Eu acho que é a grande saída para poder ter sucesso nisso é a gente aumentar esse alcance (Informação verbal, Respondente CI UFAPE, 2024).

A democratização do conhecimento ainda está muito vertical. A gente precisa de uma composição melhor aqui do setor para que a gente possa estabelecer essa horizontalização com as unidades acadêmicas, com os demais órgãos, para que a gente possa ter a figura, por exemplo, do agente de comunicação. Ele seria um elo importante para ajudar a gente a fazer essa horizontalização. Porque de maneira vertical a gente acaba não conseguindo atingir e nem aumentar essa democratização. A gente está trabalhando com braços e pernas que a gente sente que alcança. Com essas possibilidades de horizontalização a gente realmente conseguiria estender esses braços e essas pernas para atingir

de maneira mais institucional a nossa universidade, que é uma supernova (Informação verbal, Respondente CI UFCAT, 2024).

Na UFOPA, a divulgação científica ainda parte das necessidades de professores/pesquisadores, que nem sempre percebem o potencial de divulgação de suas pesquisas. Há também aqueles que não sabem nos acessar, pois desconhecem os canais oficiais de solicitação de divulgação (Respondente CI UFOPA, 2024).

A gente está na direção de uma comunicação dialógica. A gente se expõe mais, vêm mais críticas justamente porque a gente está nesse barco. A gente tem muito contato com os professores e projetos junto com eles. A gente está caminhando junto (Informação verbal, Respondente CI UNILA, 2024).

No que se refere ao terceiro tema, “Limites à democratização do conhecimento na comunicação institucional”, listamos 16 subtemas. As limitações de orçamento e de pessoal para a área de comunicação, por exemplo, foram expostas por todos os respondentes. Identificamos outros limites também em uma esfera mais ampla como: o projeto neoliberal de universidade; o esvaziamento das universidades; a cultura interna da organização, muitas vezes voltada predominantemente ao incentivo à comunicação científica; a ausência de orçamento para a capacitação dos servidores e dos pesquisadores; a burocracia no processo de licitação para a aquisição de produtos e de serviços especializados em comunicação; a terceirização e a precarização do trabalho nas universidades federais; o PGD, que, se mal gerenciado, pode trazer prejuízos aos trabalhos desenvolvidos; as gerações diferentes que compõem a comunidade acadêmica, o que impacta na forma de comunicar e de democratizar o conhecimento para cada uma delas; por fim, a lógica de impulsionamento nas redes sociais, que exige recursos financeiros, uma vez que o alcance orgânico é limitado.

Em relação especificamente ao limite quanto ao projeto neoliberal de universidade, destacamos algumas contribuições nesse sentido. Inclusive em uma perspectiva crítica, afinal, como concretizar iniciativas em prol da democratização do conhecimento, se na atualidade muitas universidades têm contado com emendas parlamentares para suprir necessidades básicas?

Além disso, o Decreto nº 10.185 (Brasil, 2019) evidencia uma tendência à precarização das relações de trabalho no campo da comunicação institucional. Isso representa uma ameaça tanto à realização quanto à expansão de iniciativas voltadas à democratização do conhecimento no âmbito das universidades públicas. Essa precarização também compromete a legitimação dessas universidades perante a sociedade como um patrimônio público a ser defendido, especialmente em um contexto marcado pelo impulsionamento de desinformação promovida por narrativas neoliberais que buscam questionar e desvalorizar essas instituições.

Essa questão que eu falei da luta pelos cargos é muito problemático. É muito complicado a gente naturalizar a terceirização, por exemplo. A gente perde força em termos de construção e consolidação das imagens institucionais e das práticas mesmo internalizadas. [...] Todas as áreas da universidade, inclusive a comunicação institucional, é uma prática integrada. Então é uma luta por visibilidade, é uma luta por reconhecimento, é uma luta por estar no orçamento, estar como prioridade mesmo (Informação verbal, Respondente CI UFABC, 2024).

A comunicação precisa ter mais esse lugar estratégico. A gente está cada vez mais asfiziada. Tem universidades em que praticamente 100% da equipe é terceirizada. Queria muito ver a diferença no trabalho. Mais uma pesquisa para a gente estudar. Quais são os impactos dessa terceirização na comunicação para as universidades? Não é a mesma comunicação a do trabalhador que está indo lá e se dividindo entre dois ou mais empregos [...]. Eu conheço muita gente que já está em um segundo emprego. E aí como que você vai poder colocar a sua energia tanto em um quanto em outro. É difícil ter que lidar em duas frentes. Ainda mais quando se é mulher. O trabalhador precisa ter seu direito garantido. Como é que você vai fazer democratização da ciência? Não está fechando essa ponte (Informação verbal, Respondente CI UNILA, 2024).

A gente não pode se dobrar a esse projeto neoliberal. A gente não pode abrir mão, por exemplo, do nosso fundo de financiamento das universidades. A gente está correndo atrás de emenda parlamentar. É um absurdo. Eu não estou questionando quem está fazendo, pois no fundo estamos sem saída. Contudo, é um absurdo a gente ir atrás de saídas individuais. É um projeto neoliberal de Universidade. A gente não pode pensar assim. [...] A gente está entrando em uma lógica de mercado, concorrência. Isso é o sujeito neoliberal. Se a gente não o enfrentar, a gente vai sucumbir. Aí para mim não adianta falar em democratização, fazendo iniciativas, se a gente não discutir esse primeiro ponto dos nossos problemas (Informação verbal, Respondente CI UNILA, 2024).

Quando você chega lá no gabinete da reitoria e vê que estão tendo que tirar verba extra de emenda parlamentar para poder fechar contas básicas. Como vamos fazer investimento em democratização do conhecimento? Então a gente segura um pouco essas expectativas. Não que a gente não as tenha. A gente tem o tempo todo, mas a gente segura, dá uma freada, para fazer no melhor momento (Informação verbal, Respondente CI UFCAT, 2024).

Existe uma dificuldade de você adquirir no serviço público, por meio de licitação, equipamentos com muita especificidade. [...] Eu falo, às vezes, que a gente faz uma gestão da miséria, da precariedade aqui, porque tudo é muito difícil. A luta pela desburocratização é importante porque não é possível que a gente precise de três, quatro meses para contratar um serviço. Outra coisa é qualificar e colocar regras mais firmes para as empresas que prestam serviço para os órgãos públicos. Porque a gente tem muita dificuldade com prestador de serviço em órgão público (Informação verbal, Respondente CI UFABC, 2024).

É importante enfatizar que a terceirização, aliada à alta rotatividade nos cargos – particularmente entre os técnicos administrativos, impactados por salários defasados –

demonstra uma fragilidade estrutural nessas instituições. Tal cenário pode comprometer a continuidade de iniciativas de democratização do conhecimento e constitui ameaça à preservação da memória organizacional, o que pode culminar no enfraquecimento institucional dessas universidades públicas.

Ainda nessa perspectiva do projeto neoliberal de universidade, destacamos que, além da dependência de emendas parlamentares para o custeio de despesas básicas, recebemos de alguns respondentes a informação de que há universidades que dependem de doações da Receita Federal para obter equipamentos adequados para o desenvolvimento dos trabalhos. Além disso, algumas universidades, como a UNILA e a UFOPA, ainda precisam de algumas estruturas alugadas para o seu funcionamento. Esses são exemplos pontuais de questões estruturais profundas que fazem parte da história das universidades públicas brasileiras.

Nesse contexto, identificamos também como subtemas dos limites apontados pela área de comunicação institucional: a falta de visão sobre o papel estratégico da comunicação; as demandas vultosas e predominantemente operacionais; a vinculação da comunicação à reitoria, muitas vezes, direciona seu foco para uma comunicação voltada à gestão, em detrimento de uma abordagem alinhada aos princípios da comunicação pública; o bloqueio de concursos para cargos de comunicação e de intérpretes de libras, o que pode culminar em outro limite mencionado que é a ausência de uma equipe técnica especializada em comunicação; bem como a ausência de cursos de graduação na área no âmbito dessas universidades federais; por fim, número de CDs e de FGs insuficientes para a gestão efetiva das áreas de comunicação das universidades federais.

No que se refere especificamente ao limite quanto ao Decreto nº 9.262 (Brasil, 2018) e ao Decreto nº 10.185 (Brasil, 2019), sobretudo este último, todos os respondentes da área de comunicação institucional demonstraram preocupações em relação aos impactos desses diplomas legislativos. Nesse sentido, destacamos algumas contribuições.

O desbloqueio dos cargos é fundamental para democratizar o conhecimento. Os cargos de comunicação, tradutor de libras. A gente aqui, em uma universidade internacional, não consegue contratar tradutor de espanhol, inglês, francês [...] E começa por aí. O principal desafio é esse estrutural, de pessoas. E não adianta dizer que esse governo ou outro incentiva mais ou menos a educação. A gente está sempre com a máquina cada vez menor, cada vez mais terceirizados. Tem que ter terceirizados na TV. A gente adoraria ter a nossa. Aí eu vou ter uma equipe 100% terceirizada que não tem esse vínculo com a universidade e ainda por cima vai ter um salário precarizado. Que democracia eu tenho? Eu tenho uma questão sobre isso mesmo, sobre esses decretos que nos impossibilitaram. Esses decretos nos asfixiaram. [...] Com uma caneta é possível revogar esses decretos. Nem precisa passar pelo legislativo [...]. A gente não está tratando a coisa como deveria ser tratada (Informação verbal, Respondente CI UNILA, 2024).

A última vez que a gente teve aporte de profissionais de comunicação foi há 10 anos. A universidade cresceu em termos de quantidade de alunos, quantidade de pesquisadores, quantidade de espaço físico, a universidade cresceu muito e a gente continua com a mesma estrutura em relação aos profissionais de comunicação, com demandas muito maiores. Esse decreto trouxe muito desalento para gente. Eu sei que mesmo que se não tivesse o decreto ia ser difícil ter contratações porque no quadro geral da universidade a gente não tem tido muitas novas vagas. Mas o decreto é uma pá de cal em cima. Mesmo se tiver condições a gente não pode contratar. E aí o que a gente faz? A gente acaba suprindo vagas técnicas com assistentes, mas a gente depende muito do perfil das pessoas. Por sorte a gente tem algumas pessoas dentro das universidades que têm essas habilidades, mas, por exemplo, se uma dessas pessoas assistentes depois surge uma oportunidade de trabalho em outras frentes, em outras coisas, a gente não tem como repor o que essas pessoas fazem aqui. Não é uma garantia institucionalizada aquele cargo. Está muito atrelada à figura, à imagem de pessoas específicas que têm essa capacidade. Então é muito vulnerável a situação que a gente vive hoje. [...] Como a gente é uma universidade nova ainda estão as mesmas pessoas que desde o começo entraram. Mas nos próximos quatro anos a gente já tem previsão de duas pessoas se aposentarem. Não está longe (Informação verbal, Respondente CI UFABC, 2024).

Os impactos dos decretos são enormes. Principalmente em uma universidade supernova como a UFCAT. Eu entendo que várias das universidades já puderam formar um grande corpo de profissionais da área de comunicação nos últimos anos. E o problema tem sido com as universidades criadas recentemente ou aquelas que eram campus, por exemplo [...]. A gente não teve na nossa lei de criação, por exemplo, previsto nenhum cargo da área de comunicação. Para piorar ainda mais, depois tivemos essa vedação que persiste até hoje e que impacta enormemente nesse momento em que a gente poderia estar montando um setor de comunicação mais robusto. [...] Essa vedação, desses concursos para a área de comunicação, tem impactado majoritariamente na possibilidade do nosso setor progredir, de ter uma melhor configuração. Ter uma ampliação e, por consequência, ampliar também, os produtos e os serviços oferecidos para a comunidade (Informação verbal, Respondente CI UFCAT, 2024).

O nosso antigo diretor também era jornalista. Ele guiava muitas das nossas ações. Por ele já ter tido essa experiência de trabalho antes de ele fazer agronomia. Então hoje seria extremamente interessante que a gente tivesse profissionais da área de comunicação de uma forma específica para trabalhar na comunicação. [...] Porque quando a gente pensa na comunicação, não é simplesmente executar. É todo o pensamento da comunicação, de como ela deve acontecer e quais são as estratégias a longo prazo que precisam ser desenhadas para que a comunicação aconteça de forma efetiva (Informação verbal, Respondente CI UFAPE, 2024).

Verificamos uma redução significativa no número de servidores do setor, sem ter previsão de contratação de novos profissionais por meio de concurso público. Vale ressaltar que, desde o início, o nosso setor é formado exclusivamente por servidores concursados, pois ainda não contamos com profissionais contratados ou terceirizados. Essa redução drástica impacta diretamente na quantidade e na qualidade dos produtos ofertados pela Ascom,

como a produção de notícias e de matérias de divulgação científica, atendimento ágil da imprensa, elaboração de campanhas institucionais e, principalmente, o planejamento do setor para os próximos anos (Respondente CI UFOPA, 2024).

Ainda quanto aos limites, sobre o subtema ausência de equipe técnica em comunicação e de curso de graduação, três dos respondentes ⁶⁶ (UFAPE, UFCAT e UNILA)⁶⁷ ressaltam que suas universidades não ofertam cursos de graduação em comunicação social, o que tem impedido a contratação de estagiários e de bolsistas na área, por exemplo. Outro aspecto que nos chamou a atenção é a ausência, na equipe de comunicação institucional da UFAPE, de servidores com formação na área. A atual diretora de comunicação da UFAPE relatou ter iniciado o curso de jornalismo com o propósito de aprofundar seus conhecimentos na área, o que evidencia elevado comprometimento institucional e a compreensão da relevância da formação e da capacitação nessa área.

Por fim, em relação ao quarto tema, “Possibilidades de democratização do conhecimento na comunicação institucional”, catalogamos 17 subtemas. Identificamos em uma esfera mais ampla os seguintes: a credibilidade das universidades perante à imprensa local; a configuração da cidade em que está inserida a universidade que permite a definição dos melhores meios de comunicação para alcançar a sociedade; produção de conteúdo próprio para gerar pertencimento por parte da comunidade regional; a atuação em rede formada por pesquisadores, áreas de comunicação de outras universidades e instituições de pesquisas; a pandemia da Covid-19 como virada de chave para o estreitamento do relacionamento das universidades com a sociedade, além de transformar a dinâmica de trabalho, impulsionando a criação de novas ações que transcendem os muros universitários; o fortalecimento das ações de extensão universitária, e, por fim, a cultura organizacional e a inclusão voltadas à democratização do conhecimento.

Em relação ao subtema cultura organizacional, destacamos a seguinte contribuição do respondente da UFCAT em que argumenta sobre a necessidade do envolvimento de toda a comunidade acadêmica para que ocorra uma comunicação da ciência efetiva.

A comunidade interna tem que entender também que em alguns momentos ela

⁶⁶ Apesar de os outros dois respondentes (UFABC e UFOPA) não abordarem o assunto dos cursos de graduação em comunicação social em suas instituições, em consulta aos seus *sites*, verificamos que ambas parecem não possuir curso de graduação na área. Na UFOPA, a criação do curso de jornalismo parece estar em processo de discussão. Mais informações disponíveis em:

<https://www.ufopa.edu.br/comunicacao/comunica/jornalismo/ufopa-na-midia-2/2023/abril/criacao-do-curso-de-jornalismo-no-oeste-do-para-e-discutido-por-sinhor-pa-e-ufopa/>. Acesso em 25 fev. 2025.

⁶⁷ De acordo com informação obtida no PDI da UNILA (2019-2023), o curso de jornalismo está em perspectiva de implementação.

não é apenas receptora. Ela também é emissora. Ela também precisa se comunicar. Ela precisa também buscar o setor de comunicação e falar: olha eu tenho algo a comunicar. Eu tenho algo a dizer. Eu quero saber quais são os canais para que isso aqui que eu descobri, essa pesquisa que eu estou desenvolvendo, chegue lá fora. O projeto de extensão também. Então também é trabalho, uma luta cultural, para que para que haja envolvimento. Para que a comunidade se envolva nesse processo de comunicação (Informação verbal, Respondente CI UFCAT, 2024).

Já quanto ao subtema relacionado à configuração da cidade, que permite a definição dos melhores meios de comunicação, identificamos, por meio de relatos de dois respondentes (UFAPE e UFCAT), que o rádio ainda possui bastante importância em algumas regiões do país, principalmente na zona rural de cidades de interior.

Em relação ao subtema relacionado à produção de conteúdo próprio para gerar pertencimento por parte da comunidade regional, um dos respondentes argumenta que

é maravilhosa essa ideia da expansão das redes de TVs universitárias. Por meio das Universidades você levar a TV pública a lugares que não tem. [...] A gente precisa ter esses canais. Além de mandar só a antena e o sinal, a gente precisa de gente trabalhando para produzir conteúdo próprio. Que não seja só o sinal da EBC [...] que ali as pessoas locais possam se identificar (Informação verbal, Respondente CI UNILA, 2024).

Nessa perspectiva, identificamos também como subtemas do tema “Possibilidades à democratização do conhecimento na comunicação institucional” outros fatores mais estreitamente ligados à comunicação institucional, tais como: o papel estratégico da comunicação; a previsão quanto à consolidação da política de comunicação no âmbito da universidade; a comunicação integrada para fortalecimento da comunicação institucional; a existência de profissionais especializados na área; a possibilidade de ampliação das ações de comunicação com o apoio de IA; o jornalismo científico; as mídias sociais para comunicação e interlocução com a sociedade; os intérpretes de libras para apoio à inclusão; e por fim, a utilização do *clipping* como ferramenta estratégica para mensuração da imagem das universidades.

Nesse panorama, destacamos a seguir alguns relatos que nos chamaram a atenção acerca dos subtemas identificados. O primeiro deles é que três dos cinco respondentes mencionaram explicitamente a extensão como um ponto forte das universidades para a democratização do conhecimento. Para a respondente da área de comunicação institucional da UFABC, “os projetos de extensão têm um potencial grande para levar a comunicação sobre a universidade para fora dos muros da instituição”. Nessa linha, o respondente da área de comunicação institucional da UFCAT expõe que

extensão é justamente estender as portas da universidade para a comunidade. Seja para ela entrar aqui dentro ou para que lá fora ela nos receba também. Receba os nossos projetos. Então é essencial que a democratização, a divulgação do conhecimento científico e a comunicação pública da ciência sejam aumentados potencialmente para alcançar a sociedade (Informação verbal, Respondente CI UFCAT, 2024).

Portanto, após a conclusão das seis fases da ATR e tendo em vista a visão dos respondentes da comunicação institucional das cinco universidades investigadas acerca da democratização do conhecimento, realizaremos a seguir as seis fases da ATR na visão dos respondentes das pró-reitorias de extensão sobre essa democratização.

3.3.2 Fases da ATR da pró-reitoria de extensão

Fase 1 – Familiarização com os dados da extensão

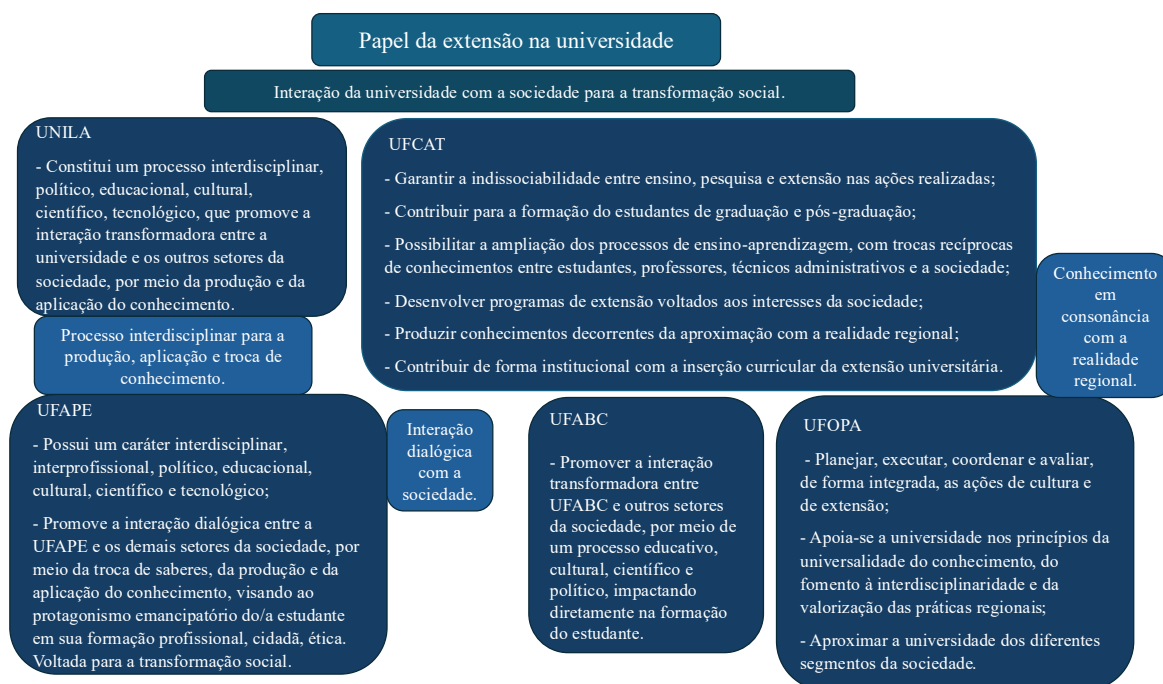
- a preocupação com a comunicação da ciência parece existir na extensão. Três das cinco universidades investigadas possuem seções específicas dentro da área da extensão para a realização de divulgação e de comunicação da ciência. Uma das universidades, que não possui uma seção de divulgação e de comunicação da ciência em sua estrutura, aponta que a comunicação é uma das oito áreas temáticas principais da extensão em que possui projetos desenvolvidos;
- em todas as pró-reitorias de extensão investigadas, os projetos de extensão parecem compreender os estudantes da graduação e da pós-graduação. Além disso, todas elas realizam eventos científicos institucionais;
- todas as pró-reitorias de extensão parecem compreender a democratização do conhecimento como fundamental, entendendo-a como missão institucional e como papel social da universidade. Contudo, aparentemente, apenas uma parcela pequena das ações de extensão desenvolvidas em 2023 adota como abordagem a democratização do conhecimento, na perspectiva da divulgação e da comunicação pública da ciência trabalhada nesta pesquisa;
- a pandemia de Covid-19 parece ter evidenciado que a democratização do conhecimento é uma necessidade urgente em função do impulsionamento da desinformação no período;
- as pró-reitorias de extensão apontam dificuldades diversas para a implementação da democratização do conhecimento. As dificuldades que parecem prevalecer são: necessidade de capacitação dos pesquisadores e técnicos administrativos, bem como o financiamento das iniciativas;

- as universidades investigadas afirmam não ter rubrica específica para a realização da democratização do conhecimento;
- todas as universidades investigadas mencionam que o aumento de investimentos como uma ação a nível federal pode impulsionar as ações de democratização do conhecimento;
- nenhum respondente da área de extensão fez menção ao Decreto nº 9.262 (Brasil, 2018) e ao Decreto nº 10.185 (Brasil, 2019) como uma dificuldade para a realização das ações de democratização do conhecimento. Isso pode ser consequência de um possível desconhecimento desses decretos mesmo no âmbito das próprias universidades federais.

Fase 2 – Geração de códigos iniciais da extensão universitária

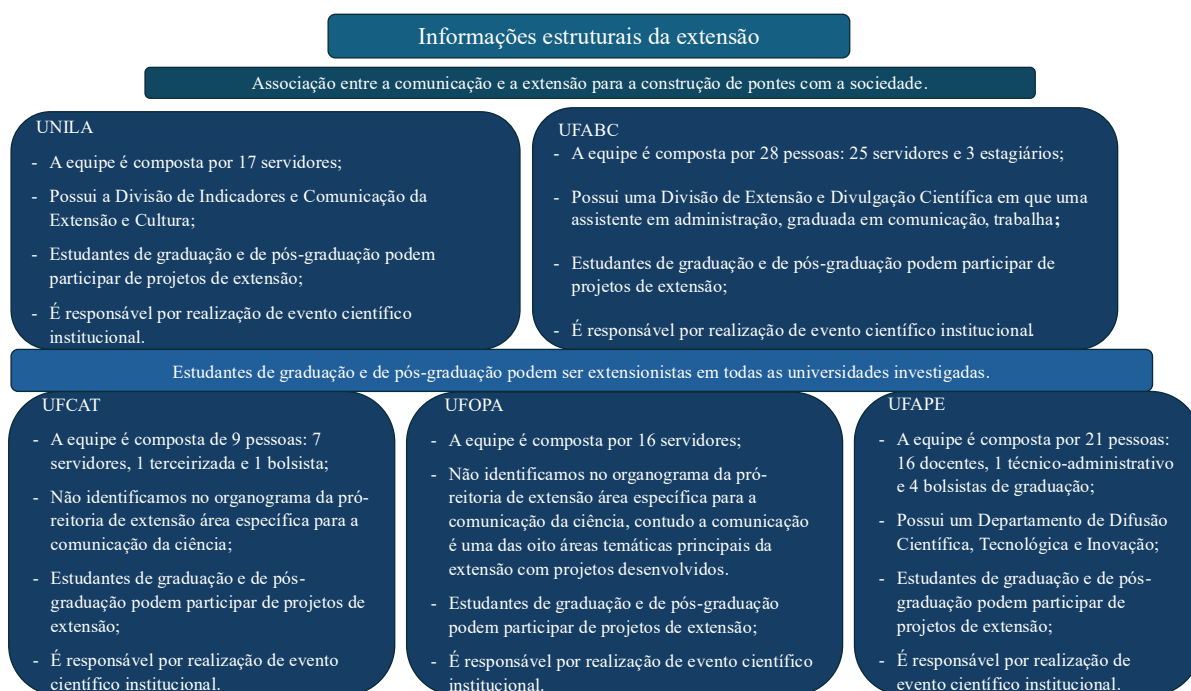
Os códigos iniciais identificados nesta fase contribuíram para a consolidação dos temas e subtemas das fases subsequentes. Seguem as figuras decorrentes da fase 2.

Figura 23 – O papel da extensão na universidade



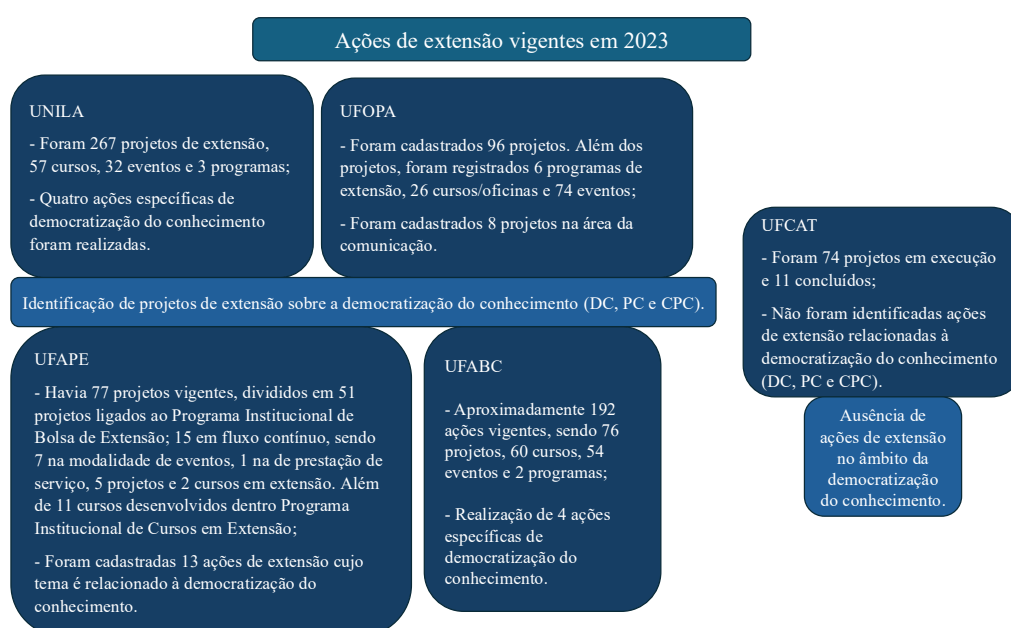
Fonte: elaborado pela autora (2024).

Figura 24 – Informações estruturais da extensão



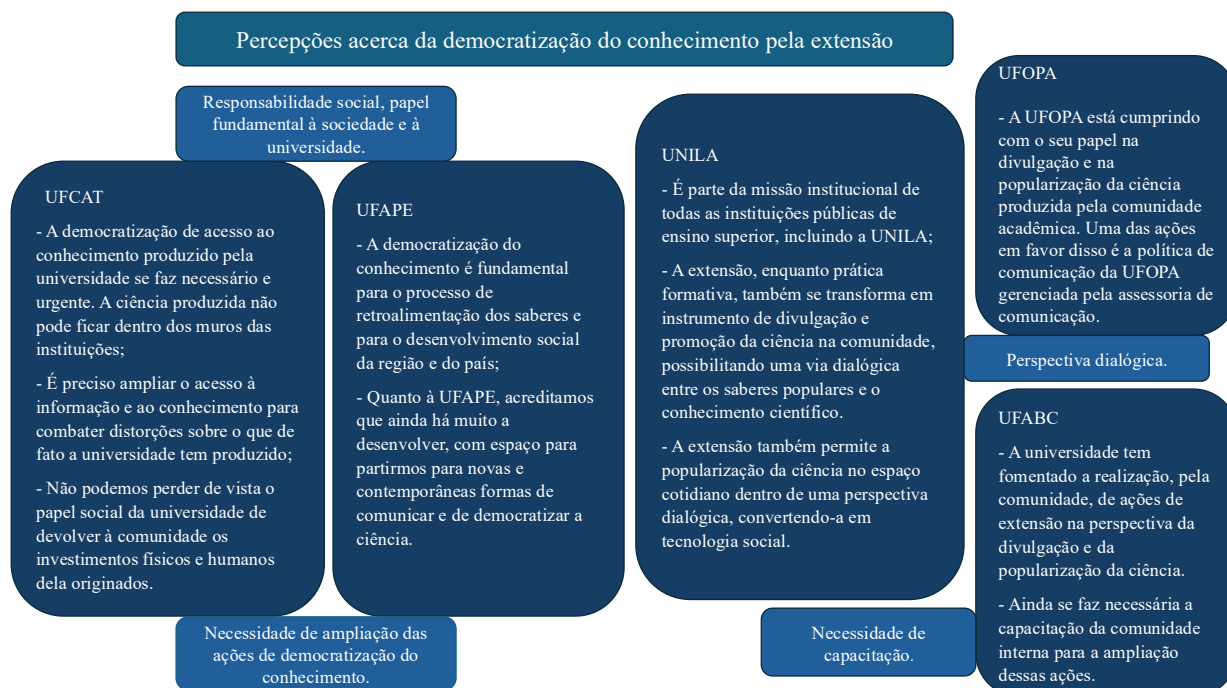
Fonte: elaborado pela autora (2024).

Figura 25 – Ações de extensão vigentes em 2023



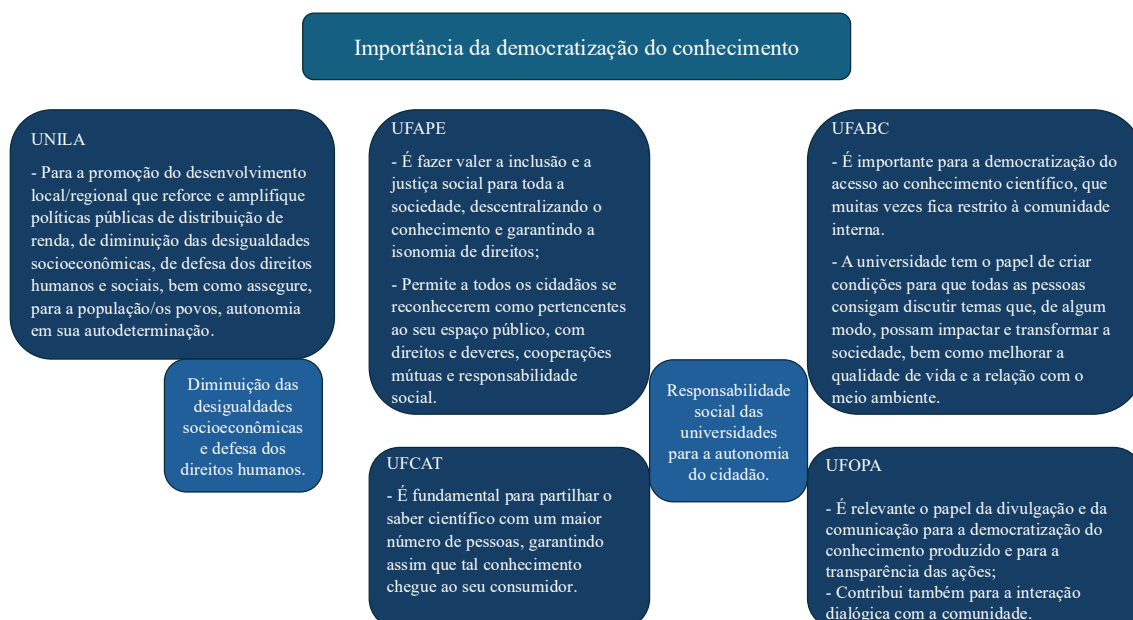
Fonte: elaborado pela autora (2024).

Figura 26 – Percepções da extensão sobre a democratização do conhecimento



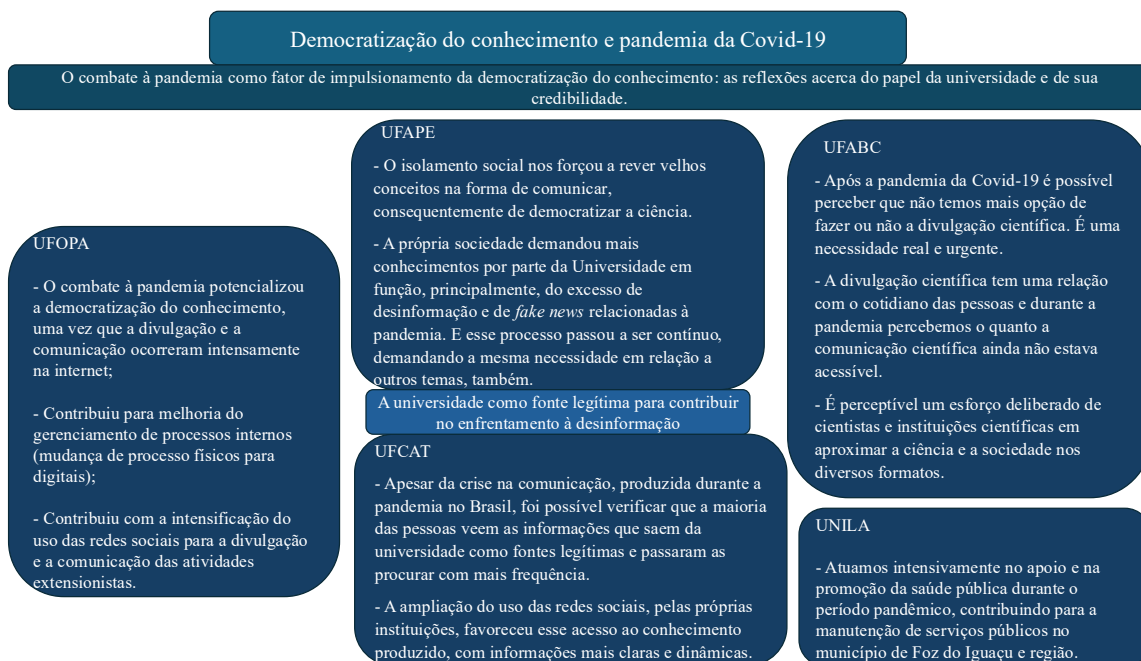
Fonte: elaborado pela autora (2024).

Figura 27 – Importância da democratização do conhecimento



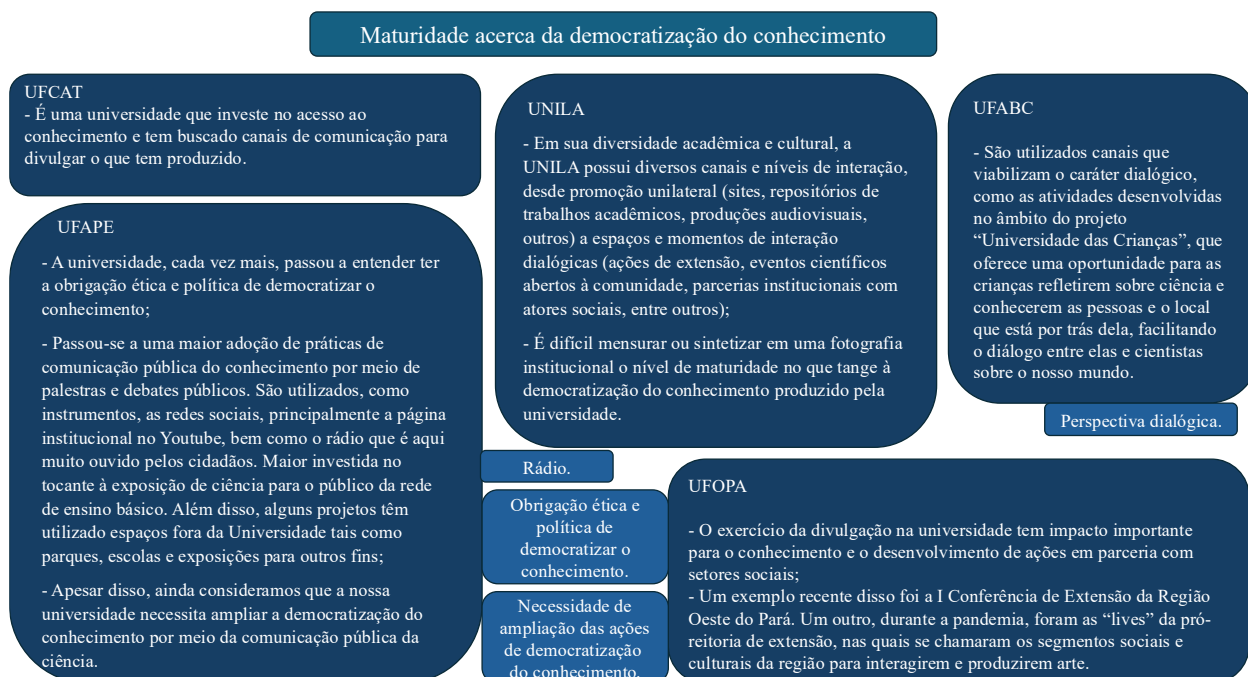
Fonte: elaborado pela autora (2024).

Figura 28 – Democratização do conhecimento e pandemia da Covid-19



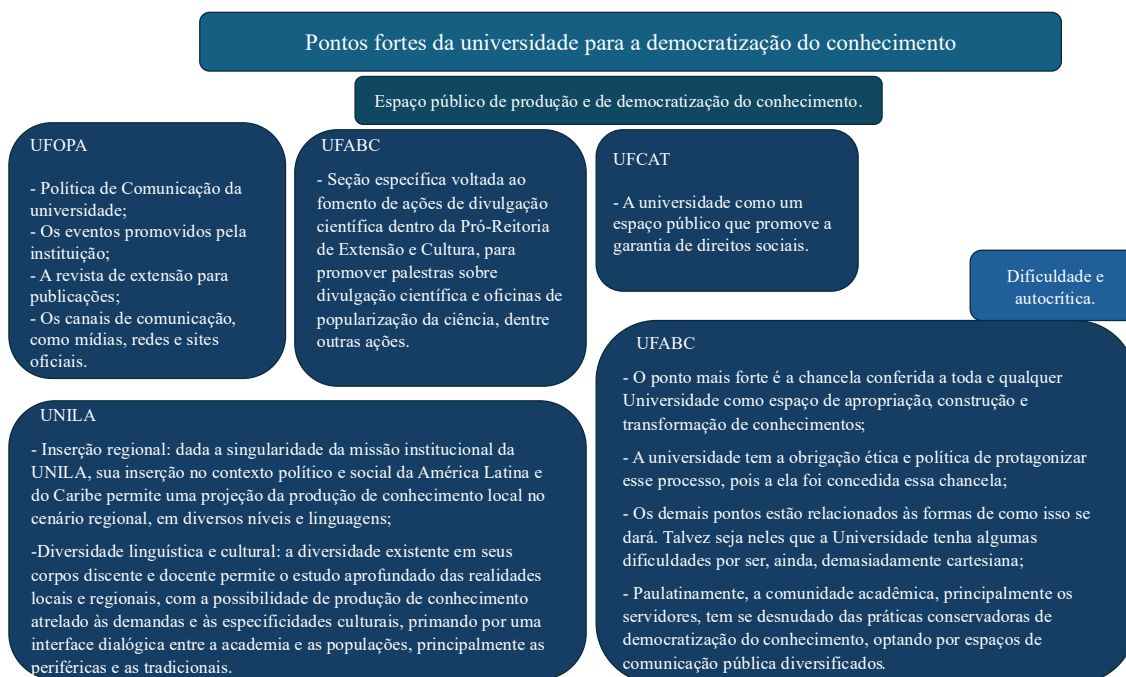
Fonte: elaborado pela autora (2024).

Figura 29 – Maturidade da democratização do conhecimento na universidade



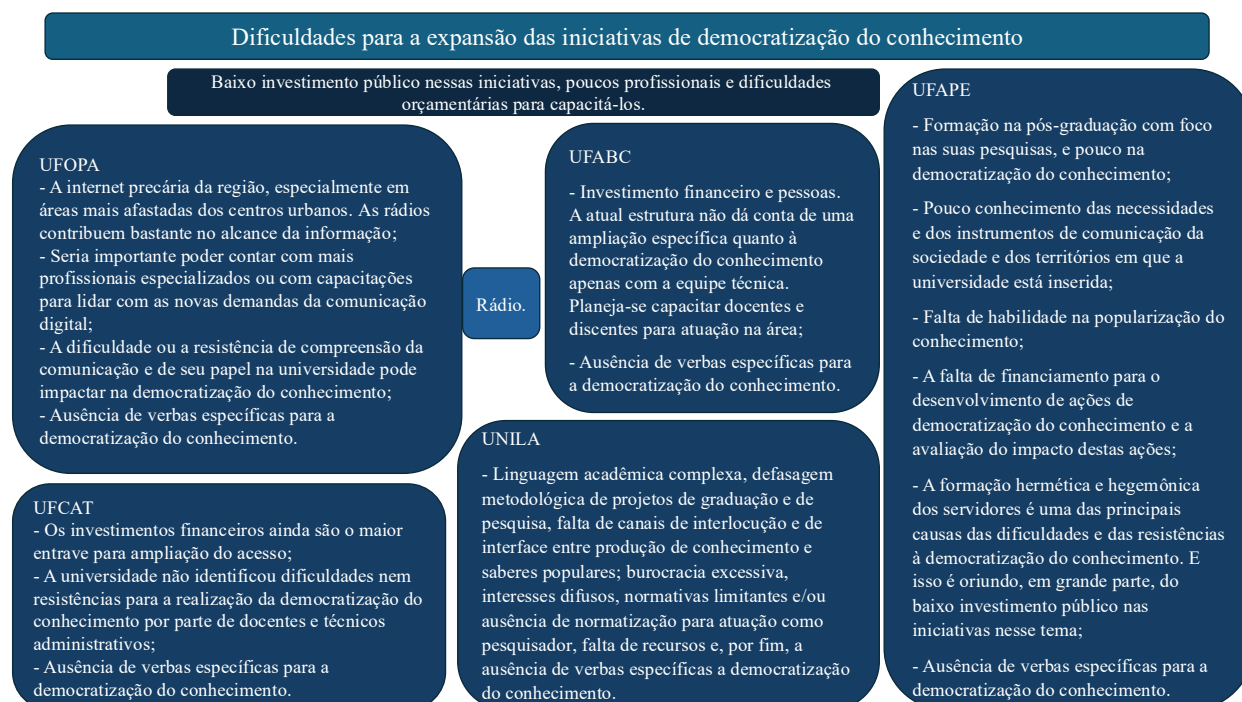
Fonte: elaborado pela autora (2024).

Figura 30 – Pontos fortes da universidade para a democratização do conhecimento



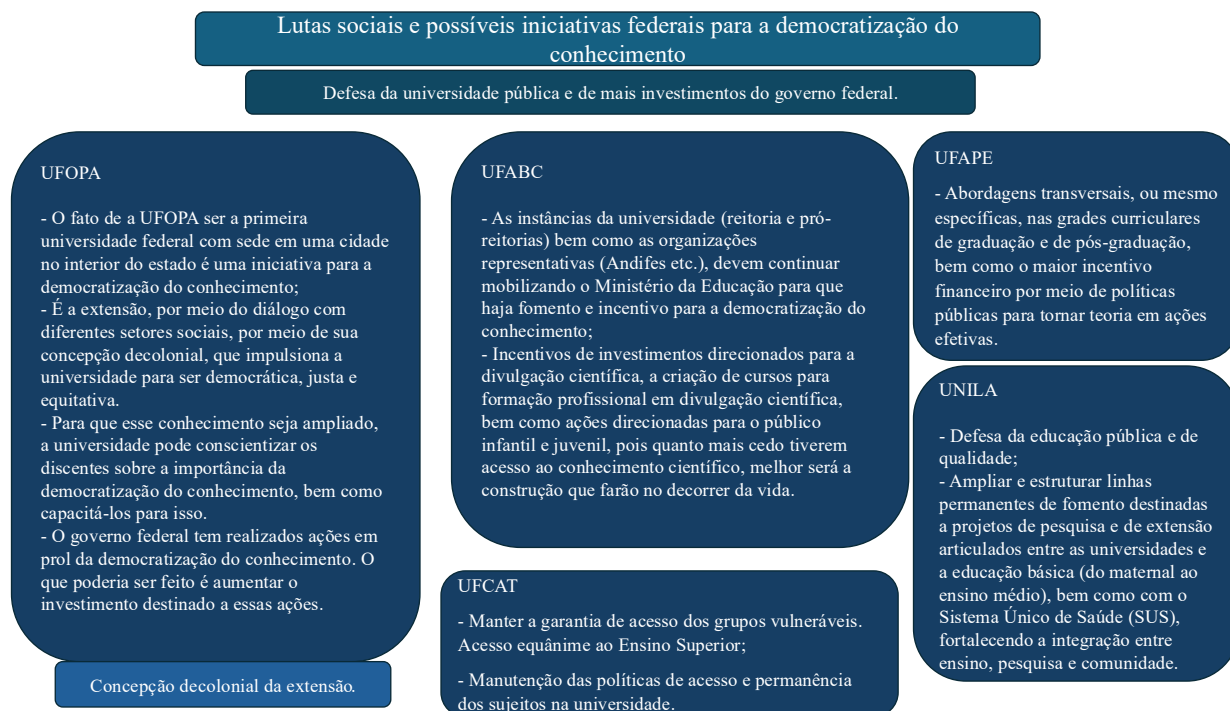
Fonte: elaborado pela autora (2024).

Figura 31 – Dificuldades para a expansão da democratização do conhecimento



Fonte: elaborado pela autora (2024).

Figura 32 – Lutas e possíveis iniciativas federais para a democratização do conhecimento



Fonte: elaborado pela autora (2024).

Fase 3 – Construção de temas da extensão universitária

Figura 33 – Mapa temático inicial



Fonte: elaborado pela autora (2024).

Fase 4 – Revisão e refinamento dos temas da extensão universitária

Figura 34 – Mapa temático revisado e refinado



Fonte: elaborado pela autora (2014).

Fase 5 – Definição e nomeação dos temas e dos subtemas da extensão universitária

As fases 3, 4 e 5 demandaram muitas leituras e releituras de todas as informações coletadas, bem como a leitura das anotações que produzimos durante todo esse processo da ATR. O movimento de vaivém (Souza, 2019) aconteceu diversas vezes durante a análise. Dessa forma, sintetizamos no mapa temático abaixo os temas e subtemas finais da democratização do conhecimento na extensão universitária.

Figura 35 – Mapa temático final da extensão universitária



Fonte: elaborado pela autora (2014).

Fase 6 – Produção do relatório da extensão

Este item compreende a descrição e a análise dos temas e subtemas definidos no mapa temático final da ATR da extensão universitária. Esses elementos emergiram a partir das informações obtidas por meio do Fala.BR sobre a visão das cinco pró-reitorias de extensão acerca da democratização do conhecimento investigadas, bem como das categorias de análise previamente estabelecidas para a elaboração do questionário destinado a essas pró-reitorias – o qual foi inspirado no roteiro das entrevistas semiestruturadas voltadas à área de comunicação institucional.

Nesse contexto, definimos nas fases anteriores da ATR quatro temas no âmbito da análise das respostas obtidas pelo Fala.BR: o primeiro, intitulado “Importância de as universidades federais realizarem a democratização do conhecimento”; o segundo, “Percepções da extensão em relação à democratização do conhecimento”; o terceiro, “Limites à democratização do conhecimento na extensão”; o quarto, “Possibilidades à democratização do conhecimento na extensão”.

Em nossa percepção, esses temas assumiram a centralidade nos discursos dos respondentes das universidades federais investigadas. Assim, a análise temática desenvolvida a partir das informações da extensão obtidas por meio do Fala.Br contribuiu para respondermos a nossa pergunta-síntese, isto é, quais os limites e as possibilidades das iniciativas de

democratização do conhecimento realizadas por cinco universidades federais brasileiras. Discutiremos, a seguir, cada um dos temas e alguns dos subtemas relacionados.

O primeiro tema denominado “Importância de as Universidades Federais realizarem a democratização do conhecimento” reúne os 10 subtemas a seguir: desenvolvimento regional; transparência das ações; autonomia do povo; inclusão e justiça social; interação dialógica com a sociedade para cooperações mútuas; autorreconhecimento do cidadão como pertencente ao espaço público; defesa dos direitos humanos e da isonomia de direitos; responsabilidade social ao devolver à sociedade os investimentos feitos; diminuição das desigualdades socioeconômicas; e a discussão de temas para a transformação social, bem como para a melhora na qualidade de vida.

Nesse contexto, podemos identificar o quanto a democratização do conhecimento, na visão dos respondentes da extensão universitária, parece ser importante tanto para a universidade como para a sociedade. Observamos que quatro pró-reitorias de extensão têm desenvolvido iniciativas específicas voltadas à democratização do conhecimento. No entanto, essas ações ainda se mostram tímidas, uma vez que dificuldades estruturais são postas e parecem comprometer diretamente sua ampliação. Esse primeiro tema parece, inclusive, ratificar a relevância desta pesquisa na atualidade. Nessa conjuntura, destacamos três contribuições

A ação de democratizar o conhecimento é fazer valer a inclusão e a justiça social a toda a sociedade, descentralizando o conhecimento e garantindo a isonomia de direitos. Desta forma, a divulgação, a popularização e a comunicação pública da ciência permitem a todos os cidadãos e cidadãs se reconhecerem como pertencentes ao seu espaço público, com deveres e direitos, cooperações mútuas e responsabilidade social [...]. Democratizar o conhecimento é propiciar espaço de contribuição mútua, universidade e sociedade, que perpassa pelos caminhos que vão desde a dúvida, a hipótese, a inquietação até a resolução. Assim, vemos que a universidade tem a obrigação ética e política de protagonizar esse processo, pois a ela foi concedida essa chancela (Respondente UFAPE, 2024).

A divulgação científica é importante para a democratização do acesso ao conhecimento científico, que muitas vezes fica restrito à comunidade interna. Nesse sentido, a universidade tem o papel de criar condições para que todas as pessoas consigam discutir temas que, de algum modo, possam impactar e transformar a sociedade. E ainda obter uma melhor qualidade de vida e relação com o meio ambiente (Respondente UFABC, 2024).

A democratização do conhecimento é importante para a promoção do desenvolvimento local/regional que reforce e amplifique políticas públicas de distribuição de renda, de diminuição das desigualdades socioeconômicas, de defesa dos direitos humanos e sociais, e que assegure autonomia à população/aos povos em sua autodeterminação (Respondente UNILA, 2024).

O segundo tema, denominado “Percepções da extensão em relação à democratização do conhecimento”, reúne nove subtemas: as universidades públicas têm a obrigação ética de realizá-la; uma necessidade real e urgente evidenciada pela pandemia da Covid-19; necessidade de ampliação das ações; importância da política de comunicação; necessária para combater as distorções sobre o que a universidade produz; fundamental para o processo de retroalimentação de saberes em uma perspectiva dialógica; missão institucional das universidades; papel fundamental à sociedade e à universidade e, por fim, esforço deliberado dos cientistas em aproximar a ciência da sociedade.

Quanto a esse segundo tema, destacamos as seguintes contribuições quanto ao subtema relacionado à Covid-19

Após a pandemia da Covid-19 é possível perceber que não temos mais opção de fazer ou não a divulgação científica. É uma necessidade real e urgente. A divulgação científica tem uma relação com o cotidiano das pessoas e durante a pandemia percebemos o quanto a comunicação científica ainda não estava acessível. Por outro lado, já é perceptível um esforço deliberado de cientistas e de instituições científicas em aproximar a ciência e a sociedade nos diversos formatos, desde podcasts, vídeos, rodas de conversa, livros, histórias em quadrinhos, peças teatrais, projetos sociais etc. (Respondente UFABC, 2024).

Acreditamos que, principalmente devido à pandemia em que tivemos que nos adaptar às novas formas de comunicação, a universidade deu um *upgrade* significativo no processo de democratização da ciência. A tradicional forma de ser basicamente ensimesmada, passou a dar lugar a uma universidade que, cada vez mais, se viu com a obrigação ética e política de democratizar o conhecimento. A pró-reitoria, por sua própria atuação junto à sociedade, entende como sendo fundamental a democratização do conhecimento para o processo de retroalimentação dos saberes e, conseqüentemente, para o desenvolvimento social da região e do país. No que tange à UFAP, como um todo, acreditamos que ainda há muito a ser desenvolvido, especialmente no que diz respeito à adoção de formas novas e contemporâneas de comunicar e democratizar a ciência (Respondente UFAP, 2024).

A democratização do acesso ao conhecimento produzido pela universidade se faz necessário e urgente. Ao passo que a ciência produzida e reproduzida não pode ficar dentro dos muros das instituições, é preciso ampliar o acesso à informação e ao conhecimento para combater distorções sobre o que de fato a universidade tem produzido. Não podemos perder de vista o papel social da universidade de devolver à comunidade os investimentos físicos e humanos [...]. Apesar da crise na comunicação, produzida durante a pandemia no Brasil, foi possível verificar que as pessoas, em sua maioria, veem as informações que saem da universidade como fontes legítimas e passaram a procurar com mais frequência essas informações. A ampliação do uso das redes sociais, pelas próprias instituições, favoreceu esse acesso ao conhecimento produzido, com informações mais claras e dinâmicas (Respondente UFCAT, 2024).

Ressaltamos que a pandemia da Covid-19 parece ter deixado mais evidente o quanto a democratização do conhecimento é obrigação ética das universidades, sobretudo as públicas, que são financiadas, na íntegra, pela sociedade. A pandemia mostrou que o acesso ao conhecimento de qualidade, com respaldo científico, pode salvar vidas. Contudo, as iniciativas de democratização do conhecimento na extensão ainda se mostram incipientes. As universidades investigadas apontam que é necessário ampliar as iniciativas de democratização do conhecimento, mas para isso é preciso ultrapassar alguns limites estruturais que serão mais bem detalhados no tema a seguir.

O terceiro tema “Limites à democratização do conhecimento na extensão” reúne 11 subtemas: equipes pequenas nas pró-reitorias; ausência de canais de interlocução com a sociedade; necessidade de capacitação da comunidade acadêmica; dificuldade de compreensão da linguagem acadêmica; falta de recursos financeiros e ausência de verbas específicas para a área; internet precária em algumas regiões; formação hegemônica dos servidores; pós-graduação ainda mantém foco na pesquisa e pouco na democratização do conhecimento; burocracia excessiva; defasagem metodológica de projetos de extensão e de pesquisa; e, por fim, poucas ações de extensão sobre o assunto.

O primeiro e o último subtemas elencados constituem uma interpretação qualitativa da pesquisadora, por meio dos dados quantitativos compartilhados pelos respondentes. Os demais subtemas foram mencionados explicitamente por eles. A falta de recursos financeiros para a realização de iniciativas de democratização do conhecimento e a necessidade de capacitação da comunidade acadêmica, que é impactada por essa falta de recursos, foram discursos predominantes.

No âmbito desse terceiro tema, destacamos as seguintes contribuições sobre alguns limites à democratização do conhecimento expostos pelos respondentes.

A principal questão está relacionada aos investimentos e às pessoas. A atual estrutura da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura não dá conta de uma ampliação específica da temática apenas com a equipe técnica. Todavia, planeja-se capacitar docentes e discentes para atuação nessa temática (Respondente UFABC, 2024).

A internet precária da região ainda é um fator de muita dificuldade para o acesso à democratização do conhecimento, especialmente em áreas mais afastadas dos centros urbanos. As rádios contribuem bastante no alcance da informação, onde a internet deixa a desejar. Além disso, seria importante poder contar com mais profissionais especializados ou com capacitações para lidar com novas demandas da comunicação digital (Respondente UFOPA, 2024).

Linguagem acadêmica, defasagem metodológica de projetos de graduação e de pesquisa, canais de interlocução e interface entre produção de conhecimento e saberes populares/tradicionais (Respondente UNILA, 2024).

Na resposta a seguir, que se refere aos limites da democratização do conhecimento, identificamos que há uma possível confusão relacionada ao conceito de democratização do conhecimento, trabalhado na seção 1 desta pesquisa. O respondente menciona a dificuldade de se publicar em revistas científicas, logo faz menção à comunicação científica. Lembramos que nesta pesquisa trabalhamos com o conceito da democratização do conhecimento na perspectiva da comunicação da ciência à sociedade, isto é, da divulgação, da popularização e da comunicação pública da ciência.

A formação cartesiana na Pós-Graduação, ensimesmada na resolução de problemas, foco de suas pesquisas, e pouco, ou quase nada, voltada à democratização do conhecimento com ênfase na popularização do conhecimento;

A elevada “taxação” do conhecimento oriundo das pesquisas na universidade. Grande parte das pesquisas desenvolvidas são oriundas de verbas públicas, porém, para difusão dos resultados, altos valores são necessários tais como a publicação em revistas científicas;

O parco conhecimento das preferências (necessidades e instrumentos) de comunicação da sociedade dos territórios em que a universidade está inserida, gerando prejuízos devido à frágil acessibilidade destes conhecimentos e suas consequências;

Falta de habilidade na popularização do conhecimento;

Escasso financiamento para o desenvolvimento de ações de democratização do conhecimento e avaliação do impacto dessas ações (Respondente UFAP, 2024).

Outro possível ruído de comunicação identificado refere-se à política de comunicação da UFOPA. O respondente da comunicação institucional afirma que não há uma política de comunicação consolidada. Já o respondente da pró-reitoria de extensão expõe que “a UFOPA está cumprindo com o seu papel na divulgação e popularização da ciência produzida pela comunidade acadêmica. Uma das ações em favor disso é a Política de Comunicação da UFOPA gerenciada pela Ascom” (Respondente UFOPA, 2024). Provavelmente, o respondente se referia a diretrizes de comunicação ou, possivelmente, a uma minuta inicial para subsidiar as discussões em torno da política de comunicação, já que, em nossas consultas ao *site* da universidade, não encontramos nenhuma menção a um documento nesse sentido. Além disso, o respondente da área da comunicação institucional da UFOPA afirmou que a instituição ainda não tinha uma política de comunicação consolidada.

Por fim, o quarto tema “Possibilidades à democratização do conhecimento na extensão” compreende 13 subtemas: ampliação do uso das mídias sociais e de interações mais dialógicas;

credibilidade das universidades como fonte legítima de conhecimento; conscientização e capacitação dos estudantes; concepção decolonial da extensão; interdisciplinaridade; estudantes de graduação e de pós-graduação podem ser extensionistas; utilização do rádio como um veículo de comunicação importante para chegar em lugares mais remotos; a pandemia de Covid-19 trouxe reflexões e novas ações; comunicação como área temática de ações de extensão; perspectiva dialógica; áreas de divulgação e comunicação da ciência em pró-reitorias de extensão; produção e troca do conhecimento em consonância com a realidade regional, bem como os editais de fomento.

Em relação a esse último tema, destacamos as seguintes contribuições:

Do âmbito da Pró-reitoria da Cultura, Comunidade e Extensão, é impossível pensar em universidade sem pensar em democratização do conhecimento. Em sua essência, a extensão, como dimensão acadêmica, é a porta de acesso ao conhecimento tanto científico, por parte da comunidade externa, quanto popular, por parte da comunidade interna. É a extensão, por meio do diálogo com diferentes setores sociais, por meio de sua concepção decolonial, que impulsiona a universidade para ser democrática, justa e equitativa. De forma que as lutas já foram iniciadas. O fato de a UFOPA ser a primeira universidade federal com sede em uma cidade no interior do estado já é uma iniciativa para democratização do conhecimento. Para que esse conhecimento seja ampliado, a universidade pode investir ainda mais em formação acadêmica, de maneira a conscientizar os discentes sobre a importância da democratização do conhecimento e para melhorar suas habilidades de comunicação e de divulgação científica. Além disso, a universidade pode aportar mais recursos para que o conhecimento científico possa alcançar todas as camadas sociais e maior número de comunidades da nossa região, especialmente aquelas com menos acesso à educação superior (Respondente UFOPA, 2024).

O ponto primordial para a democratização do conhecimento perpassa pela educação garantindo que toda a sociedade, mesmo fora da universidade, tenha direito a pertencer à esfera pública participativa, em discussões abertas e plurais, de acesso igualitário aos produtos do conhecimento gerados na universidade demandados pela sociedade. Somente assim estaremos consolidando e solidificando o controle e a inclusão social, fazendo jus ao que acreditamos ser a real cidadania (Respondente UFAPE, 2024).

Entendemos que a extensão na universidade é um processo indissociável do ensino e da pesquisa, que possui um caráter interdisciplinar, interprofissional, político, educacional, cultural, científico e tecnológico. Nesse sentido, a extensão tem o importante papel de promover a interação dialógica entre a nossa instituição de ensino superior com os demais setores da sociedade, por meio da troca de saberes, da produção e da aplicação do conhecimento, visando o protagonismo emancipatório do/a estudante em sua formação profissional, cidadã, ética voltada para a transformação social (Respondente UFAPE, 2024).

Sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, o papel da extensão na universidade é garantir essa

indissociabilidade nas ações realizadas; contribuir para a formação dos/as estudantes de graduação e pós-graduação; possibilitar a ampliação dos processos de ensino-aprendizagem, com trocas recíprocas de conhecimentos entre estudantes, professores, técnicos administrativos e sociedade; desenvolver programas de extensão voltados para os interesses e as necessidades da sociedade; produzir conhecimentos decorrentes da aproximação com a realidade regional; contribuir de forma institucional com a inserção curricular da extensão universitária nos projetos pedagógicos dos cursos (Respondente UFCAT, 2024).

Considerando que a UFOPA se apoia nos princípios da universalidade do conhecimento, do fomento à interdisciplinaridade e da valorização das práticas regionais, a Pró-Reitoria da Cultura Comunidade e Extensão visa, por meio de suas ações, aproximar esta instituição aos diferentes segmentos da sociedade (Respondente UFOPA, 2024).

A extensão é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político, educacional, cultural, científico, tecnológico. Ela promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa. Trata-se de uma dimensão estratégica para a missão institucional de integração dos povos da América Latina (Respondente UNILA, 2024).

Cabe destacar que, em todas as pró-reitorias de extensão investigadas, os respondentes disseram que nos projetos de extensão podem participar estudantes da graduação e da pós-graduação. Isso representa uma oportunidade para a ampliação das iniciativas de democratização do conhecimento no âmbito das universidades públicas, especialmente por meio da atuação em rede entre a área de comunicação institucional e a de extensão universitária. Esse cenário torna-se ainda mais viável diante do movimento de “curricularização da extensão”, que determina que, no mínimo, 10% da carga horária dos cursos de graduação sejam cumpridas em atividades de extensão universitária (Brasil, 2014).

Nesse ponto, as mudanças nos critérios de avaliação dos programas de pós-graduação na Plataforma Sucupira da Capes – que preveem, a partir do quadriênio 2025-2028, o quesito “impacto (local, regional, nacional e internacional)” que abrange: inserção, visibilidade e popularização da ciência; inovação, transferência e compartilhamento de conhecimento; e impactos do programa para a sociedade – configuram outro elemento que amplia as possibilidades para iniciativas voltadas à democratização do conhecimento.

Em suma, tanto nas entrevistas semiestruturadas realizadas, como nas informações obtidas pelo Fala.BR, identificamos uma sobreposição entre as iniciativas institucionais de democratização do conhecimento na perspectiva desta pesquisa na UFABC, na UFAPE e na

UNILA. Na UFABC ela é realizada também na Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, por meio da Seção de Divulgação Científica e parece acontecer também na Pró-Reitoria de Pesquisa. Já na UFAPE, ela é realizada também na Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação, especificamente na Seção de Divulgação Científica, e parece ocorrer também na Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, especificamente no Departamento de Difusão Científica, Tecnológica e Inovação. Por fim, na UNILA parece acontecer também na Pró-Reitoria de Extensão, especificamente na Divisão de Indicadores e Comunicação da Extensão e Cultura.

Nessa perspectiva, identificamos que a democratização do conhecimento na perspectiva da divulgação, da popularização e da comunicação pública da ciência parece ter uma relação próxima com a extensão universitária. Isso pode ser visto, como evidenciamos, no fato de que, das cinco universidades investigadas, três delas (UFABC, UFAPE e UNILA) possuem departamentos com ênfase em comunicação⁶⁸ também no âmbito de suas pró-reitorias de extensão. Na UFOPA não identificamos departamento de comunicação nessa pró-reitoria, todavia a comunicação constitui a primeira das oito áreas temáticas em que há projetos de extensão desenvolvidos. Apenas na UFCAT não identificamos esse trabalho conjunto, ao menos de maneira explícita, isto é, da extensão com iniciativas institucionalizadas de comunicação da ciência, de democratização do conhecimento.

Portanto, esse contexto revela que a área de extensão se firma como uma grande possibilidade para a expansão de iniciativas de democratização do conhecimento no âmbito das universidades públicas. Todavia, são necessários mais recursos financeiros e de pessoal para que seja possível ampliar essas iniciativas.

3.4 Para além de percepções individuais: um olhar para o horizonte dos PDIs

Partimos do entendimento de que o PDI de cada uma das universidades analisadas neste estudo é um guia estratégico, um instrumento de gestão que orienta a instituição em relação a sua missão, a sua filosofia de trabalho e as suas diretrizes educacionais para guiar suas ações, bem como seus objetivos institucionais projetados para o período de sua vigência. Cabe ressaltar que ele constitui um documento obrigatório para as IES, tanto públicas quanto privadas, conforme estabelece o Decreto nº 9.235 (Brasil, 2017).

Ao empreendermos uma leitura integral e analítica dos PDIs em vigor em 2023, das cinco universidades investigadas, identificamos alguns pontos de destaque em relação à

⁶⁸ Os departamentos de comunicação identificados no âmbito das pró-reitorias de extensão estão apresentados no Quadro 21 desta tese.

democratização do conhecimento nesses documentos que são discutidos nesta subseção.

Na UFABC, a democratização do conhecimento pode ser visualizada em seu PDI (2013-2022)⁶⁹ por meio das seguintes expressões: “divulgação científica”; “interação dialogal com a sociedade civil organizada e não organizada”; “difusão do conhecimento científico”; “difusão do conhecimento científico e tecnológico”; e “popularização da ciência”. Destacamos no PDI da UFABC dois aspectos. O primeiro se refere à menção a uma política de comunicação da universidade. Contudo, verificamos por meio dos respondentes a este estudo que a universidade ainda não tem uma política de comunicação consolidada. Nesse sentido, a menção provavelmente deve se referir, naquele momento, a diretrizes de comunicação.

Já o segundo aspecto é quanto ao entendimento da extensão. Ele dialoga diretamente com o que compreendemos nesta pesquisa: “as práticas extensionistas devem eleger a difusão do conhecimento científico e tecnológico como atividade prioritária, superando a ideia da prática extensionista como consultoria empresarial ou assistência comunitária” (PDI UFABC, 2013-2022, p. 63). Ainda no documento é exposto que

[...] entende-se a extensão como uma porta permanentemente aberta, que permite que a universidade interaja de forma orgânica e estrutural com a sociedade. À extensão cabe romper as tendências de isolamento, por meio do exercício de levar e trazer demandas, informações, aprendizado, conhecimentos, de modo a potencializar, fortalecer e dar renovados sentidos às ações de ensino e de pesquisa na universidade pública. Um grande gargalo, entretanto, é a pequena participação dos docentes da UFABC nesse tipo de atividade. Em 2012, cerca de 90% dos docentes declararam que não participavam de nenhum tipo de atividade de extensão. Esses números certamente precisam ser modificados. Uma forma efetiva de interação poderia ocorrer através da **divulgação científica** (PDI UFABC, 2013-2022, p. 95, grifo nosso).

Na UFAPE, por sua vez, a democratização do conhecimento pode ser identificada em seu PDI (2023-2028) por meio das seguintes expressões: “difusão do conhecimento”; “difundir conhecimentos”; “universalidade do conhecimento”; “difusão científica e dos saberes culturais”; “divulgação e a socialização dos conhecimentos”; “interação dialógica”; “troca de saberes”; “disseminação do conhecimento científico”; e “cultura de democratização da informação”.

Destacamos no PDI da UFAPE três pontos. O primeiro é quanto à democratização do conhecimento estar em destaque já em sua missão organizacional, conforme disposto a seguir.

⁶⁹ O PDI da UFABC 2013-2022 foi prorrogado até 2023 em decorrência dos efeitos da pandemia da Covid-19. Mais informações em: <https://www.ufabc.edu.br/administracao/conselhos/consuni/atos-decisorios/ato-decisorio-n-224-prorroga-por-1-um-ano-a-contar-de-31-de-dezembro-de-2022-a-vigencia-do-plano-de-desenvolvimento-institucional-pdi-2013-2022>. Acesso em: 20 fev. 2025.

Fomentar, produzir e difundir conhecimentos e inovação, através das atividades de ensino, pesquisa e extensão universitária, em consonância com as especificidades regionais, com a sustentabilidade socioambiental e a diversidade social, econômica e cultural, contribuindo para o desenvolvimento da sociedade democrática brasileira, atendendo as demandas de interesse público (PDI UFAPE, 2023-2028, p. 40).

Nesse sentido, o documento destaca, como segundo ponto, o entendimento de que a comunicação é uma responsabilidade compartilhada por toda a comunidade acadêmica.

Um dos grandes desafios é fazer a comunidade acadêmica perceber o processo de comunicação como o exercício de todos e todas, independente dos setores e atividades que exerçam e se apropriem dele. A complexidade de atuação da Universidade e dos sujeitos envolvidos ratificam essa visão de atuação descentralizada (PDI UFAPE, 2023-2028, p. 169-170).

Por fim, o terceiro ponto refere-se à sobreposição institucional das iniciativas de democratização do conhecimento na universidade, identificada no documento. Além da área de comunicação institucional, é mencionado o Departamento de Difusão Científica, Tecnológica e Inovação, vinculado à Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (nesta Pró-Reitoria, dos oito eixos temáticos da extensão, o primeiro é denominado “Comunicação”), bem como a Seção de Divulgação Científica, vinculada à Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação.

Na UFCAT, a democratização do conhecimento também pode ser identificada em seu PDI (2023-2025). Ela é referenciada por meio das seguintes expressões: “disseminando a ciência, a tecnologia, a inovação”; “universalidade do conhecimento”; “divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos”; “obrigação da Universidade tornar público esse conhecimento”; “é indispensável garantir que esse conhecimento seja levado à sociedade, diretamente, na forma de projetos de extensão”; “um fluxo de conhecimentos entre a Universidade e os outros segmentos da sociedade”; “compartilhamento de conhecimentos”; “disseminação do conhecimento”; “transferência de conhecimentos”; e “comunicação pública”.

No PDI da UFCAT destacamos três aspectos. O primeiro diz respeito à concepção de que a aproximação da UFCAT com sua realidade social fortalece a compreensão de sua importância por parte da sociedade. O segundo, o fato de que, dos nove eixos estruturantes do PDI, um se refere à “extensão e cultura” e outro à “comunicação”, o que parece demonstrar a importância dessas temáticas para a universidade. O terceiro, por fim, diz respeito às diretrizes estabelecidas para a área de comunicação institucional. Entre elas, destacam-se o estímulo à divulgação dos resultados de projetos de pesquisa, inovação, empreendedorismo e transferência de tecnologia, por meio da mídia interna e da externa; a criação de um portal multimídia de divulgação científica; a estruturação da coordenação de comunicação institucional; e a

produção de conteúdos em parceria com instituições públicas e privadas.

Na UFOPA, a democratização do conhecimento pode ser identificada em seu PDI (2019-2023) por meio das seguintes expressões: “produzir e socializar conhecimentos”; “difusão do conhecimento científico”; “divulgação científica”, “socialização do conhecimento”; universalidade do conhecimento; “geração de novos conhecimentos para a sociedade”; “socialização de conhecimentos”; “democratização do conhecimento acadêmico, científico e tecnológico”; “socializar conhecimentos e tecnologias”; e “produção de conhecimento, visando a sua ampliação e disseminação”.

No PDI da UFOPA destacamos dois pontos. O primeiro é em relação a sua missão institucional, na qual a democratização do conhecimento é evidenciada: “produzir e socializar conhecimentos, contribuindo para a cidadania, inovação e desenvolvimento na Amazônia” (PDI UFOPA, 2019-2023, p. 19). O segundo ponto refere-se às seguintes iniciativas da UFOPA: criar mecanismos tecnológicos para divulgação científica; criar a política de comunicação institucional integrada; consolidar e ampliar o quadro de servidores que atuam na área da comunicação; adquirir equipamentos atualizados para desempenho das atribuições; incluir jornalistas e outros profissionais em mais setores estratégicos da universidade (PDI UFOPA, 2019-2023).

Já na UNILA, a democratização do conhecimento pode ser identificada em seu PDI (2019-2023) por meio das seguintes expressões: “conhecimento compartilhado”; “diálogo da Universidade com a sociedade”; “compartilhamento de recursos e conhecimentos científicos e tecnológicos”; “conhecimento compartilhado”; “compartilhamento de conhecimentos”; “universalização do conhecimento”; “divulgar a ciência”; “socializar conhecimentos”; “disseminação do conhecimento”; “interação dialógica”; “troca de saberes”; “partilhando de seu conhecimento e de suas tecnologias com a comunidade”; e “difundir o conhecimento produzido por meio de ações de comunicação social”.

No PDI da UNILA destacamos três aspectos. O primeiro deles trata da perspectiva crítica do documento em relação à lógica da colonização do poder e do conhecimento em que

somente com um saber acadêmico sólido e com a consciência do processo histórico da América Latina e Caribe, marcado pela colonização, dominação cultural, econômica e social, o egresso tornar-se-á sujeito do processo de transformação da região, uma região que, parafraseando Aníbal Quijano, encontra-se presa à lógica da colonização do poder e do conhecimento, permeado pelo eurocentrismo. Para romper com esta dita lógica da colonização do conhecimento e buscar, assim, a emancipação da América Latina e Caribe, faz-se imprescindível questionar os conteúdos sob novos parâmetros, novas perspectivas, gerando novas soluções e valorizando os seres humanos, sem distinções de nenhum tipo (PDI UNILA, 2019-2023, p.

35).

O segundo aspecto diz respeito à extensão universitária para a articulação entre a universidade e a sociedade, em uma atuação transformadora, inclusive para a emancipação dos cidadãos.

[...] a Extensão Universitária como o mecanismo por meio do qual se estabelece a inter-relação da Universidade com os outros setores da sociedade, com vistas a uma atuação transformadora, voltada para os interesses e necessidades da maioria da população e propiciadora do desenvolvimento social e regional latino-americano e caribenho, de modo a tornar os cidadãos emancipados, assim como para o aprimoramento das políticas públicas. Esta diretriz almeja gerar impacto e transformação não somente na sociedade, mas na própria Universidade Pública, enquanto parte da sociedade (PDI UNILA, 2019-2023, p. 44).

Dessa forma, nesse âmbito da responsabilidade social, a UNILA ainda busca “promover cursos, ações de extensão, eventos, seminários, simpósios de discussão, entre outros, abertos à comunidade interna e externa, visando à superação de barreiras arquitetônicas, comunicacionais, educacionais e atitudinais” (PDI UNILA, 2019-2023, p. 129).

Por fim, o último aspecto que enfatizamos no documento se trata da informação de que o curso de jornalismo está em perspectiva de implementação. Isso pode contribuir com o fortalecimento da democratização do conhecimento no âmbito desta universidade.

Portanto, em todos os cinco PDIs analisados, identificamos uma preocupação, tanto por parte da área de comunicação institucional quanto da de extensão, em relação a iniciativas concretas para a expansão da democratização do conhecimento e para uma maior interação da universidade com a sociedade. Dessa forma, entendemos que os respondentes desta pesquisa estão em consonância com os PDIs de suas universidades no que se refere à importância da democratização do conhecimento. Entretanto, identificamos questões estruturais que têm impossibilitado a concretização e a expansão de iniciativas de democratização do conhecimento no âmbito dessas universidades federais brasileiras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A democratização do conhecimento constitui o conceito base desta pesquisa. Ele foi desenvolvido na perspectiva da divulgação, da popularização e da comunicação pública da ciência. Isso porque partimos do entendimento de que para ocorrer uma efetiva democratização do conhecimento, por parte das universidades federais brasileiras, se faz necessário compartilhar o conhecimento científico por meio de uma linguagem simples e acessível à sociedade.

Nesse aspecto, ressaltamos que o conhecimento se configura como um recurso estratégico para todas as sociedades no contexto em que vivemos, ou seja, a sociedade do conhecimento ou da informação. O compartilhamento de conhecimento e da informação é fundamental para viabilizar a participação social, bem como para fortalecer a cidadania, pois pode oferecer meios para que a sociedade atue de forma mais ativa e transformadora tanto no desenvolvimento quanto na condução de políticas públicas.

Nesse contexto, argumentamos que o direito humano ao conhecimento tem se tornado um dos maiores desafios do mundo contemporâneo, uma vez que exige uma atuação de um sujeito engajado e consciente de seus direitos. Esse direito de acesso ao conhecimento e a sua democratização podem ser considerados primordiais para que as pessoas possam exercer efetivamente a cidadania, pois, por meio do acesso ao conhecimento, elas podem adquirir condições de refletir criticamente sobre as questões que as afetam e de terem a consciência de seus direitos e seus deveres como cidadãos. Dessa forma, poderiam, provavelmente, ficar menos vulneráveis, por exemplo, às questões relacionadas ao problema público das desordens informacionais.

Nesse sentido, a democratização do conhecimento com vistas ao interesse público precisa se dar por meio da construção de relacionamentos contínuos e de confiança, da atuação em rede, em regime de parceria entre pesquisadores de todas as áreas do conhecimento e profissionais de comunicação. Essa partilha do conhecimento inclui-se entre as funções sociais mais importantes a serem desenvolvidas por instituições de pesquisa, como as universidades federais. Todavia, essas instituições parecem ainda desajustadas às demandas sociais, especialmente em razão da demora tanto no tempo de resposta quanto na divulgação de seus resultados.

Diante disso, a presente pesquisa buscou responder à seguinte pergunta-síntese: quais os limites e as possibilidades das iniciativas de democratização do conhecimento realizadas por

universidades federais brasileiras? Para respondê-la, delineamos o seguinte objetivo geral: descrever e analisar como cinco universidades federais brasileiras mais recentes, uma de cada região do país, com planos de desenvolvimento institucionais (PDIs) vigentes em 2023, têm realizado a democratização do conhecimento a fim de apontar limites e possibilidades acerca dessas iniciativas.

Para respondermos a essa pergunta-síntese, dividimos este estudo em três seções, uma para alcançarmos cada objetivo específico delineado. Na primeira, discorremos sobre os seguintes conceitos: democratização do conhecimento (divulgação, popularização e comunicação pública da ciência); extensão; assim como gestão participativa e democrática. Na segunda, apresentamos a democratização do conhecimento como direito humano e dimensionamos historicamente as principais iniciativas pela democratização do conhecimento tanto no Brasil quanto no âmbito da área de comunicação institucional das universidades federais. Por fim, na terceira, discutimos as possibilidades, as dificuldades e as percepções sobre as iniciativas de democratização do conhecimento realizadas, em 2023, por cinco universidades federais brasileiras (UFABC, UFAPE, UFCAT, UFOPA e UNILA).

Todo o estudo foi produzido à luz do aporte teórico e metodológico dialético histórico-estrutural e a abordagem da pesquisa foi qualitativa de natureza exploratória, descritiva e explicativa. Além disso, também se tratou de um estudo de casos múltiplos. Cabe ressaltar que para respondermos à pergunta-síntese desta pesquisa também realizamos uma triangulação em que combinamos técnicas de fundamentação teórica, de levantamento de dados e, por fim, de técnicas de tratamento dos dados.

Nesse sentido, desenvolvemos na Seção 1 pesquisa bibliográfica e revisão de literatura inspirada nos princípios da RSL. Na Seção 2, realizamos pesquisa bibliográfica e pesquisa documental (Cartas de Encontros do Cogecom). Na Seção 3, por fim, fizemos pesquisa documental (pesquisas nos *sites* e nos PDIs das universidades investigadas), realizamos entrevistas semiestruturadas e enviamos questionários pelo Fala. BR – Módulo LAI a membros da área de comunicação institucional e de pró-reitoria de extensão das universidades federais selecionadas para o estudo. Os dados desta seção foram analisados, predominantemente, à luz da análise temática reflexiva das autoras Braun e Clarke (2006; 2019).

Em relação à primeira seção, cujo objetivo específico foi discorrer sobre os seguintes conceitos: democratização do conhecimento (divulgação, popularização e comunicação pública da ciência); extensão; assim como gestão participativa e democrática, o objetivo foi alcançado, uma vez que foi desenvolvida uma fundamentação teórica aprofundada, essencial para o

desenvolvimento e a compreensão das demais seções desta pesquisa.

Nessa primeira seção, compreendemos as diferenças conceituais entre a divulgação, a popularização e a comunicação pública da ciência. Entendemos que a “divulgação científica” é a expressão mais frequentemente utilizada na literatura brasileira e se refere a todo processo de comunicação científica e tecnológica para o público não especializado. Ela pode ser praticada das mais diversas formas e geralmente prevê uma comunicação de via única, tratando o público como mero receptor, isto é, constitui um modelo de déficit ou unidirecional.

A expressão “popularização da ciência” consiste em colocar a ciência e os conhecimentos científicos no campo da participação da sociedade e a serviço dela. Se a expressão “comunicação pública” ainda não é um conceito evidente, nem mesmo uma área de atuação delimitada, a “comunicação pública da ciência” também parece ainda mais distante de ter um conceito definido. Entendemos que ela está voltada ao modelo de participação pública, em que o público ocupa uma posição ativa, havendo diálogo entre emissor e receptor.

Nesse contexto, compreendemos a comunicação pública da ciência como a prática mediante a qual os pesquisadores, enquanto estudiosos e produtores de conhecimento científico, tornam públicos os seus conhecimentos especializados e os resultados de suas investigações para públicos não especializados com base nos princípios da comunicação pública.

No que se refere ao conceito da extensão, entendemos que a primeira referência legal à extensão universitária foi o Decreto nº 19.851 (Brasil, 1931). Entretanto, identificamos um pensamento embrionário em torno da relação entre a universidade e a sociedade antes mesmo desse dispositivo. A Reforma Universitária de 1968 tornou a extensão obrigatória em todos os estabelecimentos de ensino superior, com cursos e serviços estendidos à comunidade, porém a efetiva exigência de ações extensionistas na graduação parece ter começado nas universidades brasileiras somente em 2023. Nesse ponto, ressaltamos que existem duas abordagens distintas para a extensão universitária e elas têm se confrontado: uma focada em assistência e outra voltada à troca de saberes. A primeira vê a extensão como uma transferência verticalizada e unilateral de conhecimento, oferecendo serviços assistenciais sem considerar a cultura e o conhecimento popular. A segunda, por outro lado, prioriza a comunicação e o intercâmbio de saberes entre a universidade e a sociedade. A enxergando na perspectiva de divulgação, popularização e CPC no âmbito de ações de extensão como tecnologias sociais capazes de gerar transformação social por meio de práticas colaborativas.

Por fim, a gestão participativa e democrática visa, primordialmente, engajar os cidadãos como protagonistas no desenvolvimento histórico que vivenciam. Ao incentivar a participação

ativa, a gestão universitária fortalece os laços com a sociedade. Isso promove o senso de pertencimento e visa a consolidar a universidade como patrimônio público nacional.

No que se refere à segunda seção, cujo objetivo específico foi apresentar a democratização do conhecimento como direito humano e dimensionar historicamente as principais iniciativas pela democratização do conhecimento tanto no Brasil quanto no âmbito da área de comunicação institucional das universidades federais, foi alcançado dentro das limitações materiais encontradas. Não foi possível monitorar, de forma mais ampla, as principais iniciativas pela democratização do conhecimento no Brasil e no âmbito da comunicação institucional das universidades federais, pois parecem existir poucos registros históricos, bibliográficos e documentais sistemáticos desses movimentos. Afinal, quando se tem que resistir e lutar diariamente pela sobrevivência, pode não sobrar tempo para registrar esses processos de maneira sistemática e organizada.

Em relação à apresentação da democratização do conhecimento como direito humano, identificamos dispositivos jurídicos que abordam o direito à informação e o à comunicação, bem como tangenciam a democratização do conhecimento. Todavia, os apresentamos em uma perspectiva crítica, em consonância com a teoria crítica dos direitos humanos, segundo a qual, embora reconheçamos a importância desses dispositivos, é fundamental compreendermos que a formalização dos direitos não implica, necessariamente, sua garantia e efetivação. É preciso lutar por eles. Mesmo assegurados no papel, é necessária vigilância constante para a efetivação na prática.

Em relação ao dimensionamento histórico, quanto às principais iniciativas pela democratização do conhecimento no Brasil, mencionamos várias. Entre elas, no decorrer dos anos, alguns atores da ciência e tecnologia que resultaram no Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação da atualidade. Constatamos, também, iniciativas específicas de democratização do conhecimento no país, tais como: *Revista da Sociedade Brasileira de Ciencias*, *Revista de Ciencias* e *Revista da Academia Brasileira de Ciencias* produzidas pela ABC; *Rádio Sociedade do Rio de Janeiro*, atual *Rádio MEC*; *Revista Ciência e Cultura* e *Revista Ciência Hoje*, produzidas pela SBPC; criação do *Prêmio José Reis de Divulgação Científica* pelo CNPq; Lei da TV a Cabo; implantação da *Plataforma Lattes* do CNPq; projeto da BDTD para criação de repositórios institucionais; classificação da divulgação científica em campo específico na tabela de áreas de conhecimento do CNPq; criação do programa *Pop Ciência* e do *Comitê Pop*; e realização de *Conferências Nacionais de Ciência, Tecnologia e Inovação*.

No que se refere ao dimensionamento histórico das principais iniciativas e das lutas atuais pela democratização do conhecimento no âmbito da área de comunicação institucional das universidades federais, ressaltamos inicialmente o Fascom. Ele foi idealizado por profissionais de comunicação que se reuniram em várias cidades brasileiras a partir dos anos 1980. A Andifes, fundada em 1989, também desempenhou um papel crucial, ao priorizar debates e ao estabelecer diálogo com o governo federal.

Os dados sugerem que a implantação de setores de comunicação com corpo especializado expandiu significativamente, sobretudo a partir da década de 1990, estando vinculada, principalmente, às reitorias. Nesse contexto, as assessorias de comunicação vinham se consolidando até o Decreto nº 10.185 (Brasil, 2019). Também nos últimos anos, multiplicaram-se as mídias disponíveis nas universidades públicas, que passaram a contar com estruturas de rádio, de televisão, de portais e de mídias sociais dirigidas por profissionais capacitados. Além disso, as assessorias de comunicação ainda constituem um espaço importante para a formação de estudantes que podem atuar como estagiários ou bolsistas.

Todavia, esse cenário vem se alterando com a publicação, principalmente, do Decreto nº 10.185 (Brasil, 2019), que prevê extinções de cargos efetivos vagos e que vierem a vagar dos quadros de pessoal da administração pública federal e veda a abertura de concurso público e o provimento de vagas adicionais para alguns cargos.

Nas Ifes, especificamente, os seguintes cargos voltados à democratização do conhecimento foram impactados: jornalista, relações-públicas, publicitário, redator, editor de publicações, editor de imagens, técnico audiovisual, operador de câmera de cinema e TV, operador de rádio-telecomunicações, programador de rádio e televisão, diretor de produção, programador visual, revisor de textos braile e tradutor intérprete de linguagens sinais. Com esse bloqueio de concursos para a área de comunicação e com os cortes orçamentários dos últimos anos, as TVs e as rádios das universidades sofreram impactos significativos.

Frente ao cenário de desmonte e de deslegitimação das universidades federais nos últimos anos, especialmente no que tange à comunicação pública, o Cogecom, desde sua criação em 2016, tem atuado como uma associação de resistência e de luta. Ele tem realizado reuniões anuais e teve a primeira carta de manifestação publicada na 4ª edição do Encontro Nacional do Cogecom, que ocorreu em 2019, e deu origem à Carta de Maceió. As edições posteriores do evento deram origem às Cartas do Rio de Janeiro, de Aracaju, de Santo André e São Carlos, bem como a de Brasília. Nesses manifestos, em síntese, identificamos a predominância das seguintes preocupações: a democratização do conhecimento por meio da popularização do

conhecimento; a comunicação pública; as estruturas cada vez menores de comunicação das Ifes, por conta da impossibilidade de novos concursos para cargos de comunicação; defesa da democracia; e enfrentamento à desinformação.

Por fim, o objetivo da terceira seção foi discutir as possibilidades, as dificuldades e as percepções sobre as iniciativas de democratização do conhecimento realizadas, em 2023, por cinco universidades federais brasileiras (UFABC, UFAPE, UFCAT, UFOPA e UNILA), objetivo esse alcançado com efetividade. Na primeira subseção, consolidamos um breve perfil das universidades selecionadas para a pesquisa. Na segunda, registramos iniciativas de democratização do conhecimento nas estruturas de comunicação institucional e de pró-reitoria de extensão das cinco universidades investigadas. Na terceira, desenvolvemos as seis fases da análise temática dos dados obtidos por meio das entrevistas semiestruturadas e das respostas obtidas pelo Fala.BR – Módulo LAI das áreas de comunicação institucional e das pró-reitorias de extensão. Por fim, na quarta subseção, realizamos uma leitura integral e analítica dos PDIs, vigentes em 2023, das cinco universidades investigadas para entender se existiam também nesses documentos referências à democratização do conhecimento.

Na fase empírica deste estudo, realizada nessa terceira seção, contamos com a colaboração de vários respondentes, inclusive para a aplicação de uma entrevista introdutória, bem como para a validação do questionário que foi enviado pelo Fala.BR – Módulo LAI. Essas ações iniciais para ajustes nos instrumentos de coleta de dados foram fundamentais para garantir que os dados retornados ao estudo fossem completos, consistentes e que contribuíssem para responder à pergunta-síntese desta pesquisa.

Por meio da análise temática reflexiva (Braun; Clarke, 2006; 2019), consolidamos, por intermédio da busca de padrões no conjunto de dados, quatro temas relacionados às áreas de comunicação institucional e das pró-reitorias de extensão. No que se refere aos dois primeiros temas, vinculados à importância e às percepções acerca da democratização do conhecimento, sob a ótica das áreas de comunicação institucional e de extensão universitária, verificamos que todos os respondentes a consideram importante. Quanto às percepções, prevalece a compreensão de que é necessário ampliar as ações voltadas à democratização do conhecimento. Entretanto, a percepção é de que há obstáculos para sua efetivação, entre os quais se destacam a escassez de recursos financeiros e humanos, bem como a necessidade de consolidação de políticas públicas para incentivo a essa democratização do conhecimento. Os outros dois temas se referem aos limites e às possibilidades da comunicação institucional e da extensão universitária em relação à democratização do conhecimento.

No que se refere ao tema “Limites à democratização do conhecimento na comunicação institucional”, identificamos os seguintes subtemas: cultura interna da organização; esvaziamento da universidade; poucos cargos de direção e funções gratificadas para a gestão da área de comunicação institucional; falta de visão sobre o papel estratégico da comunicação; muitas demandas de divulgação institucional; vinculação à reitoria pode desviar o foco da comunicação da ciência, direcionando-o para a gestão, o que pode prejudicar o desenvolvimento de iniciativas de democratização do conhecimento; terceirização e precarização do trabalho; projeto neoliberal de universidade; gerações diferentes entre os públicos das universidades; limitação orçamentária e de pessoal; lógica mercadológica das redes sociais; falta de orçamento para a capacitação dos servidores e dos pesquisadores; bloqueio de concursos para cargos de comunicação e de intérpretes; burocracia para a realização de licitações; PGD, que se mal estruturado, pode trazer prejuízos para o trabalho desenvolvido; por fim, ausências tanto de equipe técnica em comunicação quanto de curso de graduação ofertado pelas universidades na área.

No que tange ao tema “Limites à democratização do conhecimento na extensão”, detectamos os subtemas a seguir: equipe pequenas; falta de canais de interlocução com a sociedade; necessidade de capacitação da comunidade acadêmica; complexidade da linguagem acadêmica; falta de recursos financeiros e ausência de verbas específicas; internet precária em algumas regiões; formação hegemônica dos servidores; defasagem metodológica de projetos de extensão e de pesquisa; pós-graduação que ainda mantém foco na pesquisa e pouco na democratização do conhecimento; burocracia excessiva; e poucas ações de extensão relacionadas especificamente à comunicação da ciência à sociedade.

Quanto aos limites estruturais múltiplos apontados pelos respondentes das cinco universidades pesquisadas, destacamos: a necessidade de emendas parlamentares para custear despesas básicas; a ausência de um espaço físico próprio para desenvolvimento dos trabalhos em algumas universidades, uma vez que há espaços que ainda são locados; as universidades submetidas a sucessivos cortes e contingenciamentos orçamentários; as restrições impostas pelos decretos que inviabilizam a realização de concursos públicos para cargos estratégicos para a promoção da democratização do conhecimento; a impossibilidade de contratação de bolsistas e estagiários, uma vez que a universidade não oferta cursos na área da comunicação; a ausência de oferta de capacitações específicas para a área; e, por fim, as dificuldades com licitações de produtos e de serviços específicos para as práticas laborais da área.

Quanto ao tema “Possibilidades de democratização do conhecimento na comunicação

institucional”, identificamos os seguintes subtemas: credibilidade das universidades perante a imprensa local; produção de conteúdo próprio para gerar pertencimento por parte da comunidade local e regional; *clipping* como ferramenta estratégica de monitoramento da imagem da universidade; comunicação integrada como estratégica; profissionais especializados; jornalismo científico; utilização de IA; mídias sociais; papel estratégico da comunicação; atuação em rede para expansão das iniciativas de democratização do conhecimento; intérprete de libras para apoio na democratização do conhecimento; cultura organizacional voltada à democratização e à inclusão; extensão universitária; previsão de consolidação de política de comunicação; pandemia como virada de chave para o estreitamento do relacionamento com a sociedade; pandemia alterou o modo de trabalho e levou a elaboração de mais ações de comunicação da ciência com a sociedade; e, por fim, configuração da região permite a definição dos melhores meios de comunicação para alcançar a sociedade.

Por fim, quanto ao tema “Possibilidades de democratização do conhecimento na extensão”, detectamos os subtemas a seguir: ampliação do uso das mídias sociais e de interações mais dialógicas; credibilidade das universidades como fonte legítima de conhecimento; conscientização e capacitação dos estudantes; concepção decolonial da extensão; interdisciplinaridade; possibilidade de estudantes de graduação e de pós-graduação serem extensionistas; utilização do rádio para alcançar lugares mais remotos; pandemia da Covid-19 trouxe reflexões e novas ações; comunicação como área temática das ações de extensão; perspectiva dialógica; áreas específicas para a divulgação e a comunicação da ciência em proreitorias de extensão; produção e troca de conhecimento em consonância com a realidade regional; e, por fim, possibilidade de contribuição dos editais de fomento para a democratização do conhecimento.

Para além dos limites e das possibilidades identificados na ATR e mencionados anteriormente, elencamos outros observados ao decorrer de todo o estudo. Quanto aos limites, ressaltamos: a ausência da visão de C&T como prioridade nacional, o que resulta na ausência de investimentos adequados para a área; o limitado acesso à informação científica por parte da população brasileira; a baixa apropriação do conhecimento e as desigualdades tanto no acesso à informação quanto na participação em atividades de difusão cultural; o jornalismo científico é impactado pela falta de investimento e de espaço tanto nas instituições de ensino superior como nos veículos de comunicação; a verticalização da ciência; e, por fim, ainda prevalece, ao que tudo indica, a prevalência de uma abordagem assistencialista na extensão universitária.

Ainda como limites, identificamos ao decorrer do estudo: restrição do ensino superior

no Brasil a uma parcela limitada da população, resultado das desigualdades sociais e econômicas; grande índice de analfabetismo funcional (3 em cada 10 brasileiros, de acordo com estudo Inaf); concentração dos meios de comunicação em oligopólios no Brasil, a qual é um obstáculo à democratização da mídia e do conhecimento; estudo revelou que apenas 22% dos brasileiros com mais de 10 anos de idade têm condições satisfatórias de conectividade, apesar de o acesso à internet estar perto da universalização no país, com 84% da população do Brasil sendo usuária de internet; possibilidade de interrupção dos projetos de democratização em andamento a cada troca de gestão; consolidação da lógica neoliberal de forma ascendente nas práticas e nas políticas universitárias; discursos deslegitimatórios acerca das universidades públicas; impacto do Decreto nº 9.262 (Brasil, 2018) e do Decreto nº 10.185 (Brasil, 2019), sobretudo nas estruturas de comunicação institucionais das universidades federais; e, por fim, dependência das Ifes em relação às plataformas privadas: *Instagram*, *YouTube*, *X* (antigo *Twitter*), *Facebook*, *LinkedIn* e *TikTok*. Essas plataformas são guiadas por modelo de mercado que prioriza o impulsionamento pago de conteúdo e, simultaneamente, se estabeleceram como canais de comunicação e de relacionamento essenciais para a realização da comunicação pública por parte das Ifes.

No que se refere às possibilidades, identificamos ao decorrer desta pesquisa uma pesquisa internacional, abrangendo 122 programas de ensino em divulgação científica em 31 países, que destaca o Brasil como o segundo país com mais programas, evidenciando a crescente profissionalização do setor. No entanto, a América Latina sofre com a concentração geográfica, em que a divulgação científica está concentrada nas grandes cidades.

Embora os investimentos em CPC no Brasil sejam ínfimos, um estudo comparativo internacional sobre a comunicação pública da ciência revelou que a intensidade das ações das organizações científicas brasileiras nessa área é superior à dos Estados Unidos, Reino Unido, Itália, Holanda, Alemanha, Portugal e Japão.

Outras possibilidades incluem: compreensão de que a comunicação pública das universidades desempenha um papel central na proteção e na defesa da democracia na atualidade, ao contribuir para a qualificação dos debates públicos; existência de diversos canais de comunicação, com destaque para as mídias sociais e para os *podcasts*; o Sinaes tem como uma de suas dimensões a comunicação com a sociedade; e, por fim, perspectiva de uma extensão universitária não assistencialista, que compreenda a extensão como comunicação de saberes.

Ainda quanto às possibilidades, identificamos neste estudo: o movimento e a técnica da

linguagem simples no Brasil; a realização das Conferências Nacionais de Ciência, Tecnologia e Inovação, mesmo que ainda pouco frequentes; o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação organizado; os dados de pesquisas sobre C&T que mostram a potencialidade das universidades públicas para a democratização do conhecimento; e pesquisas sobre direitos humanos apontando que a maioria dos brasileiros é favorável a eles.

Como possibilidades também elencamos: a pesquisa percepção pública da ciência e da tecnologia de 2023, publicada em 2024 pelo CGEE, que aponta que os jornalistas e os cientistas juntos possuem índices de confiança consideráveis, podendo colaborar com a democratização do conhecimento científico; quantitativo significativo de Ifes que possui emissoras de rádio e de TVs. Essa rede de atuação colaborativa e articulada, ao valorizar as diversidades regionais e culturais, pode gerar pertencimento e democratizar o conhecimento, alcançando públicos diversos, inclusive nos lugares mais remotos do país; capilaridade das 69 universidades federais, com seus diversos *campi*; e as estruturas de comunicação dessas instituições constituem um ativo importante e valioso.

Por fim, como possibilidades à democratização do conhecimento, destacamos a exigência de que, no mínimo, 10% do total de créditos curriculares da graduação sejam destinados a ações de extensão, bem como as alterações nos critérios de avaliação dos programas de pós-graduação na Plataforma Sucupira da Capes. A partir do quadriênio 2025-2028, o quesito “impacto (local, regional, nacional e internacional)” compreende: inserção, visibilidade e popularização da ciência; inovação, transferência e compartilhamento de conhecimento; e impactos do programa para a sociedade. Tal mudança se insere em um contexto no qual todos os respondentes das cinco universidades investigadas afirmaram que as ações de extensão podem contar com a participação tanto de estudantes de graduação quanto de pós-graduação. Dessa forma, entendemos a extensão universitária como um dos pilares universitários que pode contribuir para a ampliação de ações de democratização do conhecimento.

Nesse contexto, destacamos que alguns resultados desta pesquisa dialogam com pontos específicos de estudos identificados na revisão de literatura inspirada nos princípios da RSL. Nenhuma das cinco universidades investigadas neste estudo apresentava política de comunicação consolidada no contexto do levantamento de dados. Nesse aspecto, o estudo de Alves (2015) sinaliza um cenário de carência de política de comunicação e a ausência de planejamento para o setor de comunicação dessas universidades. Isso compromete a qualidade da comunicação e o relacionamento com a sociedade.

Já os estudos de Moser (2022) mostram que ainda há um longo caminho a percorrer na institucionalização e no desenvolvimento de ações na área de divulgação científica. Não há necessariamente uma correspondência entre a institucionalização por meio das políticas de comunicação e o desenvolvimento de ações de divulgação e de comunicação da ciência. As entrevistas realizadas no estudo apontam para diversos desafios, como a escassez de pessoal e o alto volume de demandas. O estudo de Anjos (2015) sobre a comunicação na UFU aponta que o processo de comunicação pública da ciência na instituição ainda é incipiente e frágil.

Essas pesquisas estão em consonância com este estudo. A de Moser, quanto aos desafios para o desenvolvimento de ações de divulgação e de comunicação da ciência, como a escassez de recursos de pessoal e o alto volume de demandas. A de Anjos, por sua vez, quanto ao processo de comunicação pública da ciência ainda se apresentar como incipiente e frágil.

O estudo de Carmo (2015) revelou que a divulgação científica está presente nas diretrizes organizacionais de todas as universidades analisadas e os entrevistados destacaram constantemente a importância dessa atividade, bem como a necessidade de realizá-la de maneira inovadora para alcançar seus públicos. No entanto, as ações práticas ainda não refletem esse discurso, sendo caracterizadas por sua incipiência. Nesse contexto, foi identificada uma fraca cultura de divulgação científica nas universidades do Grande ABC, reforçando o papel fundamental da comunicação organizacional no fortalecimento dessa prática.

Esse estudo dialoga também com os resultados desta pesquisa, contudo observamos por parte dos respondentes, tanto da área de comunicação institucional como da pró-reitoria de extensão, a consciência da importância de realizar iniciativas de democratização do conhecimento e a vontade de as concretizar. Todavia, identificamos que questões estruturais têm impossibilitado a consolidação, a operacionalização, a expansão, bem como a institucionalização dessas iniciativas. Elas parecem ocorrer dentro do possível, geralmente de maneira individual, conduzidas por gestores e por membros da comunidade acadêmica mais comprometidos com a democratização do conhecimento.

Por fim, este estudo também está em consonância com o que já argumentavam os autores Moreira e Massarani (2002) há mais de vinte anos. No meio acadêmico há um interesse crescente em relação à divulgação científica, inclusive na extensão universitária, contudo o cenário ainda é frágil, uma vez que as atividades ainda são consideradas marginais e acontecem de forma tímida. Há um grande potencial das universidades públicas, entretanto pouco tem-se conseguido fazer, de maneira organizada, para ampliarem-se as iniciativas de democratização do conhecimento.

Observamos que a práxis da área de comunicação institucional nas universidades investigadas tende a ser ainda predominantemente operacional e reativa. Tal condição é agravada pela ausência de políticas institucionais de comunicação, pelo elevado volume de demandas, pela terceirização de serviços decorrente da impossibilidade de realização de concursos públicos para diversos cargos da área, bem como pela insuficiência de recursos financeiros e humanos. Esses fatores comprometem a capacidade estratégica das instituições em planejar e executar ações de comunicação de forma proativa, contínua e articulada.

No que se refere aos limites inerentes aos recortes da pesquisa, eles se mostraram indispensáveis para a análise detalhada realizada. Observamos que a institucionalização da democratização do conhecimento, nas cinco universidades investigadas, ocorre em diferentes instâncias, para além das áreas de comunicação institucional e das pró-reitorias de extensão universitária. Além disso, as universidades que investigamos são bastante recentes. Entendemos também que os assuntos basilares desenvolvidos neste estudo – como as universidades federais, a democratização do conhecimento (divulgação, popularização e comunicação da ciência), a comunicação institucional e a extensão – são recentes e cabem novos estudos, com outros olhares. Ilustramos isso destacando o fato de a primeira universidade federal ter pouco mais de cem anos.

Nesse aspecto, entendemos que esta pesquisa pode acontecer com outros recortes e até mesmo por meio de abordagens mais amplas, tais quais: mapeamento da institucionalização da democratização do conhecimento nas 69 universidades federais; investigação quanto à perenidade das iniciativas de democratização do conhecimento, na perspectiva da divulgação, da popularização e da comunicação pública da ciência; pesquisa sobre o impacto da lógica neoliberal nas rotinas das universidades públicas; estudo comparado para investigar se o movimento do anticientificismo é global ou se está restrito à sociedade brasileira; discussões acerca da descolonização do conhecimento no âmbito das universidades públicas; e, por fim, se há no Congresso Nacional brasileiro representação a favor da educação superior pública.

Por meio desta pesquisa, contribuímos quanto à descrição e à análise em relação às iniciativas de democratização do conhecimento (divulgação, popularização e comunicação pública da ciência) no âmbito das áreas de comunicação institucional e de pró-reitorias de extensão de cinco universidades federais brasileiras. Mediante esses recortes e sob a lente do método DHE, obtivemos os resultados que serão desdobrados nos próximos parágrafos.

Ressaltamos que todos os respondentes deste estudo expuseram a importância de realizar iniciativas de democratização do conhecimento. Em todos os PDIs das universidades

investigadas também há diversas menções, em suas mais diversas possibilidades de nomenclaturas, à democratização do conhecimento. Entretanto, identificamos iniciativas predominantemente esparsas e incipientes de democratização do conhecimento nas áreas de comunicação institucional, sobretudo de extensão universitária. Identificamos também que a maioria dessas iniciativas está preponderantemente centrada na divulgação científica, ainda distantes do ideal da comunicação pública da ciência, um modelo dialógico e horizontalizado, pautado no interesse do cidadão.

Em um cenário de inúmeros limites estruturais, em que muitas universidades públicas brasileiras lutam por suas sobrevivências, discutir essa democratização do conhecimento torna-se um exercício desejável, porém ainda distante de sua efetivação concreta, sobretudo no que tange à comunicação pública da ciência. Detectamos que a escassez de recursos financeiros e a impossibilidade de contratação de pessoal especializado têm comprometido diretamente a consolidação e a ampliação das iniciativas de democratização do conhecimento, até mesmo as mais simples como as de divulgação de científica, nas cinco universidades federais investigadas.

Essas universidades pesquisadas, por serem as mais novas de cada região do país com PDIs vigentes em 2023, parecem ter sofrido ainda mais diretamente com os cortes e com os contingenciamentos orçamentários dos últimos anos, bem como com o impacto dos Decretos nº 9.262 (Brasil, 2018) e nº 10.185 (Brasil, 2019). Destacamos que, apesar das interlocuções políticas que parecem estar sendo realizadas na busca do fortalecimento da comunicação pública nas Ifes, ainda não houve avanços significativos. Os decretos mencionados, por exemplo, ainda não foram revogados.

Essa situação de precarização parece não estar sendo tratada com a seriedade necessária. É preciso reconhecer a aparente estratégia de silenciamento imposta às Ifes em um contexto em que elas já vinham enfrentando dificuldades para dialogar com a sociedade. Atualmente, essas instituições enfrentam um desafio ainda mais significativo: fortalecer sua legitimidade social em um contexto marcado pela desinformação, pelo negacionismo, bem como pela escassez de recursos orçamentários e de pessoal.

Nesse contexto, a revogação desses decretos que impossibilitam concursos públicos para vários cargos da área de comunicação é uma medida urgente e indispensável para a sobrevivência das universidades públicas brasileiras. Somente com recursos adequados e com autonomia para agir, essas instituições, por meio de iniciativas contínuas e sistemáticas, poderão contribuir com: enfrentamento da desinformação e do negacionismo; fortalecimento da democracia; promoção do desenvolvimento social; e fortalecimento da relação das

universidades com a sociedade em busca de legitimidade social.

Os resultados deste estudo apontam que ainda há limites estruturais significativos a serem superados para que possamos falar do impulsionamento de iniciativas de democratização do conhecimento por parte das universidades federais brasileiras. Antes de criar novas Ifes, por exemplo, parece-nos fundamental focar no fortalecimento das já existentes, investindo na melhoria de suas estruturas.

Os resultados desta pesquisa sugerem ainda que, apesar dos inúmeros limites estruturais historicamente enfrentados – e que ainda precisam ser superados –, as universidades federais brasileiras dispõem de algumas possibilidades para ampliar suas iniciativas de democratização do conhecimento. Um exemplo disso é a criação da “Agência Nacional de Comunicação Pública da Ciência e do Conhecimento”.

Nessa perspectiva, identificamos nesta pesquisa iniciativas promissoras de democratização do conhecimento, as quais podem ser ampliadas substancialmente por meio da extensão universitária. Entretanto, as áreas de comunicação institucional e de extensão universitária carecem de estrutura para conseguirem implementar e ampliar efetivamente essas iniciativas de democratização do conhecimento.

Dessa forma, entendemos que a atuação das universidades públicas precisa acontecer em rede, de forma colaborativa, dialógica, participativa e institucionalizada, ancorada em uma política pública federal que incentive essas iniciativas. Faz-se necessário consolidar estruturas capilarizadas para a democratização do conhecimento, a partir de uma rede consistente de agentes integrados e capacitados.

Nesse aspecto, cabe ressaltarmos que as iniciativas de democratização do conhecimento podem ser realizadas das mais diversas maneiras, como: publicações em mídias sociais individuais e institucionais para compartilhar conteúdo científico de forma criativa e interativa; entrevistas aos veículos de comunicação; redação de artigos de opinião; elaboração de projetos de extensão com foco na comunicação da ciência; desenvolvimento de *blogs*, *sites* e *podcasts* de divulgação científica; realização de eventos (feiras de ciências, palestras, *workshops*, cursos e oficinas); visitas guiadas a museus e a laboratórios; desenvolvimento de jogos e aplicativos; e, por fim, produção de materiais impressos (livros, revistas, *banners* e *folders*) em linguagem simples.

As iniciativas de democratização do conhecimento ainda precisam ser institucionalizadas e incentivadas tanto pelo governo federal como pelas universidades públicas, pois demandam capacitações, tempos e esforços por parte de toda a comunidade acadêmica.

Afinal, a tradução do conhecimento científico à sociedade, por meio de uma linguagem simples e acessível, não é um processo simples.

Nesse sentido, a comunidade acadêmica precisa entender a democratização do conhecimento como responsabilidade social da universidade pública, como uma forma de prestação de contas à sociedade, logo é responsabilidade de toda essa comunidade. Para além disso, compreender a democratização do conhecimento como uma questão de direitos humanos, especificamente um direito humano ao conhecimento. Dessa forma, as iniciativas de democratização do conhecimento podem, por exemplo, configurar-se como elemento nos planos de carreira de docentes e de técnicos administrativos, além de compor a pontuação em todos os processos seletivos no âmbito dessas universidades públicas brasileiras.

Cabe ressaltar que o governo federal precisa reconhecer as universidades federais como parceiras que podem contribuir, por meio da democratização do conhecimento, com o enfrentamento à desinformação e, assim, com o fortalecimento da democracia. A efetivação prática de tudo isso demanda, necessariamente, o incremento do orçamento público a essas instituições, assim como condições para executá-lo.

Nesse sentido, discursos sobre a importância da ciência e da educação precisam ser acompanhados de ações concretas, pois, no momento, os dados desta pesquisa revelam que universidades federais mais recentes, ainda em processo de estruturação, enfrentam dificuldades até mesmo para garantir espaços físicos adequados ao seu funcionamento. Outras não possuem, em seu quadro de servidores públicos, profissionais da área de comunicação em decorrência, principalmente, do Decreto nº 10.185 (Brasil, 2019). Diante disso, antes de se criarem instituições federais, parece ser essencial olhar para as condições e para as necessidades das universidades já existentes.

Portanto, é fundamental resistir e afastar as lógicas neoliberais que insistem em atravessar as universidades públicas, a exemplo da precarização das relações de trabalho, das ameaças constantes de cortes e de contingenciamentos orçamentários, além do produtivismo acadêmico exacerbado, muitas vezes em detrimento de outras dimensões formativas e extensionistas da universidade.

É preciso investir em iniciativas voltadas ao fortalecimento dessas instituições, compreendendo-se, nesse processo, a expansão e a qualificação das áreas de comunicação institucional e de extensão universitária como elementos essenciais de aproximação dessas instituições com a sociedade. Essa abordagem permitirá a construção de pontes dialógicas voltadas à democratização do conhecimento enquanto direito humano, sob a perspectiva ideal

da comunicação pública da ciência, expandindo-se, assim, essa democratização para além dos muros das universidades.

REFERÊNCIAS

- ABREU, K. C. K.; CASSAL, Y.; TEWS, J. N.; RODRIGUES, F. A. K. Memória da televisão no Brasil: um breve passeio pela história. **iCom: Revista Brasileira de Comunicação e Design**, v. 4, n. 1, p. 1-18, dez. 2021. Disponível em: <https://seer.faccat.br/index.php/ricom/article/view/2318>. Acesso em: 18 nov. 2024.
- AGÊNCIA BORI; ELSEVIER. **Impacto de citações da produção científica brasileira cresceu 21% entre 1996 e 2022 em relação à média mundial**. [S.l.]: Agência Bori, 2023. Disponível em: <https://abori.com.br/relatorios/impacto-de-citacoes-da-producao-cientifica-brasileira-cresceu-21-entre-1996-e-2022-em-relacao-a-media-mundial/>. Acesso em: 8 mar. 2023.
- ALBAGLI, S. Divulgação científica: informação científica para cidadania. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 25, n. 3, 1996. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/639>. Acesso em: 16 fev. 2023.
- ALMEIDA, S. R. G. Prefácio: A comunicação pública nas IFES e a luta pelo sonho do futuro. *In*: LIMA, F. P.; BITTENCOURT, M.; SALGADO, I. (Orgs.). **Comunicação Pública nas Instituições Federais de Ensino Superior**. Belo Horizonte: Incipit, 2024.
- ALVES, C. A. **Gestão da comunicação das Universidades Federais**: mapeamento das ações e omissões. 2015. 161 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, 2015.
- ALVIM, P. C. R. Comunicação da Ciência. *In*: DUARTE, J.; BARROS, A. T. (Editores técnicos). **Comunicação para Ciência, Ciência para Comunicação**. 1. ed. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2003, p. 47-66.
- ANDRADE, G. C. C. M. **A divulgação científica no contexto organizacional para democratização do saber e legitimação das unidades de pesquisa**. 2017. 229 f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2017.
- ANJOS, M. A. D. dos. Comunicação pública científica da UFU: uma análise de conteúdo do Jornal Correio de Uberlândia. **Revista Gestão, Tecnologia e Ciências**, v. 2, n. 4, 2013. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/getec/article/view/386>. Acesso em: 26 abr. 2023.
- ANJOS, M. A. D. dos. **Comunicação pública da ciência no ensino superior**: diagnóstico preliminar e proposições sobre a divulgação científica na Universidade Federal de Uberlândia. 2015. 163 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015.
- ANTUNES, R. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.
- ARAÚJO, C. P. **Por uma divulgação da ciência**: as políticas públicas e os discursos silenciados. 2017. 207 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Juiz de

Fora, Instituto de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Juiz de Fora, 2017.

ARAUJO, M. P. N. **Memórias estudantis, 1937-2007: da fundação da UNE aos nossos dias**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fundação Roberto Marinho, 2007.

ARGÜELLO, C. A. A ciência popular. In: MASSARANI, L.; MOREIRA, I. C.; BRITO, F. (Org.). **Ciência e público: caminhos da divulgação científica no Brasil**. Rio de Janeiro: Casa da Ciência – Centro Cultural de Ciência e Tecnologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Fórum de Ciência e Cultura, 2002. p. 205-206.

AZEVEDO, F. *et al.* **Manifesto dos pioneiros da Educação Nova (1932) e dos educadores (1959)**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4707.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2024.

BACELLAR, L.; BISTANE, L. **Jornalismo de TV**. São Paulo: Contexto, 2005.

BAGGIO, C. C.; BLATTMANN, U. Os repositórios das universidades federais do Brasil e suas políticas de informação. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, [S.l.], v. 10, n. 2, p. 350-363, 2023. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/2553>. Acesso em: 11 jan. 2025.

BAPTISTA, V. **A popularização da ciência a partir da análise do programa “Ciência na Sociedade Ciência na Escola” desenvolvido pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul**. 2015. 57 f. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

BARICHELLO, E. M. R. A comunicação da universidade: legitimação, territorialidades e identidades institucionais. In: MUSSE, C. F. (Org.). **Comunicação e universidade: reflexões críticas**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2019.

BATISTA, Z. N.; KERBAUY, M. T. M. A gênese da extensão universitária brasileira no contexto de formação do ensino superior. **RIAEE – Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 13, n. 3, p. 916-930, jul./set. 2018. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/download/11178/7454/33118>. Acesso em: 5 out. 2023.

BEVILAQUA, D. V.; BARROS, H. S.; SILVA, L. C.; FERNANDES, M. I. R.; LIMA, N. T. **Mapeamento das ações de divulgação e popularização da ciência na Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz**. In: CONGRESO DE LA REDPOP, 15, 2018. Buenos Aires: RedPOP, 2018. p. 1-6. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/37920>. Acesso em: 28 abr. 2023.

BEVILAQUA, D. V.; BARROS, H. S.; SILVA, L. C.; FERNANDES, M. I. R.; LIMA, N. T. **Uma análise das ações de divulgação e popularização da ciência na Fundação Oswaldo Cruz**. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 39-58, jan./mar. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/dw55VNymM5LzCd6kxrT95Wx/>. Acesso em: 4 mar. 2025.

BOKOVA, I. Prefácio. In: MANSELL, R.; TREMBLAY, G. (Org.). **Renovando a visão das**

sociedades do conhecimento para a paz e o desenvolvimento sustentável [livro eletrônico]. Tradução: Melissa Nicolosi; Gustavo Pugliesi Sachs. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil; UNESCO, 2015. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000232575>. Acesso em: 8 mar. 2023.

BORGHI, J. M.; QUADROS, C. I. Comunicação pública da ciência: caminhos possíveis da extensão à interculturalidade. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 44., 2021, on-line. **Anais [...]**. São Paulo: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2021. Disponível em: <https://www.portalintercom.org.br/anais/nacional2021/resumos/dt6-cd/juliana-marques-borghi.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2023.

BRANDÃO, E. P. Conceito de comunicação pública. *In*: DUARTE, J. (Org.). **Comunicação pública**: Estado, mercado, sociedade e interesse público. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012. p. 1-33.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 5 jun. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931**. Estatuto das Universidades Brasileiras. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 2 out. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017**. Dispõe sobre a regulação da educação superior no sistema federal de ensino. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 18 dez. 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9235.htm. Acesso em: 12 fev. 2025.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967**. Complementa a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 – Código Brasileiro de Telecomunicações. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 28 fev. 1967. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0236.htm. Acesso em: 15 fev. 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior 2023**: resumo técnico. Brasília, DF: Inep, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-da-educacao-superior/mec-e-inep-divulgam-resultado-do-censo-superior-2023>. Acesso em: 4 jan. 2025.

BRASIL. **Lei de Acesso à Informação**. Brasília: Presidência da República, 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm. Acesso em: 3 jun. 2023.

BRASIL. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 15 abr. 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm. Acesso em: 15 fev. 2025.

BRASIL. **Lei nº 11.145, de 26 de julho de 2005**. Institui a Fundação Universidade Federal do ABC – UFABC e dá outras providências. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11145.htm. Acesso em: 12 abr. 2024.

BRASIL. **Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008**. Dispõe sobre a instituição da Empresa Brasil de Comunicação – EBC, e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 8 abr. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11652.htm. Acesso em: 12 fev. 2025.

BRASIL. **Lei nº 12.085, de 11 de novembro de 2009**. Cria a Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12085.htm. Acesso em: 12 abr. 2024.

BRASIL. **Lei nº 12.189, de 11 de janeiro de 2010**. Cria a Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12189.htm. Acesso em: 12 abr. 2024.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 15 fev. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.429, de 31 de março de 2017**. Altera os dispositivos da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas, e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13429.htm. Acesso em: 20 jun. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.634, de 14 de março de 2018**. Cria a Universidade Federal de Catalão – UFCAT, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13634.htm. Acesso em: 12 abr. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.651, de 11 de abril de 2018**. Cria a Universidade Federal do Agreste de Pernambuco – UFAPE, por desmembramento da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13651.htm. Acesso em: 12 abr. 2024.

BRASIL. **Lei nº 8.977, de 6 de janeiro de 1995**. Dispõe sobre o serviço de televisão a cabo e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 9 jan. 1995. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8977.htm. Acesso em: 15 fev. 2025.

BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia; Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. **Livro Azul da 4ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável**. Brasília: MCT; CGEE, 2010. Disponível em: https://centrodememoria.cnpq.br/Livro_Azul.pdf. Acesso em: 15 fev. 2024.

BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia; Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. **Livro Lilás – Relatório Geral da 5ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação**. Brasília: MCT; CGEE, 2024. Disponível em: https://issuu.com/5cncti/docs/livro_lilas_relatorio_geral_5_cncti?fr=xKAE9_zU1NQ. Acesso em: 11 jan. 2025.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2016/2022**: sumário executivo. Brasília, DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2018. 40 p. Disponível em: https://antigo.mctic.gov.br/mctic/export/sites/institucional/ciencia/SEPED/Arquivos/PlanosDeAcao/PACTI_Sumario_executivo_Web.pdf. Acesso em: 4 mar. 2024.

BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal. **Portaria SGP/SEDGG/ME nº 10.723, de 19 de dezembro de 2022**. Estabelece orientações e procedimentos sobre a redistribuição de cargos efetivos ocupados. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 2022. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-sgp/sedgg/me-n-10.723-de-19-de-dezembro-de-2022-452391252?fbclid=IwAR3EiW4CweK60y0D2JAErzAdcg-YhvzHuhPqJGP10Jp35NGsvligda1szNw&mibextid=Zxz2cZ>. Acesso em: 3 mar. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 7 de 18 de dezembro de 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 e dá outras providências. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE_RES_CNECESN72018.pdf. Acesso em: 3 out. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L10172.pdf>. Acesso em: 5 fev. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Normativa nº 12, de 5 de setembro de 2008**. Institui o Índice Geral de Cursos da Instituição de Educação Superior (IGC). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 173, p. 13, 8 set. 2008. Disponível em: https://download.inep.gov.br/download/superior/condicoesdeensino/PORTARIA_NORMATIVA_12.pdf. Acesso em: 12 abr. 2025.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 18 de setembro de 1946**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm. Acesso em: 4 out. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm. Acesso em: 10 jun. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 9.262, de 9 de janeiro de 2018**. Extingue cargos efetivos vagos e que vieram a vagar dos quadros de pessoal da administração pública federal, e veda abertura de concurso público e provimento de vagas adicionais para os cargos que especifica. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/d9262.htm. Acesso em: 5 abr. 2024.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 10.185, de 20 de dezembro de 2019**. Extingue cargos efetivos vagos e que vierem a vagar dos quadros de pessoal da administração pública federal e veda a abertura de concurso

público e o provimento de vagas adicionais para os cargos que especifica. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/d10185.htm. Acesso em: 4 mar. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 11.754, de 25 de outubro de 2023**. Institui o Programa Nacional de Popularização da Ciência - Pop Ciência e o Comitê de Popularização da Ciência e Tecnologia - Comitê Pop. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11754.htm. Acesso em: 29 maio 2024.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 11.474, de 6 de abril de 2023**. Dispõe sobre o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11474.htm. Acesso em: 20 mar. 2024.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024compilado.htm. Acesso em: 8 out. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 9.257, de 9 de janeiro de 1996**. Dispõe sobre o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9257.htm. Acesso em: 20 abr. 2024.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 8 out. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 2 out. 2023.

BRAUN, V. *et al.* Thematic analysis. In: LIAMPUTTONG, P. (Ed.). **Handbook of research methods in health social sciences**. [S.l.]: Springer, 2019. p. 843-860. Disponível em: https://www.academia.edu/43546995/Handbook_of_Research_Methods_in_Health_Social_Sciences_by_Pranee_Liamputtong?auto=download. Acesso em: 10 out. 2024.

BRAUN, V.; CLARKE, V. Conceptual and design thinking for thematic analysis. **Qualitative Psychology**, v. 9, n. 1, p. 3-26, 2022.

BRAUN, V.; CLARKE, V. Reflecting on reflexive thematic analysis. **Qualitative Research in Sport, Exercise and Health**, [S.l.], v. 11, n. 4, p. 589-597, 2019.

BRAUN, V.; CLARKE, V. Using thematic analysis in psychology. **Qualitative Research in Psychology**, v. 3, n. 2, p. 77-101, 2006. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/235356393_Using_thematic_analysis_in_psychology. Acesso em: 2 jul. 2024.

BUENO, C. A origem histórica das sociedades científicas no Brasil: entidades foram

fundamentais para a institucionalização da ciência e para o desenvolvimento científico no país. **Ciência & Cultura**, São Paulo, v. 74, n. 3, p. 1-6, set. 2022. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252022000300013&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 9 abr. 2024.

BUENO, W. C. A comunicação e a divulgação científicas: revisitando conceitos e compromissos. In: MUSSE, C. F. (Org.). **Comunicação e universidade: reflexões críticas**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2019. p. 101-114.

BUENO, W. C. Jornalismo científico: conceitos e funções. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 37, n. 9, p. 1420-1427, set. 1985. Disponível em: <https://biopibid.ccb.ufsc.br/files/2013/12/Jornalismo-cient%C3%Adico-conceito-e-fun%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2023.

BUENO, W. C. Jornalismo científico no Brasil: os desafios de uma trajetória. In: PORTO, C. M. (Org.). **Difusão e cultura científica: alguns recortes** [recurso eletrônico]. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 113-125. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/68/pdf/porto-9788523209124-06.pdf>. Acesso em: 9 out. 2023.

BUENO, W. C. Jornalismo científico como resgate da cidadania. In: MASSARANI, L.; MOREIRA, I. C.; BRITO, F. (Orgs.). **Ciência e público: caminhos da divulgação científica no Brasil**. Rio de Janeiro: Casa da Ciência – Centro Cultural de Ciência e Tecnologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Fórum de Ciência e Cultura, 2002. p. 229-230.

BURKETT, W. **Jornalismo científico: como escrever sobre ciência, medicina e alta tecnologia para os meios de comunicação**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

CABRAL, E. D. **Concentração midiática diante da democratização da comunicação e da diversidade cultural: análise das estratégias dos grandes conglomerados**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2020. Disponível em: https://www.gov.br/casaruibarbosa/pt-br/aceso-a-informacao/licitacoes-contratos-selecoes_publicas/selecoes_publicas/concurso-de-bolsas/pdfs/2022_PIC/projeto-c_concentracao-midiatica-eula-cabral.pdf. Acesso em: 18 nov. 2024.

CALDAS, G. Divulgação científica e relações de poder. **Informação & Informação**, [S. l.], v. 15, n. 1 esp., p. 31-42, 2010. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/5583>. Acesso em: 4 mar. 2024.

CALDAS, G. Mídia e políticas públicas para a comunicação da ciência. In: PORTO, C. M.; BROTAS, A. M. P.; BORTOLIERO, S. T. (Orgs.). **Diálogos entre ciência e divulgação científica: leituras contemporâneas** [on-line]. Salvador: EDUFBA, 2011. p. 19-36. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/y7fvr/pdf/porto-9788523211813-02.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2022.

CAMARGO, A. C. **Comunicação pública, cidadania e internet: a popularização da ciência nos portais eletrônicos de governo**. 2015. 149 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, São Paulo, 2015.

CAMPOS, L. R. Comunicação pública da ciência e as pesquisas sobre o Pantanal: reflexões sobre as assessorias de comunicação em universidades públicas. **Revista do EDICC**, v. 4, 2018. Disponível em: <https://revistas.iel.unicamp.br/index.php/edicc/article/view/5852>.

Acesso em: 27 abr. 2023.

CAMPOS, L. R. **O papel das universidades na divulgação científica do Pantanal: o caso UFMS e UEMS**. 2018. 372 f. Dissertação (Mestrado em Divulgação Científica e Cultural) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.

CARDOSO, M. L. **O mito do método**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 1971. Disponível em: <https://observare.slg.br/wp-content/uploads/2020/08/CARDOSO-Miriam.-O-Mito-do-M%C3%A9todo.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2023.

CARMO, V. A. do. **A divulgação científica nas universidades do Grande ABC: inovações ou repetição de formatos?** 2015. 106 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Municipal de São Caetano do Sul, São Caetano do Sul, 2015.

CARNEIRO, C. C. S.; CUNHA, C. F.; OMENA SANTOS, A. Comunicação pública e divulgação científica: um estudo de caso do website institucional da UFRJ. *In*: 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2020, [on-line]. **Anais...** São Paulo: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2020. Disponível em: <https://www.portalintercom.org.br/anais/nacional2020/resumos/R15-1837-1.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2023.

CARVALHO, J. M.; MOREIRA, I. C. (Coords.). **Ciência no Brasil: 100 anos da Academia Brasileira de Ciências (1916-2016)**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Ciências, 2017. 208 p. Disponível em: https://www.abc.org.br/IMG/pdf/livro_abc_portugues_completo-versao_digital.pdf. Acesso em: 19 mar. 2024.

CAVALCANTI, F. Contra a corrente. *In*: MASSARANI, L.; MOREIRA, I. C.; BRITO, F. (Orgs.). **Ciência e público: caminhos da divulgação científica no Brasil**. Rio de Janeiro: Casa da Ciência – Centro Cultural de Ciência e Tecnologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Fórum de Ciência e Cultura, 2002. p. 217-218.

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS – CGEE. **Percepção Pública da Ciência e Tecnologia no Brasil – 2023**: Resumo executivo. Brasília, DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2024. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2024/05/percepcao-ciencia-tecnologia-15mai2024.pdf>. Acesso em: 4 set. 2024.

CHAGAS, C.; MASSARANI, L. **Manual de sobrevivência para divulgar ciência e saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2020. 152 p.

CLARIVATE ANALYTICS. **Research in Brazil**: a report for Capes by Clarivate Analytics. [S.l.]: Clarivate Analytics, 2021. Disponível em: <https://observatoriodoconhecimento.org.br/research-in-brazil-a-report-for-capes-by-clarivate-analytics/>. Acesso em: 16 maio 2023.

COLÉGIO DE GESTORES DE COMUNICAÇÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS – COGECOM. **Carta de Maceió**. Maceió: Cogecom, 2019. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/noticias/wp-content/uploads/sites/2/2019/09/carta-de-macei-aprovada-com-logo-pdf.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2024.

COLÉGIO DE GESTORES DE COMUNICAÇÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS –

COGECOM. **Carta do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Cogecom, 2021. Disponível em: http://cogecom.andifes.org.br/wp-content/uploads/2021/04/C%C3%B3pia-de-Carta_Cogecom_RJ_Minuta.pdf. Acesso em: 28 abr. 2024.

COLÉGIO DE GESTORES DE COMUNICAÇÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS – COGECOM. **Carta de Aracaju**. Aracaju: Cogecom, 2022. Disponível em: <http://cogecom.andifes.org.br/wp-content/uploads/2022/09/Carta-de-Aracaju.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2024.

COLÉGIO DE GESTORES DE COMUNICAÇÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS – COGECOM. **Carta de Santo André e São Carlos**. Santo André; São Carlos: Cogecom, 2023. Disponível em: https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2023/11/cogecom_carta_santo_andre_e_sao_carlos_2023.pdf. Acesso em: 28 abr. 2024.

COLÉGIO DE GESTORES DE COMUNICAÇÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS – COGECOM. **Carta de Brasília**. Brasília: Cogecom, 2024. Disponível em: https://www.ufc.br/images/_files/noticias/2024/240913_cartadebrasil_cogecom.pdf. Acesso em: 15 jan. 2025.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS – CIDH. **Situação dos direitos humanos no Brasil**. OEA/Ser.L/V/II. Doc. 9. Washington, D.C.: Organização dos Estados Americanos, 2021. Disponível em: <https://www.oas.org/pt/cidh/relatorios/pdfs/brasil2021-pt.pdf>. Acesso em: 8 jun. 2024.

COMPARATO, F. K. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

CORRÊA, E. J. (Org.). **Extensão universitária: organização e sistematização**. Belo Horizonte: Coopmed, 2007. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Organizacao-e-Sistematizacao.pdf>. Acesso em: 8 out. 2023.

COSTA, M. J. S. **A comunicação pública da ciência nos portais das universidades federais da Região Nordeste**. 2019. 136 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2019.

COSTA, M. J. S.; AGUIAR, S. A comunicação pública da ciência nos portais das universidades federais da região Nordeste. **Revista do EDICC**, v. 6, p. 103-113, 2020. Disponível em: <https://revistas.iel.unicamp.br/index.php/edicc/article/view/6453>. Acesso em: 26 abr. 2023.

COSTA, A. R. F.; SOUSA, C. M.; MAZOCCO, F. J. Modelos de comunicação pública da ciência: agenda para um debate teórico-prático. **Conexão – Comunicação e Cultura**, v. 9, n. 18, p. 149-158, jul./dez. 2010. Disponível em: <http://www.uces.br/etc/revistas/index.php/conexao/article/viewFile/624/463>. Acesso em: 15 out. 2023.

CRAIDE, S. **Apenas 22% dos brasileiros têm boas condições de conectividade**. Agência Brasil, 16 abr. 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2024-04/apenas-22-dos-brasileiros-tem-boas-condicoes-de-conectividade>. Acesso em: 11 jan. 2025.

CUNHA, L. A. **A universidade temporã: da Colônia à Era Vargas**. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S.A., 1986. 339 p.

CUNHA, L. A. **A universidade crítica**: o ensino superior na República Populista. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S.A., 1989. 267 p.

DATAREPORTAL. **Digital 2023**: Brazil. 2023. Disponível em: <https://datareportal.com/reports/tag/Brazil>. Acesso em: 15 dez. 2024.

DE MARI, C. L. Sociedade do conhecimento: a escola e o verso/reverso dos desafios contemporâneos / Knowledge society: the school and back/rev of contemporary challenges. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 20, n. 3, p. 71-82, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/8721>. Acesso em: 12 abr. 2024.

DEMO, P. Cuidado metodológico: signo crucial da qualidade. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 17, n. 2, p. 349-373, jul./dez. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/zcm-fWdjVjnSFgZP4P5TMcHQ/>. Acesso em: 10 abr. 2023.

DEMO, P. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1995.

DEMO, P. **Participação é conquista**: noções de política social participativa. São Paulo: Cortez/Autores associados, 1988.

DEMO, P. **Política social do conhecimento**: sobre futuros do combate à pobreza. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

DEMO, P. **Pobreza política**: a pobreza mais intensa da pobreza brasileira. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

DIAS, C. D. **Divulgação científica e cultural no Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA)**. 2017. 291 f. Dissertação (Mestrado em Divulgação Científica e Cultural) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2017.

DUARTE, J. Instrumentos de comunicação pública. In: DUARTE, J. (Org.). **Comunicação pública**: Estado, mercado, sociedade e interesse público. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012. p. 59-71.

DUARTE, J. Produtos e serviços de uma assessoria de imprensa. In: DUARTE, J. (Org.). **Assessoria de imprensa e relacionamento com a mídia**: teoria e técnica. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

DUARTE, M. Y. M. Comunicação e cidadania. In: DUARTE, J. (Org.). **Comunicação pública**: Estado, mercado, sociedade e interesse público. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012. p. 95-115.

DUQUE, B.; CASSOLA, O. Revista A3: o desafio da eficiência no jornalismo científico. In: MUSSE, C. F. (Org.). **Comunicação e universidade**: reflexões críticas. 1. ed. Curitiba: Appris, 2019.

EIDT, E. C.; CALGARO, R. Responsabilidade social universitária – histórico e complexidade implícitos na constituição do conceito. **Revista Avaliação** (Campinas), v. 26, n. 1, p. 89-111,

jan./abr. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/ktfPHt-fwL36TyD3zz3hPgdw/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 5 out. 2023.

ENTRADAS, M.; BAUER, M. W.; O'Muircheartaigh, C.; Marcinkowski, F.; OKAMURA, A.; PELLEGRINI, G.; BESLEY, J.; MASSARANI, L.; RUSSO, P.; DUDO, A.; SARACINO, B.; SILVA, C.; KANO, K.; AMORIM, L.; BUCCHI, M.; SUERDEM, A.; OYAMA, T.; LI, Y. Public communication by research institutes compared across countries and sciences: Building capacity for engagement or competing for visibility? **PLOS ONE**, v. 15, n. 7, 2020. Disponível em: <https://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0235191>. Acesso em: 10 mar. 2024.

ÊSTHER, A. B. A Universidade pública brasileira: trajetória, panorama e debate atual. In: MUSSE, Christina Ferraz (Org.). **Comunicação e universidade: reflexões críticas**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2019.

FARIAS, M. G. G.; MAIA, F. C. A. Proposição de observatório científico para popularização da ciência. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 30, n. 3, p. 1-19, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/53866>. Acesso em: 11 abr. 2025.

FARNESE, P. Estratégias de uma universidade pública brasileira para comunicar a ciência na pandemia da Covid-19. **Index.comunicación**, v. 13, n. 1, p. 129-151, 2023. Disponível em: <https://burjcdigital.urjc.es/bitstream/handle/10115/20894/6.%201071.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 25 abr. 2023.

FÁVERO, M. L. A. Universidade: democratização e qualidade do trabalho acadêmico. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 7, n. 13, p. 9-28, jul./dez. 1989. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/9015/8395>. Acesso em: 7 mar. 2024.

FÁVERO, M. L. A. A universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/yCrwPPNGGSBxWJcMlSPfp8r/>. Acesso em: 13 dez. 2022.

FÁVERO, M. L. A. **Universidade e poder: análise crítica / fundamentos históricos: 1930-45**. 2. ed. Brasília: Editora Plano, 2000.

FERNANDES, F. **A universidade brasileira: reforma ou revolução?** 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.

FERNANDES, J. L. Perspectivas sobre os discursos da comunicação pública da ciência. **Exadra – Revista Científica**, Coimbra, n. 1, p. 93-106, 2011. Disponível em: <http://exadra.esec.pt/docs/s-CO/05-93-106.pdf>. Acesso em: fev. 2023.

FERREIRA, J. R. **Popularização da ciência e as políticas públicas no Brasil (2003-2012)**. 2014. 185 f. Tese (Doutorado em Ciências Biológicas - Biofísica) – Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: https://fiocruz.br/brasiliana/media/TesedeJoseRibamarFerreira_Biofisica_UFRJ_2014.pdf. Acesso em: 26 abr. 2023.

FETTER, G. L. Variação terminológica nas pesquisas sobre divulgação científica: análise dos

termos empregados por professores-pesquisadores das universidades brasileiras. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, v. 61, n. 1, p. 46–59, jan./abr. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tla/a/sz7KrXV8g7cDtPqpGxXbR8R/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 abr. 2023.

FIGUEIRA, A. C. P.; BEVILAQUA, D. V. Podcasts de divulgação científica: levantamento exploratório dos formatos de programas brasileiros. **RECIIS – Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 120-138, jan./mar. 2022. Disponível em: <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/2427>. Acesso em: 15 dez. 2024.

FIORAVANTI, C. H. Nasce a SBPC, cresce a ciência brasileira. In: NADER, H. B.; BOLZANI, V. S.; FERREIRA, J. R. (Orgs.). **Ciência para o Brasil: 70 anos da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)** [livro eletrônico]. São Paulo: SBPC, 2019. p. 25-32. Disponível em: <https://portal.sbpnet.org.br/livro/cienciaparaobrasil.pdf>. Acesso em: 4 abr. 2023.

FLICK, U. **Qualidade na pesquisa qualitativa**. Tradução de Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2009. 198 p. (Coleção Pesquisa Qualitativa).

FLORES, J. H. **La reinención de los derechos humanos**. Andalusia: Atrapaseños, 2008. Tradução de: Carlos Roberto Diogo Garcia; Antônio Henrique Graciano Suxberger; Jefferson Aparecido Dias. A reinvenção dos direitos humanos. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009. Disponível em: https://www.patriciamagno.com.br/wp-content/uploads/2017/05/A-reinven%C3%A7%C3%A3o-dos-DH-_Herrera-Flores.pdf. Acesso em: 18 nov. 2022.

FONSECA, R. M. Como as universidades contribuem para o desenvolvimento social. In: LIMA, F. P.; BITTENCOURT, M.; SALGADO, I. (Org.). **Comunicação pública nas Instituições Federais de Ensino Superior**. Belo Horizonte: Incipit, 2024.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS – FORPROEX. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus: FORPROEX, 2012. Disponível em: https://proexc.ufu.br/sites/proex.ufu.br/files/media/document/Politica_Nacional_de_Extensao_Universitaria_-FORPROEX-_2012.pdf. Acesso em: 18 nov. 2022.

FRANCO, M. P. A comunicação pública da ciência: as pesquisas da UFU e o jornal Correio de Uberlândia. **Horizonte Científico**, v. 8, n. 1, jul. 2014. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/horizontecientifico/article/view/17819>. Acesso em: 25 abr. 2023.

FREIRE, P. **A educação na cidade**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 23. ed. São Paulo: Autores Associados; Cortez, 1989. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo; 4). Disponível em: http://educacaointegral.org.br/wp-content/uploads/2014/10/importancia_ato_ler.pdf. Acesso em: 25 jan. 2023.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** [recurso eletrônico]. Tradução de Rosiska Darcy de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 54. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

GADOTTI, M. **Extensão universitária: para quê?** [recurso eletrônico]. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2017. Disponível em: https://www.ufrb.edu.br/proexc/images/curriculariza%C3%A7%C3%A3o/biblioteca/Extens%C3%A3o_Universit%C3%A1ria_Para_qu%C3%AA_Moacir_Gadotti.pdf. Acesso em: 12 out. 2023.

GERALDES, E.; PIMENTA, G.; LOPES, H. Informar e comunicar: desafios das universidades diante da pandemia do novo coronavírus. **Comunicologia – Revista de Comunicação da Universidade Católica de Brasília**, v. 15, n. 2, 29 maio 2023. Disponível em: <https://portal-revistas.ucb.br/index.php/RCEUCB/article/view/12851>. Acesso em: 13 dez. 2024.

GERALDES, E.; RAMOS, M. C.; SOUSA, J. K.; PAULINO, F. O.; NEGRINI, V.; MONTENEGRO, L.; TELES, N. O direito humano à comunicação e à informação: em busca do tempo perdido. In: SOUSA JUNIOR, J. G.; RAMOS, M. C.; GERALDES, E. C.; PAULINO, F. O.; SOUSA, J.; PAULA, H. M.; RAMPIM, T. T. D.; NEGRINI, V. (Org.). **O direito achado na rua: introdução crítica ao direito à comunicação e à informação**. Brasília: FAC Livros, 2017. v. 8. Disponível em: https://faclivros.files.wordpress.com/2017/03/faclivros_direitoachado-rua8.pdf. Acesso em: 2 jul. 2024.

GERALDES, E.; RODRIGUES, G. M.; KAYA, G. T. Comunicação pública: relações e impasses da LAI e da LGPD. In: MEDEIROS, M.; MAINIERI, T. (Org.). **Comunicação pública e cidadania: conceitos, desafios e enfrentamentos** [recurso eletrônico]. Goiânia: Cegraf UFG, 2022. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/webby/up/688/o/comunicacao_publica_e_cidadania_v_1_.pdf. Acesso em: 10 nov. 2022.

GERMANO, M. G. **Uma nova ciência para um novo senso comum** [recurso eletrônico]. Campina Grande: EDUEPB, 2011. 400 p. ISBN 978-85-7879-072-1. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/qdy2w/pdf/germano-9788578791209.pdf>. Acesso em: 24 maio 2023.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOHN, M. G. 500 anos de lutas sociais no Brasil: movimentos sociais, ONGs e terceiro setor. **Mediações: Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 5, n. 1, p. 11-40, 2000. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/9194>. Acesso em: 4 out. 2023.

GOTTI, R. L. **Narrativas audiovisuais e comunicação pública da ciência: a inserção social da TV Nupes/UFJF**. 2018. 181 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2018.

HENRIQUES, M. S. A comunicação da universidade em três dimensões institucionais. In: MUSSE, C. F. (Org.). **Comunicação e universidade: reflexões críticas**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ALFABETISMO FUNCIONAL – INAF. **Alfabetismo no Brasil**, 2018. Disponível em: <https://alfabetismofuncional.org.br/alfabetismo-no-brasil/7>. Acesso

em: 20 set. 2024.

IPSOS BRASIL; ONU MULHERES. **Percepção social sobre direitos humanos e sobre mulheres defensoras de direitos humanos**. Brasília: ONU Mulheres, 2023. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2024/01/ONU-Mulheres_Relato%CC%81rio-Executivo-Ipsos-2023_FINAL.pdf. Acesso em: 9 mar. 2024.

KOÇOUSKI, M. Comunicação pública: construindo um conceito. In: MATOS, H. (Org.). **Comunicação pública: interlocuções, interlocutores e perspectivas**. São Paulo: ECA/USP, 2012. p. 71-96.

KUNSCH, M. M. K. Dimensões e perspectivas das relações públicas comunitárias. In: KUNSCH, M. M. K.; KUNSCH, W. L. (Orgs.). **Relações públicas comunitárias: a comunicação em uma perspectiva dialógica e transformadora**. São Paulo: Summus, 2007. p. 165-180.

KUNSCH, M. M. K. Divulgação científica: missão inadiável da universidade. **Logos: Comunicação e Universidade**, v. 3, n. 1, p. 46-47, 1996. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/logos/article/view/13176/10094>. Acesso em: 20 jan. 2023.

KUNSCH, M. M. K. Prefácio. In: MUSSE, C. F. (Org.). **Comunicação e universidade: reflexões críticas**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2019. p. 13-16.

KUNSCH, M. M. K. **Relações públicas e modernidade: novos paradigmas na comunicação organizacional**. São Paulo: Summus, 1997.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Tradução de Heloísa Monteiro e Francisco Settinieri. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LEITÃO, C. A entrevista como instrumento de pesquisa científica em Informática na Educação: planejamento, execução e análise. In: PIMENTEL, M.; SANTOS, E. (Orgs.). **Metodologia de pesquisa científica em Informática na Educação: abordagem qualitativa**. Porto Alegre: SBC, 2021. (Série Metodologia de Pesquisa em Informática na Educação, v. 3). Disponível em: <https://metodologia.ceie-br.org/livro-3/>. Acesso em: 14 jul. 2023.

LEWENSTEIN, B. V. **Models of public communication of science and technology**. Ithaca, NY: Cornell University, 2003. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1813/58743>. Acesso em: 2 out. 2023.

LIMA, A.; CATELLI JR., R. (Coord.). **Inaf Brasil 2018: resultados preliminares**. [S. l.]: Ação Educativa; Instituto Paulo Montenegro, 2018. 22 p. Disponível em: https://acaoeducativa.org.br/wp-content/uploads/2018/08/Inaf2018_Relato%CC%81rio-Resultados-Preliminares_v08Ago2018.pdf. Acesso em: 15 fev. 2025.

LIMA, F.; SALGADO, I.; SOUZA, M. Desafios globais do ensino superior e a importância das estruturas de comunicação das IFES brasileiras. In: LIMA, F. P.; BITTENCOURT, M.; SALGADO, I. (Orgs.). **Comunicação pública nas instituições federais de ensino superior**. Belo Horizonte: Incipit, 2024.

LIMA, F. P.; SALGADO, I.; BARGAS, J.; BITTENCOURT, M.; NOGUEIRA, M.;

OLIVEIRA, T. O Colégio de Gestores de Comunicação da Andifes: relato dos desafios e da atuação na gestão 2023. *In*: LIMA, F. P.; BITTENCOURT, M.; SALGADO, I. (Orgs.). **Comunicação pública nas instituições federais de ensino superior**. Belo Horizonte: Incipit, 2024.

LIMA JUNIOR, W. T.; LOURENÇO, R. F. Comunicação pública e estratégica: a importância das políticas de comunicação e do alinhamento estratégico da comunicação nas universidades. *In*: LIMA, F. P.; BITTENCOURT, M.; SALGADO, I. (Orgs.). **Comunicação pública nas instituições federais de ensino superior**. Belo Horizonte: Incipit, 2024.

LIMA, L. C. B. **Divulgação científica em assessorias de comunicação: o caso da FAPESP**. 2011. 296 f. Dissertação (Mestrado em Divulgação Científica e Cultural) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

LIMA, L. C. B.; CALDAS, G. Comunicação pública da ciência e a FAPESP. **Revista do SETA**, v. 5, 2011. Disponível em: <https://revistas.iel.unicamp.br/index.php/seta/article/view/1270>. Acesso em: 30 abr. 2023.

LOBARINHAS, M. L. **Análise de possibilidades e limites de Comunicação Pública da Ciência realizada pelo Laboratório de Poluição Atmosférica Experimental da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo**. 2008. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/5/5144/tde-05112008-113139/>. Acesso em: 25 abr. 2023.

LOPES, A. Estudo do Spotify revela que audiência de podcasts é 3,5x maior nos dias úteis. **Exame**, 10 nov. 2023. Disponível em: <https://exame.com/tecnologia/estudo-do-spotify-revela-que-audiencia-de-podcasts-e-35x-maior-nos-dias-uteis/>. Acesso em: 15 dez. 2024.

LOPES, F. V. Portal UFJF: a comunicação da instituição com seus variados públicos. *In*: MUSSE, C. F. (Org.). **Comunicação e universidade: reflexões críticas**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2019.

MALAGOLI, D. Á. **Da divulgação científica à comunicação pública da ciência: trajetória da Universidade Federal de Uberlândia e propostas para a instituição**. 2019. 115 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Tecnologias, Comunicação e Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARRA, M. dos S.; PAULINO, F. O. Os direitos humanos à comunicação e à informação: reflexões a partir do cárcere brasileiro. **Paradoxos**, v. 4, n. 1, p. 34-48, jan./jun. 2019. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/paradoxos/article/view/51865>. Acesso em: 1º jul. 2024.

MARTINS, D. G. M.; CABRAL, E. H. S. Comunicação pública e democratização do acesso à ciência. **Revista Gestão, Inovação e Empreendedorismo**, v. 5, n. 1, p. 123-135, 2022. Disponível em: <http://ojs.faculademetropolitana.edu.br/index.php/revista-gestao-inovacao/article/view/71>. Acesso em: 29 abr. 2023.

MARTINS, R. P. **Políticas públicas de popularização da ciência no Brasil: perfil de**

atividades realizadas de 2003 a 2015 por meio do CNPq e intersecções entre ciência, educação e desenvolvimento territorial sustentável. 2018. 142 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial Sustentável) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

MASSARANI, L. Comunicação da ciência e apropriação social da ciência: algumas reflexões sobre o caso do Brasil. **Uni-pluri/versidad**, v. 12, n. 3, p. 92-100, 2012. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/7580381.pdf>. Acesso em: 23 dez. 2022.

MASSARANI, L.; MOREIRA, I. C. Miguel Ozorio de Almeida e a vulgarização do saber. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 11, n. 2, p. 501-513, maio/ago. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/5mkQmdzj9vmstbhN6w9nP6w/>. Acesso em: 20 abr. 2023.

MASSARANI, L.; MOREIRA, I. C.; BRITO, F. (Orgs.). **Ciência e público**: caminhos da divulgação científica no Brasil. Rio de Janeiro: Casa da Ciência – Centro Cultural de Ciência e Tecnologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Fórum de Ciência e Cultura, 2002. 232 p.

MASSARANI, L.; BRAY, H.; JOUBERT, M.; RIDGWAY, A.; ROCHE, J.; SMYTH, F.; STEVENSON, E.; DAM, F. V.; ABREU, W. V. The distribution of science communication teaching around the globe. **JCOM**, v. 22, n. 06, A05, 2023. Disponível em: https://jcom.sissa.it/article/pubid/JCOM_2206_2023_A05/. Acesso em: 10 abr. 2024.

MASSARANI, L.; DIAS, E. M. S. (Orgs.). **José Reis**: reflexões sobre a divulgação científica. Rio de Janeiro: Fiocruz/COC, 2018. Disponível em: https://portal.sbpcnet.org.br/livro/ebook_reflexoes_divulgacao_cientifica_press.pdf. Acesso em: 12 jan. 2025.

MASSON, G.; FLACH, S. F. O materialismo histórico-dialético nas pesquisas em políticas educacionais. **Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, [S. l.], v. 3, p. 1-15, 2018. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/retepe/article/view/12384>. Acesso em: 17 ago. 2023.

MATOS, H. Comunicação pública, esfera pública e capital social. In: DUARTE, J. (Org.). **Comunicação pública**: Estado, mercado, sociedade e interesse público. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012. p. 47-58.

MEDEIROS, A.; CHIRNEV, L. (Orgs.). **Guia de Comunicação Pública**. Brasília: Associação Brasileira de Comunicação Pública, 2021. Disponível em: <https://abcpublica.org.br/wp-content/uploads/2023/03/GUIA-DE-COMUNICACAO-PUBLICA.pdf>. Acesso em: 3 out. 2023.

MEDEIROS, M.; MAINIERI, M. (Org.). **Comunicação pública e cidadania**: conceitos, desafios e enfrentamentos. Goiânia: Cegraf UFG, 2022. v. 1.

MENDONÇA, R. F. Democracia, comunicação pública e instituições. In: LIMA, F. P.; BITTENCOURT, M.; SALGADO, I. (Orgs.). **Comunicação pública nas instituições federais de ensino superior**. Belo Horizonte: Incipit, 2024.

MONSERRAT FILHO, J. O vertical e o horizontal na ciência do Brasil. In: MASSARANI, L.; MOREIRA, I. C.; BRITO, F. (Orgs.). **Ciência e público**: caminhos da divulgação

científica no Brasil. Rio de Janeiro: Casa da Ciência – Centro Cultural de Ciência e Tecnologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Fórum de Ciência e Cultura, 2002. p. 221-222.

MONTEIRO, M. G. M. F. **Ciência e risco**: as controvérsias como procedimento da comunicação pública num contexto democrático. 393 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

MONTEIRO, P. A Divulgação da Ciência pelas Assessorias de Comunicação de Instituições de Ensino Superior: um olhar sobre a atuação da Universidade Federal do Maranhão. **Anais do 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, Belém – PA, 2019. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Disponível em: <https://www.faac.unesp.br/Modulos/Noticias/1810/r14-1767-1-2.pdf>. Acesso em: 31 abr. 2023.

MOREIRA, I. C.; MASSARANI, L. A divulgação científica no Rio de Janeiro: algumas reflexões sobre a década de 20. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 7, p. 627-651, 2001.

MOREIRA, I. C.; MASSARANI, L. Aspectos históricos da divulgação científica no Brasil. In: MASSARANI, L.; MOREIRA, I. C.; BRITO, F. (Orgs.). **Ciência e Público**: caminhos da divulgação científica no Brasil. Rio de Janeiro: Casa da Ciência – Centro Cultural de Ciência e Tecnologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Fórum de Ciência e Cultura, 2002. p. 43-64.

MOSER, L. C. **Comunicação e universidades**: a comunicação pública da ciência e a divulgação científica em universidades públicas do Sul do Brasil. São Paulo: Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, 2022.

MURADE, J. F. G. Relações Públicas na construção da cidadania dos grupos populares. In: KUNSCH, M. M. K.; KUNSCH, W. L. (Orgs.). **Relações Públicas Comunitárias**: a comunicação em uma perspectiva dialógica e transformadora. São Paulo: Summus, 2007.

MUSSE, C. F. As origens da comunicação institucional na UFJF. In: MUSSE, C. F. (Org.). **Comunicação e universidade**: reflexões críticas. 1. ed. Curitiba: Appris, 2019, p. 151-172.

MUSSE, C. F.; FERNANDES, G. M. O processo de consolidação da comunicação na UFJF. In: MUSSE, C. F. (Org.). **Comunicação e universidade**: reflexões críticas. 1. ed. Curitiba: Appris, 2019.

NOGUEIRA, M. D. P. **A participação da extensão universitária no processo de descolonização do pensamento e valorização dos saberes na América Latina**. 2019. 306 f. Tese (Doutorado em Educação: Conhecimento e Inclusão Social) — Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/30545>. Acesso em: 6 mar. 2023.

NOGUEIRA, M.; NEIVA, R. M. O. A comunicação na gestão: estratégia de crise e imagem. In: LIMA, F. P.; BITTENCOURT, M.; SALGADO, I. (Orgs.). **Comunicação Pública nas Instituições Federais de Ensino Superior**. Belo Horizonte: Incipit, 2024.

NUNES, M. S. C.; VELOSO, R. M. P.; FERNANDES JÚNIOR, P. R.; SANTOS, M. E. A popularização da ciência e a disseminação da informação científica. **ConCI: Convergências em**

Ciência da Informação, v. 2, n. 3, p. 171-198, 23 maio 2020.

OLIVEIRA, D. L.; OLIVEIRA, G. A. Jornalismo científico e sociedade em tempos de COVID-19. In: SANTOS, R. P.; POCHMANN, M. (Orgs.). **Brasil pós-pandemia: reflexões e propostas**. São Paulo: Alexa Cultural, 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/SuelyAraujo/publication/343536604_Crise_Ambiental_e_Sanitaria_por_uma_retomada_economica_sustentavel/links/5f2f66ca299b13404b13865/Crise-Ambiental-e-Sanitaria-por-uma-retomada-economica-sustentavel.pdf. Acesso em: 20 nov. 2024.

OLIVEIRA, G. L. **Panorama das pesquisas sobre divulgação científica/popularização das ciências no Brasil**. 2015. 98 f. Dissertação (Mestrado em Educação Química da Vida e Saúde) – Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2015.

OLIVEIRA, M. J. C.; MATOS, H.; CARNEIRO, C. D. R.; BARBOSA, R. A comunicação pública da ciência diante da pandemia. In: Congresso Brasileiro Científico de Comunicação Organizacional e de Relações Públicas, 2021, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, 2021. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/003036565>. Acesso em: 29 abr. 2023.

OLIVEIRA, T. M. Como enfrentar a desinformação científica? Desafios sociais, políticos e jurídicos intensificados no contexto da pandemia. **Liinc em Revista**, v. 16, n. 2, 2020. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/157510>. Acesso em: 27 nov. 2023.

OLIVEIRA, T.; BARGAS, J. A importância da comunicação para a democracia: desinformação científica e ataques às instituições democráticas em tempos de crise epistêmica. In: LIMA, F. P.; BITTENCOURT, M.; SALGADO, I. (Orgs.). **Comunicação pública nas instituições federais de ensino superior**. Belo Horizonte: Incipit, 2024. p. 75-89.

OLIVEIRA, W. Luzes sobre a ciência nacional. In: MASSARANI, L.; MOREIRA, I. C.; BRITO, F. (Orgs.). **Ciência e público: caminhos da divulgação científica no Brasil**. Rio de Janeiro: Casa da Ciência – Centro Cultural de Ciência e Tecnologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Fórum de Ciência e Cultura, 2002. p. 227-228.

OMENA SANTOS, A. C.; MAGOLLI, D. A.; TONUS, M. Popularização da ciência e os desafios da Comunicação Pública nas universidades federais em Minas Gerais – Brasil. In: Congreso de la Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación (ALAIIC), 14., 2018. **Anais...** 2018.

OMENA SANTOS, A. C. Políticas de comunicação, comunicação pública da ciência e cultura científica no Brasil e Canadá: similaridades e diferenças na comunicação sobre ciência, tecnologia e inovação nos dois países. In: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 41º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2018, Joinville, SC. **Anais...** Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Adriana-C-Omena-Santos/publication/328898595_Politicas_de_comunicacao_comunicacao_publica_da_ciencia. Acesso em: 29 abr. 2023.

OMENA SANTOS, A. C.; SOUZA, L. A. R.; SANTOS, K.; TONUS, M. Comunicação pública da ciência e transferência de tecnologia em pesquisa na área de engenharia civil na Universidade Federal de Uberlândia (UFU). In: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2021.

Anais... Disponível em: <https://www.portalintercom.org.br/anais/nacional2021/resumos/dt7-sa/adriana-omena-santos.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 8 mar. 2023.

ORSI, C. **Ciência como direito humano**. 2021. Disponível em: <https://revistaquestaodeciencia.com.br/apocalipse-now/2021/10/23/ciencia-como-direito-humano>. Acesso em: 18 nov. 2024.

PACHECO, L. E.; MIAN, M. B. Linguagens midiáticas da cibercultura na comunicação das IFES: potencialidades, desafios e a atuação em rede como forma de ampliar o alcance. In: LIMA, F. P.; BITTENCOURT, M.; SALGADO, I. (Orgs.). **Comunicação pública nas instituições federais de ensino superior**. Belo Horizonte: Incipit, 2024. p. 191-207.

PEIXOTO, F.; PRIOLLI, G. A. **A televisão universitária no Brasil: os meios de comunicação nas instituições universitárias da América Latina e Caribe**. Brasília: ABTU – Associação Brasileira de TV Universitária, 2004. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001399/139903por.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2025.

PETRARCA, F. R. A luta pelos direitos humanos: profissionalização de causas e politização do direito. **Caderno CRH**, Salvador, v. 27, n. 70, p. 181-199, jan./abr. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/QR5VQQYvqXFWMWdhsgGp78j/>. Acesso em: 18 abr. 2024.

PEZZO, M. R.; FRANCISCO, R. E. B. Universidades e comunicação pública da ciência. In: LIMA, F. P.; BITTENCOURT, M.; SALGADO, I. (Orgs.). **Comunicação pública nas instituições federais de ensino superior**. Belo Horizonte: Incipit, 2024.

PIKETTY, T. **A brief history of equality**. Harvard U. Press, 2022. Versão em português: **Uma breve história da igualdade**. Tradução de Maria de Fátima Oliva do Coutto. 1. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2022.

PIKETTY, T. **Capital and Ideology**. Harvard U. Press, 2020. Versão em português: **Capital e Ideologia**. Tradução de Dorothée de Bruchard e Maria de Fátima Oliva do Coutto. 1. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.

PIKETTY, T. Introdução. **O Capital no século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2013.

PINHEIRO, R. M.; LIMA JUNIOR, W. T.; PIPPI, J.; CASTILHO, A.; MONTEIRO, A. O Colégio de Gestores de Comunicação da Andifes: um registro histórico. In: LIMA, F. P.; BITTENCOURT, M.; SALGADO, I. (Orgs.). **Comunicação pública nas instituições federais de ensino superior**. Belo Horizonte: Incipit, 2024. p. 25-34.

PIOVESAN, F. **Direitos humanos e o Direito Constitucional Internacional**. 21. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2023.

PIRES, H. F. M. **Impactos da linguagem simples na compreensibilidade da informação em governo eletrônico: o caso de um benefício do INSS**. 2021. 263 f. Dissertação (Mestrado em Design) – Departamento de Artes e Design, Pontifícia Universidade Católica do Rio de

Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

PORTO, C. M. Um olhar sobre a definição de cultura e de cultura científica. *In*: PORTO, C. M.; BROTAS, A. M. P.; BORTOLIERO, S. T. (Orgs.). **Diálogos entre ciência e divulgação científica**: leituras contemporâneas [on-line]. Salvador: EDUFBA, 2011. p. 93-122. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/y7fvr/pdf/porto-9788523211813-06.pdf>. Acesso em: 27 set. 2023.

PUGLIESE, A.; SALEH, D. V. B. Atividades de popularização da ciência no contexto de mostras científicas itinerantes promovidas no Dia da Responsabilidade Social. **ACTIO: Docência em Ciências**, Pato Branco: Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Programa de Pós-Graduação em Formação Científica, Educacional e Tecnológica, v. 6, n. 2, 2021. Disponível em: <https://revistas.utfpr.edu.br/actio/article/view/14289>. Acesso em: 26 abr. 2023.

QUADROS, C. I.; RIBEIRO, R. R.; MELO, P. G.; KOHLS, C. D. Participação, cidadania e ciência: a experiência do Pergunte aos Cientistas da Agência Escola Universidade Federal do Paraná. **Revista Lusófona de Estudos Culturais**, [S. l.], v. 9, n. 2, p. 81-98, 2022. Disponível em: <https://rlec.pt/index.php/rlec/article/view/3973>. Acesso em: 27 abr. 2023.

RAMALHO, R.; GRADIM, A. Divulgação da ciência na universidade pública: análise de conteúdo de informativo produzido por uma assessoria de comunicação. **Intexto**, Porto Alegre, n. 53, e107073, 2022. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/view/107073>. Acesso em: 27 abr. 2023.

RAZUCK, F. B. **Popularização da ciência na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia**: análise crítica de um estudo de caso. 2012. 277 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

REBOUÇAS, M. M.; BACILIERI, S. José Reis, vida e obra de um marco na divulgação científica – I. **Páginas do Instituto Biológico**, v. 1, n. 1, jan./jun. 2005. Disponível em: http://www.biologico.sp.gov.br/uploads/docs/pag/v1_1/reboucas4.htm#:~:text=Nunes,ABRADIC%2C%20para%20homenage%C3%A1%2Dlo. Acesso em: 12 jan. 2025.

REIS, J. Entrevista. *In*: **Cientistas do Brasil**: depoimentos. São Paulo: SBPC, 1998. Disponível em: <https://sbpcacervodigital.org.br/server/api/core/bitstreams/237ce65b-b6e2-485b-83f3-b51ef3e3852c/content>. Acesso em: 12 nov. 2023.

REIS, J. Comunicação da ciência, Anhembi (1976). *In*: MASSARANI, L.; DIAS, E. M. S. (Orgs.). **José Reis**: reflexões sobre a divulgação científica. Rio de Janeiro: Fiocruz/COC, 2018. Disponível em: https://portal.sbpcnet.org.br/livro/ebook_reflexoes_divulgacao_cientifica_press.pdf. Acesso em: 12 jan. 2025.

RIBEIRO, R. M. C. **Gestão democrática na universidade pública**: influências de outros campos na construção de um modelo. Educação Por Escrito, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 155-170, 2017. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/porescrito/article/view/28841>. Acesso em: 24 out. 2024.

ROCHA, C.; DAHER JÚNIOR, J.; BITTENCOURT, M.; ESTRADA, S. D. Potência das mídias universitárias em rede: os desafios das rádios e TVs. *In*: LIMA, F. P.; BITTENCOURT, M.; SALGADO, I. (Orgs.). **Comunicação Pública nas Instituições Federais de Ensino**

Superior. Belo Horizonte: Incipit, 2024.

RODRIGUES, F. M. C.; NOZU, W. C. S.; NETO, J. P. C. Educação, direitos humanos e cidadania: fundamentos para a inclusão escolar da pessoa com deficiência. **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**, Bauru, v. 7, n. 1, p. 173-190, jan./jun. 2019. Disponível em: <https://www3.faac.unesp.br/ridh/index.php/ridh/article/view/665/286>. Acesso em: 30 abr. 2023.

RODRÍGUEZ, M. Em visita ao Brasil, Albert Einstein disse que brasileiros eram “fofinhos” e comparou povo a “macacos”. **BBC News Mundo**, 2024. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c206y02wgx1o>. Acesso em: 11 jan. 2024.

ROQUE, M. L. Relações públicas no terceiro setor. In: KUNSCH, M. M. K.; KUNSCH, W. L. (Orgs.). **Relações Públicas Comunitárias: a comunicação em uma perspectiva dialógica e transformadora**. São Paulo: Summus, 2007.

RUBIO, D. Paulo Freire, tomada de consciência e dignidade humana: a luta e o gozo dos direitos humanos desde o instituinte. **InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais**, Brasília, DF, v. 8, n. 1, p. 77-96, 2022. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/in-surgencia/article/view/41725>. Acesso em: 15 set. 2024.

SANTOS, A. F. P. dos. **Proposta de portal para melhoria da socialização do conhecimento científico das universidades públicas**. 2018. 146 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública em Rede Nacional) – Universidade Federal de Goiás.

SANTOS, B. R. P. dos; DAMIAN, I. P. M. A popularização da ciência da informação perante a sociedade e potenciais profissionais da informação. **Ciência da Informação**, [S. l.], v. 48, n. 3, 2019. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/4543>. Acesso em: 26 maio 2023.

SHINTAKU, M. **Federação de Repositórios Científicos: identificação, análise e proposta de modelo baseado nas tendências tecnológicas e da Ciência**. 2014. 250 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. Florianópolis: UFSC, 2005. 138 p. Disponível em: <https://goo.gl/qRzWRg>. Acesso em: 2 jun. 2023.

SILVA, G. A.; AROUCA, M. C.; GUIMARÃES, V. F. As exposições de divulgação da ciência. In: MASSARANI, L.; MOREIRA, I. C.; BRITO, F. (Orgs.). **Ciência e público: caminhos da divulgação científica no Brasil**. Rio de Janeiro: Casa da Ciência – Centro Cultural de Ciência e Tecnologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Fórum de Ciência e Cultura, 2002. 232 p.

SILVA, G. S. M. **É proibido não mexer: divulgação científica e a Seara da Ciência**. 2015. 187 f. Dissertação (Mestrado em Divulgação Científica e Cultural) – Universidade Estadual de Campinas.

SILVA, J. L.; TUNDISI, J. G. (Coordenadores). **Projeto de Ciência para o Brasil**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Ciências, 2018. Disponível em:

<http://www.abc.org.br/publicacoes/estudos-estrategicos/pcbr/>. Acesso em: 15 out. 2023.

SILVA, N. E. K.; PARO, C. A.; VENTURA, M. Science communication in the National Policy for Science, Technology, and Innovation in Health: analysis of the official speech. **Saúde e Sociedade**, [S. l.], v. 30, n. 4, p. e190585, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/sausoc/article/view/190630>. Acesso em: 4 out. 2023.

SILVEIRA, C. N. Releases, relacionamento e crise: um pequeno retrato do trabalho da assessoria de imprensa da Secom/UFJF. In: MUSSE, C. F. (Org.). **Comunicação e universidade: reflexões críticas**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2019.

SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA – SBPC. **Cientistas do Brasil: depoimentos**. São Paulo: SBPC, 1998. Disponível em: <https://sbpcacervodigital.org.br/server/api/core/bitstreams/237ce65b-b6e2-485b-83f3-b51ef3e3852c/content>. Acesso em: 12 nov. 2023.

SOUZA, G. A. F.; OMENA SANTOS, A. C. Breve levantamento acerca da comunicação pública na cultura científica da UnB. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 43., 2020, Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. **Anais...** 2020. Disponível em: <https://www.portalintercom.org.br/anais/nacional2020/resumos/R15-0110-1.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2023.

SOUZA, L. K. Pesquisa com análise qualitativa de dados: conhecendo a análise temática. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 71, n. 2, p. 51-67, maio/ago. 2019.

TEIXEIRA, A. C. **Internet e democratização do conhecimento: repensando o processo de exclusão social**. 2001. 132 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Passo Fundo.

TEIXEIRA, D. T. **Comunicação institucional e universidade: diretrizes para a divulgação científica no estado de Mato Grosso**. 2016. 263 f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo.

TÔZO, C. O. **A práxis do jornalismo científico: a experiência do jornal da USP e de universidades públicas brasileiras no período pandêmico**. 2024. 298 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024.

TRIGUEIRO, M. G. S. **Universidades públicas: desafios e possibilidades no Brasil contemporâneo**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999. 184 p.

UNESCO – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Recomendação da UNESCO sobre Ciência Aberta**. 2022. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000379949_por. Acesso em: 27 nov. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA – UNILA. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2019-2023**. Foz do Iguaçu: UNILA, 2019. Disponível em: <https://portal.unila.edu.br/proplan/planejamento/pdi-unila-2019-2023.pdf>. Acesso em: 4 abr. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA – UNILA. **UNILA em Destaque**. Disponível em: <https://portal.unila.edu.br/secom/imprensa/unila-em-destaque>. Acesso em: 12 jun. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC – UFABC. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2013-2023**. Santo André: UFABC, 2023. Disponível em: <https://www.ufabc.edu.br/a-ufabc/documentos/plano-de-desenvolvimento-institucional-pdi>. Acesso em: 4 abr. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AGRESTE DE PERNAMBUCO – UFAPE. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2023-2028**. Garanhuns: UFAPE, 2023. Disponível em: <https://ufape.edu.br/pdi>. Acesso em: 4 abr. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALÃO – UFCAT. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2023-2025**. Catalão: UFCAT, 2023. Disponível em: <https://ufcat.edu.br/pdi>. Acesso em: 4 abr. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ – UFOPA. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2019-2023**. Santarém: UFOPA, 2019. Disponível em: <https://www.ufopa.edu.br/media/file/site/proplan/documentos/2020/766ea1d5a36f6bde3acdc4b46199218e.pdf>. Acesso em: 4 abr. 2024.

URUPÁ, M. Sociedade da informação, direitos humanos e direito à comunicação. *In*: SOUSA JUNIOR, José Geraldo; *et al.* (Orgs.). **O direito achado na rua: introdução crítica ao direito à comunicação e à informação**. Brasília: FAC Livros, 2017. 8 v. Disponível em: https://facilivros.files.wordpress.com/2017/03/facilivros_direitoachadorua8.pdf. Acesso em: 2 jul. 2024.

UTSUNOMIYA, F. I. Relações públicas na gestão da comunicação institucional no terceiro setor. *In*: KUNSCH, M. M. K.; KUNSCH, W. L. (Orgs.). **Relações públicas comunitárias: a comunicação em uma perspectiva dialógica e transformadora**. São Paulo: Summus, 2007.

VANZINI, K. V. S. **Comunicação pública científica e modelos de comunicação pública da ciência e a contribuição à cidadania**. *In*: X Conferência Brasileira de Mídia Cidadã e V Conferência Sul-Americana de Mídia Cidadã, 2015, UNESP. FAAC. Bauru-SP. 22-24 abr. 2015. Disponível em: <http://abpcom.com.br/wp-content/uploads/2020/04/dt4-23.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2022.

VEIGA, A. P. S. **Comunicação pública e popularização da ciência: o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e suas unidades de pesquisa**. 2015. 498 f. Dissertação (Mestrado em Divulgação Científica e Cultural) – Universidade Estadual de Campinas.

VELLOSO, J. Universidade e seu financiamento: ensino público e privado na Constituinte. *In*: FÁVERO, M. L. (Org.); VIEIRA, S. L.; ROMANO, R.; MIRANDA, G. V.; BELLONI, I.; VELLOSO, J. **A universidade em questão**. São Paulo: Cortez, 1989. (Coleção Polêmica do Nosso Tempo, v. 29).

VIANNA, I. O. de A. Gestão democrática e participativa na universidade: um desafio de cidadania. *In*: Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul, 4., 2004, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2004. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/35692/Ilca%20Oliveira%20de%20Almeida%20Vianna%20-%20Gest%20democr%20tica%20e%20parti.pdf?sequence=4>. Acesso em: 24

out. 2004.

VIDAL, D. G. 80 anos do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova: questões para debate. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 3, p. 577-588, jul./set. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/L9NXYsJMYvyRSvPfPxZRgSq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 mar. 2024.

VOGT, C. Prefácio. De ciências, divulgação, futebol e bem-estar cultural. *In*: PORTO, C. M.; BROTAS, A. M. P.; BORTOLIERO, S. T. (Orgs.). **Diálogos entre ciência e divulgação científica: leituras contemporâneas** [on-line]. Salvador: EDUFBA, 2011. 242 p.

WARDLE, C.; DERAQSHAN, H. **Information Disorder**: Toward an interdisciplinary framework for research and policy making. Strasbourg: Council of Europe, 27 set. 2017. Disponível em: <https://rm.coe.int/information-disorder-toward-an-interdisciplinary-framework-for-research/168076277c>. Acesso em: 22 nov. 2023.

WERNECK, E. F. E por falar em ciência... No Rádio! *In*: MASSARANI, L.; MOREIRA, I. C.; BRITO, F. (Orgs.). **Ciência e Público**: caminhos da divulgação científica no Brasil. Rio de Janeiro: Casa da Ciência – Centro Cultural de Ciência e Tecnologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Fórum de Ciência e Cultura, 2002. p. 185-192. 232 p.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e método. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZÉMOR, P. **La Communication Publique**. Paris: Presses Universitaires de France, 1995. (Col. Que sais-je?). Tradução de Elizabeth Brandão. Disponível em: <https://comunicacaopublicaufes.files.wordpress.com/2011/12/comunicacaopublica-pierrezemor-traducao.pdf>. Acesso em: 6 mar. 2023.

3M Science Applied to Life. **State of Science Index 2022**: global [S.l.]: Global Report, 2022. Disponível em: <https://multimedia.3m.com/mws/media/2183175O/3m-state-of-science-index-sosi-2022-global-report.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2024.